

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VALDENOR SILVA DOS SANTOS

A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos

SÃO PAULO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Psicologia da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Guimarães Teixeira do Amaral

SÃO PAULO

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
- 37.047 Santos, Valdenor Silva dos
- S237r A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos / Valdenor Silva dos Santos; orientação Mônica Guimarães Teixeira do Amaral. São Paulo: s. n., 2016.
- 180 p. ils. anexos + DVD
- Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração: Psicologia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
1. Capoeira 2. Cultura afro-brasileira 3. Arte e luta ancestral
4. Afrodescendentes 5. Reconhecimento sócio cultural 6. Educação e emancipação I. Amaral, Mônica Guimarães Teixeira do, orient.
-

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: SANTOS, Valdenor Silva dos

Título: A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Psicologia da Educação

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha filha Sheila Moraes dos Santos, (in memoriam). Sheiloca, como era carinhosamente tratada por familiares e amigos. Foi capoeirista, integrante da Seleção Andreense de Atletismo, campeã brasileira de arremesso de peso, representando o Instituto Mangueira Atletas do Futuro do Rio de Janeiro. Mas existem outras qualidades, muito mais importantes que arremessar peso, nas quais ela foi sempre campeã, algumas delas: ter uma personalidade alegre, ser brincalhona, criativa, competente, verdadeira nas suas atitudes e feliz com a vida. Empreendedora, tinha o belíssimo hábito de trabalhar em equipe, organizar eventos, realizar ações recreativas em instituições que abrigam crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Nas horas vagas com a família, brincava com os sobrinhos e sempre que podia, levava-os ao parque e ao cinema, além de fazer com as irmãs deliciosas trufas de chocolate. Pedagoga de formação, sempre disposta a auxiliar na elaboração de propostas envolvendo a capoeira/educação. Ao ler cada capítulo desta dissertação, não escondia o misto de orgulho e ansiedade para estar presente na minha defesa de Mestrado. Construiu a árvore genealógica da nossa família, suas roupas e seu penteado afro já revelavam o quanto ela tinha consciência de sua negritude, sempre demonstrando respeito aos valores da nossa cultura. Seu TCC teve como tema a Dança do Coco no Pernambuco. Sheiloca também se preparava para fazer o Mestrado, mas aos vinte e nove de julho de 2016, com 35 anos, foi para outro plano. Entretanto, a imagem que guardo dela é de uma filha educada, dedicada, uma mulher sonhadora, que viveu intensamente seus trinta e cinco anos conosco. *Sinto muito sua falta Filha! Saudades eternas, onde você estiver. Será que ainda vamos nos encontrar?*

Aos meus pais Juvenal Vieira dos Santos e Elenita Silva dos Santos (in memoriam) que migraram do Sertão da Bahia para São Paulo, em busca de uma vida melhor, mas preocupados, acima de tudo, em criar oportunidades para que eu viesse a estudar.

Às minhas filhas Gislene M. dos Santos, Analu M. dos Santos e ao meu filho Valdenor M. dos Santos, pela colaboração e respeito à minha carreira na capoeira e, acima de tudo, pelo amor e carinho que sempre me dedicaram.

À Lisandra Cortes Pingo, minha nova companheira. Uma mulher aguerrida, competente, que tem estado ao meu lado diuturnamente, incentivando-me nas horas difíceis, comemorando as conquistas e realizando planos para o futuro. Por coincidência atuamos nas mesmas áreas de Educação, Relações Étnico Raciais e Cultura Afro-brasileira, o que confere às nossas jornadas profissionais, quando em parceria, o mesmo encantamento que temos no compartilhamento da nossa vida pessoal. Sua sensibilidade, amor e carinho dão um sentido muito especial a este meu novo momento de vida, sendo impossível defini-lo em poucas palavras, viver ao seu lado é um enorme privilégio. Agregados a este cenário estão também Thales Biancolino, Sonia Maria Cortes Pingo e Ary Yuri Pingo.

À minha ex-esposa Margarida Moraes dos Santos pela sua dedicação, companheirismo e paciência, qualidades que, sem as quais, eu não teria vencido os obstáculos dos nossos 41 anos de convívio. Além de ter me dado um tesouro de valor inestimável, nossos quatro filhos (as) incríveis.

Aos meus irmãos Gerson da Silva Vieira, André Luiz da Silva Vieira, Alessandro da Silva Vieira, meus netos Gustavo Moraes da Silva Souza, Francisco Miranda Moraes dos Santos, à Amanda Martins e todos demais familiares.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^a Dra. Mônica G. T. do Amaral pelo incentivo, acompanhamento e contribuição para o meu crescimento intelectual, fortalecendo-me para o resto da vida, para prosseguir com minha contribuição à luta pelo reconhecimento do capoeirista e da capoeira. Com ela pude ter a dimensão que esta luta só será vitoriosa quando todos (as) os (as) envolvidos (as) tiverem a consciência de como se deram e de como se dão as Relações Étnico-Raciais no nosso país.

Às Dras. Maria Cecília Cortez C. de Souza e Rute Rodrigues dos Reis pelas valiosas contribuições dadas em meu exame de Qualificação e na Banca Examinadora.

Ao Dr. Álvaro pela leitura cuidadosa e sugestões valiosas, na última de redação desta minha dissertação.

Ao Grupo de Pesquisa Multiculturalismo e Educação da FEUSP (CNPQ), coordenado pela Prof^a Dra. Mônica, onde fui tão bem acolhido e sempre pude contar com todas (os), desde o meu ingresso até os dias atuais. Um grupo parceiro, que reforçou minha motivação para enfrentar e vencer muitas das dificuldades surgidas nesta minha nova etapa de crescimento.

Às (os) Professoras (es) com as (os) quais cursei as disciplinas que me possibilitaram o aprofundamento dos meus conhecimentos e reflexões para a conclusão do meu Mestrado, nas temáticas de Educação e Cultura Afro-brasileira, Dras. (es) Dilma de Mello e Silva, Fátima Pereira e José Guilherme C. Magnani.

À Professora Mildred Aparecida Sotero e ao Prof. Ronaldo dos Reis (Sonym), por colaborarem e compartilharem com seus (suas) alunos (as) na minha pesquisa de campo. Agradeço ainda à equipe do Projeto Negritude na pessoa do Prof. Marcelo de Saete Souza, ao corpo docente da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, nas pessoas da Diretora Dra. Lívia de Araújo Donnini Rodrigues e do Vice- Diretor Prof. Felipe Tarabola.

À Prof^a Ana Eliza Siqueira, diretora da EMEF Amorim Lima, equipe docente, administrativa e alunos que me auxiliaram em uma das etapas da minha pesquisa de campo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - pelo financiamento do projeto *Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo: A estética musical que emancipa e educa* (2010/52002-9), no qual fui pesquisador, e pela Bolsa (processo nº 2013/14523-5) que me permitiu iniciar o Mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação do Ministério da Educação (MEC), pela bolsa que foi concedida e que foi essencial para a conclusão do meu Mestrado.

À Comissão de Pós Graduação da FEUSP e aos funcionários da Secretaria da Pós Graduação, sempre colaborando com o atendimento às minhas necessidades de esclarecimentos.

Ao meu Mestre Jose Andrade com quem iniciei e me formei na arte e magia da capoeira/cultura, Mestre João Ferreira (in memória) com quem convivi por um curto espaço de tempo e ao Prof. Mestre Gladson de Oliveira Silva que me guiou como atleta e me projetou no cenário da capoeira esporte.

A todos (as) meus (minhas) alunos (as) da Nova Luanda e de outros cursos que a mim confiaram seu aprendizado, de todas as épocas, muitos (as) hoje Mestres (as) em capoeira e que dão

prosseguimento ao nosso ideal de contribuir para a valorização da nossa arte ancestral e seus desdobramentos em educação, cultura, esporte, instrumento de inclusão social e cidadania. Todos (as) evidentemente contribuíram, e muito, para que eu pudesse conquistar o espaço profissional ao qual hoje pertença.

Ao Professor Rafael da Silva Ferreira, Coordenador do Núcleo de Educação para as Relações Étnico Raciais – NERER - da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME - e equipe, pela oportunidade que me foi dada de integrar o grupo de Arte Educadores, nas linguagens de capoeira e cultura afro-brasileira.

À Professora Lívia Maria Antongiovanni, Diretora da Divisão de Educação de Jovens e Adultos – DIEJA - e equipe da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, por reconhecer e integrar a capoeira como uma das ferramentas que contribuem para a Descolonização do Currículo.

Às equipes gestoras e docentes de todas as Diretorias Regionais de Educação da Cidade de São Paulo – DREs, Centros Educacionais Unificados – CEUs, Centros de Educação Infantil – CEIs, Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJAs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFs, Escolas Municipais de Ensino Médio – EMEFMs, Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral - COCEU e Núcleo do Sistema de Formação de Educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – CEU-FOR, por terem aberto e ampliado os espaços de participação da capoeira em suas unidades.

À professora Lucy Aparecida de Godoy Bizzocchi, coautora do nosso livro, Capoeira Tradição e Educação (no prelo).

Ao Dr. Celso de Moura, aos Profs. Jose Líbano de Oliveira Monteiro, Ivanisa Silvestre, Roberto de Souza Dantas, Denis Oyakawa, Wilson Bottaro, Renato Parisi, Marcelo Parisi, João Roberto, Ricardo Tupim, Mario Arakaki e a Gilberto P. Frade, (Contramestre Frademola). Aos Mestres Hipólito R. da Silva (Da Bahia), Luiz Roberto Ferreira (Carioca), Hermes S. dos Santos, Aguinaldo Xavier, Ronaldo R. de O. Souza, Sergio de O. Marques, João Moreira, Djalma e João Alves de Souza, ao casal Zezé e Antonieta de Pesqueira, Marcos Sampaio, José Carlos Portes, Marcial Augusto Lopes, Reginaldo Garisto, José Caldas Coelho, Adenilson Correia, Maurício C. da Fonseca, José Dontalmo (Batateiro), Manuel Silva de Carvalho, Hector Olmedo C. Manzano, José Roberto Poyo, Elio Nascimento Moura (Elio do Berimbau), Jose Tadeu Carneiro Cardoso (Camisa), Ivan (Morro Velho) e Diolino Pereira de Brito, amigos-parceiros que se destacam entre aqueles que promoveram conquistas, visibilidade e impulso à minha carreira profissional.

Ao Chanceler Galdino Cucchiaro, Presidente da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, pela Láurea (Comenda) em reconhecimento à minha contribuição à Capoeira no Brasil e Exterior.

Ao Mestre Jongueiro Mariel Marisco e ao percussionista Etiópia, por integrarem a formação de professores na DRE Santo Amaro em 2015.

A Alcides de Lima, Griôt e Mestre de Capoeira pelas contribuições ao nosso Grupo de Estudo e à minha pesquisa.

À minha neta de Capoeira Joseilda Ferreira da Silva, Profª Idalina, do Grupo Mandinga, que veio compartilhar suas experiências com os alunos da Escola de Aplicação, envolvidos na minha pesquisa.

A Jairo J. Junior, coordenador do Congresso Nacional de Capoeira e todos os coordenadores nacionais, que lutam pela regulamentação da profissão do Capoeirista.

Aos Mestres que deram seus depoimentos contribuindo para este trabalho: Mestres Djamir Pinatti, Raimundo Cesar Itapuan (Mestre Itapuã), Antonio Carlos de Menezes (Mestre Burguês), William Douglas Guimarães (Mestre Mão Branca), Pedro Roberto Palma (Índio Mocambo), Marcos Barrão da Silva (Mestre Barrão), Reinaldo Ramos Suassuna, Antonio Cardoso de Almeida, Joel de Souza Menezes, Alcides de Lima e Camille Adorno (Mestre Cascavel).

Ao Contramestre Ricardo Haddad, Presidente da Federação Paulista de Capoeira, extensivo à diretoria e grupos integrantes desta e da Federação Brasileira de Capoeira.

À Professora Selma Amaral e ao bibliotecário Antonio Marcos Amorim da FEUSP, cujas revisões do texto possibilitam a apresentação deste trabalho.

RESUMO

SANTOS, Valdenor Silva dos. **A roda de capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos.** 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo desta dissertação é verificar como se deu o registro da história de uma prática ancestral como a capoeira que, a despeito de ter-se originado nas senzalas no período colonial, ainda não teve o devido reconhecimento social. Dadas as lacunas desse registro, foram entrevistados alguns mestres de capoeira com extensa experiência na transmissão dessa cultura com o objetivo de reconstruir, por meio de suas narrativas de vida, as contribuições dessa prática ancestral para a formação de gerações de jovens afrodescendentes. Embora as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 reconheçam sua importância histórica, cultural e política e a considere fundamental para a formação das novas gerações, prevendo, além disso, sua introdução nas escolas, sua prática ainda encontra obstáculos nesse âmbito. Daí serem propostas, como parte da pesquisa, experiências de docência compartilhada de capoeira na Escola de Aplicação FEUSP, visando contribuir para a formação de professores para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. O conceito de reconhecimento – nos planos subjetivo, jurídico e cultural – defendido por Axel Honneth, bem como a reconstrução da história da capoeira nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, como parte das lutas de resistência dos escravizados no Brasil, foram essenciais para interpretar o conteúdo crítico das letras das músicas e o significado simbólico do jogo da capoeira e de seus rituais, além de contribuir para o reconhecimento de uma cultura afro-brasileira amplamente difundida em praticamente todos os continentes.

Palavras-chave: Capoeira. Arte e luta ancestral. Reconhecimento sociocultural. Educação e emancipação. Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

SANTOS, Valdenor Silva dos. **The capoeira circle and its ancestral and contemporary echoes.** 2016. 180 f. Dissertation (Master in Education Science) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The objective of this project was to research on how the history of an ancient practice, such as capoeira, was registered. In spite of having originated at the slave quarters in the colonial period, the capoeira has not yet seen its social recognition. . Due to the gaps within such registration, we have interviewed some capoeira masters with extensive experience in the transmission of its culture aiming at rebuilding, the capoeira contributions to the upbringing of generations of African descendant youngsters. Although the Federal Laws 10.639/03 and 11.645/08 which recognizes the historical, cultural and political importance of capoeira, and considers it crucial for the formation of new generations, foreseeing its implementation in schools, its practice still faces obstacles in this scope. Therefore, we propose as part of the research, experiences of shared teaching of capoeira at FEUSP'S Application School, seeking to contribute to the teachers' formation for the teaching of history and Afro-Brazilian and African culture. The concept of “recognition” - in the subjective, legal and cultural perspectives, defended by Axel Honneth, as well as the reconstruction of the history of capoeira in the states of São Paulo, Rio de Janeiro and Bahia. It as part of the enslaved resistance in Brazil, were essential to interpret the critical content of the lyrics and the symbolic meaning of the game of capoeira and its rituals. They also contributed to the recognition of a widespread Afro-Brazilian culture on practically all the continents.

Keywords: Capoeira. Ancient martial arts. Socio-cultural recognition. Education and emancipation. Afro-Brazilian Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
2. COMO A MINHA HISTÓRIA SE ENTRELAÇA COM A HISTÓRIA DA CAPOEIRA EM SÃO PAULO	20
Minha entrada no Mestrado em Educação na Universidade de São Paulo	29
3. A LUTA PELO RECONHECIMENTO	34
O desrespeito à integridade corporal.....	37
3.1 A luta pelo reconhecimento do negro no Brasil.....	38
O desrespeito jurídico e de estima social	39
Resistência e dominância negra	40
Conflitos sociais e resistência	41
Retomando as riquezas culturais arquivadas no corpo dos escravizados	43
Reconhecimento pessoal, jurídico e cultural	44
3.2 Desdobramentos da luta pelo reconhecimento da capoeira no Brasil.....	47
De vítima à agente de sua libertação.....	50
3.3 Considerações teórico-metodológicas.....	51
4. A HISTÓRIA DA CAPOEIRA NO BRASIL – DA SENZALA À VIDA URBANA	54
4.1. A capoeira do Estado da Bahia.....	55
A Revolta dos Malês em 1835	59
A Capoeira da Bahia para o mundo e influenciando o <i>Break</i>	64
4.2 A capoeira no Estado do Rio de Janeiro	68
Da composição étnica das Maltas de Capoeira no Rio de Janeiro.....	79
O sonho da capoeira como “Ginástica Brasileira”	81
4.3. A capoeira no Estado de São Paulo	82
Mestre Bimba em São Paulo.....	86
Graduações na capoeira e sua hierarquia	87
A Federação Paulista de Capoeira (FPC).....	92
Minha formação e convívio com os Mestres da Capoeira Paulista	96
Minha experiência na Capoeira Esporte	103
A capoeira e a educação na cidade de São Paulo.....	106

5. A CAPOEIRA EM AÇÃO NAS ESCOLAS: DOS TRAÇOS E VESTÍGIOS DA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL COLÔNIA À ATUALIDADE DA PAIDEIA AFRO-BRASILEIRA.....	110
5.1 Pesquisa de campo e análise: a capoeira na escola	110
5.2. Parceria com o Professor Ronaldo	111
Eu não sou daqui, marinheiro só, eu não tenho amor.....	111
Quando os jovens dizem o que conhecem da capoeira.....	113
Ginga: a identidade da capoeira.....	113
Capoeira – um esporte brasileiro?.....	114
A Paidéia da Capoeira: como se deu o aprimoramento da ginga espelhada e da ginga defasada.	116
A História do Brasil contada segundo a ótica dos afrodescendentes.....	118
Capoeira é um jogo, é um brinquedo, é se respeitar o medo, é dosar bem a coragem	121
Sobre a Capoeira Angola e a Capoeira Regional.....	122
Os rituais da Angola e da Regional.....	124
O Canto das Três Raças de Clara Nunes e a capoeira	126
5.3 Parceria com a professora Mildred da EA-FEUSP.....	130
O exercício da docência compartilhada	130
Nasce o passo da ginga, mandinga de libertação.....	131
Patrimônio cultural da humanidade, mas não profissão	131
Quando as maltas de capoeira se convertem em times de futebol.....	133
Gingando e construindo conhecimentos	133
A Capoeira, a MPB e o <i>Beat Box</i>	134
Na força do responsório e ao som dos atabaques e berimbaus, a história do Brasil é recontada.	135
As injustiças constatadas sensibilizam os estudantes	137
O preconceito e o racismo desvelados	140
Magia Negra ou acupuntura africana?	143
Da demonização das práticas ancestrais à Paidéia Africana.....	146
O Jogo da Senzala.....	147
O Jogo do Quilombo.....	148
Conversando sobre a brincadeira da senzala e do quilombo	148
Exercitando os movimentos da capoeira: um ensinamento que não se faz apartado de uma filosofia de respeito ao outro.....	150
E se para garantir o respeito for preciso o revide?.....	152
E a ginga, como está entre os jovens alunos?	153
Coordenando todos os movimentos aprendidos	155
Um esquete teatral da Capoeira	158
Apresentação dos Grupos, 6º ano, 2º trimestre, 2013	158
Entrevista com a Professora Mildred.....	161

A capoeira e a luta pelo reconhecimento dos afro-brasileiros	163
Sobre a experiência cultural com a capoeira.....	164
Sobre as relações da capoeira com o currículo escolar.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	172
ANEXO I. ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MESTRES DE CAPOEIRA	180

INTRODUÇÃO

Lua cheia, lua nova
Quarto minguante e crescente
Uma embarcação a vela
Um tilintar de corrente

O banzo faz seu transporte
O horror paira no ar
Sob a melodia do açoite
Corpos lançados ao mar...

Mestre Valdenor

A inspiração para compor essa letra – entoada em muitas rodas de capoeira por mim e outros mestres, neste e noutros países – me veio de uma dor ancestral que ainda abate minha alma de afrodescendente. Uma dor que encontrou, na capoeira, uma estratégia de luta para manter viva, na memória da sociedade, uma cultura que remonta às senzalas, procurando, assim, contribuir para o seu reconhecimento, de modo a valorizar aqueles que foram arrancados de suas terras e trazidos para as Américas. Essa prática desumana perdurou em nosso país por mais de três séculos, designada hoje como diáspora afro-americana, barbárie negada por muitos na atualidade.

Herdeira da diáspora africana no Brasil, a nosso ver, a capoeira foi a resposta mais forte, marcante, eficaz e duradoura dada pelo negro ao sistema escravagista, cruel e desumano, imposto pelo colonizador europeu. Nascida nas senzalas, foi levada aos quilombos e dos quilombos aos centros urbanos, tendo surgido, inicialmente, em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, expandindo-se, posteriormente, para Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Embora seja reconhecida hoje como patrimônio cultural¹, enfrentou a discriminação e o preconceito por vários séculos. Não se pode esquecer que sua prática foi considerada crime e incluída, enquanto tal, no Código Penal Brasileiro via Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (BRASIL, 1890), sendo revogado apenas em 1936, durante o governo de Getúlio Vargas².

¹A capoeira foi elevada à categoria de Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério da Cultura, em 15/07/2008.

²Em 1936, após uma apresentação que Manuel do Reis Machado, Mestre Bimba, fez para Juracy Magalhães, então governador da Bahia, a capoeira foi reconhecida como esporte. A revogação do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, constante do 1º Código Penal brasileiro, ocorre apenas em 1942, deixando de figurar como crime no 2º Código Penal brasileiro. Em 1953, por ocasião de uma apresentação para o Presidente da República Getúlio Vargas, este, encantado, chegou, inclusive, a declarar que a capoeira seria “o único esporte verdadeiramente nacional”. Dado que há muita desinformação quanto às datas desses eventos, consultamos o Mestre Raimundo Cesar Itapoan, discípulo mais antigo de Mestre Bimba. Disponível em: <<http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=376&tipo=2>>. Acesso em: 20 jun. 2016



Figura 1: Fotografia de Mestre Bimba sendo recebido por Getúlio Vargas.

As músicas e letras que compõem o ritual do jogo da capoeira, além de constituírem um registro histórico de uma época, cujas marcas e fraturas ainda se fazem presentes em nossa sociedade, são uma forma de não esquecer a barbárie cometida em território brasileiro sob o regime escravocrata, portanto, expressão de resistência, das mais antigas, de nossos antepassados negros contra toda e qualquer forma de opressão e discriminação. Trabalhar com o significado das letras e cânticos que acompanham o jogo da capoeira no campo da educação pode contribuir para que as pessoas, em particular os afrodescendentes, jamais se esqueçam do que ocorreu e não deixem que isso ocorra novamente – isto é, que seja humilhado, oprimido e tampouco obrigado a trabalhar em condições aviltantes.

Desse modo, assim como Theodor Adorno pensou uma educação contra a barbárie (ADORNO, 1995), cometida pelos regimes nazifascistas que conduziram o mundo à Segunda Guerra Mundial, torna-se premente, no Brasil, pensar uma educação dirigida à emancipação, posicionando-se contra a barbárie implantada pelo regime escravocrata, cujas consequências se fazem sentir até hoje junto à população pobre e negra do nosso país. O filósofo alemão Axel Honneth, da terceira geração da teoria crítica, também conhecida como Escola de Frankfurt, traz novas contribuições para esse debate, em seu livro *Luta por Reconhecimento* (HONNETH, 2003), ao mencionar que a *teoria social crítica* deve ser ancorada “no processo de construção social da identidade”, cuja gramática envolveria necessariamente a “luta pela construção da identidade”, entendida pelo autor como “luta pelo reconhecimento” nos planos pessoal, jurídico e sociocultural. Na verdade, Honneth (2003) está se referindo à premência do reconhecimento da contribuição de todas as populações socialmente prejudicadas no mundo contemporâneo,

encontrando, na luta por reconhecimento, a condição para o avanço moral da civilização ocidental.

Suas reflexões são de suma importância para esta pesquisa, uma vez que ressaltam a importância da luta pelo reconhecimento dos direitos e do valor das populações, com seus costumes e cultura, que sofreram sérias restrições neste país. Acreditamos que as músicas, associadas ao ritual das rodas de capoeira, expressam justamente a luta dos afrodescendentes pelo reconhecimento de sua cultura ancestral – cuja força tem sido responsável por romper com a amnésia social imposta sobre a história do negro no Brasil - sendo um dos caminhos para a conquista da libertação e do reconhecimento, constituindo-se, assim, um saber fundamental a ser transmitido às novas gerações e incorporado ao ensino de história na escola. Daí a ênfase dada, neste trabalho, ao aprendizado dos movimentos da capoeira e de suas músicas.

Devido à minha experiência no convívio com a comunidade de capoeira no Brasil e no exterior, acumulada ao longo de 47 anos e, tendo a oportunidade acadêmica³ de pesquisar sobre as origens desta arte / luta ancestral, considereei necessário aprofundar-me na pesquisa sobre as origens da capoeira nos estados de Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, onde a capoeira é, ainda hoje, bastante expressiva, o que pode ser explicado pelo fato de se tratarem de Estados que receberam significativa quantidade de escravizados africanos.

A pesquisa de campo consistiu-se na realização de experiências culturais de docência compartilhada de capoeira, como parte de um projeto de políticas públicas voltadas à Educação⁴, na Escola de Aplicação da USP, envolvendo o ritual da roda de capoeira, suas músicas, cânticos e responsórios, a prática dos instrumentos que o acompanham e o jogo propriamente dito. O objetivo de tal estudo foi refletir sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos níveis fundamental e médio da Educação Básica, conforme as exigências das Leis nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) que altera a Lei no 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; além da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) que estabelece as diretrizes e bases da

³Refiro-me ao grupo de estudos e pesquisas *Multiculturalismo e Educação* (CNPq), coordenado por minha orientadora Profa. Dra. Mônica do Amaral, cujas pesquisas se voltaram para a inserção do diálogo entre culturas ancestrais e contemporâneas na escola pública de São Paulo.

⁴A presente pesquisa tomou como base a vivência cultural da capoeira que iniciei em 2013 neste ano como parte do Projeto de Políticas Públicas: *Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo, a contestação estético-musical que emancipa e educa*, em parceria da FEUSP com a Escola de Aplicação da USP e, depois, com a EMEF Amorim Lima (Processo FAPESP: 2010/52002-9)

educação nacional, par incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, estabelecendo o seguinte:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”. (BRASIL, 2008).

E desse modo, contribuir para uma educação voltada à emancipação, cujo sentido foi ressignificado a partir das teses de Axel Honneth, para refletir sobre o contexto de formação e da resistência do negro escravizado no Brasil, com ênfase em suas lutas por reconhecimento e construção de sua identidade cultural. Consideramos que o estudo apresentado por Honneth foi de fundamental importância para pensarmos teoricamente o contexto em que se insere a luta pelo reconhecimento, não apenas da capoeira, mas das inúmeras comunidades que a praticam.

Inspirando-nos, portanto, basicamente, nas ideias de Axel Honneth (2003) sobre a gramática dos conflitos envolvida na luta pelo reconhecimento das culturas e povos historicamente prejudicados, sustentamos a ideia de que o reconhecimento da capoeira no mundo contemporâneo torna-se fundamental para o fortalecimento desta e de outras manifestações culturais cujas raízes remontam à diáspora negra do Atlântico, bem como para o avanço moral do conjunto da sociedade brasileira. A leitura de Clóvis Moura (1988; 1994) foi fundamental para compreendermos como se deu a dialética da construção e da desconstrução da identidade do negro no Brasil, depois de mais de três séculos de escravidão, seguida de longos anos de exclusão do mercado de trabalho, cujas manifestações culturais e religiosas penetraram na vida cultural brasileira a despeito de todas as tentativas de apagá-la de nossa memória. E, particularmente, sobre a capoeira e toda a sua rica contribuição para a cultura brasileira, apoiamo-nos nos estudos de um estudioso da capoeira, Waldeloir Rego (1968).

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa de campo na escola, bem como a pesquisa e interpretação dos fatos históricos que marcaram as origens da capoeira no Brasil, orientaram-se pelo viés de Chalhoub (2011), que ressalta a importância de perseguir e “rastrear” os vestígios e indícios da cultura afrodescendente, passo fundamental para a reconstrução da história e cultura do negro no Brasil, as quais foram objetos de constantes tentativas de anulação e apagamento da memória social de nosso povo. De outro lado, foi-nos fundamental a leitura de Vilém Flusser (1998), que atribui à forma de transmissão das culturas de matriz africana – denominada pelo autor de Paideia Africana, ou mais especificamente, Afro-brasileira – a dominância negra da cultura brasileira, a despeito das perseguições sofridas e tentativas de apagamento de suas contribuições para a história e cultura do país.

Apresento, a seguir, a ordenação e o conteúdo dos capítulos que compõem a presente dissertação.

Após essa introdução, no capítulo 2, relato como a minha história se encontra intimamente relacionada com a luta do negro pelo reconhecimento da capoeira no Brasil e pela afirmação étnico-racial dos afrodescendentes que contribuíram de maneira significativa para a preservação do seu legado cultural.

No capítulo 3, apresento uma discussão sobre a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003), procurando especificá-la a propósito da luta pelo reconhecimento do negro e da capoeira no Brasil, bem como as orientações teórico-metodológicas que nortearam nossa investigação.

No capítulo 4, apresento o resultado de minha pesquisa sobre o surgimento da capoeira nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, procurando ampliar as pesquisas acadêmicas que versam sobre o mundo da capoeira, com ênfase no período colonial e início da República, com base em entrevistas feitas por mim com os mestres mais antigos da capoeira ao longo de minha vida.

Por fim, no capítulo 5, apresento o desenvolvimento da pesquisa da capoeira, coordenada por mim, em parceria com professores da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, tomando-a como parâmetro para pensar as contribuições de uma experiência de introdução de uma cultura ancestral na prática escolar, por meio da docência compartilhada entre profissionais da capoeira e professores da rede pública.

Nas Considerações Finais, procuro articular as experiências de pesquisa tomando como base as reflexões sobre a Teoria do Reconhecimento e a história da capoeira, que, de algum

modo, estiveram presentes na condução e interpretação das experiências desenvolvidas na Escola de Aplicação.

2. COMO A MINHA HISTÓRIA SE ENTRELAÇA COM A HISTÓRIA DA CAPOEIRA EM SÃO PAULO

Joguei, sorri e chorei

Academias, batizados, faculdades
Carnaval, rodas de rua, dificuldades
Favelas, presídios, casas beneficentes
Forças Armadas, asilos, crianças carentes (...)
Estrangeiros, casas noturnas requintadas (...)
Teatros, amigos que topam qualquer parada (...)
No jogo da vida e no jogo da capoeira, quem diria... (...)
Joguei, andei, sorri, cantei
E chorei de tristeza e de alegria...

Mestre Valdenor

Nasci em Mairi – sertão árido da Bahia próximo a Feira de Santana, onde a cultura do sisal sempre foi muito forte – em nove de setembro de 1951. Eu e meus pais, Juvenal V. dos Santos e Elenita Silva dos Santos, chegamos em 1954 à Santo André, município do Grande ABC Paulista, na época, um dos polos industriais mais importantes da região⁵. A concentração industrial na cidade remonta ao final do século XIX, caracterizada por um misto de indústrias químicas e têxteis, que combinavam modos de produção industrial e artesanal. No entanto, no final da década de 50, muitas destas indústrias desapareceram, somente aquelas que acompanharam as inovações tecnológicas permaneceram. Após o denominado “milagre econômico” dos anos setenta, em que se verificou a expansão e a concentração industrial na região de São Paulo, verificou-se um período de recessão durante o qual a Região do ABC perdeu grande parte do seu parque industrial, dentre outros motivos, em razão dos incentivos fiscais oferecidos pelas cidades do interior paulista. Diante desta realidade, associada à política de incentivo à vinda do capital estrangeiro adotadas pelos governos Collor e Fernando Henrique, o parque industrial de Santo André deu lugar a grandes shoppings, com forte presença de produtos estrangeiros. Inicia-se assim a expansão dos setores comercial e de serviços (ENCONTRA SP, 2016).

Trago comigo uma história semelhante a de muitos retirantes do Nordeste, que migraram para a cidade grande em busca de melhores condições de vida. Mais tarde, soube que o motivo de meus pais terem deixado a vida na roça era o investimento em minha educação.

⁵ Consultados Cf. site da Prefeitura de Santo André, História de Santo André: Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/cidade-de-santo-andre/historia>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Meu pai, baiano, negro, forte, alto, de fala mansa, porém sempre muito firme, trazia os traços e costumes que lembravam os negros Malês⁶, nação de africanos escravizados na Bahia, no final do século XVIII, que, na época, já se destacavam por serem cultos e dominarem até três idiomas. Minha mãe, mestiça, de ascendência indígena e portuguesa, era, como de hábito, no Nordeste, chamada de “bugre”, uma forma estereotipada de se referir ao indígena brasileiro. Só mais tarde me dei conta que essa era uma das estratégias dominantes de banir para o esquecimento as raízes da diversidade étnica que constituíram as origens de minha família e de muitos brasileiros com tal ascendência. Minha mãe, companheira em todos os momentos, carinhosa, lutadora, mãe de santo, no ritual da Umbanda⁷, era prendada na cozinha e ótima costureira. Basta dizer que até poucos anos atrás, ao encontrar amigos de infância, eles sempre lembravam o quanto era impecável meu uniforme escolar, talvez refletindo uma preocupação de minha mãe com a aparência do filho, com a intenção de protegê-lo de possíveis preconceitos que pesavam em nossa sociedade sobre negros e pobres. A umbanda sempre procurou legitimar-se pelo apagamento de feições herdadas do candomblé, sua matriz negra, especialmente os traços referidos a modelos de comportamento e mentalidade que denotam a origem tribal e depois escrava, mantendo, contudo, essas marcas na constituição do panteão, conforme relata Prandi (1995/96).

Nossa primeira casa, construída em um terreno na Vila Guarani, em Santo André, custara a meu pai quatro a seis horas diárias de trabalho, por mais de um ano, além das outras doze horas ou mais no seu emprego, como mestre de obras, na construção civil.

Após o grupo escolar, onde fiz o antigo primário, fui matriculado na escola de ensino privado, Senador Flaquer, no centro de Santo André, onde passei a ter contato com crianças de outras classes sociais. Pela primeira vez, deparei-me, não apenas com a diferença de classes, mas com a distinção racial. Tanto era assim, que havia apenas dois negros em minha sala de aula, eu e um amigo. Situação que me trouxe muitas dificuldades de adaptação frente à maioria

⁶ “Revolta dos Malês”, que se deu em Salvador, em 25 de janeiro de 1835, a única revolta de caráter urbano no Brasil Colônia. Inconformados com a imposição do catolicismo aos africanos e movidos pela ideia de construir uma nação islâmica, lutaram pela abolição da escravatura. José dos Reis (2003) ressalta que a “identidade e a solidariedade étnicas” constituíram um importante fator a entrar em jogo em uma revolta, que embora tenha sido logo “esmagada”, permaneceu por muitos anos no imaginário dos escravizados e das elites. Com medo de que novos levantes se espalhassem pelo país, instaurou-se uma “vigilância cuidadosa” e uma “repressão abusiva” sobre os escravizados urbanos.

⁷ No século XX, nasceu a umbanda, que tem sido reiteradamente identificada como sendo a religião brasileira por excelência. Formada no Brasil, ela resulta do encontro de tradições africanas, espíritas e católicas. Ao contrário das religiões negras tradicionais que se constituíram como religiões de grupos negros, a umbanda surge como religião universal, isto é, dirigida a todos.

dos alunos que era constituída de garotos ricos e brancos. Até então, eu não tinha a menor ideia do que era preconceito ou racismo, mas pressentia haver algo estranho.

Minha infância, a partir deste momento, não se resumia mais às brincadeiras com amigos de rua, marreta, bola de gude, pipa, uma vez que as exigências escolares foram redobradas, tanto por me encontrar em uma nova fase escolar como por me exigir, assim como meus pais, uma competência equiparável a dos demais alunos.

Em janeiro de 1963, fui com meus pais visitar Mairí, na Bahia. Era a primeira vez que via meu pai tão feliz e descontraído, junto aos familiares e amigos, particularmente por ocasião da Folia de Reis, manifestação cultural que ele abandonara quando da chegada à São Paulo, uma vez que a luta pela sobrevivência, como carpinteiro de ofício, o afastou definitivamente de suas raízes culturais. Foi um momento importante de minha adolescência, em que pude ver meu pai cantar e tocar pandeiro, alternando chamados e respostas típicas do reisado, uma prática comum nas manifestações culturais de origem africana, e que teve grande influência no meu percurso na capoeira.

Embora tivessem as mesmas raízes, o ritual do reisado remetia a um sonho de reconhecimento desde os tempos idos do Brasil Colônia pelos escravizados de reconstruir os seus reinos destruídos pela colonização europeia, ainda que apenas no plano simbólico. Prandi (2000, p. 54) ressalta que as primeiras gerações de escravizados no Brasil Colônia perderam a memória devido à “destruição no Brasil das linhagens da família africana”, o que impediu que a ancestralidade de seus membros fosse restabelecida, a não ser por meio da “concepção mítica das linhagens”. Já os afrodescendentes que foram trazidos para o Brasil na última fase do tráfico, trouxeram guardadas, na memória, suas origens, o que fora responsável pela potencialização da cultura.

Enquanto que a capoeira nasceu como luta e resistência à exploração escravocrata implantada no país, desde o início da colonização portuguesa, ideia que pode ser depreendida das músicas de capoeira e depoimentos dos mestres mais antigos.

O que une esses dois rituais talvez seja a necessidade dos afrodescendentes de valorização de suas origens e, de acordo com Carril (2006), de reterritorialização social, cultural e histórica.

Dando continuidade à rememoração de momentos importantes da minha história, em que se entrelaçaram a capoeira e a luta pelo reconhecimento desta prática ancestral, recordo-me, em meio à ditadura militar, em agosto de 1969, de ações do guerrilheiro Carlos Marighella que, em confronto com o regime ditatorial instaurado no país, incendiou duas viaturas policiais

no Parque das Nações, situado no bairro de Santo André. Não se pode esquecer do importante papel exercido por ele no combate à ditadura militar, e que durante os anos de chumbo, sob o governo Médici, fundou a Aliança Libertadora Nacional (ALN), participando, de modo corajoso, da luta armada⁸.

Nesse período, uma boa parte dos ônibus municipais da minha cidade transitavam com dois soldados do exército, um na porta da frente, outro na porta de trás, ambos com as baionetas caladas. Foi nesse ambiente tenso politicamente que iniciei a prática da capoeira, em agosto de 1969. Recém-saído do Serviço Militar de Guerra, comecei a praticar halteres em uma academia. No terceiro dia de treino, observei um jovem gesticulando e conversando com o proprietário da mesma, quando, de repente, começou a fazer alguns meneios com o corpo - golpes e saltos - era o Mestre Andrade, demonstrando-lhe o que era a capoeira. Três dias foram suficientes para que eu abandonasse o halterofilismo e me iniciasse nessa arte e luta brasileira, indo ao encontro de uma prática cultivada por meus antepassados.

Quando comecei a praticar a capoeira, não tinha a menor consciência do que ela iria representar em minha vida, embora sentisse desde o início uma sensação maravilhosa de liberdade e ligação às raízes do meu povo, sobretudo quando comecei a gingar ao som do berimbau, há 47 anos. Também não tinha noção do quanto a capoeira era discriminada. Meu primeiro impacto, aos 18 anos de idade, foi numa tarde em que eu deixava o treino e descia pela Rua Oliveira Lima, centro de Santo André, levando na mão um berimbau, quando a Polícia Militar abordou-me, exigindo os meus documentos. Mesmo depois de lhes mostrar o que pedia, um deles me disse: “*Você é capoeirista, hein?*”, em tom desafiador. E continuou: “*Gosta de uma briguinha, vem, vamos dar uma volta com a gente!*”.

Sem saber o que iria acontecer comigo, um sentimento de medo tomou conta de mim, o suor frio escorria pelo meu rosto e corpo. Perguntava-me se seria preso, afinal não havia feito nada, quando me veio à lembrança as palavras de meu pai, que sempre se orgulhara de nunca ter pisado numa delegacia, tomando isto como sinal de retidão e honestidade e sempre me orientara a ficar longe de situações de risco, estar atento às companhias, horários e locais a frequentar. Diante dessa ocorrência, sem nenhuma explicação, eu me questionava sobre o que havia feito de errado. Além disso, outros pensamentos me vieram à cabeça, poderia eu sofrer

⁸ Em 1968, com o avanço do movimento estudantil e do movimento operário no combate à ditadura e posterior recrudescimento da repressão que abateu sobre esses movimentos, Marighella participou de diversas ações guerrilheiras para a obtenção de fundos para a ALN, dentre elas o sequestro do embaixador norte-americano, em ação unificada com o MR-8, sob o comando do Capitão Lamarca. (FUNDAÇÃO DINARCO REIS, 2016).

alguma agressão física, o que até hoje, é possível, quando a abordagem vem de policiais irresponsáveis. Em seguida, “jogaram-me” na viatura e, após uns dez minutos, quando chegaram a um terreno baldio onde hoje é o supermercado Extra, no Ipiranguinha, estacionaram-na, desceram, se distanciaram, deixando-me lá dentro. Após um determinado tempo, retornaram, pegaram a Av. Santos Dumont, sentido Mauá, e, passado uns oitocentos metros, me mandaram descer. Ficou claro para mim que esta atitude dos policiais foi uma forma de intimidação, não apenas pelo fato de eu ser negro, mas por eu ser um capoeirista.

Desde esse acontecimento até os dias de hoje, passaram-se quase 50 anos, entre os quais tive contato com muitos policiais militares, alguns ex-alunos, a quem aprendi a admirar pela retidão de suas ações, mas devo confessar que desde aquela abordagem arbitrária, passei a observar melhor o comportamento desses profissionais.

Na verdade, esse episódio retrata a criminalização da população negra deste país, desde os tempos idos coloniais, que colocou o negro como alguém considerado, em princípio, suspeito e que, no limite, pode ser morto. Embora nos encontrássemos em meados século XX, eu não via tanta diferença em relação ao que fora experimentado pelos negros das gerações anteriores.

Pesquisas mais recentes têm apontado que não houve mudanças significativas, o que pode ser evidenciado pelas taxas assustadoramente crescentes de mortes da juventude negra no Brasil, apresentadas no Mapa da Violência:

Entre os jovens, a situação é mais preocupante: o número de vítimas brancas cai 32,3%. O número de vítimas jovens negras aumenta 32,4%: o diametralmente oposto. As taxas brancas caem 28,6% enquanto as negras aumentam 6,5%. Com isso, o índice de vitimização negra total passa de 79,9% em 2002 (morrem proporcionalmente 79,9% mais jovens negros que brancos) para 168,6% em 2012, o que representa um aumento de 111% na vitimização de jovens negros. (WASELFSZ, 2014, p. 167).

Ao experimentar o constrangimento que meus antepassados provavelmente enfrentaram, pareceu-me que nada havia mudado. Talvez a dificuldade que nosso movimento teve até hoje para reconhecer a profissão deva-se ao medo branco da força de resistência do negro e a discriminação e preconceito a ele direcionados, que faz com que se associe o negro e a capoeira à revolta e à vadiagem, encobrindo, na verdade, uma história de resistência e lutas em busca da liberdade.

Experiências ruins como essas também me fortaleceram, afinal com elas é que fui tomando conhecimento da história da capoeira e, cada vez mais, sentindo na pele as dificuldades geradas pelo preconceito e pela discriminação, com relação à capoeira e ao capoeirista.

Com o passar dos anos, meu apego à capoeira só aumentava, assim como o entendimento de sua história, o que me estimulou a investigar a importância do negro para a formação cultural de nosso país, em particular da própria capoeira. Daí minha luta, não apenas para a formação de novos mestres, mas também para a sua difusão nas escolas. Sem encontrar apoio e reconhecimento para a nossa prática de capoeira no Brasil, também procurei difundi-la em outros países, como muitos mestres já haviam feito.

Durante mais de 40 anos dediquei-me à formação de inúmeros mestres de capoeira, assim como à organização dos capoeiristas, visando o fortalecimento e o reconhecimento dessa cultura, não sem enfrentar inúmeros obstáculos para a efetivação desses objetivos. Dentre os diversos momentos importantes dos quais participei, destaco a organização de cinco congressos realizados, muitas vezes, sem apoio efetivo do governo, contando tão somente com a boa vontade da comunidade.

Em 1990, o Brasil tinha um novo Presidente, Fernando Collor de Mello, e a política de apoio à cultura passava por mudanças significativas. Acreditando que teríamos apoio governamental, envidei esforços para atender a um convite de participação no Festival de Cultura em Londres, para o qual selecionei vinte mestres de capoeira de SP, MG, RJ e CE, criando o Grupo de Capoeira Brasil Ginga Show⁹. Ensaíamos arduamente por oito meses e, mais uma vez, não pudemos contar com o apoio e financiamento governamental. Mesmo assim, embarcamos rumo à Inglaterra, contando com nossos próprios recursos.

O contato com o cantor Gilberto Gil, que mais tarde viria a ser Ministro da Cultura, foi-nos muito útil na Inglaterra, pois pudemos participar da programação de uma casa de cultura local. Observe-se que Gilberto Gil havia dado importante contribuição à gravação do LP *Curso de Capoeira Regional* gravado no JS Estúdio, na Bahia (MESTRE BIMBA, 1969). Simpatizante da capoeira, Gilberto Gil tem no seu repertório uma música mundialmente conhecida *Domingo no Parque* em que narra a contenda entre dois capoeiristas, José e João, por causa de Maria. Em novembro de 1980, eu, o Mestre Hermes¹⁰ e o Mestre Mauro¹¹ viajamos

⁹O Grupo de Capoeira Brasil Ginga Show, ao retornar da Europa, ganhou um novo status, ao se converter em Confederação Internacional de Capoeira.

¹⁰Mestre Hermes S. dos Santos, um dos mais importantes capoeiristas da atualidade, iniciou a Capoeira com Luiz Roberto Ferreira (Mestre Carioca), atleta de destaque pela técnica e disciplina, inúmeras vezes Campeão Paulista e Brasileiro, formado pela Nova Luanda. Mestre Hermes é professor de educação física, terapeuta corporal, técnico das seleções Paulista e Brasileira, árbitro, campeão brasileiro, também formado pela Nova Luanda e criador do atual Regulamento de Competições da Rede CIC – Confederação Internacional de Capoeira, FBC – Federação Brasileira de Capoeira e FPC – Federação Paulista de Capoeira.

¹¹Mestre Mauro Porto Rocha, chega à Nova Luanda em 1980, ainda adolescente, oriundo de um projeto voluntário, realizado em minha casa, a pedido de meu aluno Ataíde Pereira, então comandante da Guarda Mirim de Santo André. Mestre Mauro, é um dos mais importantes nomes da capoeira/competição, tendo permanecido invicto como

de Londres para a Alemanha, a convite de uma amiga comum, Evelyn, alemã, capoeirista que estivera anos antes no Brasil. Foi por ocasião do primeiro aniversário da queda do Muro de Berlim, uma inesquecível lição de cultura política *in loco*. Evelyn contou-nos que muita gente foi separada de seus entes queridos, ela mesma ficou anos sem ter notícias de um dos seus tios, só podendo revê-lo após 9 de novembro de 1980, com a queda do muro.

Pensei, enquanto ouvia seu relato, que se essa experiência fora traumática para as famílias alemãs, separadas pelo Muro de Berlim, quão traumática teria sido a separação para as famílias dos afrodescendentes, incluindo a minha, não apenas no continente de origem, como nos países para onde foram levadas, onde grassavam políticas desumanas de separação de pais, mães e filhos, que dilacerou tantas famílias guiadas por um único objetivo: a obtenção de lucro por meio da venda da mão de obra escrava, e que ocasionou tão graves consequências para seus descendentes dos pontos de vista social, cultural, familiar e psicológico.

Logo depois que voltei do exterior, assumi a direção da Federação Paulista de Capoeira, uma das maiores experiências profissionais de minha carreira, marcada por inúmeros percalços e, claro, também por vitórias, onde pude conhecer de perto a realidade dos capoeiristas, principalmente do nosso Estado e o quanto os mestres de capoeira sofriam em todo o país para manter viva nossa cultura com tão pouco apoio governamental.

As experiências por mim vividas e aqui relatadas me levam a crer que as situações difíceis que enfrentei em minha jornada profissional, assim como outros mestres de capoeira em todo o país, não são apenas fruto de coincidências; não me refiro a todas, mas, seguramente, a maioria delas se deve ao racismo e ao preconceito que incidem sobre o negro e a capoeira, o que diminui sobremaneira a valorização e as oportunidades de participação desses profissionais, seja no Brasil, seja no exterior.

Os afrodescendentes e sua cultura ganham oficialmente maior espaço social em 2012, um ano vitorioso para as comunidades negras, para a capoeira e para o capoeirista com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial¹², fruto da mobilização do Movimento Negro e

atleta por 12 anos (campeão paulista), hoje ministra aulas no Brasil e Exterior, a frente do grupo Mandinga, destacando-se ainda pelos projetos de inclusão social.

¹² Estatuto da Igualdade Racial, Seção IV - Do Esporte e Lazer.

(...)

Art. 21. O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

Art. 22. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

inúmeras comunidades negras do país, embora na Seção IV, Art. 22, o parágrafo 2º não possa ser ainda cumprido em razão de um importante fato que merece ser destacado: a profissão do capoeirista ainda não foi regulamentada.

As lutas, contudo, não pararam. Sempre fizeram parte da minha vivência na capoeira e em partidos políticos de esquerda, onde militei por alguns anos, de 1969 até os dias atuais, sacrificando em muitos momentos minha família, ao participar de eventos de toda natureza ligados à capoeira, que me mantiveram ausente de casa por longos períodos. Muitas dessas experiências, que me levaram a ser homenageado, recebendo títulos, troféus, ou qualquer outra forma de reconhecimento, dificilmente foram acompanhados de uma remuneração digna, que pudesse atender às necessidades de minha família, uma vez que as condecorações embora bem-vindas, não colocavam o “feijão à mesa”. O único prêmio que eu me lembre de ter vindo acompanhado de ajuda financeira foi o *Iê Viva Meu Mestre*, promovido pela Fundação Palmares, – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério da Cultura do Brasil, no ano de 2010.

Para além de momentos dramáticos de minha vida pessoal, como os que acabei de relatar, e voltando o olhar em direção às conquistas para toda a comunidade capoeira, é preciso reconhecer que minha luta, assim como de inúmeros outros mestres, não foram em vão. Alguns dos resultados importantes de nossa mobilização foi ter obtido o apoio do Deputado Zarattini PT/SP à elaboração e aprovação do Projeto de Lei¹³, 2858 de 2008, na Câmara de Deputados, aguardando sua tramitação no Senado, e, com o mesmo afinco, do Vereador Paulo Fiorilo, que encampou o Projeto de Lei Municipal, 01-00396¹⁴ em tramitação na Câmara dos Vereadores, que regulamenta a presença da capoeira nas escolas. Ressalte-se que a importância desse projeto

§ 2º É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos...

¹³Projeto de Lei 2858 de 2008 de autoria do Deputado Federal, Carlos Zarattini, PT.SP, já aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados e que deverá ser analisado pelas demais comissões: Turismo e Desporto, Trabalho, Administração e Serviço Público, Constituição e Justiça e Cidadania. Art.5º ficam reconhecidas como profissão as atividades de capoeira nas modalidades de luta e esporte. Art.9º As unidades de ensino fundamental e médio integrarão em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música.

¹⁴ Projeto de Lei 01-00396/2016 do Vereador Paulo Fiorilo (PT) "Institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de educação básica, públicos. A Câmara Municipal de São Paulo Decreta: Art. 1º É reconhecido o caráter educacional e formativo da atividade de capoeira em suas manifestações culturais e esportivas. Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 03/08/2016, p. 89. Para informações sobre este projeto, visite o site: <http://www.camara.sp.gov.br>.

consiste no reconhecimento da capoeira como profissão, abrindo espaço para sua inclusão no currículo regular das escolas dos níveis fundamental e médio.

A maneira como militei pela causa da capoeira e a falta de dinheiro interferiram e protelaram minha formação acadêmica. Comecei várias vezes o curso superior e sempre tive de interromper os estudos, até me definir pela área de Comunicação, onde me formei em 2010 no curso de Rádio e TV, tendo concluído, em 2012, a pós-graduação MBA, Lato Sensu em Cinema, Vídeo, Fotografia e Multimeios. Tal formação abriu-me portas para um projeto de educação, que agora seria ampliado e aprofundado numa área à qual me dediquei por anos a fio no campo da capoeira, ou seja, a formação de jovens. Experiência adquirida pela minha atuação nas comunidades na Vila Magini, Mauá - Cata Preta, Santo André - Comunidade Heliópolis, São Paulo, além da antiga FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, hoje Fundação Casa, dentre outros, ao longo destes quarenta e sete anos de aprendizado na capoeira. O mais interessante é que cada contato com um grupo de jovens é sempre um novo aprendizado. Nessa época, comecei a participar como bolsista pesquisador, exercendo a função de cinegrafista, junto a um Projeto de Políticas Públicas¹⁵ em Educação, financiado pela FAPESP e coordenado pela professora doutora Mônica G. T. do Amaral. Quando houve a oportunidade, propus uma “vivência” de capoeira, que foi oferecida como parte de um segundo momento da pesquisa, realizada no ano de 2013, junto à Escola de Aplicação da USP, e que acabou se constituindo em material desta dissertação.

No caso do termo vivência, recorremos ao filósofo alemão Walter Benjamin e definimos como “vivências culturais”, as atividades teóricas e práticas de capoeira com nossos alunos, ao invés de tratá-la apenas como oficinas ou experiências:

uma vez que Benjamin deu origem a uma sofisticada teoria da experiência, dialogando, por um lado, com a teoria do conhecimento – especialmente a kantiana – e, por outro, com os problemas da ética e da verdade. Em seus primeiros escritos, considerou a experiência como um saber mascarado, opressor. Em seguida, após seus estudos da Crítica da Razão Pura, entendeu que o conceito kantiano de experiência era insuficiente para estruturar as diversas qualidades de experiência. Na década de 30, tempo de suas obras mais famosas, Benjamin concebeu ainda a experiência como o conhecimento tradicional, passado de geração em geração, e que vinha definindo com a modernidade. Por fim, em 1943, em um ensaio sobre Baudelaire, Walter Benjamin trouxe a experiência para o campo da sensibilidade, nomeando-a

¹⁵ Título do projeto de Políticas Públicas: *Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo: a contestação estético-musical que emancipa e educa* (processo FAPESP: 52002-9).

não mais como ‘experiência’ (*Erfahrung*), mas sim como ‘vivência’ (*Erlebnis*). Como apontam Lima e Baptista (2013, p. 449 e 484, grifo nosso).

Minha entrada no Mestrado em Educação na Universidade de São Paulo

Meu primeiro contato com o Grupo de Estudos da professora Mônica ocorreu em função de uma oportunidade que me foi dada para atuar como cinegrafista da equipe do *Projeto Rappers os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo: A estética musical que emancipa e educa*, que era desenvolvido na ONG Casa do Zezinho no Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo. Eu era responsável pelos registros em vídeo das vivências culturais de *Rap e letramento* da professora Ana Cláudia Florindo Fernandes, *Repensando São Paulo* da Dra. Lourdes B. Carril e professora Patricia Hetti, *Música e Percussão com instrumentos indígenas e afro-brasileiros*, coordenado pela então mestranda Raquel Martins; *de dança Break*, dirigido pela professora Cristiane Dias e de *Graffiti*, pelo professor Vinicius Puttini, que me informou da existência da vaga para cinegrafista.

A experiência no projeto, que hoje conta com cerca de dezesseis integrantes, tem sido muito rica e se estende até os dias atuais.

Em conversa com a professora Mônica do Amaral, numa tarde de 2012, ela me perguntou: “*Valdenor, você tem intenções de fazer o Mestrado*”? Eu fiquei alguns segundos refletindo: fazer o Mestrado na USP... Nunca pensei que isto seria possível para mim.

Daí respondi que sim e imediatamente fiz outra pergunta a ela: “*Pode ser na área da capoeira*”? Ela me respondeu que sim, desde que eu lhe apresentasse a história dessa arte ancestral. Um sentimento inexplicável tomou conta de mim naquele instante. A professora Mônica então me aconselhou a dominar um idioma além da Língua Portuguesa, escrever um projeto para a capoeira/educação, de preferência apoiado em uma pesquisa de campo bem detalhada. Minha primeira iniciativa foi me inscrever no curso de Espanhol da FFLCH/USP, em seguida iniciar a Pesquisa de Campo em uma escola e elaborar o projeto. O nome do meu projeto? A Roda de Capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos. Prestei o exame de proficiência em Espanhol, prestei a prova escrita, passei pela análise do projeto e finalmente pela entrevista. A ansiedade era tanta que o suor escorria pela coluna e eu sentia a umidade da roupa na linha da cintura. Terminada a entrevista, uma das professoras me disse: “*Sr. Valdenor, agora é aguardar o resultado que sairá daqui a quinze dias.*” Todas me desejaram boa sorte e não me contive, desabei no choro. Choro misto de alegria e de emoção. Elas preocupadas me perguntavam: “*O Sr. está bem? Aceita um copo com água?*” Eu respondi: “*Está tudo bem, sim*”.

Posso dizer que não um, mas vários filmes passaram pela minha cabeça naquele momento. As dificuldades que encontrei na infância para me adaptar à escola, o fato de meus pais terem vindo para São Paulo, preocupados com a minha formação, e agora eu nem tinha como contar a eles que estava entrando na Universidade de São Paulo. Pensava comigo, como teriam ficado contentes e orgulhosos de seu filho, meu pai e minha mãe, que agora já se encontram em outro plano. Mas espero que esta conquista fique como modelo para meus irmãos, meus filhos e familiares, uma vez que sou o primeiro negro da família a fazer um Mestrado. Acredito que eu seja um exemplo para eles, uma vez que, nas famílias de afrodescendentes, o que mais nos falta é o modelo de um percurso intelectual e de como é difícil para uma criança ter motivação para frequentar a escola, quando não há modelos em sua família que tenham chegado à universidade, como pais, avós e demais familiares, os quais nunca tiveram tal oportunidade.

Ali estava eu, prestes a iniciar meu Mestrado em Psicologia da Educação na Universidade de São Paulo, mesmo tardiamente, como grande parte dos afrodescendentes do nosso país, que tiveram por muito tempo negado o direito à educação. Mas hoje este direito é garantido por meio das cotas, como parte de uma política de reparação.

Fui recepcionado pelo grupo de estudos da professora Mônica Amaral de maneira muito acolhedora. Fiquei encantado com os temas e as formas pelas quais se desencadeavam as discussões, pois nunca tinha visto um grupo de trabalho centrado em reflexões sobre o tráfico negreiro, a escravidão, as dificuldades sociais, o racismo, o preconceito e a discriminação, tratadas com um olhar que busca entender não somente as causas, mas também os efeitos da situação social do negro, em que este é visto também como protagonista de sua história, o que vai muito além da história escrita pelo colonizador.

O contato com o universo acadêmico fez com que eu aprofundasse minhas reflexões acerca das relações étnico-raciais e fortaleceu minha confiança e coragem em continuar defendendo nossas tradições, valores culturais, presentes na literatura, artes, danças, música, religião, moda e culinária. O contato com novos autores, a cada nova disciplina cursada, só aumentou minha conscientização, tornando claro o entendimento sobre o desdobramento da diáspora africana no Brasil e o porquê do negro encontrar tantas dificuldades para se firmar na sociedade, até os dias atuais.

Além das experiências da pesquisa de campo, que forneceram todo o material para a presente dissertação, tive a oportunidade em 2015, ao lado de outros parceiros do nosso Grupo de Estudos e Pesquisa, de compor a equipe de Arte-Educadores e Formadores do Núcleo de

Educação Étnico-racial - NERER, da Coordenadoria Pedagógica – COPED – da Secretaria Municipal de Educação - SME - da Cidade de São Paulo, coordenado pelo professor Rafael Ferreira da Silva, graças à parceria estabelecida entre o referido Núcleo e nosso grupo de pesquisa, coordenado pela Profa. Dra Mônica do Amaral. O que temos observado é que SME, não só pela atuação do Núcleo Étnico-racial, mas por meio de seus vários setores, tem ampliado as ações da proposta de *Descolonização do Currículo*, tendo sido tema de palestra proferida por Eliane C. Santos na formação de professores promovida neste mesmo ano, na Divisão de Educação de Jovens e Adultos, DIEJA, sob a coordenação da sua Diretora Prof^ª Livia Maria Antongiovanni. A Descolonização do Currículo foi também um dos eixos norteadores do II Congresso Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais, realizado dias 23 e 24 de Junho de 2016, na Universidade Uninove, Campus Barra Funda, realização pelo Núcleo Educação para as Relações Étnico-Raciais, da SME.

Participei, ao lado da professora Mônica do Amaral, da semana de formação inicial de quase duzentos professores do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM Urbano¹⁶ do Governo Federal. Esta atividade, etapa obrigatória para atuar no Programa, ocorreu entre 29 de setembro e 05 de outubro de 2015, e teve como objetivo, segundo sua assistente pedagógica, Lisandra Cortes Pingo, proporcionar aos educadores uma reflexão sobre os princípios do projeto pedagógico do Programa, que está fundamentado na própria juventude, suas diferentes identidades e suas relações com a sociedade, envolvendo temas como território, trabalho, cidadania, tecnologia, comunicação e cultura, que foram explorados nas perspectivas étnico-racial, de gênero e sexualidade e das tradições culturais populares. Toda a proposta formativa está pautada na descolonização do currículo, dos pensamentos e práticas educativas e, por isso, inclui muitas práticas tradicionais da cultura brasileira, como a capoeira.

Ministrei em novembro de 2015, por intermédio da Diretoria Regional de Ensino de Santo Amaro – DRESA, um curso de formação para um grupo de professores da Educação Infantil, trazendo a experiência obtida na pesquisa de campo efetuada junto às escolas do município, além do trabalho teórico-prático de capoeira. Junto a esse trabalho, levei, ainda, como convidado para complementar a formação, o Mestre Mariel, jogador de tradição, de

¹⁶O Programa PROJOVEM Urbano é um Programa do Governo Federal, que pode ser executado pelos Municípios e Estados, a partir de adesão. Os objetivos do programa são elevar a escolaridade, proporcionar uma formação profissional inicial e propiciar a emancipação cidadã de jovens entre 18 e 29 anos que já saibam ler e escrever e ainda não tenham concluído o ensino fundamental. Cada jovem recebe auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00, condicionado a 75% de presença nas atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos. Em São Paulo começou a ser implantado em 2014, oferecendo 2200 vagas e o início das aulas se deu em 23/03/2016.

Angra dos Reis/RJ. A recepção e reação dos professores ao conjunto das atividades, da capoeira e do jongo, foi acompanhada de grande contentamento e intensa participação. Os resultados foram comprovados quando das avaliações por escrito que nos foram entregues pelo grupo ao final da formação, nas quais os participantes teceram elogios à organização e aos formadores, relatando o quanto aprenderam sobre a importância da cultura popular e da necessidade desta no currículo escolar.

Também estivemos, eu e mais de sessenta capoeiristas, na XIII Semana de Alfabetização, Cidade Educadora: Diversidade de educandas e educandos do Movimento de Alfabetização, MOVA – SP – Educação de Jovens e Adultos, EJA 2015 no Palácio das Convenções do Anhembi, com um público de aproximadamente 2000 pessoas, onde pudemos comentar sobre a importância da capoeira enquanto cultura de resistência, arte, esporte, instrumento de cidadania e resgate da ancestralidade, além de uma apresentação prática realizada pelos capoeiristas presentes. O evento teve a participação das equipes administrativas e docentes das treze Diretorias Regionais da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo e do Prefeito Haddad, que participou conosco jogando capoeira na roda de abertura.

No momento, venho desenvolvendo outras atividades junto à comunidade de capoeira, promovendo a formação para instrutores, professores, contra-mestres e mestres de capoeira, onde divido minha experiência com estes profissionais, apresentando-lhes reflexões sobre as interseções entre a história da capoeira e a história do Brasil, além de enfatizar as relações étnico-raciais e a importância da contribuição do negro na formação do nosso país, incentivando-os a se instrumentarem por meio de novas leituras, preparando-os, assim, para atuarem nas escolas, mesmo nos contra-turnos, atendendo às leis federais 10.639/03 e 11.645/08. A importância dessas leis não pode ser minimizada, pois é preciso lembrar que as manifestações da cultura afro-brasileira foram perseguidas por muitos séculos e, especificamente, em relação a capoeira, foi proibida por lei no estado de São Paulo já no ano de 1833¹⁷.

Consideramos que a luta efetiva por reconhecimento das diversas dimensões desta arte ancestral, desenvolvida não apenas pelo autor deste trabalho, mas por toda a comunidade de

¹⁷ “Um dado histórico precioso, escrito por Carlos Carvalho Cavaleiro, para o site do Jornal a Nova Democracia, RJ, traz o registro de documentos que proibiam a capoeira no Estado de São Paulo, 56 anos antes desta ser incluída no Código Penal Brasileiro, como crime: ...a requerimento do Presidente da Província, Cel. Rafael Tobias de Aguiar, sorocabano, foi apresentado no dia 24 de janeiro de 1833 e aprovado pelo Conselho Geral em 1º de fevereiro do dito ano e publicado a 14 de março. Rezava como parte da Postura que: *“Toda pessoa que nas praças, ruas, casas públicas ou em qualquer outro lugar também público, praticar ou exercer o jogo denominado de capoeira ou qualquer outro gênero de luta”*. (CAVALHEIRO, 2004).

mestres e praticantes da capoeira, encontra fortes ressonâncias nas reflexões de Axel Honneth (2003) a propósito dos padrões de reconhecimento intersubjetivo, concebidos como fundamentais para a constituição da identidade pessoal, à qual acrescentaríamos, no caso do negro no Brasil, a identidade étnico racial. Dada a importância da teoria do reconhecimento para as reflexões que apresentamos ao longo deste trabalho, iniciaremos por sua apresentação.

3. A LUTA PELO RECONHECIMENTO

Em seu livro *Luta por Reconhecimento* o filósofo alemão Axel Honneth (2003), defende que a *teoria social crítica* deva ser ancorada “no processo de construção social da identidade”, entendida pelo autor como luta pelo reconhecimento nos planos pessoal, jurídico e sociocultural. Tal obra, publicada originalmente publicada em 1992, é a versão em livro da tese de Livre-Docência de Axel Honneth apresentada junto ao Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, onde foi assistente do filósofo alemão Jürgen Habermas entre 1984 e 1990, havendo, a partir de 1996, sucedido Habermas em seu posto na Universidade e assumindo, em 2001, a direção do Instituto de Pesquisa Social.

A *teoria do reconhecimento*, sustentada pelo autor, remete aos interesses e lutas do que ele designa como “populações historicamente prejudicadas”, que experimentam o reconhecimento como uma *necessidade real, efetiva*. O autor propõe-se, como filósofo da teoria crítica, a tratar essa necessidade efetiva como conceito, uma vez que se tornou cada vez mais urgente perante os deslocamentos populacionais no contexto pós-colonial, acrescentando elementos importantes ao debate acerca da reelaboração de culturas e identidades construídas a partir dos processos desencadeados pelas diásporas do passado e do presente.

Segundo Marcos Nobre (2013), cientista social e filósofo, brasileiro, no prefácio da edição brasileira de *A Luta por Reconhecimento*, Honneth não pode exatamente ser identificado com a *Escola de Frankfurt*, uma designação retrospectiva dada por alguns autores da Teoria Crítica que retornaram à Alemanha no pós-guerra, tendo como seus principais expoentes Max Horkheimer e Theodor W. Adorno; ainda que possa ser relacionado com a *Teoria Crítica*, que, de acordo com Nobre (2013, p. 08), “[...] designa um campo teórico muito mais amplo do que simplesmente essa configuração histórica que ficou conhecida por Escola de Frankfurt”. Relacionada ao marxismo, desde o conhecido artigo de Horkheimer, *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1937), a teoria crítica é apresentada como a teoria capaz de ir além da descrição do funcionamento da sociedade, buscando muito mais “[...] compreendê-la à luz de uma emancipação, ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria social vigente” (HONNETH, 2003, p. 9). Portanto, *uma teoria orientada para a emancipação da dominação*, o que implicaria necessariamente um comportamento crítico, tanto em relação ao conhecimento, quanto em relação à realidade que pretende retratar.

Em seu artigo, denominado *A teoria crítica de Axel Honneth – reconhecimento, liberdade e justiça*, Marcos Nobre (2013) afirma que Honneth propõe que se analisem “[...] as

bases morais de uma intersubjetividade fundada no reconhecimento recíproco, ou seja, nas experiências dos sujeitos humanos nos processos de formação de suas identidades”. (NOBRE, 2013, p. 59). Processo que seria mais facilmente identificável em negativo, ou seja, na “dinâmica social do desrespeito”.

A luta pelo reconhecimento é pensada por Honneth sob a ótica do conflito social, cuja “gramática” envolveria necessariamente a “*luta pela construção da identidade*”, entendida como “*luta pelo reconhecimento*”. Segundo Nobre (2013), para Honneth, a “*realidade social do conflito*” é “*estruturante da intersubjetividade*”.

Para compreender a luta pelo reconhecimento, Honneth precisou dar conta do “déficit sociológico da teoria crítica”, uma vez que esta teria desconsiderado a ação social como mediadora necessária entre as determinações socioeconômicas e a socialização do indivíduo. Conforme Nobre, Honneth defende que tal deficiência, na tradição da teoria crítica, se deve à “[...] confiança excessiva “em esquemas abstratos de funcionamento da sociedade, em macroestruturas que ocultam a verdadeira gramática social da infraestrutura comunicativa” (NOBRE, 2013, p. 15).

Inspirando-se nas formulações do jovem Hegel¹⁸ do período em que foi professor na Universidade de Jena e na psicologia social de George Mead¹⁹ (MEAD, 1940), Honneth considera que o processo de individuação está ligado a uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo que não se dá necessariamente de modo evolutivo, mas que se encontra na dependência da práxis histórica de uma dada sociedade. De acordo com Nobre (2013), para escapar da excessiva abstração da teoria crítica, Honneth retoma Hegel tentando conferir um caráter empírico materialista à sua teoria do reconhecimento com base na Psicologia Social de George Mead:

Mead insere, na autorrelação prática, uma tensão entre a vontade global internalizada e as pretensões de individuação, a qual deve levar a um conflito moral entre o sujeito e seu ambiente social, pois, para pôr em prática as exigências que afluem no íntimo, é necessário, em princípio, o assentimento de todos os membros da sociedade, visto que a vontade comum controla a própria ação até mesmo como norma interiorizada. É a existência do ‘Mim’ que força o sujeito a engajar-se, no interesse do seu próprio ‘Eu’, por novas formas de reconhecimento social. (HONNETH, 2013, p. 141).

¹⁸Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um filósofo alemão que desempenhou papel considerável na elaboração da teoria dialética do desenvolvimento. Sua filosofia era idealista. “Graças à dialética, a filosofia de Hegel de igual forma que as dos demais filósofos alemães de fins do século XVIII, converteu-se numa das fontes teóricas do marxismo”. (ROSENTAL; YUDIN, 1959).

¹⁹George Herbert Mead nasceu em South Hadley em 27 de fevereiro de 1863. Defensor das novas políticas educacionais, as preocupações reformistas de Mead não se limitaram à educação. Ele se juntou ao Hull House por Jane Addams e pioneiro no movimento de lares de assistência social de trabalho e também estava envolvido ativamente por muitos anos no City Club de Chicago, uma associação reformista de empresários e profissionais.

É importante lembrar que o *Me* incorpora as normas sociais, sendo este responsável por conferir uma “dimensão social à impulsividade do *Eu*”.

Segundo Honneth (2003), Hegel e Mead distinguem três tipos de reconhecimento recíproco: a *dedicação emotiva*, presente no amor e nas amizades; o *reconhecimento jurídico*, que diz respeito a receber da justiça igual tratamento e o *assentimento solidário*, uma forma de consentimento do grupo. A esse respeito, duas questões nos chamaram a atenção, o fato de que a autonomia do sujeito aumenta a cada etapa do reconhecimento recíproco e o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma nas três formas de reconhecimento recíproco.

A comprovação empírica e fenomênica do auto-respeito apenas se dá, no entanto, em sua versão negativa, ou seja, quando as formas de desrespeito tornam experienciável o reconhecimento denegado. Portanto, é a partir da voz silenciada daqueles cujos comportamentos denunciam “formas de representação simbólica da experiência de desrespeito”, é que se pode fazer ilações sobre o sentido do auto-respeito. Uma questão que se evidencia claramente quando os próprios grupos atingidos debatem publicamente a privação dos direitos fundamentais, sob o ponto de vista de que, com o reconhecimento denegado, perderam-se também as possibilidades do auto-respeito individual”. (HONNETH, 2003, p. 198). Ressalta o autor que, nessas circunstâncias, como a que presenciamos na luta pelos direitos civis do movimento negro nos EUA nas décadas de 1950 e 1960, emerge o significado psíquico subjacente ao reconhecimento jurídico do auto-respeito dos grupos excluídos: fica claro que a tolerância à desigualdade de direitos conduz a “[...] um sentimento paralisante de vergonha social, do qual só o protesto ativo e a resistência poderiam libertar”. (HONNETH, 2003, p. 198).

As três formas de reconhecimento, mencionadas pelo autor, que todo ser humano necessita – amor, direito e estima – seriam responsáveis, por sua vez, pela autoconfiança, auto-respeito e autoestima. O que diferencia Honneth de outros autores que abordaram o mesmo assunto é que ele vai tratar exatamente da experiência do reconhecimento denegado das populações historicamente prejudicadas.

Sendo assim, qual seria o elemento desencadeador dessa resistência?

Antes, interessam-lhes aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de *um ataque à identidade pessoal e coletiva*, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evoluído superior. (HONNETH, 2003, p.18, grifo nosso).

Dessa maneira, Honneth deixa claro que as experiências individuais de desrespeito só podem gerar lutas sociais por reconhecimento quando se estendem a um grupo inteiro, atingindo a identidade coletiva de todo um povo. O autor descreve as formas de desrespeito que se pode sofrer com a ausência dos três níveis de reconhecimento acima citados, nos planos pessoal, jurídico e sociocultural.

Primeiro tipo de desrespeito: quando toca a integridade corporal (tortura, escravidão) que podem causar a morte psíquica (tocando as bases de sustentação do Eu), o fundamento da alma;

Segundo tipo de desrespeito: quando não se reconhece os mesmos direitos usufruídos pelos grupos sociais privilegiados, por exemplo, direito ao trabalho, moradia, salário, educação e profissão, e que pode causar a morte social;

Terceiro tipo de desrespeito: ao se referir negativamente ao valor social de indivíduos e grupos, envolvendo a “depreciação dos modos de vida individuais ou coletivos” pode conduzir à degradação cultural, à vexação ou humilhação social. O autor chega a mencionar que este tipo de desrespeito pode levar ao sentimento de vergonha social que, a nosso ver, atinge grande parte da população negra do nosso país.

E o que garantirá a integridade psíquica dessas populações? Tornamos nossas as palavras do autor: justamente a “garantia social de relações de reconhecimento capazes de proteger os sujeitos do sofrimento de desrespeito da maneira mais ampla”. (HONNETH, 2003, p. 219).

O reconhecimento jurídico, por exemplo, está pautado em valores historicamente determinados, ligados a valores universais, comuns à coletividade, que garantem a igualdade de direitos e o reconhecimento independentemente das diferenças individuais e de seu *status*, por isso, ainda que desligado do afeto, pode orientar o comportamento individual. A partir desse reconhecimento, o indivíduo desenvolve um sentimento de auto-respeito e de imputabilidade, percebendo suas ações como escolhas autônomas. De outro lado, chega a afirmar que o “desrespeito” e a “ofensa” podem causar lesões psíquicas de graus variados.

O desrespeito à integridade corporal

Axel Honneth recorre a Hegel e Mead para tratar da vulnerabilidade particular dos seres humanos às diversas formas de “desrespeito”, o que nos leva a entender que a autoimagem de cada um de nós depende da constante avaliação do outro e, quando ocorre o desrespeito, existe a possibilidade de desmoronamento de nossa identidade. O autor prossegue referindo-se ao desrespeito à integridade corporal de uma pessoa, quando esta sofre maus tratos e não tem mais poder sobre seu corpo, classificando tal violência como a forma mais elementar de rebaixamento pessoal.

A razão disso é que toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na auto relação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito, pois as particularidades dos modos de lesão física como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade. Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser, também, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social. (HONNETH, 2003, p. 215).

A partir dessas afirmações, é possível compreender a dimensão e o nível de sofrimento corporal e psicológico no qual foram mergulhados os escravizados africanos e afro-brasileiros, em nosso país, tendo em vista a condição sub-humana a que foram submetidos. Viviam separados de suas famílias, suportando longas jornadas de trabalho, comida racionada e castigos dos mais severos, torturas por açoite, órgãos sexuais queimados ou mutilados, com seus corpos marcados com ferro quente, como se marca gado, sendo-lhes destinados tantos outros tratamentos bárbaros.

3.1 A luta pelo reconhecimento do negro no Brasil

A história de sofrimento é fundamental para compreendermos a realidade dos afrodescendentes e de sua cultura no Brasil, em particular sua afirmação de que a autonomia do sujeito aumenta a cada etapa do reconhecimento recíproco, assim como o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma nas três formas de reconhecimento.

No entanto, quando essas condições não se verificam na sociedade, quais são as consequências?

Perguntamo-nos sobre a situação social, psicológica e cultural das inúmeras famílias desfeitas pelo regime escravocrata e de tantas outras que, ainda hoje, sofrem com o esgarçamento de suas relações familiares e pessoais como consequência deste passado, a exemplo do que ocorreu com as populações africanas e indígenas no Brasil.

Dessa forma, podemos dizer que, quando tais populações não são reconhecidas, ou seja, quando é atribuída a elas e à sua cultura uma valoração negativa, podem ser tomadas pelos sentimentos de ofensa e rebaixamento, o que pode conduzi-las a uma luta por reconhecimento de seu próprio valor.

O desrespeito jurídico e de estima social

Ao longo da história, a partir de lutas e conflitos, a defesa da estima social imposta pela defesa da honra de um determinado grupo social sofre transformações e amplia-se para o conceito de dignidade humana, que está relacionado à relação jurídica e de prestígio social que protege a reputação social do indivíduo através das suas capacidades biograficamente construídas. Dessa maneira, a estima social está ligada aos conceitos de prestígio que o indivíduo alcança socialmente e à sua autorrealização, que implica sua contribuição para o desenvolvimento sociocultural da coletividade. Nessa esfera, a forma de reconhecimento se dá através da solidariedade, pelo sentimento de pertença, estima e orgulho compartilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo.

Alguns fatos históricos, ocorridos na segunda metade do século XIX, podem ilustrar como se deu esse processo de conquista de direitos e de estima social por parte dos negros nas fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo, por meio do estabelecimento de acordos entre senhores e escravizados, conforme bem salientara Machado (2014, p.101). Os fazendeiros, pressionados para atender às demandas de produção regidas pelas políticas do mercado internacional, viram-se obrigados a alterar as suas relações com os escravizados, pela consciência que esta comunidade adquirira. A maneira como os escravizados resistiram, promovendo revoltas e fugas, apontava para o enfraquecimento da autoridade desses senhores. A “solução” encontrada foi dosar as relações entre estes e os escravizados, antes calcadas na disciplina e violência com algumas ações paternalistas.

A consciência adquirida pelos grupos de escravizados em relação ao valor da sua força de trabalho, assim como a coragem de suas ações, transformaram sobremaneira as relações entre senhores e escravizados, a ponto destes últimos receberem gratificações em dinheiro pela

produção, isto após, dentre algumas vitórias, terem os escravizados alterado, até o compasso do trabalho, o que influenciou sem dúvida no resultado final, ou seja, a produção.

A percepção da escravidão como um sistema de relações assimétricas estabelecidas entre grupos sociais desiguais forjou, entre senhores e escravos, espaços comuns de negociação e barganha, soldados pela ideologia paternalista. De maneira que a diversidade, que há entre o senhor e o servo, não consiste que o servo esteja obrigado ao senhor e não o senhor ao servo; mas na diversidade das obrigações, que reciprocamente devem um ao outro. Sobre este período, afirma Machado (2014, p. 101).

Muitos foram os conflitos nas relações entre senhores e escravizados e a alteração do grau de submissão dos escravizados apenas foi possível graças ao estágio de consciência e de luta alcançado pelos escravizados, o que vem corroborar as afirmações de Honneth no que diz respeito ao papel da solidariedade partilhada entre os grupos historicamente prejudicados no avanço da luta por reconhecimento.

Um exemplo de como se dá o reconhecimento por meio da solidariedade pode ser verificado no passado, como ocorreu durante a revolta dos Malês na Bahia (REIS, 2003), no século XIX, em que africanos e afrodescendentes uniram-se na luta contra o opressor, a despeito das diferenças e desavenças existentes entre eles. Solidariedade que se encontra presente até hoje nas relações entre as comunidades culturais e religiosas, como a da capoeira e a do candomblé, fenômenos que Axel Honneth designaria como sendo pautadas por relações solidárias. A partir dessa maneira de se relacionar, os indivíduos passam a se interessar por valorizar a história e as capacidades do outro. Este processo de individuação modifica a visão do sujeito sobre si mesmo e propicia o desenvolvimento de sua autoestima.

Resistência e dominância negra

Durante o período escravagista, o negro conseguiu transformar todas as suas manifestações culturais e religiosas em resistência social, o que representa, até os dias atuais, um escudo na defesa contra a dominação dos opressores, seja ela cultural ou estrutural.

Os senhores das casas-grandes viveram longos períodos de uma verdadeira neurose oriunda de um temor generalizado, envolvendo desde os levantes dos escravizados em território nacional, às relações que os escravizados brasileiros pudessem estabelecer com os escravizados de outros países, a violência contra as mulheres brancas e os reflexos da vitória dos negros na

Revolução Haitiana²⁰, liderada por Toussaint Louverture, que durou de 1791 a 1804. A propósito de como essa neurose alterou o comportamento desses senhores, levando-os a criar uma legislação para dar legalidade às torturas e mortes de escravizados.

Isto vai dos alvarás mandando ferrar escravos à legislação da pena de morte, do açoite, execução sumária, sem apelo algum dos escravos rebeldes etc. Nessa fase não há nenhum processo de mediação e a legislação terrorista reflete esta síndrome de forma transparente. Aliás, para respaldar esse conjunto de medidas jurídicas há todo um aparato de repressão brutal e legal. Os escravos têm o seu direito de locomoção praticamente impedido. Os troncos, os pelourinhos, a gonilha, o bacalhau, a máscara de flandres, o vira-mundo, o anjinho, o libambo, as placas de ferro com inscrições infamantes, as correntes os grilhões, as gargalheiras, tudo isso formava o aparelho de tortura ou aviltamento através do qual as leis eram executadas como medidas de normalidade social. (Moura, 1988, p. 231).

Tais formas de desrespeito pessoal, sociocultural e jurídico levaram os escravizados a um processo de luta e resistência que perdurou por aproximadamente quatro séculos.

Demonstraremos, a seguir, como os conflitos sociais, oriundos das formas de desrespeito, mencionadas anteriormente, podem funcionar como motor de resistência para aqueles que Honneth designou como “populações historicamente prejudicadas”.

Conflitos sociais e resistência

Honneth (2003) salienta que os conflitos sociais apenas poderão atuar como motor das lutas por reconhecimento, nos âmbitos do direito e da estima social, quando remetidos aos interesses de um grupo. Nesse sentido, não é possível que haja luta por reconhecimento quando ligado exclusivamente às relações amorosas, por serem essas relações primárias. De acordo com o autor,

²⁰ Revolta Haitiana que culminou, em 1804, com a independência do país, com a morte de todos os brancos. Como represália foi criada uma aliança internacional de isolamento econômico, político e financeiro. Além desse isolamento, não se pode esquecer que era comum nas Américas a adoção de práticas desagregadoras pelos senhores com o objetivo de afetar as relações entre os escravizados, procurando jogar uns contra os outros, por exemplo, homens contra mulheres, os novos contra os mais velhos, como atesta a carta de Willy Lynch, de 1712 (site dos Geledés - <http://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/>), as quais foram intensificadas a partir da revolução do Haiti. O Haiti, até os dias atuais, tem sofrido com essas sanções sociais, prova disto é a grande quantidade de imigrantes que tem buscado começar nova vida em outros países. No Brasil, eles têm chegado em grande quantidade, nos últimos três anos, e continuam a enfrentar inúmeras dificuldades relativas ao idioma, emprego e educação, encontrando-se condenados a subempregos, à discriminação, ao preconceito, ao racismo, sendo que alguns têm sido vítimas de morte por espancamento, como ocorreu recentemente em Santa Catarina. Os haitianos são vítimas de duplo preconceito, primeiro por serem negros e segundo por serem imigrantes. Conforme fonte Folha/Uol: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1696121-haitiano-e-agredido-ate-a-morte-em-santa-catarina.shtml>>. Acesso em: 25 Ago. 2016.

[...] assim que o amor às pessoas é separado, ao menos em princípio, do reconhecimento jurídico e da estima social, delas surgem as três formas de reconhecimento recíproco, no interior das quais estão inscritos, junto com os potenciais evolutivos específicos, os diversos gêneros de luta. Só agora estão embutidas na relação jurídica, com as possibilidades de universalização e materialização, e na comunidade de valores, com as possibilidades de individualização e igualização, estruturas normativas que podem tornar-se acessíveis através da experiência emocionalmente carregada do desrespeito e ser reclamadas nas lutas daí resultantes; o húnus dessas formas coletivas de resistência é preparado por semânticas subculturas em que se encontra para os sentimentos de injustiça uma linguagem comum, remetendo, por mais indiretamente que seja as possibilidades de uma ampliação das relações de reconhecimento. (HONNETH,2003, p.267).

As experiências individuais de desrespeito geram lutas sociais quando se estendem a um grupo inteiro. Tais lutas podem se dar consciente ou inconscientemente por meio de ações simbólicas passivas ou por forças materiais.

A frustração da norma social e jurídica que, por sua vez, garante ao sujeito sua individualização e autonomia, provoca o sentimento de desrespeito. No entanto, somente quando esse sentimento se estende a um grupo é que pode desencadear o conflito social ou a luta coletiva pelo reconhecimento.

O engajamento do indivíduo na luta pelo reconhecimento confere-lhe um sentimento de autoestima e maior respeito por meio de sua própria atitude e do acolhimento do grupo e a experiência de solidariedade.

Num contexto de opressão, em que os escravizados eram forçados ao trabalho sem nenhum direito ou remuneração, além dos castigos e as mais diversas formas de humilhação, por vezes torturados até a morte, é que nasceu a capoeira, como luta de resistência, bem como o desenvolvimento de práticas culturais alternativas em prol da manutenção de sua própria cultura, tais como, as organizações coletivas de fuga, aquilombamento, levantes em forma de insurreição e muitas outras.

A luta pelo reconhecimento nesses três níveis – pessoal, jurídico e sociocultural – envolve necessariamente a luta pelo fortalecimento da identidade do povo negro, que tem em sua cultura, estética, músicas, artes e lutas de resistência, o fundamento de todo o reconhecimento que lhe deve ser atribuído. Nesse sentido, é preciso reconhecer a contribuição da capoeira na formação da cultura e da sociedade brasileira, que passa, necessariamente, pelo devido reconhecimento da história e cultura negadas aos afrodescendentes. Essa falta de reconhecimento se deve ao desprezo da sociedade brasileira por todas as manifestações dos grupos menos privilegiados socialmente.

A importância dessa discussão, envolvendo o reconhecimento da capoeira como uma cultura ancestral e de seu papel na formação cultural das novas gerações, consiste em conferir

densidade histórica ao debate sobre as culturas jovens nas escolas, ao remetê-las às raízes africanas de nossa cultura, inclusive das que são praticadas pela juventude deste país.

Façamos um destaque sobre o corpo, concebido como patrimônio cultural, sobretudo para aqueles que se viram despojados de seus bens, laços sociais e cultura.

Retomando as riquezas culturais arquivadas no corpo dos escravizados

Pensando a propósito de uma forma de resistência essencial à vida dos escravizados em oposição à morte psíquica e social que lhe foi impingida pela escravidão no Brasil, importa assinalar o papel assumido pelo corpo do escravizado que nele carregou a memória de toda a riqueza cultural de sua ancestralidade africana e, mesmo despojado de bens e laços sociais, assim a conservou. De acordo com Tavares (2013), os africanos chegaram praticamente apenas com o seu corpo, sendo muito poucos os objetos trazidos. Eles vieram, na verdade, desnudados... O corpo era, por conseguinte, o grande arquivo que continha a memória das experiências que agora eram violentamente abandonadas. Em suma, se podemos falar de patrimônio histórico e cultural das populações africanas transladadas, o primeiro território, o primeiro objeto, o primeiro elemento fundamental dessa memória é o corpo.

Mas, se por um lado, o corpo do negro foi seu maior patrimônio, seu meio de expressão, manutenção e reconstrução cultural, por outro, é, ainda hoje, o fator determinante do preconceito e do racismo.

Fanon (2008) salienta que a ideia da negritude e o peso que foi conferido a ela só surgem para o negro no momento em que o branco assim o denomina.

De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (TAVARES, 2013, p. 104).

Ao mesmo tempo em que toma consciência da posição que ocupa perante os olhos do homem branco, percebe que essa não é uma situação individual, pois carrega, na verdade, a história de sua ancestralidade.

Arrancados da África para as Américas, os africanos escravizados sofreram um total desrespeito às integridades corpórea, psíquica e cultural. A partir daí, passam a se opor à anulação de si de diversas maneiras, buscando o reconhecimento. Como sustenta Fanon:

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade. (TAVARES 2013, p. 180).

Honneth (2003) confere a essas formulações de Fanon novos sentidos, uma vez que defende que é justamente o reconhecimento denegado que poderá impulsionar a luta dos povos historicamente prejudicados em prol de sua valorização. Partindo do pressuposto de que a integridade do ser humano se deve, em grande parte, a padrões de reconhecimento nos três níveis – do amor, do direito e da estima social –, categorias morais como de ofensa e sentimento de rebaixamento surgem frequentemente quando as pessoas são submetidas a formas de “*reconhecimento recusado*”.

Reconhecimento pessoal, jurídico e cultural

Sustentamos que nossos afrodescendentes sofreram as três formas de desrespeito e desvalorização mencionadas por Honneth: subjetiva, jurídica e sociocultural.

Tal desvalorização atingiu o âmago da identidade pessoal e coletiva dos diversos povos africanos que para aqui foram deportados, o que envolveu desde os maus tratos e as violações corporais, como a primeira forma de desrespeito, atingindo a integridade física e psíquica dos escravizados, comprometendo sua *autoconfiança*. A segunda forma de desrespeito compreendeu as experiências de rebaixamento e de privação dos direitos, atingindo sua integridade social, o que incidiu sobre o autorrespeito moral. A terceira consistiu na desvalorização de indivíduos ou grupos, atingindo sua honra ou dignidade, motivados por ofensa ou degradação, sendo afetados o status e a autoestima dos indivíduos. Quando os valores de sua crença, cultura ou modo de vida são desvalorizados, o sujeito não consegue mais atribuir valor às suas próprias capacidades, provocando estados emocionais de vergonha social. Uma situação de desrespeito que pode motivar a luta pelo reconhecimento, como condição da restauração da dignidade e respeito de um povo.

No Brasil, a desvalorização perdurou por vários séculos, tanto no que se refere às religiões de matrizes africanas – dentre outras manifestações culturais africanas e afro-brasileiras – quanto às práticas, como a da capoeira, uma cultura de resistência e de luta desenvolvida pelos escravizados nas senzalas do Brasil Colonial. Como foi dito, pelo fato da capoeira ter sido incluída no Código Penal Brasileiro em 1890, o capoeirista passou a viver escondido, envergonhado por praticar uma atividade que era tratada como criminosa. Mesmo

após a sua descriminalização, que ocorreu em 1937, ainda paira um estigma sobre a prática dessa arte e luta ancestral. Embora reconhecida pela Unesco, em 2014, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, além de ser praticada em mais de 180 países, o capoeirista não tem ainda, no Brasil, o seu merecido espaço e reconhecimento.

É preciso considerar, entretanto, que, somente a partir do século XX, a luta pelo reconhecimento jurídico ultrapassa a esfera do estabelecimento de normas abstratas comuns a todos os indivíduos e aponta para a necessidade de garantia de meios concretos para alcançá-las, sendo estas, exigências dos movimentos negros.

Embora se reconheça que a população negra, desde os tempos idos da diáspora do Atlântico, luta contra o preconceito, o racismo e a discriminação, cuja história de resistência e combate à dominação branca atravessou os períodos do Brasil Colônia, Império e República, foi somente nas décadas de 1980 e 1990 que essas lutas ganharam novos contornos. Com o surgimento dos movimentos sociais, particularmente do Movimento Negro Unificado, obtiveram-se inúmeras e importantes conquistas históricas no campo das relações étnico-raciais em várias frentes da sociedade brasileira: por exemplo, a lei que condena a discriminação racial – a Lei Caó – que faz parte da Constituição de 1988 – cuja inclusão se deu graças ao movimento negro e de suas lideranças; as políticas de ação afirmativa, responsáveis pelas cotas universitárias e em concursos públicos, conquistas obtidas pela ação do movimento negro e de suas lideranças a partir da década de 1990; o debate que se instaurou no seio de nossa sociedade questionando a propalada democracia racial brasileira, fazendo com que se passasse a admitir que existe racismo no país, foi o modo como o movimento negro se fez ouvir. Se hoje nos interessamos pela história da África e da sua cultura, a ser implantada nos currículos escolares, conforme definem as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 vigentes no Brasil, é preciso reconhecer que foi resultante da ação política mobilizadora do movimento negro unificado – MNU (CARONE, 2012).

Para que se possa avaliar o avanço que todas essas conquistas representaram, não se pode esquecer que, no Brasil, segundo ressaltam Romão e Carvalho (2003), no ano de 1835 ficou estabelecida a proibição de escravizados frequentarem as escolas. As autoras apresentam a Resolução Imperial nº 382 datada de 1º de julho de 1854, que em seu artigo nº 35 determinava “Os professores receberão por seus discípulos todos os indivíduos, que, para aprenderem primeiras letras, lhe forem apresentados, exceto os cativos, e os afetados de moléstias contagiosas”; seguida do Decreto nº 1.331-A de 17/02/1854 (BRASIL, 1854) baixado pelo Imperador Luiz Pedreira Couto Ferral, ratificando a proibição dos negros de frequentarem

as escolas, com a mesma justificativa, ou seja, que estes possuíam doenças contagiosas. No texto o imperador determina claramente:

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador. Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Regulamento da instrução primaria e secundaria do Município da Corte, a que se refere o Decreto desta data: Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas, § 2º Os que não tiverem sido vacinados, § 3º Os escravos. (BRASIL, 1854).

Uma das bandeiras mais fortes do Movimento Negro, presente desde a sua fundação, tem sido a luta pela manutenção da inserção do negro no sistema de educação. O Movimento Negro deu início a uma série de reivindicações, questionando, por exemplo, o conteúdo dos livros didáticos, onde a figura do negro aparece sempre como escravizado, subalterno, submisso; o racismo instituído nas escolas; a ausência da História da África nos currículos, conforme salienta Gomes (2011). Nesse contexto, o debate sobre o direito à educação passa a ser concebido como um componente essencial da equidade social, conceito que é distinguido pelo movimento negro do conceito de igualdade. Esse movimento traz à cena pública – e exige da política educacional – a urgência da construção da equidade como uma das maneiras de se garantir aos coletivos diversos – tratados historicamente como desiguais – a concretização da igualdade. Uma igualdade para todos na sua diversidade, baseada no reconhecimento e no respeito às diferenças. O conceito de equidade empregado por Gomes foi baseado nas ideias de Sposati, mencionadas no referido artigo como

[...] o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc. (SPOSATI, 2002, p.5 citado por GOMES, 2011, p.114).

Podemos entender o princípio da equidade quando não se dá tratamento igual a pessoas com necessidades diferentes. Santos, assim define a equidade: “Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS, 2009, p. 18).

Consideramos essa distinção entre equidade e igualdade fundamental para se compreender as especificidades das lutas do negro no Brasil e de como tais lutas podem ser pensadas em sua particularidade à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, que

remete, também, à questão jurídica, ou seja, do reconhecimento de direitos iguais em uma sociedade desigual. Uma articulação que, embora, não seja contemplada nessa dissertação, acreditamos que mereça aprofundamentos futuros.

3.2 Desdobramentos da luta pelo reconhecimento da capoeira no Brasil

Sou Guerreiro do Quilombo, Quilombola

Coro: Lê lê lê ô

Eu sou Negro dos Bantos de Angola

Coro: Negro nagô

Fomos trazidos pro Brasil

Minha família separou

Minha mana foi vendida

Pra fazenda de um senhor

O meu pai morreu no tronco

No chicote do feitor

O meu irmão não tem a orelha

Porque o feitor arrancou

Na mente trago tristeza

E no corpo muita dor

Mas olha um dia

Pro quilombo eu fugi

Com muita luta e muita garra

Me tornei um guerreiro de Zumbi

Ao passar do tempo

Pra fazenda eu retornei

Soltei todos os escravos

E as senzalas eu queimei

A liberdade

Não tava escrita em papel

Nem foi dada por princesa

Cujo nome é Isabel

A liberdade

Foi feita com sangue e muita dor

Guerras, lutas e batalhas

Foi o que nos libertou

Mestre Barrão²¹

De toda a discussão ensejada por Honneth, evidenciou-se que os direitos individuais são a condição para que o sujeito constitua o autorrespeito, no entanto, tal comprovação empírica e fenomênica só se verifica em forma negativa, ou seja, quando os sujeitos sofrem de maneira visível com a sua falta.

Acreditamos que o ritual da capoeira, com suas músicas e estratégias de luta contra o opressor tenha se constituído em uma forma de impedir o esquecimento das “formas de

²¹ Mestre Marcos “Barrão” da Silva, nasceu na cidade portuária de Recife, conhecida pela força de suas músicas e danças. Fixou-se no Canadá em 1992, dirigindo o Grupo Axé Capoeira. Compôs a *música Sou Guerreiro, Quilombo, Quilombola* em 1998, vindo a gravá-la em 1999.

representação simbólica da experiência de desrespeito”, mencionadas por Axel Honneth (2003), as quais, de acordo com nossa interpretação, foram e continuam sendo a condição para a construção do sentido de autorrespeito dos afrodescendentes do país. Uma questão que se evidencia claramente quando os próprios grupos atingidos debatem publicamente a privação dos direitos fundamentais, confirmando a tese do autor de que o reconhecimento denegado acarreta a perda das “possibilidades do autorrespeito individual” Honneth (2003, p. 198), sendo que sua restauração, condição vital para a subjetivação dos afrodescendentes, só se faz por meio da exigência do reconhecimento de seus direitos e valores.

Honneth considera que, nas sociedades modernas, as relações de estima social são atravessadas permanentemente por lutas de grupos sociais pelo reconhecimento e até mesmo pela valorização de suas formas de vida e cultura. Daí a tensão constante que impregna a organização moderna da estima social, submetendo-a a um conflito cultural de longa duração. Instaura-se um novo padrão de organização social na modernidade que confere valor à pessoa por dois processos simultâneos: “[...] o da universalização jurídica da “honra” até tornar-se “dignidade”, por um lado, e o da privatização da “honra” até tornar-se “integridade” subjetivamente definida, por outro”. (HONNETH, 2003, p. 206).

Identifica-se, portanto, um duplo movimento – em direção ao reconhecimento da sociedade e à restauração da integridade pessoal e sociocultural dos afro-brasileiros – que se repete nos rituais de capoeira desde o Brasil Colônia até os tempos atuais, o que demonstra a atualidade dessa cultura e de suas lutas por reconhecimento.

Retomando as riquezas da cultura, arquivada no corpo dos escravizados, podemos mencionar dentre elas os *valores civilizatórios africanos*. Brandão e Trindade (2010, p. 14), descrevem cada um desses valores e ressalta a importância dos mesmos para a formação e educação da criança, como a “[...] ancestralidade, memória, cooperativismo, corporeidade, musicalidade, oralidade, energia vital, religiosidade, ludicidade e circularidade”.

Esses, diferentemente dos valores europeus marcados por uma hierarquia verticalizada, apontam para valores e relações horizontalizadas, o que torna as relações mais humanizadas e com maior grau de respeito mútuo. A capoeira, justamente, é transmitida com base nesses valores, constituindo o que chamamos, inspirados em Flusser (1998), de a Paidéia Afro-brasileira entre os Mestres de Capoeira, uma vez que esta arte/luta é transmitida com base nos valores civilizatórios africanos.

Ao contrário da transmissão hierárquica do conhecimento, tal como preconizado pela cultura ocidental, as culturas de matriz africana defendem o reconhecimento mútuo das

individualidades como condição da transmissão, que se dá de forma horizontal sempre em círculo, proporcionando assim a igualdade de direitos entre os participantes da roda, ao mesmo tempo que se garante o respeito aos saberes ancestrais.

Guiando-se por esses valores – um dos mais importantes elos entre os jogadores – surge a música da capoeira enaltecendo determinados capoeiristas pelos feitos heroicos, além de retratar a sociedade no período escravocrata, o modo de vida nas senzalas, o surgimento dos quilombos, a vida em comunidade, suas ligações religiosas, culturais e tradições, sendo que grande parte delas remetem-nos à Mãe-África e se apresentam em forma de diálogos, nos quais as perguntas e respostas são realizadas pela mesma pessoa. Rego (1968) faz o seguinte comentário acerca das músicas de capoeira.

As cantigas de capoeira fornecem valiosos elementos para o estudo da vida brasileira, em suas várias manifestações, os quais podem ser examinados sob o ponto de vista linguístico, folclórico, etnográfico e sociocultural. Linguisticamente falando, as cantigas de capoeira fornecem detalhes da linguagem corrente do Brasil, principalmente no campo fonético, sintático e semântico. (1968, p. 126).

Ainda sobre a importância da música, quanto ao seu valor simbólico e cultural, tanto para a afirmação da identidade de um grupo, como para se impor perante outros grupos em uma sociedade multicultural, Lundberg (2010) destaca sua função enquanto marcador étnico.

Uma das funções primordiais dos símbolos de grupo é o seu potencial como marcadores étnicos. A música pode indicar pertença e comunidade. “Propriedade” implica manter um olhar atento sobre os símbolos que são usados. Há uma luta contínua por símbolos étnicos, na qual o nome de marca cultural funciona como uma espécie de reivindicação das formas expressivas disponíveis. Em tais contextos, despende-se muitas vezes um grande esforço na tarefa de estabelecer vínculos históricos entre o grupo e as origens de um dado instrumento ou gênero musical e continua: Individualidade e pertença de grupo. A música é uma parte importante da nossa identidade e o seu potencial simbólico reside no facto de poder ser usada para expressar e manter tanto as diferenças como as similaridades. (LUNDBERG, 2010, p. 31).

Salienta, ainda, que em uma sociedade diversificada como as que resultaram da diáspora afro-americana do Atlântico, a música é empregada como delimitador de fronteiras, não apenas de natureza étnico-racial, mas também de gostos e preferências estético-musicais.

No contexto multicultural, a música é usada como um marcador de fronteiras do grupo para o próprio grupo. Mas é também usada conspicuamente, marcando fronteiras relativamente a outros grupos e indivíduos. Internamente, o grupo pode usar a sua “própria” música para fortalecer o sentimento de pertença, e o mesmo processo pode ser usado para marcar a diferença entre “nós” e o “outro”. Esta utilização não se limita às categorias étnicas da sociedade. As pessoas formando identidades em torno de conceitos musicais tais como hip-hop, jazz, música folk tradicional e heavy-metal, também usam marcadores numa dimensão semelhante. (LUNDBERG, 2010, p. 40).

De vítima à agente de sua libertação

A história da capoeira no Brasil, como foi possível apreender das entrevistas com os mestres mais antigos e da leitura de obras que versam sobre ela, é uma história marcadamente de lutas e resistência do negro. Mestre Ezequiel, um dos mestres mais antigos da Bahia, remete esta arte ancestral ao enraizamento da cultura na ancestralidade afro-brasileira, como se pode apreender da música de sua autoria *Às Vezes Me Chamam de Negro*.

Às vezes me chamam de negro
 Pensando que vão me humilhar
 Mas o que eles não sabem
 É que só me fazem lembrar
 Eu venho daquela raça
 Que lutou pra se libertar
 Que criou o maculelê
 Acredita no candomblé
 Tem o sorriso no rosto
 A ginga no corpo e o samba no pé.../
 Capoeira, arma poderosa
 Luta de libertação...

Essa letra permite refletir sobre a tomada de consciência do negro acerca de seu valor, ao reconhecer a importância da cultura africana e da capoeira como estratégias de libertação, cuja estima social, prestígio ou reputação dependerão do grau de reconhecimento social para a sua autorrealização, contribuindo, desse modo, para a implementação prática dos objetivos da sociedade, conforme sustentara Honneth (2003). Ou seja, trata-se de lutas por reconhecimento que se constituem como “[...] uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais” conforme citado por Nobre na apresentação da obra *Luta por reconhecimento*.

A história de resistência dos escravizados no Brasil, reafirmada e recontada nas músicas de capoeira, evidenciam que o conceito de solidariedade, tal como sustentado pelo autor, torna-se fundamental para se entender o papel da luta pelo reconhecimento no combate à opressão dos “povos historicamente prejudicados”, uma vez que gera de súbito “um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro”(HONNETH, 2003, p. 209). Processo denominado pelo autor de “estima simétrica”, que pressupõe “um acontecimento coletivo”, capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites e barreiras sociais que lhe são impostos.

Se no campo teórico, encontramos em Honneth, as bases de reflexão para se pensar as lutas do negro por reconhecimento, assim como as da capoeira, era preciso encontrar os caminhos metodológicos para se pesquisar, de um lado, a história desses movimentos e, de outro, as especificidades das formas de transmissão e de formação das novas gerações empreendidas por culturas de matriz africana, como a capoeira, o maculelê, puxada de rede, entre outras.

Orientados por essa preocupação, apresentamos a seguir os caminhos encontrados do ponto de vista metodológico.

3.3 Considerações teórico-metodológicas

Dois autores foram essenciais para pensar a metodologia adotada nesta pesquisa. Uma das vertentes metodológicas foi inspirada em Sidney Chalhoub, que, em seu livro *Visões de Liberdade- uma história das últimas décadas da escravidão da corte* (2011), propõe que a história seja elaborada mediante “traços” e “vestígios”, forma de se ter acesso aos significados atribuídos pelos próprios escravizados sobre um determinado tema. Chalhoub em sua pesquisa a respeito das diferentes visões de liberdade dos escravizados, sustenta terem sido fundamentais as leituras desses “traços” e “vestígios” para dar ensejo a interpretações dos fenômenos históricos que emergem nas entrelinhas, sem recorrer às “leituras senhoriais”. Com este olhar, entrevistamos os mestres de capoeira mais antigos (roteiro de entrevista em anexo) com o intuito justamente de recompor uma parte de nossa história que, não fora o testemunho de muitos de nossos antepassados, teria sido relegada ao esquecimento.

No caso de nossa pesquisa, percebemos por meio de leituras sobre as origens rurais e urbanas desta prática, desde o Brasil Colonial, que as letras e as músicas da capoeira, embora tenham sido reproduzidas e recriadas ao longo de toda a República, fazem, sobretudo, referência à sua origem nas senzalas. Embora estas informações possam ser consideradas de natureza mítica, que precisaram ser reinventadas após tantas rupturas sofridas com os diversos deslocamentos que foram impostos ao negro escravizado, partiu-se do pressuposto de que é possível delinear reconstruções desse passado, tal como nos sugere Chalhoub (2011), pautando-se no diálogo entre a antropologia social e a história social. Tais informações provêm de traços, encontrados em alguns trabalhos sobre a história.

Nossa pesquisa de campo envolveu, portanto, além do estudo bibliográfico de teses, dissertações, artigos e livros sobre as origens e desenvolvimento da prática da capoeira no

Brasil, também todo um trabalho de recolhimento dos indícios da ancestralidade do negro no Brasil por meio das entrevistas com os mestres e da análise das letras de músicas e dos rituais da capoeira, cujos significados foram amplamente explorados nas vivências culturais oferecidas aos alunos da Escola de Aplicação da USP em parceria com os professores responsáveis pelas aulas de educação física.

A outra vertente metodológica que orientou nosso trabalho de campo nas escolas inspirou-se nas ideias sustentadas por Vilém Flusser a propósito da Paidéia Afro-brasileira, apresentada em *A Fenomenologia do Brasileiro* (1998), segundo o autor, seria responsável pela dominância negra da cultura brasileira.

Este termo, *Paideia Afro-brasileira*, foi utilizado nesta pesquisa, inspirando-nos nas reflexões de Vilém Flusser (1998), quando este sugere que os escravizados, a despeito de toda tentativa de apagamento de suas recordações e vivências culturais, mantiveram uma espécie de memória corporal e rítmica de suas tradições, graças ao modo de transmissão peculiar a diversas culturas africanas, cuja característica consistia em transmitir o essencial, mas sempre deixando margem para a recriação por parte das novas gerações, o que foi responsável pela preservação do rico matizado de culturas, línguas, músicas e ritmos dos diversos povos africanos que foram trazidos à força para o Brasil. Estamos nos referindo à imensa diáspora africana do Atlântico para as Américas. De acordo com Hernandez (2005, p. 51), foram retirados do Continente Africano 10 a 11 milhões de escravizados, entre três e quatro séculos, quantidade idêntica à do tráfico transaariano em dez séculos, sendo o ápice do tráfico no Brasil entre 1648 e 1850.

De acordo com Flusser (1998, p. 135, grifo nosso) “*as culturas africanas a um tempo articulam o sentido da vida do homem e dão sentido ao ambiente humano, que transforma em ambiente de vida*”. Essa dimensão integrada de tudo que constitui o humano – a arte, a religiosidade e o cotidiano – acabou sendo fundamental para a cultura brasileira, o que garantiu que as culturas e costumes trazidos pelos diversos povos africanos para o Brasil tenham penetrado tão fortemente na formação do nosso povo.

No caso do modo de transmissão dos rituais da capoeira, observa-se uma forma de trabalhar a cultura e as práticas ancestrais que lhes são próprias muito semelhante ao que foi descrito por Flusser (1998), que traduziu conceitualmente as formas efetivas de transmissão de conhecimento comuns a diversas gerações de Mestres e discípulos das diferentes escolas e estilos dessa prática ancestral afro-brasileira e se expandiu por diversos países em todo o mundo.

Esta pesquisa pressupõe todo um trabalho de transmissão e de formação dos alunos por meio das letras das músicas, envolvendo o canto e responsório em roda, a experimentação dos instrumentos (atabaque, pandeiro e berimbau), a ginga (identidade da capoeira) e os demais movimentos que compõem o jogo. Além das reflexões conjuntas sobre as intersecções da história do negro no Brasil com a história da capoeira, há de se considerar que a própria prática de transmissão fez emergir no imaginário dos jovens alunos parte de nossa ancestralidade relegada ao esquecimento durante séculos.

Procuramos demonstrar, desse modo, como o ensino da capoeira, justamente por ser uma expressão estética e de luta que remonta à ancestralidade afro-brasileira, seria capaz de transmitir, por meio do jogo e de suas músicas, os conteúdos negados da história e cultura do negro no Brasil.

Portanto, uma das contribuições deste trabalho faz-se no sentido de demonstrar a importância da articulação entre a Antropologia e a História Social, ressaltadas por Chalhoub (2011), também com a Educação. Mas uma educação que pode ser renovada e ampliada a partir da, já citada anteriormente, Paideia Afro-Brasileira, que se fez presente na prática de transmissão da capoeira na referida escola, como resultado do amadurecimento do nosso trabalho ao longo de mais de quarenta anos de experiência com a formação de alunos e capoeiristas.

Considerando, ainda, não apenas a importância de seu reconhecimento como profissão, mas sua relevância histórica, cultural e política para a formação das novas gerações, e a necessidade premente de sua inclusão no currículo escolar, recorreu-se à ideia de luta por reconhecimento, bem como à história do escravizado e de suas resistências, sobretudo no final do século XIX, que fundamentaram os caminhos das vivências culturais de capoeira em sala de aula, bem como orientaram suas análises.

4. A HISTÓRIA DA CAPOEIRA NO BRASIL – DA SENZALA À VIDA URBANA

Podemos entender a capoeira como um fenômeno brasileiro que remonta às senzalas, embora tenha adquirido força a partir século XIX, quando escravizados forros e quilombolas se rebelaram contra o sistema escravista tornando-se talvez os verdadeiros protagonistas da abolição. Sobre a existência da prática da capoeira nas senzalas, Camille Adorno, advogado e autor do livro *A Arte da Capoeira* em 1987 e mestre de capoeira em Goiás, concedeu-nos, em 29 de julho de 2015, o seguinte depoimento:

Tive também o privilégio de ouvir de Mestre Caiçara, meu avô, como ele fazia questão de frisar que na cidade de Cachoeira, BA, a capoeira e o candomblé eram praticados nas senzalas. Estive com Mestre Caiçara inúmeras vezes desde 1975 e ele sempre insistia nisso. Ouvi ainda de Pitanga que Mestre Bimba contava que os negros praticavam capoeira desde as senzalas. E complementa: Coerente com a minha perspectiva de respeitar acima de tudo a oralidade e considera-la tão importante que preservou a capoeira ao longo de sua existência, não vejo porque ignorar as histórias sobre capoeira, transmitidas oralmente, juntamente com seu ensino prático.

Morales (1966, p.51-54 citado por SOARES 2008, p.50), posiciona-se contra a tese de que a capoeira nasceu na luta dos escravizados contra os capitães de mato, em local de baixa vegetação, capoeiras, mato ralo ou que foi cortado, e diz não concordar com etimologistas que afirmavam que os quilombolas abandonavam seus quilombos para lutarem com seus inimigos, fortemente armados, nos locais de vegetação rasteira, desvinculando, assim, a origem da capoeira luta da capoeira mato.

No entanto, tivemos acesso a dissertações e teses que contestam, justamente, esta informação sobre o passado do negro no Brasil, por se ater exclusivamente às fontes usuais da pesquisa histórica, remetendo-se, ao contrário, aos indícios e vestígios, confusos muitas vezes, presentes em depoimentos registrados nos arquivos policiais e judiciais, a partir dos quais se pode rastrear uma história que se tentou apagar da memória social²². Como poderemos acompanhar mais adiante, na exposição sobre a história da capoeira no Brasil Colonial, bem como na memória ancestral recolhida nas músicas de capoeira, é possível afirmar que a capoeira remonte às senzalas e que não se restrinja à cena urbana.

²² CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

4.1. A capoeira do Estado da Bahia

O Estado da Bahia é tido por muitos como o “berço da capoeira”, conotação que se justifica pelo fato de Salvador ser a cidade com maior parcela de afrodescendentes do país até a atualidade. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, cerca de 82% da população de Salvador é negra, dando lugar a uma diversidade significativa de manifestações culturais de origem africana e afro-brasileira, presentes na culinária, na música, nas danças e nas religiões. Esta concentração de afrodescendentes deve-se provavelmente à altíssima porcentagem de escravizados na cidade, que atingiu o seu auge em 1873, chegando a ter uma população de 465.403 escravizados.²³ De acordo com Moura (1994), no início do século XIX na Bahia, a proporção era de 100 escravizados para seis brancos,

[...] índice que bem demonstra a prosperidade dos senhores de engenho locais e, ao mesmo tempo, a sua insegurança latente face à desproporção entre a população branca livre e a escrava negra. Em Salvador, no mesmo período a proporção era de 14 a 27 negros para cada homem branco. (1994, p.143).

De acordo com as estatísticas de povoamento estimada pelo IBGE, apresentada no Caderno Brasil 500 anos (IBGE, 2016a), a população total do Nordeste em 1874 era de aproximadamente 1.500.000, sendo 400.000 composta por escravizados. Comparando esses dados com aqueles apresentados por Moura (1994), pode-se deduzir que a maior concentração de escravizados era na cidade de Salvador.

Salvador foi a primeira cidade a projetar a capoeira por meio do turismo, com seus grupos de arte popular, os quais, além da capoeira, mantinham apresentações locais de samba de roda, maculelê, dança afro e candomblé. Destacamos os espetáculos no Teatro Castro Alves e as famosas rodas de capoeira no Mercado Modelo, mantidas até hoje, com forte apelo turístico.

Mas é preciso observar que se hoje todas essas manifestações encontram-se presentes particularmente na cidade de Salvador, com relativa liberdade, como outras práticas ancestrais que atendem aos apelos turísticos, outras são cultivadas predominantemente por afrodescendentes, como por exemplo, os terreiros de candomblé.

²³Para maiores informações a esse respeito consultar Tabela de População Escrava do Brasil por Província, de 1819 a 1887.

Há, contudo, testemunhos na literatura, ou mesmo de pais e mães de santo, ou ainda dos mestres de capoeira mais antigos, de quão perseguidas foram todas essas manifestações no final do século XIX e mesmo em boa parte do século XX e até nos dias atuais, sobretudo nos períodos ditatoriais e de governos conservadores.

A Bahia de Todos os Santos, no século XIX, era composta, em sua grande maioria, por uma massa de trabalhadores escravizados, que conferia um quadro de tensão à sociedade baiana. Os engenhos de açúcar localizados na província da Bahia, sobretudo no Recôncavo, eram movidos pela mão de obra escrava. A classe dominante era constituída pelos senhores de engenho, que controlavam os meios de produção e exerciam imenso poder social, político e simbólico. Como principal categoria de trabalhadores encontravam-se os escravizados, compondo parte significativa da classe subordinada da Bahia na época. A relação senhor/escravizado constituía a matriz estruturante da sociedade e economia baiana.

Já os escravos formavam a principal categoria de trabalhadores, submetidos política, social e economicamente aos senhores e por isso, inclusive por seu peso numérico, pode-se dizer que constituíam a principal classe subordinada da Bahia na época. Por esta razão, qualquer análise terá que levar em conta o fato de que as relações senhor-escravo constituíram a matriz estruturante da sociedade e da economia baianas. (Reis 2003, p. 20).

Os escravizados, sobretudo os da cidade, podiam, no entanto, mediante muito esforço, adquirir a liberdade. Alguns até se tornavam comerciantes e senhores de escravizados. Tal fato, porém, não resultou no apagamento do caráter escravista da sociedade baiana, em que o racismo e a intolerância étnico racial definiam quem deveria mandar e quem deveria obedecer. Os brancos, em geral, exigiam dos africanos, subserviência social e assimilação cultural aos “símbolos culturais” da terra, marcadamente europeus, como se a cultura local já não fosse em grande medida africanizada. Os libertos deviam obediência e lealdade a seus patronos, assim chamados seus ex-senhores, sob pena de revogação das cartas de alforria.

A economia canavieira baiana se beneficiou com a revolução escrava de Saint Domingue, o futuro Haiti, que fora do mercado internacional, provocou o aumento do número de engenhos de açúcar no Brasil e, conseqüentemente provocando o aumento da importação de escravizados africanos, cuja expansão perdurou até os anos 20 do século XIX.

O movimento de Independência da Bahia marcaria o final desta ascendência econômica, seguida de severa crise. Com a entrada de Cuba no mercado do açúcar e a produção do açúcar da beterraba na Europa, que ocupou boa parte do mercado internacional, deu-se início a uma

severa crise entre os anos de 1823 e 1830, demonstrando os limites de uma economia baseada na monocultura e dependente do mercado externo.

Em linhas gerais, este era o cenário em que a rebelião dos malês eclodiu. A Bahia estava marcada por profundas desigualdades sociais, agravadas pela rápida expansão da população pobre livre e escrava. A recessão econômica das décadas 1820 e 1830 e o processo de descolonização e de formação do Estado nacional convergiam para romper a apatia política que caracterizava a sociedade colonial baiana.

Os africanos escravizados ou libertos formavam uma parte numericamente significativa da população de Salvador e se encontravam em posições inferiores da hierarquia social baiana. Se os azares da dominação social e exploração econômica podiam ser minimizados pela carta de alforria e por algum sucesso material, as práticas de opressão étnica continuavam a funcionar regularmente.

Foi uma época amplamente marcada, de um lado, pela tentativa de garantir uma hegemonia político-ideológica e cultural do mundo senhorial, obtido graças a um pacto entre senhores e crioulos (negros nascidos no Brasil), cuja função era garantir a ordem “[...] nas fontes, praças e ruas de Salvador, invadir e destruir terreiros religiosos nos subúrbios, perseguir escravos fugidos através da província e debelar rebeliões escravas onde quer que estas aparecessem” (REIS, 2003, p. 322).

De outro lado, foi um período de revoltas e levantes de populares e de escravizados, que conferiram à crise econômico-social da sociedade escravista baiana um clima de muita tensão. Entre 1820 e 1840, a Bahia destaca-se como uma das regiões mais agitadas do país, com um conflito anticolonial, revoltas militares, motins antiportugueses, quebra-quebras, saques, rebeliões liberais e federalistas e levantes de escravizados. Em 1823, a plebe negra e crioula dominava o cenário em Salvador e a massa afro-baiana estava nas ruas, visando a minoria branca, pedindo a morte do Imperador, dos portugueses, associando-se ao republicanismo e à campanha patriótica anti-europeia.

É neste cenário que surge a rebelião de 1835, conhecida como a Revolta dos Malês, liderada pelos escravizados africanos, recém-chegados à Bahia, o que comprova, de acordo com Reis (2003), que o tráfico neste período, a despeito da proibição, permanecia. Esses escravizados eram nascidos na África, sendo oriundos das regiões do Golfo do Benin, que hoje constituem parte da Nigéria e da República do Benin. Dentre algumas das revoltas que precederam a Revolta dos Malês, destacamos:

1. 1807-1813 –Revolta dos Haussas, sob a direção de escravizados maometanos, que, posteriormente, ligaram-se aos Nagôs. Nesse período de luta contra o cativo, os negros estruturaram uma associação secreta – Ogboni – que tinha como finalidade aliciar escravizados para a luta contra o regime imposto pelo mundo senhorial.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 1813, cerca de 600 escravizados rebeldes atacaram armazéns de pesca de baleias ao norte de Salvador, ateando fogo às redes dos pescadores, executando escravizados que recusaram aderir ao levante. Promoveram ataques contra senzalas, liquidaram a família de um feitor e mataram-no, seguindo para Itapuã, onde obtiveram outras adesões. Os haussás cogitavam atear fogo na Casa da Alfândega onde eram recebidos os escravizados africanos e a Igreja de Nazaré, que evidentemente se opunha aos ideais da religião islâmica, defendida pelos haussás. Ainda estavam nos objetivos dos rebeldes tomar a capital baiana, nomear bispo e novo governo para a Bahia, assim como integrar negros africanos e os nascidos no Brasil à luta e eliminar a população branca. Porém, os revoltosos foram impedidos pelas tropas do governo, já nos arredores de Salvador.

2. 1814 - Revolta de Cachoeira –rebelião que eclodiu na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, liderada por João Malomi²⁴, escravo de ganho que possuía certa independência, que, segundo Reis (1990), foi a primeira evidência inconfundível de uma liderança muçulmana numa revolta escrava na Bahia. Período em que houve uma aliança entre os escravizados islâmicos e os seguidores do afro-catolicismo.

Uma questão importante a ser ressaltada é que, perante tantas revoltas que se alastraram pelo Recôncavo Baiano, algumas medidas conciliatórias começaram a ser tomadas pelo governo, o que deixou os senhores de escravizados bastante contrariados a ponto de se posicionarem frontalmente contrários à política adotada pelo então governador da província, Conde dos Arcos, que deu sua permissão aos batuques africanos na tentativa de apaziguar e dividir os escravizados. No entanto, acabou resultando na união de africanos e afro-brasileiros de diferentes afiliações religiosas, promovendo uma interessante aliança entre o Islã e o afro-catolicismo em 1814. É preciso observar que a indulgência do Conde dos Arcos não era tão ampla quanto se pode imaginar, uma vez que só eram permitidas “as reuniões dos escravos sob forte vigilância, apenas em lugares determinados e proibira estas reuniões em qualquer outra parte da cidade. E deveriam se recolher às seis horas da tarde. Nada de batuque. Medidas como esta, por exemplo, não eram suficientes na opinião dos negociantes e cidadãos da praça da

²⁴A palavra malomi vem de malam, termo que em língua haussá realmente designa o sacerdote muçulmano. (Cf. artigo Jose João Reis, 1990).

Bahia, que acusaram Arcos de indolente, indulgente e inoperante, numa representação dirigida a EL REI. Enquanto os brancos brigavam entre si, os haussás se articulavam. (REIS, 1990). Outros levantes também tiveram o significado de resistência e luta dos escravizados contra o regime:

- 3) 1823 - Revolta a Bordo – Durante a viagem para o Brasil, ocorriam amotinações de escravizados inconformados com as precárias condições de sobrevivência a bordo. Em 1823, “os escravos de um tumbeiro que se dirigia provavelmente à Bahia, amotinaram-se e mataram inúmeros tripulantes do barco”.
- 4) 1830 – Insurreição de 1830 – Primeiro ataque, desferido contra uma loja localizada na ladeira da Fonte das Pedras.

A Revolta dos Malês em 1835

A segunda parte do livro, *Rebelião Escrava no Brasil*, de Reis (2003), intitulada *A Rebelião de 1835 e os Malês*, é iniciada com o capítulo 5, *A Batalha pela Bahia*. O autor parte da análise de peças processuais do levante para narrar o que aconteceu na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835.

Reis (2003) transporta-nos para o meio da ação insurgente, por meio dos relatos dos participantes e testemunhas do levante, construindo uma narrativa na qual é possível perceber que o grupo de revoltosos surpreendido no sobrado, para se defender, dividiu-se em vários subgrupos com a finalidade de convocar o maior número de pessoas que poderiam aderir ao levante e resistir aos soldados. Os relatos, nesse sentido, sugerem que o levante para ser bem sucedido necessitaria de uma organização mais ampla de modo a angariar uma maior adesão dentre libertos e escravizados, fossem eles africanos ou afro-brasileiros. Para Reis (2012) as frustrações geradas no campo de batalha deveram-se à ausência do fator surpresa, interpretado pelo autor como a questão central da operação, fato que “representou um golpe irrecuperável para o levante armado porque desestruturou a tática de mobilização insurrecional”.

Segundo a estimativa do autor, aproximadamente 600 pessoas participaram do levante, – número relativamente pequeno em relação ao total de africanos residentes em Salvador no ano de 1835, que era de 22 mil– todavia o autor refuta a ideia de que o número total de participantes esteve reunido em algum momento da batalha que durou entre três a quatro horas. Reis ainda supõe que nem todos que estavam cientes da conspiração saíram às ruas para lutar. O autor estima que, dentre os insurgentes, mais 70 morreram: uns padeceram durante a batalha,

outros faleceram pós levante, em decorrência de ferimentos, e pelo menos dois insurgentes cometeram suicídio, em virtude da derrota.

Desse extenso e minucioso relato feito pelo pesquisador sobre a revolta dos Malês, interessa-nos para a presente pesquisa particularmente a descrição dos povos que dela participaram, que são frequentemente lembrados nas músicas e cânticos da capoeira. Daí enfatizarmos alguns relatos do autor em que esta referência é feita.

Segundo Reis (2003), os Haussás foram prontamente identificados como Malês, apesar dessa associação direta entre a etnia Haussá e o termo malê, trata-se de um equívoco afirmar a exclusividade, e mesmo a proeminência, dos Haussás nas movimentações islâmicas na Bahia de 1835. O autor supõe que os muçulmanos nagôs fossem a maioria na Bahia por volta dessa data e que, segundo depoimentos constantes nas peças processuais do levante, muitos nagôs teriam sido iniciados no Islã antes de atravessarem o Atlântico, o autor relaciona essas evidências ao processo de islamização do império de Oyo, sobretudo a partir da revolta liderada por Afonjá. Outra evidência do protagonismo dos nagôs frente à comunidade islâmica é o fato de importantes líderes do levante de 1835 serem desse grupo, como o nagô liberto Manoel Calafate – em cuja casa a revolta começara –, bem como Ahuna e Pacífico Licutan, estes considerados por Reis (2003) como as personagens mais importantes do levante e identificados como “mestres malês de nação nagô”

Considerando que os africanos nagôs predominaram neste levante, trazendo consigo uma tradição de luta e táticas de guerra desde a África e que, de outro lado, os crioulos, ou seja, os escravizados nascidos no Brasil, em sua maioria, parecem ter sido cooptados pelos senhores, ou quando muito terem assumido um papel mais passivo e ainda, levando-se em conta que não temos registro escrito da presença de capoeiristas na Rebelião dos Malês, perguntamo-nos o que motivou a menção a esta e a outras nações guerreiras africanas nas músicas de capoeira.

Pensando sobre a questão do reconhecimento nos três planos - subjetivo, jurídico e cultural - cujos sentidos foram ressignificados a partir das teses de Axel Honneth, para refletir sobre o contexto de formação e da resistência do negro escravizado no Brasil, com ênfase em suas lutas por reconhecimento e construção de sua identidade cultural, levantamos a hipótese de que a presença dos nagôs e das revoltas do escravizados nas músicas de capoeira mais recentes seja fruto da conscientização da comunidade capoeirista propiciado, por sua vez, pelo conhecimento obtido por meio de novas leituras e circulação de informações no interior da comunidade negra, que, sem dúvida, se deve às conquistas sociais e jurídicas do movimento negro no Brasil e ao processo de descolonização da África no século XX.

Recuperando a memória ancestral de lutas como as dos Malês, da Revolta da Vacina, da Batalha de Itororó, dentre outras empreendidas ainda pelos guerreiros dos Quilombos, que se espalharam pelo Brasil e fazendo justa homenagem aos protagonistas das inúmeras rebeliões e lutas dos escravizados em prol de sua liberdade e das futuras gerações, atestando o valor simbólico de resistência nelas presentes, apresentamos mais uma música de capoeira:

E, ainda, fazendo referência às origens dos povos da diáspora do Atlântico que foram trazidos pelo tráfico negreiro para o Brasil, bem como às suas lutas diárias em face da dominação e perda de direitos, recorreremos à canção de Marcos Coreba:

O negro africano na embarcação

O negro africano na embarcação
 Chegou no tempo da escravidão
 Ô ele vinha no Navio Nегreiro
 De Angola, Congo, Benguela,
 Guiné Bissau, de Moçambique,
 Monjolo, Cabinda e Mina,
 África do Sul, Quiloa, Senegal.
 E na colheita do algodão branco,
 cana de açúcar do café e do cacau
 Negro Africano chegou no Brasil
 Pra trabalhar na era Colonial
 E na moenda fazia farinha,
 tocava o gado para dentro do curral.
 E na senzala preto velho curandeiro
 Fazia cura com raiz medicinal
 Acorrentado apanhou no Pelourinho
 E no valongo era vendido como animal
 e separado de sua família sem destino
 era comprado por um senhor feudal.

Se na Rebelião dos Malês não houve indícios de uma participação ativa dos capoeiristas, identificamos outras revoltas, lutas e guerras, em que a presença de capoeiristas baianos foi marcante, caso do Batalhão de Zuavos. Os capoeiristas deste Batalhão, eram especialistas em avançar em direção às trincheiras inimigas mesmo munidos de apenas armas brancas, fizeram misérias na Guerra do Paraguai.

Manuel Querino descreve-nos "o brilhante feito d'armas" levado a efeito pelas companhias de "Zuavos Baianos" no assalto ao forte Curuzu, quando os paraguaios foram debandados. Destacam-se dois capoeiras nos combates corpo-a-corpo: o alferes Cezario Alves da Costa - posteriormente condecorado com o hábito da Ordem do Cruzeiro pelo marechal Conde d'Eu -, e o alferes Antonio Francisco de Melo, também tripulante da já citada corveta "Parnahyba" que, entretanto, teve sua promoção retardada devido ao seu comportamento, observado pelo comandante de corpos: "O cadete Melo usava calça fofa, boné ou chapéu à banda pimpão e não dispensava o jeito arresado dos entendidos em mandinga"... Conforme depoimento recolhido por Reis (2003, p. 55):

Seria importante ressaltar que estas violações de direitos e cultura a que foram submetidos os ex-escravizados interferiram destrutivamente, não apenas no plano físico, mas atingindo o campo moral e psíquico, a ponto de afetar a confiança em si e no mundo, como salientara Honneth (2003). E mais do que isto, coisa que somente a própria comunidade das “populações historicamente prejudicadas” - como os negros e indígenas no Brasil - pode atestar. Esta perda de confiança perpassou diversas gerações, resultando no distanciamento do negro dos espaços que hoje seriam seus por direito, como de qualquer outro cidadão, mas que ele tem dificuldades em ocupar, como decorrência de oportunidades que lhe foram negadas no passado. E como consequência desse processo histórico de exclusão no Brasil, a falta de modelos de homens e mulheres negras detentores de postos de destaque na sociedade, principalmente nos setores decisórios das diversas instituições, contribuiu para a inibição de muitos afrodescendentes, que, ainda hoje, se veem afastados da escola, da universidade, dentre outros. Muitos deles sequer se acham no direito de ocupar esses espaços e lutar para ultrapassar a condição de exclusão a que estão submetidos, assim como seus antepassados.

Consideramos, no entanto, que a solidariedade entre os integrantes e a formação propiciada no interior das práticas, lutas e revoltas ancestrais, como as que acabamos de descrever, bem como as práticas e lutas contemporâneas têm contribuído para que a confiança em si mesmo e no mundo seja em grande parte restaurada.

A importância histórica da capoeira na Bahia e seus desdobramentos contemporâneos

A Bahia é historicamente importante para a capoeira, por um passado de lutas e ser terra natal de seus dois maiores representantes: Mestre Bimba, patrono da *Capoeira Regional* e Mestre Pastinha, da *Capoeira Angola*. Outros fatores reforçam esta importância, como a literatura de Jorge Amado, exaltando a figura de Mestre Pastinha; as pranchas do pintor Carybé, retratando principalmente a Capoeira de Angola e o candomblé; as músicas *Domingo no Parque*, de Gilberto Gil, que retrata a disputa entre dois capoeiristas, João e José pelo amor de uma mulher Juliana, e *Meia lua inteira* de Caetano Veloso, que homenageia Mestre Bimba; além de Dorival Caymmi, que, com o samba *Maracangalha* imortalizou o nome do bairro do Recôncavo Baiano, onde, segundo Rego (1968), viveu um dos mais temíveis capoeiristas, Besouro Cordão de Ouro. Estes foram apenas alguns exemplos da influência da capoeira sobre as artes, que deram e ainda dão relevância às manifestações culturais enraizadas na Bahia de Todos os Santos, a qual passou a fazer parte do imaginário de uma grande quantidade de pessoas ao redor do mundo como *Terra da Capoeira*.

A relação entre a capoeira, músicas e religiosidade foi estudada por Waldeloir Rego (1968), em seu livro *Capoeira Angola - um ensaio sócio etnográfico*. Porém, tanto nesta obra, quanto em outras, do mesmo gênero, a capoeira na Bahia não é citada nos períodos do Brasil Colônia e República.

Devido à ausência de registros históricos escritos, alguns pesquisadores chegam a questionar se a Bahia é mesmo o berço da capoeira. Sobre essas lacunas, os escritores Vieira e Assunção, no artigo *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira*, posicionaram-se a esse respeito com a seguinte afirmação:

[...] não sabemos da existência até hoje de nenhum documento do Brasil Colônia ou Império referindo-se explicitamente à capoeira na Bahia. E não é por falta de procurar. João Reis, reputado especialista da história da Bahia, no século XIX e um dos melhores conhecedores dos fundos oitocentistas dos arquivos baianos, nos garantiu que nunca viu uma referência à capoeira ou mesmo a outra dança marcial nas suas pesquisas sobre a Bahia do século XIX, a não ser a citada gravura de Rugendas. Por isso, aventura a hipótese heterodoxa de que a capoeira teria sido trazida do Rio de Janeiro para a Bahia. (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 16).



Figura 2: Quadro *Jogar Capoeira* do pintor Johann Moritz Rugendas (1835).

Vieira e Assunção (1998) sustentam, no entanto, a existência de indícios dessa prática desde muito tempo antes:

Como já afirmamos anteriormente, não foram encontradas até hoje fontes que se refiram à existência da capoeira ou outra luta na Bahia antes do final do século XIX,

com a exceção notável da já discutida gravura de Rugendas. O primeiro e importante texto de que se tem notícia é da autoria de Manuel Querino (1851–1923), e consta do livro *A Bahia de outrora*, publicado pela primeira vez em 1916. No entanto, ali o autor descreve a capoeira baiana como se tivesse existido desde longa data e opõe ‘a capoeira de hoje, ritmada, estilizada, verdadeira capoeira de salão’ à ‘capoeira antiga’, que passa a descrever como ‘jogo atlético’, mas também luta, onde se enfrentavam, como no Rio de Janeiro imperial, capoeiras de diferentes bairros, por ocasião de certas festas, como no domingo de Ramos (1955, p.74). Querino explica que os próprios praticantes denominavam a sua atividade de ‘brinquedo’, mas usa no seu texto de maneira indiferenciada o vocabulário carioca, capoeira e capoeiragem. (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 100, grifo nosso).

Se recorrermos a Sidney Chalhoub (2011), que sugere que observemos outras pistas para identificar a trajetória do negro no Brasil Colonial, no caso da capoeira, há que se atentar para as músicas e a cultura da oralidade que dela fazem parte, para não incorrer num possível risco de afirmarmos definitivamente que na Bahia, pelo fato de não terem sido encontrados registros escritos, não teria havido a presença da capoeira em períodos anteriores ao século XIX. É possível supor que, sendo esse um Estado eminentemente negro na composição de sua população e que recebera tamanha quantidade de escravizados, a prática da capoeira tenha lá se desenvolvido muito tempo antes.

A Capoeira da Bahia para o mundo e influenciando o *Break*

A história da capoeira no exterior teve sua origem no primeiro grupo folclórico brasileiro, “Viva Bahia”, fundado pela musicóloga Emília Biancardi Ferreira, no ano de 1963, em Salvador. Neste mesmo ano, o grupo realizou uma turnê pela França e a capoeira teve, então, o seu lançamento como dança folclórica. Passados seis meses, o grupo retornou ao Brasil, mas um de seus integrantes, o dançarino e capoeirista Jelon Vieira, permaneceu em Paris, dirigindo-se, posteriormente para Londres, onde ensinou capoeira até 1974.

Em 1975, Jelon viajou para Manhattan e, em contato com Elannie Stuart, diretora do *La Mama Theatre*, deu início a uma série de atividades de recreação para crianças e jovens no verão, utilizando a arte da capoeira. Nesse mesmo ano, ele inaugurou a primeira academia de capoeira em Nova Iorque e, durante quatro anos, o espaço foi somente dedicado à prática da arte/luta brasileira.

Em 1980, Jelon criou a *Capoeira Foundation*, dando oportunidade a muitos mestres brasileiros de conhecerem seu trabalho, como quando, em 1989, trouxe a Nova Iorque o Mestre João Grande (angoleiro), baiano, aluno de Mestre Pastinha. João Grande, em 2001, foi premiado com o *National Heritage Fellowship*, da National for the Arts, um dos mais prestigiados prêmios

dado aos praticantes de artes tradicionais nos Estados Unidos e hoje tem sua própria academia, *Capoeira Angola Center*, na 14 104 W, Nova Iorque.

Mestre Jelon Vieira ensinou capoeira nas escolas, fez filmes e shows na Broadway, ocasião em que foi agraciado com o prêmio NEA - *National Treasure*, concedido pelo *National Endowment for the Arts*, em cerimônia na Casa Branca, em Washington D.C., pela divulgação da capoeira no país.

Silva e Cardoso (2011) na obra *Dança de Rua*, trazem o registro da entrevista de Mestre Jelon ao Núcleo de Estudos de Tradição Oral da USP, onde ele diz: “*eu colaborei com a panela cultural de Nova York*”, além de narrar como foi seu convívio em Manhattan, durante quinze anos. No depoimento de Mestre Jelon, a seguir, podemos compreender como se deu a influência da capoeira sobre o *breaking*, em Nova York:

O New York Times publicou uma matéria me dando crédito como o pai do break dance, o que não é verdade. Quando eu cheguei aqui eu fazia muitos trabalhos nas escolas públicas, vinha muito ao Bronx e antes do break dance ser uma dança...fazer sucesso, não tinha nem música naquela época, eu vi uns garotos fazendo break dance pelo recreio das escolas, pelas ruas, nas esquinas, principalmente durante o verão. Isso em 75 e como eles, às vezes, participavam, eram o público que eu tinha nas escolas públicas, eles começaram a ser introduzidos na capoeira, e eles começaram a tirar movimentos da capoeira e colocar no break dance como o peão de cabeça...eu influenciei, eu e o Loremil, com a nossa presença aqui. (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998 citado por RIBEIRO, 2009, p. 39).

Podemos perceber a semelhança existente entre os movimentos do *break* e da capoeira, pelas ilustrações do movimento do relógio, abaixo. Essas aproximações se devem ao fato de que vários dos movimentos do *break* tiveram influência da capoeira, desde suas origens no Bronx, como demonstração da confluência e hibridismos entre nossas culturas ancestrais e contemporâneas, o que tem contribuído de maneira decisiva para preservação e o enriquecimento de ambas.



Figura 3: Fotografia de movimento do Relógio na capoeira



Figura 4: Fotografia de movimento do relógio na dança do Break

A Arte Marcial Brasileira conquistou a costa oeste dos Estados Unidos, em 1979, com a chegada do baiano Ubirajara Guimarães Almeida (Mestre Acordeon), que ensinou no Texas por cinco anos e depois se mudou para a Califórnia. Professor, atleta, campeão brasileiro nos anos 70, mestre conceituado, foi o técnico da equipe da Universidade de *Stanford*, quando do Primeiro Campeonato Internacional entre *Stanford* x São Paulo, em 1983, época em que tive a honra de recebê-lo, e a sua equipe, em visita ao Projeto de Capoeira que eu desenvolvia, em Santo André, com a participação de 320 crianças, na faixa etária entre 07 a 14 anos. Mestre Acordeon foi aluno de Mestre Bimba, com vários CDs gravados, é um competente estudioso da modalidade, autor de livros, fundador da Associação de Capoeira Unidos (UCA) e criador da *Capoeira Arts Foudation*, em Berkley, Califórnia. No Brasil, mantém em Itapuã, Salvador BA, um projeto para crianças em situação de vulnerabilidade social.

Mestre Acordeon foi o primeiro mestre de capoeira a receber em 1994, o título de Professor *Ship Thinker*, na Universidade de *Wisconsin-Madison*. Iniciativas como essas deram origem a inúmeras academias de capoeira em todas as grandes cidades dos Estados Unidos, na Europa, Ásia, América do Sul e África.

Tive a oportunidade de conhecer vários expoentes da capoeira baiana durante a minha trajetória profissional, alguns deles em eventos pelo país, outros, por terem atuado no Estado de São Paulo: Onça Negra, grande atleta com quem tive a honra de disputar o Campeonato Brasileiro em 1989, em São Paulo; Boa Gente, com quem aprendi Puxada de Rede e Maculelê; Odilon Góes, criador da Hidro capoeira, onde as atividades são desenvolvidas no meio líquido; os filhos do Mestre Bimba, Nenel e Dimenor Formiga, este último já falecido, que era, na época, atleta da seleção baiana e, numa luta com José Nicomédio dos Santos, Mestre Besouro (em memória), levou ao delírio, nos anos oitenta, o público que lotava o Ginásio do Ibirapuera, SP; Sacy, vencedor no primeiro campeonato brasileiro da história da capoeira/esporte, em São Paulo, 1975, e quem, posteriormente, presidiu a Federação Baiana de Capoeira; Gení e Macaquinho, que lecionaram capoeira na cidade de Diadema, nos anos setenta; Paulo dos Anjos (em memória), que fundou academia em São Jose dos Campos, Vale do Paraíba; Moraes, que manteve academia em Santo André, nos anos noventa; Mestres João Pequeno (em memória) e João Grande que hoje tem academia em Nova York e recebeu, em 2003, o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Upsala; Canjiquinha (em memória), que atuou com seus alunos no filme brasileiro o *Pagador de Promessa*, sob direção de Anselmo Duarte, em 1962; Mestre Janja, Doutora em Educação; Gildo Alfinete; Sena Cobra Mansa e Ezequiel, (em memória). O fato mais marcante no meu contato com a capoeira da Bahia ocorreu quando fui a Salvador, pela primeira vez, em 1986, com o objetivo de conhecer as academias da Capoeira Angola e da Regional. Houve um mestre de capoeira, também dentista, que fechou seu consultório e ficou uma semana me colocando em contato com as mais expressivas lideranças da capoeira daquele estado, estou me referindo a Mestre Itapoan, grande amigo escritor e fundador da Associação Brasileira dos Professores de Capoeira, ABPC. Com sua ajuda, conheci a academia do Mestre Brás, no Engenho Velho de Brotas, terra onde nasceu Mestre Bimba. Mestre Brás, até aquela época, treinava seus alunos com a porta da academia fechada, sendo que, para entrar, era preciso que a gente falasse uma senha, após bater à porta, para que ele a abrisse, provável resquício do tempo da proibição da capoeira. Um dos momentos mais emocionantes da minha visita à Salvador foi jogar na Academia de Capoeira Regional do Mestre Bimba, com os mestres Vermelho e Coringa, pois o ambiente tem uma energia incrível.

Ainda na entrevista que fiz com Mestre Itapoan, ele forneceu-me uma relação de alguns nomes dos principais mestres da capoeira da Bahia do século XX, representantes da Capoeira Angola, os quais eu ainda não havia citado nesta dissertação: Gato Preto, Bobó, Ferreirinha, Felipe, Curió, Gigante, Pelé da Bomba, Mala, Di Mola, Gagé, Boca Rica, Mansa, Natividade, Papo Amarelo, Bola Sete, Satélite, Jaime de Mar Grande, Renê, Amâncio, Jorge Encruzilhada, Burro Inchado, Dois de Ouro, Noronha, Maré, Samuel Querido de Deus, Juvenal, Quebra Jumelo, Virgílio, Aranha, Nani, Valmir, Juvêncio Grosso, Barbosa, Cobrinha Verde e Mau.

Apresento a seguir alguns dos renomados Mestres da Capoeira Regional, informação também a mim passada por Mestre Itapoan: Dr. Decanio, Xaréu, Camisa Roxa, Preguiça, Anzol, Atenilo, Clarindo, Rosendo, Onça Tigre, Luiz, Onça Negra, Piloto, Luiz Medicina, Escurinho, Arara, Soló e Boinha.

4.2 A capoeira no Estado do Rio de Janeiro

No início do século XIX, as autoridades do Estado do Rio de Janeiro, tanto da Corte, quanto do Império, enfrentaram muitas dificuldades, dada a instabilidade da ordem social provocada pelas turbulentas relações entre o poder e a população. Este clima de tensão devia-se ao elevado número de escravizados e negros livres e pela maneira como a capoeira teve sua prática multiplicada, assumindo um papel importante na rede de resistência formada entre as camadas mais pobres contra o sistema escravista que ainda vigorava no país.

A importância social da capoeira motivou uma campanha de difamação, associando-a, à desordem social.

Soares (2008), em seu livro *A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro: 1808-1850*²⁵, apresenta o registro de como a sociedade do século XIX representava a capoeira e os capoeiristas, que os via como um dos maiores problemas para a ordem social do Estado do Rio de Janeiro e do próprio Império. O autor discorre sobre estas questões, apresentando-as de acordo com a perspectiva das narrativas da literatura da época e dos registros policiais de um modo geral, procurando identificar nos depoimentos dos praticantes de capoeira presos, os indícios de suas lutas e resistência. A trajetória da capoeira, historicizada por seus diversos narradores, seja através da arte literária, seja por meio dos registros jornalísticos ou policiais, demonstra que ela foi alvo de perseguição e, ao mesmo tempo, símbolo de resistência, na

²⁵ Esta obra refere-se à publicação de sua tese de doutorado sob o mesmo título, defendida na Unicamp - o IFCH, pelo Departamento de História em 1998.

medida em que era retratada como prática ofensiva, mas, também, como reflexo da força, coragem e ousadia de seus praticantes.

No século XVIII, como não havia um modelo de polícia para se tomar como referência no Brasil, copiava-se o modelo da Intendência de Lisboa, criada em 1760, e baseada em moldes franceses. Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a cidade ganhou um aumento de população de 15.000 pessoas. Preocupado com a segurança, D. João VI cria, em 13 de Maio de 1809, a “*Guarda Real de Polícia*”, que se tornou a matriz das polícias militares existentes hoje em nosso país, o que equivale a dizer que a polícia militar é a extensão de uma força policial imperial, que quando criada, tinha entre as suas principais atribuições o combate à capoeira. Como podemos observar na publicação das decisões do governo de 1822:

N. 2.- GUERRA.- Em 6 de janeiro de 1822

Manda castigar com açoites os escravos capoeiras presos em flagrante delicto. Chegando ao conhecimento de S. A. Real a desagradável certeza de reiterados factos praticados pelos negros capoeiras em prejuízo do socego e tranquilidade publica, a ponto de chegarem a quebrar com pedradas as vidraças de algumas casas desta Cidade; sem que das últimas ordens para evitar estes e outros acontecimentos tenha resultado o util fim, que ter de esperar: Manda o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, estranhar ao Coronel Comandante do Corpo da Guarda Real e a Policia, o pouco cuidado que tem tomado em prevenir tais acontecimentos, autorizando-o novamente para que, delicto, seja immediatamente levado ao Posto mais vizinho, e ali sofra a pena de 100 açoites, sendo logo depois entregue a seu senhor, quando outra culpa não tenha commetido: devendo o referido Coronel Commandante, que fica responsavel pelo desleixo em que cair o activo cumprimento desta ordem, facilitar 4 dias de licença ao Soldado que assim prender um capoeira, redobrando-se a mesma licença à proporção do número dos delinquentes que capturar. (BRASIL, 1822).

Soares (2008) retrata o período entre 1808 - ano em que a família Real se instalou no Rio de Janeiro - e 1850 - em que foi promulgada a Lei Eusébio de Queiróz, que instituiu o fim do tráfico de escravizados africanos pelo Atlântico para o Brasil - como um período de tensões e, ao mesmo tempo, de maior reconhecimento da capoeira, como estratégia de resistência e de sobrevivência da cultura dos escravizados, para a qual a capoeira teria contribuído.

O autor ainda destaca, por exemplo, o quanto os cidadãos de outras camadas sociais eram seduzidos pela força de resistência contida na capoeira escrava, por sua tradicional rebeldia e cuja atração era reforçada pelas tradições culturais dos povos escravizados nela presentes.

Por outro lado, os integrantes da corte viviam assombrados com as façanhas dos capoeiras, que atuavam em plena luz do dia, com suas formas de luta construídas como

estratégia de defesa dos escravizados em relação às forças dominantes. Um dos maiores medos dos ditos “homens de bem” era o fato dos capoeiristas trazerem consigo, enquanto arma, além do corpo, a navalha. A sociedade esperava uma resposta da polícia, que não conseguia dar conta da situação, para conter esta “prática marginal” e proteger os membros da Corte e seus familiares.

O escrito ainda relata que um repórter, ao escrever para um jornal do Rio de Janeiro, em 1849, ocultando sua identidade, talvez por receio de um “revide” por parte dos capoeiras, descreveu-os como sendo criminosos, desocupados com determinados defeitos pertinentes à sua camada social, descrição também adotada pela elite na época:

Os capoeiristas não são mais que vagabundos, livres ou cativos, dados a crápula, à velhacaria, a vícios infames. Logo que conhecem que não se [os] espreita seriamente, aparecem até de dia, já não procuram envolver-se no manto escuro da noite [...]. (SOARES, 2008, p. 23).

Esse mesmo jornalista alertou em seu artigo que a capoeira já não era praticada somente por escravizados e que a mesma ganhava, cada vez mais, a adesão das camadas sociais mais baixas. Ao mesmo tempo, chamou a atenção dos donos de escravizados para o perigo que residia nas senzalas e nos casarões. “Os senhores também não fechem os olhos, não deem largas para seus escravos, que podem vir a ser fatais”. O jornalista estendeu este alerta às forças policiais, solicitando que, tanto os senhores de escravizados, quanto a polícia, ficassem de prontidão, atribuindo a ambos, negligência e irresponsabilidade pelo “descontrole da situação”:

A impunidade por uma parte, a frouxidão da polícia e o desleixo de muitos senhores por outra, são as causas destas tristes ocorrências. Se não fora a muita moralidade que felizmente se observa entre nós, e o espírito manso e pacífico dos habitantes desta cidade, muitos mais desacatos se veriam praticar. Ainda assim estes arrombamentos de portas e mesmo roubos que recentemente têm havido manifestam bem que não há bastante receio dos que velam pela pública tranquilidade. E quem se não os tais capoeiras e peraltas tem ousado violar o asilo do cidadão. (SOARES, 2008, p. 23-24).

Neste parágrafo do texto, podemos notar que a ousadia por parte dos capoeiristas vinha crescendo dia a dia, sendo associada ao aumento da criminalidade. O clima de insegurança pública tinha como protagonistas, arrombadores (chamados ratoneiros), e outros indivíduos que promoviam assaltos e roubos. Faziam parte deste ambiente de “delinquência e marginalidade”, alguns personagens à margem daquela sociedade excludente - marcada pela barbárie da escravidão que vinha se arrastando por mais de três séculos - os viciados no jogo, as prostitutas,

os vadios etc. Mas segundo o jornalista do “Correio da Tarde”, um papel de destaque, neste ambiente de rebelião, deveria ser conferido aos capoeiristas, como incentivadores da grande ameaça social que punha em risco a vida dos “homens de bem” do Rio de Janeiro. E ao final do artigo, adverte: “Oxalá nos sirva de exemplo esse fato recente dos capoeiras da corte. Ponhamo-nos em guarda contra tal gente”. (SOARES, 2008, p. 24).

Neste texto, mesmo sem o admitir, o jornalista acaba valorizando os capoeiristas, quando se refere, por exemplo, à agilidade com a qual esses derrotavam patrulhas inteiras de policiais.

Aqui, pode-se dizer que a lenda veio a se fundir com a verdadeira história do negro escravizado e de sua força de combate ao regime imperial. Tudo isso nos faz refletir sobre a relevância da capoeira, enquanto elemento de formação cultural e de luta do negro, como parte integrante do universo das culturas urbanas desenvolvidas pelos escravizados no Rio de Janeiro. Como sustenta o autor:

Mais que um fato da resistência escrava (que é, sim, relevante), a capoeira informa das transformações étnicas e culturais que envolveram os escravos e libertos, africanos e crioulos, na cidade colonial, na passagem para a metrópole imperial. (SOARES, 2008, p. 25).

Soares, em sua obra *A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890)*, havia identificado a forte articulação da capoeira com a cultura urbana das camadas menos favorecidas da sociedade, no final do século XIX, ao contrário da visão estereotipada de que apenas os negros, escravizados e libertos, praticavam esta arte/luta. Sobre essa ampla participação, o autor faz referências a outros setores da população que praticavam capoeira:

...mas também imigrantes portugueses, brancos pobres, indivíduos vindos das mais diferentes províncias do país e dos quatro cantos do atlântico, África, América e Europa – irmanados pelos golpes fugazes e pela camaradagem dos grupos de rua. (SOARES, 1993, p. 25-26).

Manuel Antônio de Almeida, em sua obra *Memórias de um sargento de milícias* (ALMEIDA, 1854) é o primeiro a apresentar uma imagem do capoeirista na literatura. Chico-Juca, um dos personagens deste romance, é caracterizado como um desordeiro, que não precisava ganhar muito para realizar um espancamento, dar um susto ou tirar a vida de um inimigo. Sua indumentária coincidia com a do capoeirista carioca, tal como era descrito por autores da segunda metade do século XIX. Almeida em nenhum momento faz alusão à palavra

capoeira, mas a analogia torna-se possível pela menção aos movimentos utilizados por Chico-Juca, como uma “...saraivada de cabeças e pontapés”.

Ser valentão foi em algum tempo ofício no Rio de Janeiro: havia homens que viviam disso: davam pancadas por dinheiro, e iam a qualquer parte armar de propósito uma desordem, com tanto que se lhes pagasse, fosse qual fosse o resultado (ALMEIDA, 1854 citado por SOARES, 2008, p. 35-36).

A capoeira permaneceu ausente das crônicas literárias por quase cinquenta anos, até o surgimento de Elísio de Araújo, que narra fatos históricos da capoeiragem do século XVIII, além de trazer explicações detalhadas do surgimento das maltas, compostas por grupos de escravizados e temidas pela sociedade carioca. Araújo foi pioneiro ao reunir grande número de documentos policiais ligados à perseguição aos capoeiristas, antes desta luta ser criminalizada. Neste clima conturbado de 1886, Plácido de Abreu, um imigrante português, apresenta sua versão para o surgimento da capoeira:

...Uns atribuem-na aos pretos africanos, o que julgo um erro, pelo simples fato que na África não é conhecida a nossa capoeiragem, e sim algumas sortes de cabeças. Aos nossos índios também não se pode atribuir porque apesar de possuírem a ligeireza que caracteriza os capoeiras, contudo não conhecem os meios que estes empregam para o ataque e a defesa. (ABREU, 1886 citado por SOARES, 2008, p. 40).

Uma década depois, essa mesma versão foi sustentada por Pires de Almeida, que passou a defender a capoeira como “gynastica nacional” e Hermeto Lima, que se destacou na academia inicialmente, por defender as origens brasileiras da capoeira, aderindo a esta mesma justificativa:

...Segundo os melhores cronistas, data a capoeiragem de 1770, quando por cá andou o vice-rei Marquês do Lavradio. Dizem eles também que o primeiro capoeira foi um tenente chamado João Moreira, homem rixento, motivo porque o povo lhe apelidou de “amotinado”. Viam os negros escravos como o “amotinado” se defendia quando era atacado por 4 ou 5 homens, e aprenderam seus movimentos, aperfeiçoando-os em outros e dando a cada um o seu nome próprio. Como não dispunham de armas para sua defesa uma vez atacados por numeroso grupo defendiam-se por meio da “capoeiragem”, não raro deixando estendidos por uma cabeçada ou por uma “rasteira” dois ou três de seus perseguidores (LIMA, 1925 citado por SOARES, 2008, p. 41).

Passados mais de vinte anos, Lima aderiu às ideias sustentadas pelo escritor Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A moreninha* (MACEDO, 1844), passando a compor o grupo dos que defendiam a ideia de que a capoeira era de origem africana e de que os escravizados a

praticavam como “esporte”. Embora mantendo a data de 1770, em que teria se originado a capoeira, Lima propõe uma nova versão da história dessa prática ancestral, de acordo com a qual o aprendizado da capoeira pelo “amotinado” (escravizado insurreto) teria se dado pelo contato com os africanos aqui escravizados. Recorrendo à Rugendas, enfatiza a presença do tambor no jogo da capoeira. Soares comenta ainda a mudança de postura de Lima.

Pensamos que ele carregou um pouco nas tintas, mas sua abordagem se relaciona com o clima de fervor esportivo que se vivia no Rio do início do século XX. Nos meios literários dos anos de 1910 e 1920, discute-se febrilmente se a capoeira é o esporte nacional ou apenas um vício das classes baixas. (Lima, (1925, citado por SOARES, 2008, p. 41):

Soares (2008) chama-nos, ainda, a atenção para um artigo, de autor anônimo, encontrado na revista *Vida Policial*, em que a origem da capoeira remontaria aos quilombos do Rio de Janeiro, locais construídos pelos escravizados fugitivos, sendo que estes, à noite, vinham para os centros urbanos em busca de comida e, segundo os cronistas da época, a estes escravizados a polícia atribuía a culpa pelos crimes e roubos não desvendados. Era hábito da polícia realizar incursões nos quilombos e, pelo fato dos quilombolas não possuírem armas, teriam desenvolvido os golpes de capoeira, posteriormente aprimorados, que mais tarde conquistariam outras camadas sociais. Uma versão sobre as origens da capoeira que poderia nos levar a crer que a capoeira seria um fenômeno de origem totalmente urbana. O autor anônimo ainda faz uma ligação das formas de luta empregadas pelos quilombolas aos golpes da capoeira. Sugere ainda uma espécie de simbiose verificada entre policiais e capoeiristas, considerando que alguns policiais praticavam capoeira e que capoeiristas se alistavam na Polícia Militar, embora nem sempre de maneira voluntária.

É preciso, entretanto, ter o cuidado de não se fazer uma associação direta entre policiais e capoeiristas, uma vez que a história brasileira é repleta de testemunhos em que os negros foram postos em linhas de frente, como, por exemplo, na Guerra da Tríplice Aliança²⁶ contra o Paraguai - considerada um dos maiores conflitos armados internacional no século XIX na América Latina - em que os escravizados no Brasil, perante a falsa promessa de alforria, foram postos na linha de frente de combate, resultando em inúmeras mortes de negros, sendo que, no retorno, lhes fora negada a almejada alforria.

Os capoeiristas foram se aprimorando e, além das rasteiras e cabeçadas, passaram a manejar muito bem um pedaço de pau e uma faca. Cada capoeirista tinha sua “sardinha”,

²⁶ Uma guerra que durou seis anos, entre 1864 e 1870, envolvendo o Brasil, a Argentina e o Uruguai, que fizeram um acordo militar conhecido como a Tríplice Aliança para combater o Paraguai, então governado pelo ditador Solano Lopez.

navalha bem afiada, bem manejada, que espalhava o terror entre policiais. Para se enfrentar um capoeirista impôs-se a necessidade de conhecer o jogo, motivo pelo qual a polícia começou a aceitar, em suas tropas, capoeiristas, não cultos, mas hábeis na prática da capoeira, que seriam úteis no treinamento dos novos recrutas na luta, no manejo do pau, da faca e da navalha. Esse foi um período em que os oficiais da polícia faziam vistas grossas para estes treinamentos, cultivando-os, no entanto, às escondidas para quando deles necessitasse fazer uso.

Segundo Soares (2008), em 1938, o escritor Luís Edmundo refere-se ao capoeirista como herói, sustentando que o mestiço brasileiro teve sua imagem distorcida pela ciência. Em oposição a esta imagem depreciativa do mestiço, o autor associa os valores de nacionalidade e genialidade, o que não agrada aos intelectuais de seu tempo:

Nessa hora o homem franzino transfigura-se. Atira longe o seu feltro Chamorro, seu manto de saragoça e aos saltos, como um símio, como um gato, corre, recua, avança e rodopia, ágil e astuto, cauto e decidido. Nesse manejo inopinado e célebre a criatura é um ser que não se toca, ou não se pega, um fluído, o imponderável. Pensamento. Relâmpago. Surge e desaparece. Mostra-se de novo e logo se tresmalha. Toda a sua força reside nessa destreza elástica, que assombra, e diante da qual o tardo europeu vacila e, atônito, o africano, se trastroca. (EDMUNDO, 1938, citado por SOARES, 2008, p. 46).

O Jornal *Rio Esportivo*, começa em 19 de Julho de 1928, a publicar uma série de artigos, intituladas *Capoeiras e capoeiragens*. O primeiro artigo de um jornalista anônimo trouxe como autor da coletânea o argentino Adolfo Morales de Los Rios Filho, arquiteto e historiador, que se posicionou como defensor da capoeira enquanto defesa pessoal, comparando-a ao Boxe, Savate, Jiu-Jitsu e Luta Romana. Ao defendê-la como esporte, resgata a capoeira enquanto jogo “atlético”, para se contrapor àquela visão de uma modalidade que fora criminalizada e equipará-la aos esportes vindos do exterior, que estavam em alta no Brasil, como era o caso do futebol. Portanto, uma iniciativa que apontava para a valorização da capoeira, uma medida necessária antes de seu possível esquecimento e, até mesmo, o seu desaparecimento. O escritor anônimo ressalta a necessidade de se divulgar a capoeira como esporte brasileiro e trata as demais modalidades, antes citadas, jocosamente de “nobres e cavalheirescos torneios medievais”. Los Rios Filho (1926), ao sustentar que a “capoeira” era uma modalidade de defesa pessoal e de exercício corporal, questiona ainda a etimologia da palavra capoeira, afirmando que esta teria raízes híbridas, indígena e portuguesa, salientando o quanto esta palavra fora deturpada, com o passar do tempo.

Gilberto Freyre na obra *Sobrados e mocambos* (FREYRE, 1951), é o primeiro acadêmico de destaque a tratar a capoeira como fenômeno social:

Às vezes havia negro navalhado; muleque com os intestinos de fora que uma rede branca vinha buscar (as redes vermelhas eram para os feridos; as brancas para os mortos). Porque as procissões com banda de música tornaram-se o ponto de encontro dos *capoeiras*, curioso tipo de negro ou mulato da cidade, correspondendo ao dos *capangas* e *cabras* dos engenhos. O forte do capoeira era a navalha ou a faca de ponta; sua gabolice, a do pixaim penteado e trunfa, a da sandália quase na ponta do pé quase de dançarino e a do modo desengonçado de andar. A capoeiragem incluía, além disso, uma série de passos difíceis e de agilidades quase incríveis de corpo, nas quais o malandro de rua se iniciava quase maçonicamente. (FREYRE, 1951, p. 54, grifos do autor).

Para Gilberto Freyre (1951), *o capoeira é a variante urbana do moleque dos engenhos* que surge na decadência da sociedade patriarcal. Freyre (1951) descreve que os meninos negros, apelidados carinhosamente de “leva-pancadas”, foram importantes na socialização dos meninos brancos com a vida patriarcal como companheiros de brincadeira, sendo inclusive os iniciadores da vida sexual destes últimos. O autor não deixa claro, entretanto, que eram momentos em que os meninos de engenho aprendiam a mandar e desmandar, abusar sexualmente dos meninos negros, comportamentos estes alimentados pelo poder senhorial e responsáveis, a nosso ver, pelo comportamento bestializado e sádico que resulta no gosto das elites brancas pelo poder de mando quando adultos.

Soares (2003) salienta que a capoeira por muitos séculos não teve a merecida atenção por parte dos historiadores, sendo que as lutas pelos direitos civis dos negros, nos EUA, nos anos 60, foram imprescindíveis para se rever a história da escravidão no continente, o que, conseqüentemente, teve repercussões no modo como eram vistas as culturas dos afrodescendentes.

Nesta mesma época, ou seja, entre 1808 e 1850, Mary Karasch (2000) inicia uma gigantesca jornada de pesquisa acerca da escravidão urbana no Rio de Janeiro, que resultou na descoberta e na identificação de 274 “*nações*” africanas entre os escravizados. Apresentando um mapeamento minucioso da vida cultural, social e financeira dos escravizados daquele estado. Karasch (2000) aponta, em seus escritos, três momentos da capoeira: o lúdico, o festivo e o da resistência ao colonizador, período em que se observou a criação das maltas. A esse respeito, aponta a necessidade de uma pesquisa acerca das danças africanas marciais, como forma de pensar o enraizamento étnico da capoeira na África, que, a seu ver, passa por Angola, de onde era oriunda grande parte dos escravizados trazidos para o Rio de Janeiro. Em seu livro,

a autora traz o registro de que os castigos físicos empregados contra os capoeiristas, foram sempre mais violentos do que os empregados a outras categorias de escravizados criminosos. Karasch (2000) ainda se refere à capoeira como espaço de sociabilização do escravizado, retomada dos laços de amizade e até mesmo de família, rompidos quando os africanos foram trazidos para o Brasil, sendo a capoeira mais um capítulo de recriação da sociabilidade escrava.

As maltas de capoeira, segundo Karasch (2000 citado por SOARES, 2008, p. 58), eram grupos bem estruturados, compostos por escravizados, libertos e pobres, onde estes podiam gozar de proteção e solidariedade: “Sociedades secretas com as mesmas características, como rituais, orações, sinais e saudações secretas, que mesclavam práticas da maçonaria com misteriosos estilos africanos”.

Soares (2008) aponta a relevância da capoeira na formação cultural brasileira e como ela vai se articulando com a cultura urbana, que, de acordo com o autor, teria sido seu local de surgimento, sendo incorporada por várias etnias e camadas sociais.

O fato é que na vida urbana, a capoeira no Rio de Janeiro estava se estruturando a partir da composição de grupos, que foram denominados “maltas”, compostos por escravizados, libertos e pobres. Membros de um mesmo grupo protegiam-se e solidarizavam-se, porém, muitas vezes, as relações entre as maltas eram acirradamente sangrentas, uma vez que, quando integrantes de duas ou mais delas se encontravam, quase sempre havia mortes, lembrando que os capoeiristas andavam geralmente armados.

Embora as maltas tivessem grande importância histórica e social na capoeira do Rio de Janeiro, apenas duas delas tiveram grande destaque na literatura: os Guaiamus, que dominavam a parte norte da cidade e os Nagôs, que tinham como território a área da Freguesia de São José até o entorno dos bairros da Glória e do Catete. (SOARES, 2008, p. 168). Estas duas maltas de capoeira, rivais entre si, cresceram atraindo outras maltas menores e, por volta de 1850, houve batalhas sangrentas, que dividiram a cidade do Rio de Janeiro em duas partes.

Outro importante ponto de encontro, de resistência, de luta e de tomada de decisões dos capoeiristas escravizados foram as igrejas dos pretos e pardos. De acordo com Soares (2008), as irmandades eram as “única[s] organização[ões] escrava[s], legitimada[s] pela sociedade dominante”, onde os escravizados podiam conseguir cartas de alforria, autorização para realizar seus festejos publicamente, a exemplo da coroação de reis e rainhas negras, que acontecia no Campo dos Ciganos, hoje Praça Tiradentes.

Dentre as ações que os capoeiristas desenvolviam como forma de autoafirmação e busca de prestígio, frente à malta da qual faziam parte, podemos destacar as ousadias do “sineiro”,

que subiam nas torres das igrejas dos brancos e tocavam os sinos, atitude que também significava o domínio daquele território. Era um verdadeiro acontecimento que se constituía sempre em atração para os moradores locais, um tipo de espetáculo à parte, mas que custou a vida de muitos capoeiristas. Alexandre José de Mello Morais Filho (MORAIS FILHO, 2002) faz o relato destes episódios ao tratar da capoeira antiga e, o que era encarado apenas como mito popular do século XIX, tem sua confirmação em documentos da Marinha:

Envio para o Arsenal da Marinha Joaquim Ignácio a fim de ser empregado no que melhor convier para isso, que sendo oficial de pedreiro prefere ser vadio e andar tocando sino pelas igrejas. Remeto à presença de V. Exc.^a. João Antônio, que diz ser empregado neste Arsenal no ofício de espingardeiro, o qual foi preso ontem à noite às dez horas da noite na torre da igreja do Rosário, afim de que V. Exc.^a. lhe dê o destino que julgar conveniente. (MORAIS FILHO, 2002 citado por SOARES, 2008, p. 298).

O crescimento das maltas foi tamanho que parte da elite política passou a manipular estes grupos e utilizá-los para fins de interesse próprio, porém mesmo diante deste relacionamento ambíguo mantido com as classes dominantes, as maltas eram tidas como responsáveis pelos levantes dos escravizados. Os capoeiristas foram utilizados para atender, muitas vezes, a interesses políticos, assumindo as tarefas de guarda-costas e de assassino de aluguel, por determinação de seus senhores ou de seus empregadores. Como sustenta Soares (2008, p. 59): “...Se o senhor era politicamente proeminente e tinha inimigos, ou se ele era envolvido com clãs familiares, ele podia ser morto por um escravo matador contratado, incluindo *capoeiristas*...”.

Soares (2008) afirma que a prática da capoeira foi uma das razões de prisão de escravizados no início do século XIX, a quem eram impostos rigorosos castigos físicos, o que não impediu que a prática cultural da capoeira continuasse se expandindo. Negros livres também eram presos por serem capoeiristas e torturados nos calabouços das prisões. A detenção por *capoeiragem* foi uma das mais frequentes razões de Estado para a prisão de escravizados, anotada nos registros da velha intendência de Polícia da Corte, entre 1810 e 1820. Durante este período, pelo menos 411 escravizados foram presos e remetidos ao calabouço como *capoeiras*, onde eles eram condenados a sofrer entre 50 e 300 chibatadas. Além das chibatadas, outra prática de tortura era o uso da palmatória e vergalhadas. A palmatória, com formato idêntico a de uma colher de pau gigante, com furos, para aumentar a dor da batida, era dada geralmente nas palmas das mãos do castigado. O vergalhão era feito de fitas de couro, extraída dos órgãos genitais de cavalos e bois, presas a um pedaço de madeira. E era também comum eles serem

detidos por diversos meses antes de serem retornados aos seus senhores. Neste período, a polícia também apreendeu 29 capoeiras livres, que, sem dúvidas, sofreram açoites e alguns meses de prisão. (SOARES, 2008, p. 65).

Outra questão salientada pelo autor foi que esses escravizados e ex-escravizados encarcerados no Rio de Janeiro tiveram sua mão-de-obra utilizada para realizar todo o serviço de saneamento e pavimentação da cidade, para combater a série de epidemias letais que se alastraram pela cidade, particularmente entre 1830 e 1851.

A capacidade da capoeira de agregar negros escravizados, e mesmo negros livres, de diferentes Nações foi de suma importância para a resistência dos mesmos frente à ação da polícia, a serviço da classe dominante. Era considerado o ponto de acolhimento de escravizados das mais diversas nações e procedência. Segundo Soares (2008), as maltas de capoeira eram espaços estritamente masculinos.

No entanto, embora pouco valorizada na literatura e até mesmo pela sociedade atual, a mulher negra foi responsável por uma das mais importantes contribuições para a cultura escrava no século XIX. No Rio de Janeiro, as Casas de Angú ou Casas de Zungú, estabelecimentos organizados e mantidos por mulheres, onde os escravizados podiam descansar, se proteger, matar sua fome, alimentando-se com o angu, resgatar suas tradições culturais e arquitetar fugas, além de realizar frente a estes locais, as rodas de capoeira. Os escritores do século XIX, sempre ligavam as Casas de Zungú com a ameaça representada pela capoeiragem:

ZUNGÚ: Casa dividida em pequenos compartimentos que se alugam mediante paga, não só para dormida de gente de mais baixa ralé como para a prática de imoralidades, e serve coito a vagabundo, capoeiras, desordeiro e ébrios de ambos os sexos [...]. (BEAUREPAIRE-RHOAN, 1889 citado por SOARES, 2008, p. 212).

Debret registrou em suas pranchas *As Casas de Angu*, relatando em um dos seus escritos, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (DEBRET, 1834-1839, p. 228-229), que estas casas atendiam os escravizados não alimentados por seus senhores, onde era vendido uma comida bastante consistente. O angu de farinha de mandioca, que assim era descrito (DEBRET, 1834):

O angu, iguaria de consumo generalizado no Brasil, e cujo nome se dá também à farinha de mandioca misturada com água, compõe-se no seu mais alto grau de requinte, de diversos pedaços de carne, coração, bofe, língua, amígdalas e outras partes da cabeça à exceção do miolo, cortados miúdos e aos quais se juntam água, banha de porco, azeite dendê, cor de ouro e com gosto de

manteiga fresca, quiabos, legume mucilaginoso e ligeiramente ácido, folhas de nabo, pimentão verde ou amarelo, salsa, cebola, louro, salva e tomates; o conjunto é cozido até adquirir a consistência necessária²⁷.

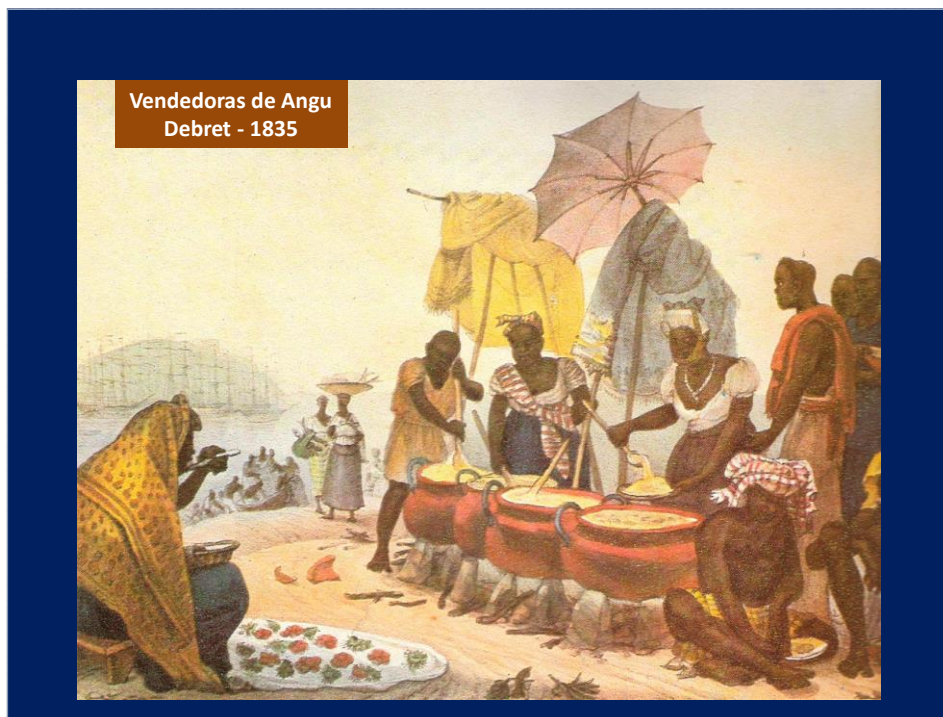


Figura 5: Vendedoras de angu, quadro de Debret de 1835.

As casas de Angu passaram mais tarde a serem conhecidas apenas como Zungú, e, nos registros policiais, apareciam como Casas de Quilombos, certamente para significar local urbano utilizado pelos escravizados como refúgio.

Da composição étnica das Maltas de Capoeira no Rio de Janeiro

Pelo que se pode depreender dos relatos e registros policiais no período de 1830/40, ser capoeirista era sinônimo de ser escravizado, do sexo masculino, africano da região Centro-Ocidental, sendo, em sua maioria, congos e cabindas. Destacam-se ainda os Cassanges, oriundos de Angola e detidos no Rio de Janeiro por serem capoeiristas. Em 1830, a grande maioria de capoeiristas presos tinha origem banto, trazidos da África Central, sendo 75% oriundos da África Centro-Ocidental, 21% da África Oriental e 2,7% da África Ocidental.

²⁷Verbete comentado e disponível também no site: http://sossegodaflora.blogspot.com.br/2015/10/pequeno-dicionario-da-cozinha-baiana_28.html.

Porém este quadro sofreu mudanças em 1850, quando passa a haver a predominância da presença de Benguelas em maior quantidade na composição das etnias dos capoeiristas presos no Rio de Janeiro. De acordo com Soares (2008), faltam dados para afirmações mais precisas, uma vez que, com a proibição do tráfico negreiro pelo Atlântico em 1831, alguns fazendeiros mancomunados com parcela de autoridades policiais, mantiveram uma parceria corrupta com estes, o que permitiu a permanência do tráfico de escravizados, porém sempre evitando que as origens destes fossem reveladas, pois se isto acontecesse, os donos de escravizados poderiam ter suas fazendas confiscadas pelo governo. A falta de documentos fidedignos leva-nos a pensar que 54% dos escravizados, embora originários da África, não tiveram suas verdadeiras origens étnicas identificadas em razão da permanência do tráfico ilegal (SOARES, 2008, p. 113).

A partir de 1850, dados de jornais e registros policiais, revelam que os escravizados que foram presos como capoeiristas, eram, em sua maioria, crioulos, ou seja, que nasceram no Brasil.

Ainda, segundo Soares (2008), em relação à idade dos africanos aqui desembarcados, era possível encontrar crianças e adolescentes entre 12 e 15 anos, chamados africanos “novos”, que, de acordo com a suposição do autor, passavam a pertencer às maltas entre os 18 e 20 anos.

Na discussão sobre as origens da capoeira, temos duas correntes: uma, defensora da africanidade e outra que defende a brasilidade. Para ilustrar esta discussão, podemos recorrer a Robert Farris Thompson (2011) que, em seu artigo sobre artes marciais negras, traz o registro da lagya e mani ou bombosa, a primeira, praticada na Martinica e a segunda, em Cuba. De acordo com suas pesquisas, estas seriam originárias do Congo, trazidas pelos escravizados e que passaram a ser praticadas na América (THOMPSON, 2011 citado por SOARES, 2008, p. 143).

John K. Thornton (1992), em sua pesquisa sobre as tradições de guerra dos angolanos, afirma que ouviu do monge capuchinho Cavazzi, relatos sobre uma misteriosa “dança de guerra”, do Reino do Congo, salientando que sua prática preparava os nativos a ponto de conseguirem desviar-se de armas, como flechas e lanças. Segundo Soares (2008), este pode ter sido o princípio de tudo. Ainda na Venezuela, foram identificadas artes marciais africanas, que apresentavam semelhanças com a capoeira. Soares (2008) afirma que haveria ainda muito a ser pesquisado sobre as danças e lutas de origem africana e que este tema não teve a atenção merecida por parte dos pesquisadores brasileiros.

O sonho da capoeira como “Ginástica Brasileira”

O professor Inezil Penna Marinho, após ter sua monografia *Subsídios para o Estudo da Metodologia de Treinamento da Capoeiragem* (MARINHO, 1945) classificada em um concurso nacional promovido pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1945, almejou a criação de um método nacional de Educação Física, tendo como base a capoeira. O autor utilizava-se do seguinte argumento:

A capoeira tem muito que ensinar, é uma luta, dança, expressão corporal, técnica, enfim é cultura. Isso mostra que deve estar a serviço da educação como prática ligada a necessidades básicas de nossa gente, nos aspectos físicos, psíquicos e culturais (IMPRESA NACIONAL, 1945, p. 5 citado por MARINHO, 1945).

Inezil dedicou seu trabalho a dois mestres incansáveis na luta pela preservação da capoeira no Rio de Janeiro:

Dedicamos este pequeno trabalho aos capoeiras do Brasil, entre os quais Agenor Sampaio (o velho Sinhozinho) e Annibal Burlamaqui (Zuma), que tanto têm trabalhado para que a capoeiragem não desapareça”. A capoeira, entretanto, nunca foi reconhecida como Ginástica Brasileira, embora uma parte representativa dos Profissionais de Educação Física do nosso país, tenham admiração pela pioneira e corajosa proposta do carioca Professor Inezil Penna Marinho. (MARINHO, 1945).

A despeito dos prêmios recebidos por suas contribuições, as ideias de Inezil jamais foram incorporadas no ensino brasileiro de educação física, encontrando fortes obstáculos para o seu reconhecimento, como aqueles comumente encontrados pelos capoeiristas em outros campos de atuação.

Em entrevista com o Mestre Burguês (MENEZES, 2015), amigo de várias jornadas, dirigente do Grupo Muzenza, que hoje tem sede na cidade de Curitiba no Paraná, conseguimos fazer um levantamento parcial dos mestres de capoeira mais importantes na história da Capoeira do Estado do Rio de Janeiro no século XX, apresentamos em primeiro lugar aqueles que tivemos a grata oportunidade de ter como parceiros em eventos de competição e organização da capoeira: Bogado, juntos organizamos o segundo campeonato internacional; Hulk e Paulão da Muzenza, com os quais disputamos campeonatos brasileiros; Silas, Gegê, Martins, Sueli Costa, Korvinho, Touro, Chita, Gegê, Julio Cesar e Montana, sempre presente nos eventos da Nova Luanda e do Grupo Camunucerê; Mentirinha, Mendonça, Levi, Camisa, Tony Vargas, Ramos, Arerê, Mario da Bonfim, Russo, Edvaldo Baiano, Paulinho Godoy, Canarinho, Nestor Capoeira, Boneco, Baiano Anzol, Criolo, Gil Velho, Paulinho Sabiá, Beijola, Rock Pitú,

Machadinho, Ziza, Zé Capoearte, Zé Pedro, João do Pulo, Marron, Cigano, Mudinho, Peixe de Caxias, Antonio Afonso, Casquinha, Cidindo, Mistério, Benê, Rui Henrique, Paulinho Suan, Nagô, Chaminé, Beбето, Feijão, Américo, Pipoca, Reginaldo Pimentel, Pequeno e Gilberto da Barra; integrantes do Grupo Senzala: Gato, Itamar, Rafael, Garrincha, Beto, Mosquito e Sorriso. Em seguida, listamos os mestres do Rio de Janeiro, infelizmente, já falecidos: Leopoldina, Dentinho, Artur Emídio, Djalma Bandeira, Peixinho, Nacional, Zé Maria, Mucungê, Barbosa, Sinhozinho, Amarelinho e Corvo.

4.3. A capoeira no Estado de São Paulo

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou, entre 2006/2007, um inventário para salvaguarda da capoeira, com vistas à manutenção da memória da capoeira e de sua valorização²⁸. No entanto, esse estudo ateu-se apenas aos estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, sem trazer registro algum de sua prática em São Paulo, embora existam documentos comprovando a existência da capoeira paulista desde 1830.

Cunha (2011), em sua dissertação de mestrado '*Capoeira e valentões na história de São Paulo, 1830-1930*', deparando-se com a falta de registro escrito sobre a história da capoeira, uma vez que a forma de transmissão era fundamentada na tradição oral, buscou dados históricos desta manifestação por meio de diversos recursos que demonstrassem os indícios de sua existência, particularmente no século XIX. Consultou, por exemplo, jornais, atas de Câmaras Municipais, livros de entradas e saídas de presos, registros policiais, processos criminais, ofícios e telegramas. Adotou, nesse sentido, uma metodologia semelhante àquela que fora ressaltada por Chalhoub (2011) como sendo essencial para recuperar a história social dos afrodescendentes no Brasil.

Ressalte-se que a escassez de registros sobre a capoeira paulista, em relação aos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, segundo Cunha (2011), se deu em função de que a maioria dos autores que se debruçaram sobre o tema nesses Estados tiveram os registros policiais como base de suas pesquisas, sendo que em São Paulo, havia uma quantidade muito pequena de processos e documentos policiais envolvendo a capoeira e a polícia, o que dificultou a pesquisa.

²⁸Os eventos têm por objetivo promover a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam as manifestações culturais associadas à prática da capoeira na elaboração de diretrizes para as ações de salvaguarda. As discussões geralmente são divididas em três temas: 1) Capoeira, Educação, Esporte e Lazer; 2) Capoeira: Apoio, Fomento e Sustentabilidade e 3) Capoeira: Identidade e Diversidade.

O autor ainda revela a presença da capoeira no cenário urbano de algumas cidades do interior do Estado de São Paulo em crescimento, uma vez que a escravidão neste estado foi marcante no século XIX (COSTA, 2012)²⁹. Em 13 de Janeiro de 1833 a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a seguinte resolução:

Toda pessoa que nas praças, ruas, casas públicas, ou em qualquer outro lugar também público, praticar ou exercer o jogo denominado capoeira, ou qualquer outro gênero de luta, sendo livre será preza por três dias e pagará multa de um a três mil réis e sendo cativa será presa e entregue ao seu senhor, para fazer castigar na grade de 25 a 50 açoites e quando não o faça, também sofrerá a mesma multa de um a três mil réis. (COSTA, 2012, p. 8).

Nos anos de 1850, 1865 e 1871, tal resolução - conhecida como Código de Postura, criada para controlar as manifestações da cultura negra, permanece vigente principalmente nas cidades de Itu e Cabreúva, mas também em Sorocaba, onde o código sofre algumas alterações.

Na verdade, o Código de Postura surgiu com o intuito de reprimir e controlar as manifestações de luta e resistência dos escravizados, as quais, muitas vezes, vinham acompanhadas dos capoeiras. Estes, como demonstram uma série de relatos, participaram de maneira significativa em diversas revoltas e ocupações que tiveram lugar ao longo de todo o século XIX.

Com essa medida de repressão à capoeira, muito antes de sua criminalização, que se deu em 1889, surgiu a *Tiririca*, como estratégia de resistência à repressão instaurada em São Paulo. Segundo o Mestre Índio Mocambo, em entrevista a nós concedida, esta consistia numa Roda de Samba com os instrumentos surdo e caixa, cujo acompanhamento era dançado e não cantado, em que os jogadores de Tiririca trocavam pernadas, cabeçadas, joelhadas e um movimento desequilibrante da capoeira, a Banda. Entre os praticantes da Tiririca, em São Paulo, destacamos Germano Matias, Oswaldinho da Cuíca e Nenê da Vila Matilde.

O ator de cinema e cantor Guimarães do Berimbau, morador do Bairro do Brás, em São Paulo, gravou no seu CD *Sambas de Roda e Capoeira* no ano de 1969, e nele há uma faixa com uma cantiga que nos remete à prática da Tiririca:

²⁹A leitura do livro, *Da senzala à colônia*, de Costa (2012), foi fundamental para as discussões nas vivências culturais de capoeira, uma vez que aborda justamente o último período da escravidão no Brasil no século XIX, durante o qual, a despeito de sua proibição, observou-se a intensificação do tráfico interno e internacional, graças ao qual se deu a expansão cafeeira na região sudeste, particularmente no Estado de São Paulo. Além disso, conforme foram avançando as lutas abolicionistas, as quais respaldaram o aumento de protestos e rebeliões dos escravizados, verificou-se a intensificação da repressão aos negros insurretos.

Tava na cama deitado
 Quando capoeira veio me acorda
 Me levantei com uma faca na mão
 Empurrei capoeira prá lá
 Capoeira me empurrou pra cá
 Prá me dizer eeh
 Que **Tiririca** é faca de furá
 Mas não corta moleque de sinhá
 Coro
 Mas não corta moleque de sinhá

Cunha (2011) relata, por exemplo, que, em 27 de Fevereiro de 1831, o Padre Antônio Joaquim de Macedo, recorreu ao juiz de paz, em função de ter sua chácara Bom Sucesso, na Freguesia do Brás, São Paulo, tomada por um grupo de 60 escravizados da cidade, identificados como africanos e capoeiras. De acordo com o autor, Charles Ribeyrolles, em 1859, na sua obra *Brasil Pitoresco*, já se presenciava o jogo da capoeira em uma fazenda do Vale do Paraíba.

Deste período, constam importantes movimentos de maltas de capoeira nos cais da cidade de Santos, que tiveram início por volta de 1850, onde estas já se envolviam em manifestações políticas e religiosas, acentuando-se mais tarde, quando Santos e São Paulo, unidas, formaram a base do abolicionismo paulista. Foi nessa época o surgimento dos “Caifazes”, homens que se arriscavam no resgate dos escravizados, liderados por Antônio Bento, que promoviam a fuga de escravizados e perseguiram os capitães de mato, entre Santos e São Paulo.

Os confrontos entre os capoeiristas acirraram-se em Santos em razão da luta política instaurada na cidade. Durante a fase de urbanização, Santos era dividida em dois núcleos: o recém-criado bairro denominado Valongo, constituído por cidadãos de origem portuguesa e mais afeitos ao comércio, e o dos Quartéis, onde se concentrava a organização administrativa e militar da cidade e moravam os cidadãos mais pobres, na maioria, negros nascidos no Brasil, que tinham como fonte de sobrevivência a extração da madeira e as atividades pesqueiras. A concorrência comercial entre os dois bairros acentuou a rivalidade entre os moradores dos núcleos, levando-os a um desgaste total de relações. Os moradores do bairro menos abastado foram tomados por um crescente rancor e, imbuídos de um sentimento nacionalista, entram em confronto aberto com os Valongos, no qual se destacam as lutas entre capoeiristas pertencentes aos dois bairros. Cunha (2011) relembra que, neste período, o médico sanitário e vereador Heitor Guedes Coelho, em 1944, assim descrevera o ambiente na época:

As hostilidades, platônicas de início, constantes de remques indiretos, versos sarcásticos nos jornais, serenatas provocadoras, logo descambaram para o terreno da desforra pessoal, em choques de capoeiragem - a degradante luta física tão da época - e em sangrentos conflitos, dificilmente contidos pela polícia, mantida sempre em permanente e previdente alerta. (CUNHA, 2011, p. 151)

Dentre os poucos registros históricos sobre a capoeira paulista, destacam-se ainda as concentrações de capoeiristas no centro da cidade, nas regiões da Santa Efigênia, Bixiga, Brás e Sé, onde estava localizada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída em 1730. Ferreira, (1971) descreve com que descaso e falta de humanidade eram tratados os negros nessa época, retirando-lhes o direito até mesmo de um caixão para cada sujeito que viesse a falecer. Ao mesmo tempo, deixa claro com que tristeza e desalento ocorriam os rituais de sepultamento de negros, num cemitério ao lado da referida igreja:

...Para todos os enterros um só caixão. Ficou a informação de que o sepultamento dos irmãos falecidos, dos “malungos era feito à noite, com ritual próprio, em que eram evocados disfarçadamente, ritos ancestrais, ritmados pelas pancadas certas e surdas da mão-de-pilão que servia de socador, repercutindo na terra, como se fora o som cavo e rouco do velho atabaque, cadenciados pelos lamentos das melopeias tristes, rito que transcorria lugubrememente pela noite afora... (FERREIRA,1971, p.38).

A geografia da região da Sé, com seus becos e ruas estreitas, era propícia para a fuga e o esconderijo de sujeitos procurados pelas autoridades. Em uma dessas vielas estava localizado o Beco das Minas, formado por quitandeiras originárias da região africana Costa da Mina, que constituíam uma rede fundamental de apoio aos escravizados rebelados e fugitivos.

Cunha (2011) prossegue enfatizando a existência da prática da capoeira por alguns professores e alunos da Academia de Direito São Francisco, São Paulo. O relato a seguir confirma que a elite branca se relacionava com os negros capoeiristas, fato este revelado pelo *Jornal Farol Paulistano*, em 18 de Julho de 1829, em que um aluno da Academia de Direito, criticava a postura do mestre de língua francesa, Augusto da Silveira Pinto pelo fato deste praticar a capoeira. Nas discussões por carta entre professor e aluno, publicadas pelo Farol Paulistano, pode-se ler o seguinte:

...O que pode esperar o Público de um mestre de Francez, que acaba a pouco de receber um officio do Excel-Diretor, no qual, depois de lhe reprehender a sua conduta interna d’Aula, lhe extranha igualmente o andar pelas ruas suspendendo pernas de cavalos para serem ferrados e jogar capoeira no largo do chafariz, o logar mais público e frequentado desta Cidade, servindo de espetáculo aos negros, que quando o veem dar bem uma cabeçada, aplaudem com bastante assobios, palmas, gargalhadas? custa

crer Sr. Redactor; mas é a pura verdade. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1829).

Estes relatos do autor denunciavam, nas entrelinhas, que mesmo proibida e não aceita por parte da elite intelectual paulista, a capoeira contava com alguns integrantes desse grupo, que praticavam às ocultas esta arte ancestral que tanto parecia ameaçar a estrutura do poder colonial. Tanto isto é fato, que o General Couto Magalhães, idealizador da criação de uma “escola de capoeiragem”, defendeu na 7ª Conferencia do Tricentenário Anchieta, em 1879, o emprego da capoeira pelos militares, para as lutas corpo a corpo. Embora não aceita na referida Conferência, o General Couto Magalhães, com essa iniciativa, mesmo frustrada, reconheceu os valores da capoeira enquanto luta eficaz.

Concluimos que o reconhecimento da capoeira nunca pôde depender de uma iniciativa da elite, uma vez que os próprios mestres de capoeira é que lutaram por sua valorização.

Passamos agora ao relato da memória da capoeira em nosso Estado, baseado em entrevistas com mestres antigos, sendo que parte dela tivemos a oportunidade de vivenciar e, inclusive, construir.

Mestre Bimba em São Paulo

A trajetória dos personagens e locais onde a prática desta atividade ocorreu ou ainda ocorre pode ser considerada, de acordo com Magnani (2012), como “circuito” que, segundo ele:

[...] trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais. A noção de circuito também designa um uso do espaço e equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos – porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado³⁰. (MAGNANI, 2012).

Pesquisando em livros, realizando entrevistas ou mesmo em conversas informais com mestres antigos, descobrimos que, em 1949, Manuel dos Reis Machado, baiano, Mestre Bimba, criador da Capoeira Regional, veio da Bahia para São Paulo, pela primeira vez, numa viagem

³⁰ Entrevista concedida à Revista de Jornalismo Científico em 10 de maio de 2010.

articulada por seu aluno Esdras Magalhães dos Santos, advogado, tenente da aeronáutica e autor da obra “Conversando sobre a Capoeira”, conhecido na capoeira como Mestre Damião, precursor da capoeira em nosso Estado. Tenente Esdras atuava com a capoeira em São Jose dos Campos, no Vale do Paraíba. Mestre Damião é o mais antigo Mestre de Capoeira, que temos conhecimento, a dar aulas, nos anos quarenta, no Estado de São Paulo.

Nessa viagem, Mestre Bimba traz para o nosso Estado seus alunos para realizar uma série de lutas contra lutadores de outras modalidades, vencendo a maioria delas por nocaute. A esse respeito, um jornal da época publicou a seguinte manchete: “Clarindo derrotou Godofredo no 3º assalto”. No artigo, descreve em detalhes como isso se deu: “Na luta final da noite, Clarindo, que vem fazendo alarde de suas qualidades capoeiristas, derrotou Godofredo (luta livre) no 3º assalto por nocaute com um ‘Rabo de Arraia’, que atingiu com precisão a nuca do contendor que desmaiou” (ALMEIDA, 1994). Todas as cinco lutas realizadas no Ginásio do Pacaembu, Capoeiristas X Luta livre, foram vencidas pelos alunos de Mestre Bimba, sendo três delas por nocaute.

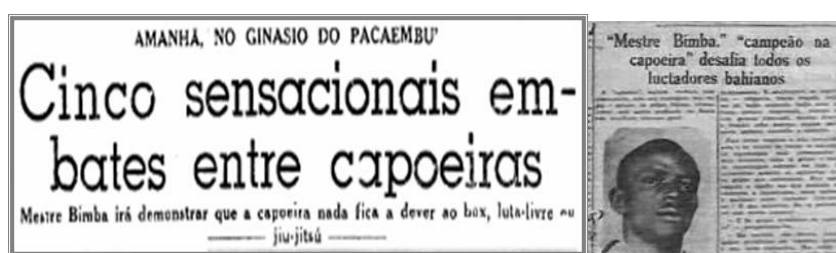


Figura 6 – Manchete de embate de capoeiristas no Ginásio do Pacaembu.

Mestre Bimba volta a São Paulo em 1972, a convite de seu aluno Airton Neves Moura, para participar de um evento que contou com a colaboração do Prof. Gladson de Oliveira Silva. Nesse evento, Mestre Bimba é homenageado, ao mesmo tempo em que reconhece e certifica como precursores da Capoeira Paulista os mestres Onça, Pinatti, Brasília, José de Freitas, Silvestre, Limão, Suassuna, Joel e Gilvan, que aqui já atuavam.

Gradações na capoeira e sua hierarquia

Mestre Bimba, ao criar a Capoeira Regional, foi quem introduziu o sistema de gradação para seus praticantes, que, no passado, consistia no batizado, primeiro jogo do aluno com outro mestre ao som do berimbau. As gradações de Mestre Bimba eram simbolizadas pelo uso de

lenços de seda a partir do segundo estágio, sendo que, no último, o aluno passava por uma prova de fogo – a emboscada, considerada uma espécie de avaliação do Curso de Especialização por ele oferecido. Tratava-se de um curso secreto, do qual só poderiam participar os alunos formados por Mestre Bimba. Tinha como objetivo o aprimoramento da capoeira, com ênfase nos ensinamentos de defesa e contra-ataque de golpes advindos de um adversário que portasse armas como navalha, faca, canivete, porrete, facão e, até, armas de fogo. Sua duração era de três meses, divididos em dois módulos: o primeiro, com a duração de sessenta dias era desenvolvido dentro da academia por meio de uma estratégia de ensino muito peculiar do Mestre. O segundo, com duração de 30 dias, era realizado na Chapada do Rio Vermelho, o qual tinha como conteúdo as "emboscadas". Mestre Itapoan, aluno de Mestre Bimba, assim as descreve: *“Uma verdadeira guerra, verdadeiro treinamento de guerrilha. Bimba colocava quatro a cinco alunos para pegar um de emboscada. O aluno que tivesse sozinho, tinha que lutar até quando pudesse e depois correr, saber correr, correr para o lugar certo.”*. (MACHADO, 2015).

Ao final do curso, o Mestre Bimba fazia uma festa aos moldes da formatura e entregava aos concluintes um "Lenço Vermelho", que correspondia a uma titulação de Graduação dos Formandos Especializados.

Não se pode esquecer que Mestre Bimba era filho de escravizados, em Salvador, onde havia toda uma tradição de resistência à elite branca, cujo ápice se deu com a Revolta dos Malês, em 1835, que mesmo depois de debelada pelas forças policiais manteve os seus ideais de luta pela libertação no imaginário de mais de uma geração. Daí, talvez, as provas tão difíceis, impostas pelo mestre aos seus discípulos, sejam um resquício de como, com o incremento da repressão que sucedeu esta revolta, na qual os escravizados tinham que se defender dos ataques, que poderiam vir a qualquer momento e lugar.

Em 1969, no Campo dos Afonsos, RJ, foi realizado o II Simpósio Nacional de Capoeira, com as principais lideranças da capoeira no país e a presença maciça de mestres do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. O simpósio buscava a unificação da capoeira e a manutenção de suas tradições, neste encontro ficou estabelecido que a Confederação Brasileira de Pugilismo, através de um Departamento Nacional de Capoeira, após o recebimento das contribuições dos vários mestres, desenharia um projeto para as graduações. Assim, em 26 de dezembro de 1972, é lançado o Regulamento Técnico da Capoeira, aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos.

O fato da capoeira ser praticada como esporte trouxe também outro complemento – o uso de cordão nas cores da Bandeira Nacional Brasileira, que passaram a ser as graduações

utilizadas apenas no estilo Capoeira Regional, uma vez que a Capoeira Angola não faz uso de graduações. O cordão, inicialmente artesanal, confeccionado pelos próprios capoeiristas, hoje já industrializado, é amarrado à cintura com o nó do lado direito, após ser transpassado nos anéis do cós da calça. Observe-se que as cores dos cordões definem os estágios dos praticantes. Inicialmente, havia quatro estágios: verde, amarelo, (aluno), azul (formado) e branco (mestre).

Com o crescimento do número de praticantes da capoeira em São Paulo, a Federação Paulista de Capoeira (até praticamente o final dos anos 1970, era a primeira e única federação da modalidade existente no mundo), em congresso técnico com dirigentes brasileiros, sentindo a necessidade de ampliar o grupo de graduações³¹, instituiu um novo sistema de graduação com cordões de cores intermediárias que foram acrescentados aos já existentes:

Aluno:

1º estágio – Verde

2º estágio – Verde Amarelo

3º estágio – Amarelo

4º estágio – Amarelo e Azul

Formado:

5º estágio – Azul

Contra Mestre:

6º estágio – Verde/Amarelo e Azul

Mestres:

1º Grau Cordão Branco e Verde

2º Grau Cordão Branco e Amarelo

3º Grau Cordão Branco e Azul

4º Grau Cordão Branco

A diversidade de graduações adotada pelos grupos da nossa arte/luta representa uma forma de resistência, uma manifestação da liberdade de expressão da particularidade de cada grupo, mas, ao mesmo tempo, pode ser um obstáculo para a participação, por exemplo, da capoeira nas olimpíadas, uma vez que o Comitê Olímpico Internacional (COI), exige que cada modalidade inscrita tenha uma padronização nas suas graduações, nomenclatura de movimentos, uniforme e regulamento de competições, o que evidentemente ainda não ocorre

³¹ Uma vez que as formaturas estavam se dando de maneira muito rápida – pois havia ainda academias formando alunos menores de 18 anos, que às vezes iam para o mercado lecionar capoeira, sem a mínima experiência de vida e de prática – foi necessário, como uma das formas de combater parcialmente essa situação, aumentar o tempo de formatura do aluno, instituindo novos estágios intermediários.

na capoeira. Por outro lado, temos uma corrente formada por mestres tradicionais, principalmente ligados à Capoeira Angola e, até alguns defensores da Capoeira Regional, que não são favoráveis ao ingresso da capoeira nas Olimpíadas, como podemos observar em trecho de entrevista a mim concedida pelo Mestre Djamir Pinatti, fundador da Federação Paulista de Capoeira, ou seja, há controvérsias no interior do próprio movimento sobre a importância de seu ingresso em competições como as Olimpíadas:

É problemático né, é o tal negócio, é assim uma faca de dois gumes, eu acho que se ela tiver que ir para as Olimpíadas ela tem que ter tido várias experiências, estes campeonatos que estão fazendo por aí como laboratório e por que se tiver indo para a Olimpíada tem que se pensar que vem o mundo todo para a Olimpíada então tem que ter a mesma regra, e você sabe que capoeira é muito rica, ela tem várias alternativas é difícil encontrar uma regra que possa manejar, temos que encontrar uma média entre um jogo efetivo eficiente e bonito também como espetáculo, agora eu digo assim como capoeira que eu sou que eu acho que nós temos que valorizar a capoeira, nós temos que deixar de ser cachorro vira-lata, o Sumô foi convidado numa época para as Olimpíadas, eles não quiseram eles disseram o Sumô é uma cultura japonesa milenar, eles lotam ginásios, os praticantes têm fã-clubes, eles falam com o Imperador a hora que eles quiserem, são funcionários públicos, eles não precisam de Olimpíadas, então eu digo assim: Capoeira é tão rica, tão boa, tão vencedora, tão perfeita que ela não precisa de Olimpíada. Quem vai ganhar se ela entrar é a Olimpíada? Não nós. Você pode ver a Olimpíada aceita tudo, hoje mesmo tem um reclame na televisão, Curling que é um joguinho que é tipo bocha, só que eles jogam um disco e a pessoa vai varrendo assim, com o disco andando, e está na Olimpíada. Lembra que você me falou uma vez que Olimpíada é Esporte de Alto Rendimento? Tudo bem, mais para o Atletismo, hoje eles aceitam qualquer coisa, Olimpíada de Inverno tem aqueles buraquinhos no gelo, assim, tem aquelas canoazinhas, com o cara no meio assim, vem, então tudo que é coisa nem nexa está na Olimpíada, então eu acho que capoeira momentaneamente não deve entrar, ela não precisa de olimpíada, ela já tem tudo para ser uma vencedora. (PINATTI, 2015).

Apresentamos uma outra perspectiva de um contemporâneo do Mestre Pinatti, Antônio Cardoso Andrade, Mestre Brasília, também pioneiro da Capoeira Paulista. Ao ser entrevistado sobre a possibilidade da capoeira tornar-se olímpica:

[...] pela sua essência a capoeira já deveria estar nas olimpíadas há muito tempo e o que dentre os obstáculos que impedem esta escalada, está a arrogância, a prepotência e a estupidez, tanto de determinados dirigentes de entidades de capoeira, precisavam se entender melhor, quanto de parte da classe política. (PINATTI, 2015).

Na opinião de Mestre Brasília, o governo não sabe o que tem na mão, uma vez que não reconhece os valores esportivos da capoeira, e encerra sua fala, afirmando: “Fui vice-presidente

de Federação por duas vezes, procurei dar minha contribuição da melhor forma, mas como outros dirigentes, também passei por situações em que não fui compreendido”.

Os praticantes da nossa arte brasileira em todo o mundo, e que são adeptos da Capoeira/Desporto, se encontram no momento muito desconfortáveis, uma vez que o COB já anunciou que o Rúgbi e o Golfe são as duas novas modalidades que serão incorporadas às Olimpíadas de 2016, no Brasil. Cada país, sede de uma Olimpíada, tem como direito incluir uma modalidade extra, no Brasil serão incluídas duas modalidades estrangeiras, o Hugby que é pouco praticado em nosso país, e o Golfe, que é um esporte das elites, enquanto a capoeira, que provavelmente é o segundo ou terceiro esporte mais praticado no Brasil e que está, também, presente em quase duzentos países, ficará de fora. A decisão do COB certamente elimina por período indeterminado a possibilidade da capoeira entrar para as Olimpíadas, pois cada novo país que sedia o evento tem interesse em incluir suas próprias modalidades esportivas.

Se observarmos a importância da capoeira e sua ligação com a história social, cultural e política do povo brasileiro, além de sua eficácia como arte marcial e desporto de alto rendimento, podemos dizer que é um grande desrespeito à nossa arte/luta, deixá-la, em seu próprio país de origem, fora de um evento desta grandeza. O que se ouve em congressos e seminários recentes da capoeira é que deve haver uma mobilização, encabeçada pela Confederação Internacional de Capoeira, por meio de um site, onde a comunidade mundial de capoeira votaria, tendo-se assim um panorama fiel sobre o posicionamento do capoeirista em relação à participação do seu esporte nas Olimpíadas. No dia 16 de fevereiro de 2016, o Ministério do Esporte reconheceu a capoeira como modalidade esportiva. Existem correntes da capoeira contra e a favor, os primeiros acreditam que este reconhecimento pode descaracterizar o aspecto cultural da nossa arte/luta, já, aqueles que a praticam como esporte, sentem-se contemplados com as possibilidades de benefícios, como Bolsa/Atleta e a valorização da modalidade enquanto arte marcial. A Fundação Palmares, por sua vez, posicionou-se reafirmando seu compromisso com a salvaguarda da capoeira e dos mestres antigos. Percebemos que as correntes, contrárias à inclusão da capoeira no rol das modalidades desportivas, agem como se esta atividade, ao ser reconhecida como esporte, deixasse de ser cultura e arte e viesse a perder seus valores tradicionais, o que de fato não ocorre, uma vez que existem competições desde 1974 e as bases culturais da capoeira não foram afetadas. O fato da capoeira ter lugar nos ministérios da cultura, educação, esporte, igualdade racial, trabalho, entre outros, não seria uma forma de fortalecer e ampliar o seu reconhecimento nos vários centros de poder e decisão da sociedade?

A Federação Paulista de Capoeira (FPC)

Fundada em 14 de Julho de 1974, a FPC foi a primeira entidade da modalidade criada no mundo, como resultado da união de diferentes associações de capoeira: K'Poeira, Airton Neves Moura (Mestre Onça, aluno de Mestre Bimba); São Bento Pequeno, Mestre Djamir Pinatti; Mello, Mestre Antônio Gonçalves de Mello; Zumbi, Mestre Edson Luiz Polim; Fonte do Gravatá, Mestres Sanhaço; Policenter, Mestre Gladson de Oliveira Silva; e Santo André, Mestre José Andrade (meu mestre).

A Federação Paulista de Capoeira teve como seu primeiro presidente Airton Neves Moura, Mestre Onça. Os mestres Gladson de Oliveira Silva e Jose Andrade tiveram atuação enquanto presidentes interinos. Em seguida, tivemos as gestões de Airton Ghiberti e dos Mestres: Djamir Pinatti, Geraldo Pereira de Santana, Augusto Salvador Brito, Waguinaldo Rodrigues, Valdenor Silva dos Santos, Hermes Soares dos Santos, Ronaldo Rogerio de Oliveira Souza e, atualmente, Ricardo Souhail Haddad.

Durante os seus primeiros anos de existência, a FPC enfrentou sérias dificuldades de relacionamento com a comunidade, uma vez que havia grupos de capoeira que ofereciam resistência à adesão e implantação do sistema desportivo. Outro fator que contribuiu sobremaneira para esta resistência foi o fato da Federação nascer em pleno regime militar no Brasil. Sobre esta época, ressalta Mestre Djamir Pinatti:

Então você vê na nossa época nós chegamos a colocar ela na mídia, assim, na época enviava... minha mulher é que levava os pré-release ao Mestre Guga, que era jornalista e que ajudou muito a Capoeira, advogado foi aluno do Mestre Bimba me ensinou a lidar com a mídia. Augusto Mário, Guga, infelizmente falecido, mas me ensinou a lidar com a mídia, o que nós precisamos é isto mídia, e então Augusto Mario fazia um pré-release que é um avizinho [Aviso] que você manda pras rádios, pra televisão pros jornais, dia tal, ginásio tal, campeonato de Capoeira, vem Bahia, Rio, São Paulo, Campeonato Brasileiro, Campeonato Paulista, Campeonato Infantil, Juvenil, então na época nos chegamos a ter certo sucesso eu cheguei até a cobrar ingresso, e nós fizemos isto em pleno regime militar nós estávamos vivendo na época não sei se você lembra? Coronel Ságua, que era do exército e era Presidente da Confederação Brasileira de Pugilismo que tomava conta de todos os esportes, criou o CND que era o Conselho Nacional do Desporto, era um órgão que ficava acima das Confederações, de todos os esportes, então a Ditadura manejou todos os esportes, e a capoeira paradoxalmente, a turma fala mal da Ditadura, mas a capoeira foi menina dos olhos da Ditadura, nós fizemos Campeonato Brasileiro aqui em São Paulo trazendo as delegações nos melhores hotéis, viemos com passagens de avião de primeira, arrumamos os melhores restaurantes, ônibus especial para pegar as delegações no hotel, todos eles ai Bahia, Rio, São Paulo, Brasília, todos os Estados que participaram, viram, sentiram isto, quer dizer, então ela foi muito apoiada pela

Ditadura, então nós tivemos sorte, que foram os melhores anos que eu entendo como esporte da Capoeira, hoje não se vê quase campeonatos na mídia a não ser os grandes grupos na base da Muzenza do Abadá e outros que fazem os seus campeonatos com seus alunos que estão no exterior, cada um traz alunos dos seus países. Eu acho que ela é *sui-generis*, pode ser usada de qualquer jeito, capoeira mal jogada é boa”. E acrescenta: “... quer dizer, então ela foi muito apoiada pela Ditadura, então nós tivemos sorte, que foi os melhores anos que eu entendo como esporte da capoeira... (PINATTI, 2015).

Mestre Pinatti refere-se, portanto, ao período da Ditadura Militar, como um período benéfico para a capoeira, sem apresentar nenhuma crítica à repressão aos movimentos sociais, à censura e até mesmo perseguições sistemáticas aos negros capoeiristas, da qual eu mesmo fui vítima, e imperavam no país. Cabe observar que suas ideias não expressam a opinião da maioria no meio capoeirístico. A minha impressão é que o fato de Mestre Pinatti ser branco, descendente de italianos, socialmente bem relacionado, não lhe trouxe grandes dificuldades de relacionamento para a condução da Federação Paulista de Capoeira, mesmo no período ditatorial, o que talvez tenha contado para sua opinião favorável ao regime militar, como expressou claramente acima.

É preciso lembrar que o Regime Militar, com a preocupação de transmitir a ideia de coesão nacional, utilizou a capoeira, que possui influências do negro, do branco e do indígena, como representação da força, da luta e da garra do povo brasileiro. Essa ideia de integração nacional, além de falsa, tentava mascarar a desigualdade social e o racismo, deslegitimando, assim, qualquer movimento de luta pela universalização dos direitos.

No entanto, entre 1993 e 2012, presidi a Federação Paulista de Capoeira, período em que tive o privilégio de conviver com todos esses mestres, tanto os do sistema desportivo, quanto os que estavam fora dele, e considero que, realmente, os dirigentes da Federação Paulista de Capoeira foram mal interpretados por longo período e até mesmo injustiçados. Mestres Onça, Gladson, Pinatti, a exemplo de outros, sempre conduziram a FPC de maneira íntegra, com lisura, responsabilidade e isentos de qualquer idealismo político ou ligação à Ditadura Militar. Acompanhei de perto a condução da Federação por todos os presidentes, desde 1974 - antes, durante e após o regime militar, sendo testemunha de suas lutas diante de dificuldades gigantescas, para manter a Federação em funcionamento. Sempre buscaram se relacionar com a sociedade civil, órgãos públicos e comunidade capoeirista, cumprindo assim seus papéis que eram os de manter a Federação em funcionamento, preservar a capoeira em todas as suas formas de apresentação, valorizá-la, também como esporte de alto rendimento, e amparar o capoeirista como ser social, sustenta REIS (2000) que:

A oficialização da capoeira como esporte em 1972 e a ampliação do mercado das lutas marciais orientais criam condições necessárias para que a capoeira pudesse procurar sua legitimação como esporte ‘arte marcial brasileira’. Em 1974, com a fundação da *Federação Paulista de Capoeira*, tomará impulso em São Paulo uma perspectiva “marcializante”, que procurará fazer da capoeira um esporte competitivo, de um jeito “branco erudito”, atualizando representações inicialmente produzidas pela elite carioca de princípios do século XX. O projeto nacional para a capoeira da *Federação* implica em sua homogeneização, a ser conquistada com a unificação da nomenclatura dos golpes e contragolpes, na regulamentação das normas dos campeonatos na criação de uma pedagogia e de um sistema de graduação válidos em todo o país e, finalmente, na organização das federações em cada estado e a fundação de uma confederação internacional. (REIS 2000, p. 193, 194).

O livro *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*, escrito por Reis (2000), é uma grande contribuição, não só para conhecermos e entendermos a importância da capoeira na formação do povo brasileiro, mas também no que se refere às questões étnico-raciais, resultando em um trabalho rico, minucioso nos registros e nas importantes informações que a autora apresenta. Porém, em relação à Federação Paulista de Capoeira, a autora apresenta alguns pontos de vista sobre os quais temos divergências, particularmente no que diz respeito ao papel da Federação em relação ao progressivo distanciamento da capoeira de suas raízes. É preciso ponderar que, se acompanharmos a história da capoeira, sua ligação à atividade esportiva se deu desde 1937, com o advento da capoeira regional, sem que isto tenha implicado na descaracterização de seus valores e rituais ancestrais. Um exemplo disso é que o próprio Mestre Pastinha, defensor da tradição da capoeira, em 23 de fevereiro de 1941, intitulou sua Academia de Centro Esportivo de Capoeira Angola. Em relação às competições, Mestre Bimba já promovia inúmeros combates com lutadores de várias modalidades de luta, como o que ocorreu em São Paulo em 1949, envolvendo karatê, luta livre, vale tudo e jiu-jitsu. Há relatos, como o do Mestre Itapoan³², em seu livro *A saga de Mestre Bimba* (ALMEIDA, 1994), de que os alunos do Mestre Bimba saíram vitoriosos em praticamente todas as competições, como já tratamos anteriormente. Cabe ainda esclarecer que a Federação nunca pretendeu reduzir a capoeira somente à atividade desportiva, prova disto foi a diversidade de eventos propostos nos calendários anuais, contemplando não só o esporte/competição, mas também os aspectos tradicionais da capoeira, como o Troféu Mestre Canjiquinha, realizado por vários anos seguidos, contando, inclusive, com a presença do homenageado, para premiar as equipes

³² Ressalte-se que Mestre Itapoan é um dos mais antigos discípulos de Mestre Bimba, além de ser escritor e ex-atleta, participou da trajetória do Mestre por todo o período em que este esteve na Bahia. Mestre Bimba mudou-se da Bahia para Goiás, onde veio a falecer em 05/02/1975. Seus restos mortais foram levados por Mestre Itapoan para Salvador/BA.

classificadas; houve ainda os festivais de duplas, taças Mestre Bimba e Mestre Pastinha, para valorizar os fundamentos da Capoeira Regional e da Capoeira Angola. Lembrando que o calendário anual da Federação sempre foi muito diversificado, contemplando sempre a realização de congressos, seminários, vivências culturais e outros eventos que dizem respeito à rica diversidade que compõe a capoeira, como arte, cultura, instrumento de educação, inclusão social e cidadania.

Reis (2000) ainda dirige críticas à unificação da nomenclatura dos golpes de capoeira adotada pela Federação. No entanto, a experiência de transmissão da prática da capoeira nos tem mostrado quão benéfica é a unificação da nomenclatura e o consequente estabelecimento de um grupo de movimentos que venham a compor cada um dos estágios pelo qual o capoeirista passa. A Federação buscou, na verdade, uma unidade em benefício da didática e da organização metodológica, preocupação comum em qualquer modalidade esportiva. Talvez, pelo processo de crescimento do número de praticantes pelo qual passava a capoeira, o mesmo movimento era conhecido por inúmeros nomes, algo que a Federação entendeu que não era benéfico para a modalidade. Observe-se que esta unificação surgiu de um consenso nacional obtido após longas discussões entre os mestres mais antigos. A Confederação Brasileira de Capoeira realizou, em 1993, um Congresso Técnico Brasileiro, em Guarulhos, o qual reuniu representantes de vários Estados brasileiros e inúmeras correntes da capoeira, para discutir a questão da nomenclatura. Nesse encontro, cada mestre participante realizava determinado movimento dizendo o nome pelo qual ele o conhecia, a seguir os demais representantes se expressavam, sempre levando em consideração a opinião dos mestres mais antigos, para, então, catalogar-se o referido movimento. Claro que alguns movimentos básicos da capoeira não passaram por todo este processo, uma vez que já havia uma denominação comum aceita pela comunidade em diversas partes do mundo.

Em relação às normas do campeonato, qualquer atividade esportiva é possuidora de suas normas e, quando se trata de esportes de luta, os regulamentos devem ser bem elaborados, a fim de que se preserve a integridade física dos participantes. Nesse sentido, de acordo com nosso entendimento, seria impossível realizar uma competição de capoeira, sem um regulamento específico que separasse o esporte da defesa pessoal e da cultura. Acreditamos, ainda, que as regras estão sempre presentes em qualquer tipo de jogo, brincadeira ou esporte.

Mestre Índio, em entrevista concedida a mim, destaca a importância da Federação Paulista de Capoeira em sua formação:

Em 1980 eu me filiei à Federação Paulista de Capoeira, que muita gente fala mal, mas pra mim foi um grande aprendizado dentro da Federação, porque sempre tive uma identidade e sempre acreditei na capoeira/luta, não violência... Capoeira com regras, ...aplicação dos golpes com técnica, velocidade, exatidão mas não querendo matar o meu igual, porque se eu não respeitar meu igual não tenho com quem treinar...então eu preciso do outro pra me valorizar, me aprimorar e ter consciência de mim mesmo.

Retomamos, então, o que diz Honneth, na obra *Luta por reconhecimento* (HONNETH, 2003), ao tratar da gramática dos conflitos envolvida na luta pelo reconhecimento das culturas e povos historicamente prejudicados, sustenta ser condição do avanço moral da sociedade ocidental a obtenção das três formas de reconhecimento: relações primárias ligadas ao amor e amizade; relações jurídicas no campo do direito; e a comunidade de valores, pautada pela solidariedade. A autorrealização do indivíduo somente é alcançada quando há, na experiência de amor, a possibilidade de autoconfiança; na experiência de direito, o auto respeito; e, na experiência de solidariedade, a possibilidade de desenvolver a autoestima.

No histórico do capoeirista, vamos encontrar uma defasagem gigantesca, nas três formas de reconhecimento sustentadas por Axel Honneth, tendo-se em vista que a capoeira é oriunda de africanos escravizados, chegando a ser incluída no Código Penal Brasileiro, sofrendo sempre preconceito e discriminação. No momento em que a capoeira é reconhecida pelo Ministério do Esporte como “desporto de criação nacional”, dando início à criação de uma estrutura esportiva composta de ligas, federações e confederações, além de apresentá-la também como esporte/competitivo, não deveríamos entender como uma forma de ampliação da luta pelo reconhecimento desta arte/esporte e luta ancestral?

Minha formação e convívio com os Mestres da Capoeira Paulista³³

Nos anos 1970, paralelamente à prática com Mestre Andrade, comecei também a tomar contato com personagens da capoeira paulista, mestres recém-chegados da Bahia e do Rio de Janeiro, que tinham como ponto de encontro a roda de capoeira da Praça da República, muitas vezes interrompidas pelas ações policiais. Essa roda é uma tradição que remonta à época da escravidão.

No início da tradição dessa roda, os capoeiristas se reuniam em torno dos chafarizes no centro de São Paulo e, no decorrer do século XX, passaram a ocupar a Praça da Sé, por iniciativa

³³ Neste momento, passo ao relato em 1ª pessoa por se referir à minha participação direta no processo de construção da capoeira no estado de São Paulo.

de Solano Trindade, poeta da resistência negra, teatrólogo, ator e pintor. Nos anos 1960, a Roda da Praça da Sé foi deslocada para a Praça da República.³⁴

Entre os primeiros frequentadores da roda da República, destaca-se o Mestre Ananias Ferreira (em memória), baiano, negro, *ogã* de candomblé³⁵, angoleiro³⁶, exímio tocador de berimbau e atabaque, aluno de Mestre Waldemar. Mestre Ananias, chega a São Paulo em 1951 e começa a ministrar aulas de capoeira no prédio Martinelli, na avenida São João, antiga sede da Polícia Civil de São Paulo. Nos anos 1960, Mestre Ananias deu aulas de capoeira no município de Santo André. Cabe destacar que meu mestre, José Andrade treinou com ele e eu tive a honra de ter o Mestre Ananias participando de rodas na minha própria academia, Nova Luanda, nos anos de 1974 e 1975.

Outro pioneiro paulista com quem tive contato foi o Mestre Blaudecy, capoeirista premiado com o troféu Pandeiro de Ouro da Escola de Samba da Mangueira, que chega a São Paulo na década de 1960. Em entrevista concedida a mim, Mestre Brasília, um de seus contemporâneos, nos dá alguns detalhes sobre Blaudecy: *“Bráulio, era o apelido de Blaudecy, um baixinho que se você desse uma meia lua muita alta, ele nem precisava descer, era um baixinho perigoso pra burro, muito bom, conheci ele na época de 67, nas rodas da Praça da Sé”* Mestre Brasília lembra ainda que, quando chegou a São Paulo, aqui já estavam Paulo Aruanda e Mestre Ananias. Segundo Mestre Brasília, *“Blaudecy não foi uma pessoa que chegou aqui e se dedicou somente a capoeira como nós, ele trabalhava”* ou seja, tinha outra atividade além da capoeira. *“Eu, Suassuna, Limão e Silvestre é que só fazíamos capoeira”*. Mestre Brasília se refere ainda a outro pioneiro da capoeira paulista, Mestre Ananias, e prossegue:

Ananias convivia nas rodas da Praça da Sé, que posteriormente foi mudada para a Praça da República, tocando Berimbau e tornou-se conhecido em noventa, noventa e pouco, por meio de revistas, um bom tocador de berimbau; inegável”.

³⁴ Nem mesmo o fato de a capoeira ser elevada à Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, em 26 de novembro de 2014, com base no Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, foi suficiente para conter a repressão. Em 2015, a Roda de Capoeira da Praça da República sofreu nova suspensão. Dia 11/08 foi realizada uma audiência pública com integrantes da Secretaria da Cultura, Igualdade Racial e representantes do Gabinete da Prefeitura da Cidade de São Paulo. Em função de não terem chegado a um consenso, uma nova audiência foi marcada.

³⁵O *Ogã* é responsável pelo ritual, toque dos atabaques e cânticos específicos para o estabelecimento de contato com cada uma das entidades espirituais: *Xangô, Oxum, Ogum, Abaluaê*, entre outras.

³⁶Angoleiro é a denominação dos capoeiristas seguidores de Mestre Pastinha, fazendo referência ao estilo de Capoeira Angola.

Eu, por vezes, ficava maravilhado com as visitas às academias destes pioneiros, pela energia dos rituais, pela riqueza de expressão corporal dos jogos, as conversas, sempre me deparando com algo novo para alimentar meu conhecimento. Participei de eventos também com Silvestre Vitório Ferreira, Mestre Silvestre (1946-2003) e Paulo dos Santos, Mestre Limão, excelentes capoeiristas e tocadores de Berimbau, representantes da Capoeira Angola, que chegaram a São Paulo em 1966 para a gravação do LP do angoleiro Antônio da Conceição Moraes, Mestre Caiçara, também baiano, de quem foram alunos.

Silvestre, um negro alto e forte, possuidor de uma capoeira muito elegante, criou a Associação de Capoeira Vera Cruz, na Praça da Árvore em São Paulo, mudando posteriormente para o prédio do antigo Cine Nilo. Paulo dos Santos, Mestre Limão (1945- 1985), ganhou este apelido de Mestre Canjiquinha porque vendia limões nas feiras da Bahia. Paulo Limão se destacou no jogo da capoeira Angola e dominava um movimento chamado Relógio – que consiste em girar várias vezes com o corpo todo encolhido e equilibrado somente com um dos braços no chão, idêntico a um movimento de dança Break. Limão foi sócio dos mestres Pinatti e Paulão na Academia São Bento Pequeno, criada em 1969. Em 1970, Limão funda, na avenida Morumbi, Zona Sul de São Paulo, a Associação de Capoeira Angola Quilombo dos Palmares. Limão recorria, com frequência, a uma frase: *“Tem aluno e tem discípulo. O discípulo tem que pegar toda a essência do Mestre”*. Mestre Limão foi encontrado morto em 1985, após ter sido agredido por policiais em frente a sua academia. No meio capoeirístico havia rumores de que ele houvera sido assassinado pela polícia. Mestre Natanael, também da Zona Sul/SP, gravou uma música em sua homenagem, que reproduzo a seguir:

Raízes de angola– ladainha

Na Vida tudo acontece...só Deus tem pena de mim
 Porque ontem eu sofri tanto e, hoje, ainda sofro assim
 Se tu tem problema em casa não vem resolver aqui
 Não é isso o que o povo gosta, nem também o que eu queria...
 Prenderam mestre Limão na porta da Academia
 Maltrataram o "nêgo véio", algemaram, "desceram o pau"
 Não sei se é incompetência ou erro de um policial
 Do jeito que a Terra anda, o Mundo está indo mal!
 Meu filho hoje tem dez anos...contigo quer me ver lutar
 Pois nunca me viu vencedor nem tampouco derrotado
 Tem mestre que eu não conheço, gostaria de conhecer
 No jogo da capoeira eu quero lutar com você
 Capoeira era uma dança, com ela houve disputa...
 Com o transcorrer do tempo, ela transformou-se em luta
 A luta que hoje eu vivo, é um inferno sem fim...
 Tem gente que eu ensinei, que, hoje, quer bater em mim

Capoeira mudou muito e hoje tem o seu valor
 É o tempo que te faz mestre, não diploma de doutor
 Me mostra o que tu aprendeu...me mostra o que tu ensinou
 É o jogo de dentro e de fora, Regional ou Angola
 Samango, Cavalaria, Chamada, São Bento ou aviso...
 Jogue tudo, se preciso, você é minha alegria!

(LP "Capoeira de Angola", Mestre Natanael, gravadora Caritas, 2ª edição, 1994/SP).

Tive também a oportunidade de conhecer e ver jogar algumas vezes Mestre José de Freitas, nascido em Macaquinhos (BA), em 29 de abril de 1926. José de Freitas, aluno de Mestre Caiçara, que chegou a São Paulo no final da década de 1950 e realizou suas primeiras atividades capoeirísticas no Bairro da Mooca e CMTC Clube. Na década de 1960, fundou a Associação de Capoeira Lutas Unidas, hoje sob direção do seu aluno Mestre Dulcídio. Mestre José de Freitas, foi segurança de Manoel da Nóbrega, o criador do programa humorístico A Praça é Nossa. Um dos momentos mais importantes na carreira profissional do Mestre Jose de Freitas foi lecionar aulas de capoeira para o Rei Pelé para a gravação do filme “A Marcha”, com direção de Oswaldo Ribeiro, 1971, no qual Pelé interpreta um escravizado forro chamado Chico Bondade. As filmagens foram feitas em Bragança Paulista, na senzala da Fazenda Santana. Em 2007, Mestre José de Freitas fez a sua última visita a São Paulo, para a chamada Reunião dos nove, com a participação dos mestres mais antigos, que discutiram o resgate da memória da Capoeira Paulista e novos rumos para o futuro da mesma.

Participei, ainda, da organização da Taça Mestre José de Freitas, durante a Feira Internacional de Esportes, no Shopping Center Norte, São Paulo, em 1993, quando com as equipes da Federação Paulista de Capoeira, renderam homenagem a este expoente da Capoeira Paulista.

Outro destaque da capoeira paulista é Djamil Pinatti – meu avô de capoeira (mestre do meu mestre), de origem italiana, bancário e ex-karateca – que fundou, em 1969, a Associação de Capoeira São Bento Pequeno. Pinatti nasceu em Orlândia, interior de São Paulo, em 13 de abril de 1930 e hoje, com 85 anos de idade, ainda leciona capoeira em sua academia, próxima à Estação de Metrô Vergueiro.

Convivi também com os irmãos e mestres de capoeira, Joel e Gilvan Souza de Menezes, oriundos de Feira de Santana (BA), que se estabeleceram no bairro da Lapa, São Paulo. O primeiro, de estatura média, porém, muito forte, destacou-se sempre por sua capoeira/luta e pela coragem em desafiar lutadores de outras modalidades. É, ainda hoje, conhecido como um exímio cantador, tendo gravado vários CDs. Como demonstração de sua dedicação e amor pela

arte, conseguiu formar diversas gerações e transformou todos os seus filhos em ótimos capoeiristas. Já o Mestre Gilvan tinha uma capoeira muito expressiva e uma flexibilidade invejável, um excelente capoeirista que morreu precocemente, assassinado nos anos 1970. Sua morte até hoje é um mistério. Momento em que foi interrompida uma carreira que parecia promissora, uma vez que seus poucos discípulos são hoje destacados mestres de capoeira, por exemplo Antônio Ambrósio.

Outro importante nome da capoeira da terra da garoa, que marcou presença nos eventos da minha academia, Nova Luanda, foi Reinaldo Ramos, conhecido na capoeira como Mestre Suassuna. Este chegou a São Paulo em 1965, oriundo de Ilhéus - BA, abrindo sua primeira academia com Djamir Pinatti, na Rua das Rosas, Vila Mariana, SP. Ainda na década de sessenta abriu sua segunda academia, Cordão de Ouro, hoje com filiais em mais de 50 países. Suassuna chegou a ser preso em batidas policiais no período da Ditadura Militar e relatou-me, em entrevista, que *“chegou um momento em que estava tomando café num bar, quando via encostar uma viatura policial, já começava a tremer, pagava o café mais que depressa e ia embora”*. Fez apresentação com seu grupo de capoeira para Antônio Carlos Magalhães (conhecido por ACM) na Assembleia Legislativa de São Paulo. Cabe lembrar que ACM havia treinado com Mestre Bimba, na Bahia. Mestre Suassuna foi o idealizador, nos anos 1970, do Festival de Capoeira do Estado de São Paulo e, com o apoio da Secretaria Estadual de Cultura, realizou, com sua equipe, apresentações de capoeira em várias cidades do interior do Estado, ocasião em que tive a oportunidade de participar com minha equipe em uma das etapas realizada em Santo André.

Uma pessoa que deu grande contribuição para o avanço e reconhecimento da capoeira paulista foi Mestre Gladson de Oliveira Silva, mineiro, professor de Educação Física com pós-graduação em natação. Iniciou a capoeira na Associação de Capoeira Ilha de Maré, com Mestre Paulo Gomes, passando, depois, a treinar na Associação K’Poeira, na Rua Augusta, centro de São Paulo, sob direção do Mestre Onça, juntamente com Mestre Canhão, ambos alunos de Mestre Bimba. O Professor Gladson foi, por treze anos, técnico da Seleção Paulista de Capoeira, fundador, secretário e presidente interino da Federação Paulista de Capoeira. Organizador de inúmeros cursos para formação de mestres de capoeira e o pioneiro nas propostas de capoeira/educação, Gladson trabalhou no Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo – CEPEUSP - por quarenta anos e foi funcionário da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, no Ginásio Baby Barioni, Água Branca, onde dava aulas de capoeira. Ministrou cursos no exterior em vários países e coordena hoje o *Projeto Projeto Liberdade Capoeira*, para

crianças em situação de risco, no Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo. Convivi com o mestre Gladson desde 1975, que foi meu técnico, quando das minhas participações na seleção paulista de capoeira, nas décadas de setenta e oitenta, além de uma série de participações em eventos da Federação Paulista de Capoeira.

Muito respeitado no meio capoeirístico, Antônio Gonçalves Mello (1920-1990), Mestre Mello, como era conhecido, foi Faixa Preta de Judô. No convívio com os mestres pioneiros paulistas, ingressou na capoeira na década de 1960, atuando no bairro da Pompéia, onde formou, dentre outros, os dois primeiros mestres de capoeira sanseis que temos notícia na modalidade, os irmãos Seiko.

Oriundo do Rio de Janeiro, Mestre Paulo Gomes da Cruz, aluno do Mestre Artur Emídio, trouxe contribuições importantes para a Capoeira Paulista, como a fundação, em 1967, do Centro de Capoeira Ilha de Maré e, posteriormente, da Associação Brasileira de Capoeira - ABRACAP. Bem relacionado com a elite paulistana, Paulo Gomes teve, como alunos, importantes empresários e personalidades da política nacional. Integrado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB - propôs uma Frente Nacional de Capoeira, como manifesto de apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Paulo Gomes foi, ainda, idealizador do Dia do Capoeirista e escritor do livro *Capoeira Arte Marcial Brasileira* (1982). Em 1988, o Mestre Paulo Gomes foi assassinado em sua academia, na Rua Brigadeiro Luiz Antônio, São Paulo.

Ao rever os registros da capoeira paulista, podemos concluir que os Mestres Ananias, Joel, Brasília, Pinatti, José de Freitas, Mello, Suassuna, Silvestre, Limão, Gilvan e Paulo Gomes constituíram as matrizes de formação de praticamente todas as gerações de capoeira existentes hoje no Estado de São Paulo, além de muitos de seus discípulos atuarem com a capoeira em outros pontos do Brasil e do mundo.

Segundo depoimentos desses Mestres, manter uma academia de capoeira nos anos 1960 e 1970 era muito difícil. Como estratégia de divulgação da arte/luta, eles criaram a Roda da Praça da Sé, já apresentada anteriormente, onde muitos se encontravam para cantar, tocar, jogar e divulgar suas academias. Entre os participantes, evidentemente, havia também muitos capoeiristas que não possuíam academia e tinham apenas a Roda da Praça da Sé como ponto de encontro para jogar capoeira. Houve um período em que essa prática foi interrompida pelas autoridades municipais em função de conflitos entre grupos de capoeira, que, por vezes, causaram sérios incidentes. Felizmente, hoje, as relações entre os grupos de capoeiristas se tornaram mais conscientes e cordiais.

No caso da Roda da Praça da República, eu, particularmente, sempre estive na posição de observador dessa roda, talvez por receio de alguns períodos em que as relações entre os grupos de capoeira não eram tão amistosas, sendo, volta e meia permeada por acidentes, resultado de encontros e revanches entre grupos rivais. Porém, é inegável a importância dessas rodas para que o povo tenha conhecimento de nossas raízes históricas. Em 2015, joguei pela primeira vez na Roda da Praça da República, a convite de amigos que conheciam minha inserção e luta pelo reconhecimento da capoeira nacional.

A partir dos anos 1970, além das academias fundadas por esses pioneiros da capoeira paulista, surgiram outras que também se destacaram na divulgação desta prática ancestral. Conheci, no bairro do Brás, o Mestre Guimarães do Berimbau, baiano, que tinha gravado um LP com capoeira e samba de Roda, um dos poucos existentes nos anos 1960. Próximo ao Parque D. Pedro, na rua das Figueiras, frequentei, por algumas vezes, a Academia Capitães D'Areia, sob direção do Mestre Almir, hoje conhecido como Anande das Areias, que iniciou na prática da capoeira em Itabuna - BA, com o Mestre Luiz Medicina que revelou grandes mestres de capoeira, como Gilberto Cavalcante, hoje residente no município de Taubaté, SP; Miguel Machado, líder do Grupo Cativoiro; Reinaldo Ramos Suassuna, Geraldo Pereira de Santana e dezenas de outros mestres. A equipe que conduzia a academia Capitães D'Areia era composta pelos Mestres Carioca, Baiano e Pessoa (falecido), além dos irmãos do Mestre Almir, Valdir e Demir. Mestre Anande, sempre muito comprometido com a história e lutas do negro no Brasil, criou uma graduação distinta da adotada pelas Federações de Capoeira, que consistia em cordões nas cores da Bandeira Nacional Brasileira. Posicionando-se a favor de uma corrente de praticantes que criticavam o uso das cores da Bandeira Nacional Brasileira³⁷, por esta simbolizar também a opressão aos negros, Mestre Almir implantou em sua escola as graduações com corda, corrente e lenço, simbolizando as etapas pelas quais passaram os nossos escravizados: negro escravizado, negro liberto e quilombola. Opunha-se, assim, a uma adesão irrefletida à ideia de Nação, remetendo a capoeira à sua ancestralidade afro-brasileira. E talvez por isso tenha sido fortemente perseguido pela ditadura militar.

Para Areias (1983), como os escravizados africanos não possuíam armas para se defender dos inimigos – feitores e senhores de engenho, movidos pelo instinto natural de preservação da vida, descobriram, em si mesmos, a sua arma, a arte de bater com o corpo, à

³⁷A ideia de Nação e seus respectivos símbolos serviu historicamente para encobrir as contradições sociais encontradas em nosso país, e, dessa forma, estabelecer um controle social.

semelhança das brigas dos animais, suas marradas, coices, saltos e botes. Aproveitaram ainda suas manifestações culturais trazidas da África, suas danças, cantigas e movimentos.

Em sua obra, *O que é Capoeira*, Areias(1983) acrescenta a esse respeito: “Tendo como mestra a mãe natureza [...], utilizando-se das estruturas das manifestações trazidas da África [...], os negros criam e praticam uma luta de autodefesa para enfrentar o inimigo” (1983, p.15-16).

Minha experiência na Capoeira Esporte

A capoeira, em Santo André, teve início em 1965 com os Mestres José de Freitas (falecido), Alírio Ferreira e Ananias, no Clube Elite em Utinga. Com eles treinou o Mestre José Andrade, meu mestre, que veio a formar-se com o Mestre Pinatti, em 1969. Fui formado na capoeira em 10 de janeiro de 1974. Em 27 de fevereiro do mesmo ano e, cheio de sonhos e planos, fundei a Associação de Capoeira Nova Luanda, na rua Martins Francisco, 27, no bairro do Parque das Nações. Sonhos e planos que foram todos por água abaixo, pois fiquei sem nenhum aluno até junho do mesmo ano. Tive a luz e a água cortados e, em função do aluguel atrasado, recebi aviso de despejo para entregar a sala. Era para mim o início de um novo aprendizado: o quanto era difícil trabalhar e sobreviver financeiramente da capoeira. Meu pai era o meu fiador e eu me sentia envergonhado e com enorme dificuldade para colocá-lo a par da triste realidade que estava atravessando. Eu fazia o percurso da minha casa no bairro Homero Thon até o Parque das Nações correndo. Amigos passavam de carro, acenavam para mim e pensavam que estava treinando para manter a forma. Não imaginavam que, na realidade, estava correndo por não ter dinheiro para pagar o ônibus. À noite voltava da academia, também, a pé, cansado e sempre com muita fome. Todos os dias chegava à academia às oito horas da manhã e treinava até a noite, sozinho. Logo que caía a noite, acendia algumas velas nos degraus da escada que dava acesso à sala. Aí foi que a situação piorou! Quem passava pelo local, pensava tratar-se de um terreiro, então não entrava mesmo. Havia ainda o toca-fitas, reproduzindo as músicas de capoeira e servia para reforçar o afastamento das pessoas, mas evidentemente eu acreditava que as estava atraindo. Um ou outro que entrava, deparava-se com a seguinte decoração: um esqueleto de cabeça de boi, com chifres enormes, e que tinha, no lugar dos olhos, duas luzes vermelhas que piscavam, isso quando havia energia elétrica, claro; 12 pranchas de Debret (reproduções), que retratavam o dia a dia dos escravizados no Brasil Colônia; gravuras de um calendário antigo, conservados com muito carinho e que resolvi emoldurar; dois facões

cruzados, uma rede de pesca surrada, estendida na parede; uma navalha e dois bastões de maculelê (manifestação afro-indígena, que é uma dança, simulando uma luta, criada em Santo Amaro da Purificação na Bahia, por Popó, que narra a história de um guerreiro que, munido de dois bastões, venceu sozinho uma tribo inimiga, que invadira sua aldeia, num momento em que só estavam presentes mulheres, idosos e crianças); alguns berimbaus e pandeiros e, como não poderia faltar, o atabaque. Uma ambientação que eu achava muito natural e ligada à cultura da capoeira, mas que, na verdade, também servia para repelir as poucas pessoas, que, por curiosidade, subiam as escadas da academia. Destaco que eram poucas pessoas, porque eu não dispunha de recursos para investir em propaganda, como cartazes de rua ou folders.

A capoeira permanece sem a mínima sustentação pelas mídias escrita, falada ou televisiva. Acredito que parte maior da divulgação é resultado do empenho individual dos grupos, mestres e praticantes, sobretudo na internet. Provavelmente isso ocorre, principalmente, em função de ter a sua origem na cultura de resistência do negro escravizado. Na década de 1970, era ainda mais difícil trabalhar com a capoeira, devido ao preconceito e discriminação que senti na própria pele e com muito mais intensidade, quando me aventurei a dar aulas. Com muita dificuldade, contei ao meu pai o que estava acontecendo e ele, como sempre, compreensivo, apenas me perguntou: *É isso mesmo que você quer? Trabalhar com a capoeira?* Eu respondi que sim e ele me disse que daríamos um jeito. Dia seguinte após essa conversa, encontrei um amigo, também aluno de Mestre Andrade, Antônio José Gomes Fernandes (Tozé), já falecido, empresário andreense, para quem relatei as minhas dificuldades e ele, imediatamente, se propôs a me emprestar o montante necessário para quitação dos alugueis em atraso. Numa noite fria de quatro de junho, estava eu sozinho, sentado no chão da academia, num intervalo de descanso dos meus treinos malucos e solitários, quando três adolescentes subiram as escadas da Nova Luanda, os irmãos Celso e Roberto de Moura e Luiz Correia do Amaral, que fizeram suas inscrições. Eram os meus primeiros alunos. Ao final do mesmo ano, a Nova Luanda já contava com mais de cem alunos. Algumas dificuldades ainda permaneceram, mas então eu tinha melhores condições para enfrentá-las, além de um respaldo financeiro, que me dava um pouco mais de trânsito social. O meu primeiro investimento em divulgação da Nova Luanda, foi a confecção de cartazes, que fixei nos pontos comerciais do entorno do Parque das Nações e, em seguida, aloquei um espaço em uma placa de rua, no cruzamento da avenida do Estado com a rua do Oratório, local de movimento de muitas linhas de ônibus; ações que me deram como retorno uma boa quantidade de novos alunos. Até hoje, quando passo pelo local,

ainda me recordo o quanto tinha orgulho e o quanto ficava admirando aquela placa da Nova Luanda que, de alguma forma, representava a minha primeira vitória profissional na capoeira.

Em 1978, após quatro anos de atividades, surgem as primeiras oportunidades de participação no cenário da capoeira esporte. A Nova Luanda revelou mais de uma centena de campeões entre as décadas de 1970, 1980 e 1990. Os três primeiros campeões internacionais da história da capoeira: Mestre Celso de Moura, Contra Mestre Edmilson Sebastião da Silva e Mestre Cesar Augusto Barros dos Santos. Dentre os campeões brasileiros: Mauro Porto da Rocha, Aguinaldo Xavier, João Moreira, Hermes Soares dos Santos, Luiz Roberto Ferreira (Mestre Carioca), Tadeu de Assunção Ferreira, Ivo Reis do Carmo, José Nicomédio dos Santos (Mestre Besouro - falecido) e José Maria Cardoso Costa (Ousado). Destacaram-se como campeões paulistas: Paulo dos Santos Nunes, Claudio de Campos, Diolino Pereira de Brito, Jadiel Conceição Smith (falecido), José Roberto Badanai, Sérgio de Oliveira Marques, Marcelo Mailaro, Airton Xavier e João Paulo Scarpelini. Esses são alguns dos meus ex-alunos que se desponsaram no cenário esportivo da capoeira. E eu, que, após dedicar-me à capoeira esporte competição por quase duas décadas, pude alcançar os títulos de tricampeão brasileiro individual, por equipe, e melhor índice técnico do III Troféu Brasil de Capoeira em 1982.

Da Associação de Capoeira Santo André, Marcos Sampaio foi o primeiro atleta a integrar a primeira seleção paulista de capoeira em 1975. Nossa cidade, que em 1975 tinha apenas duas equipes de capoeira, Nova Luanda e Santo André, hoje ultrapassa a casa das sessenta associações.

Tive o privilégio de ser eleito presidente da Federação Paulista de Capoeira, FPC, primeira federação de capoeira do mundo. Meu mandato, apesar das dificuldades e percalços, se estendeu por três reeleições. Permaneci à frente da FPC de 1993 a 2005, período em que conseguimos avançar em vários aspectos da capoeira: esporte, cultura, inclusão social e educação. Entres nossas conquistas destaco a inclusão da capoeira enquanto modalidade extra nos Jogos Regionais do Interior, a participação em convenções, feiras, festivais, congressos³⁸ e nas Conferências Estaduais da Criança e do Adolescente, da Cultura e da Igualdade Racial. Conquistamos, ainda, assento na Conferência Nacional do Esporte. Em parceria com o Sesc Pompéia, realizamos também o Projeto Capoeiristas do Amanhã e o II Campeonato Internacional – Troféu Airton Neves Moura – com a participação das equipes do Chile,

³⁸ Entre os principais eventos da gestão, ressalto: o I e II Congressos Brasileiros Unitários de Capoeira, São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais se discutiu a legalização da profissão do capoeirista; a Feira Internacional de Esportes; o Festival Internacional de Folclore e o Congresso Internacional de Combate ao uso Indevido de Drogas, Brasil/EUA.

Moçambique, África do Sul, Paraguai, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Participamos da 1ª Semana Municipal de Capoeira de São Paulo e promovemos uma agenda de cursos para capacitação de profissionais de capoeira.

A capoeira e a educação na cidade de São Paulo

Atualmente, em muitos países, a capoeira é utilizada como instrumento complementar na Educação. A cidade de São Paulo teve, em 1972, a introdução pela primeira vez da capoeira na Universidade de São Paulo, como resultado do empenho do Prof. Mestre Gladson e Mestre Onça. Foi a partir desta conquista que começou a surgir a aceitação da modalidade no campo da educação no Brasil e Exterior.

De 1972 até os dias de hoje, milhares³⁹ de crianças e adultos já tiveram acesso à prática da capoeira, nos estabelecimentos de educação, da pré-escola à universidade. Uma conquista obtida graças à parceria entre a Federação Paulista de Capoeira e a Prefeitura da Cidade. Essa parceria foi efetivada por meio de um convênio estabelecido entre a Federação Paulista de Capoeira e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no ano de 2005, que pressupunha a formação dos capoeiristas e uma proposta de vivências culturais de capoeira nas escolas.

Com o estabelecimento do convênio, os profissionais de capoeira foram a campo, onde realizaram atividades de capoeira em cerca de 140 escolas, distribuídas nas 13 Coordenadorias de Educação: Ipiranga, Jacanã/Tremembé, São Miguel Paulista, Guaianases, Santo Amaro, Campo Limpo, São Matheus, Itaquera, Pirituba, Butantã, Penha, Freguesia/Brasilândia e Capela do Socorro. Em cada uma dessas coordenadorias conheceram outros profissionais de capoeira, que já atuavam em caráter voluntário nas escolas, os quais também foram convocados para participação do programa. Por fim, na fase propriamente de implementação, 114 mestres de capoeira foram contratados em regime de CLT, sendo-lhes oferecida uma capacitação continuada pela Federação Paulista de Capoeira, com um ano de duração, no SESC Pompéia.

Esta formação tornou-se necessária, uma vez que o programa precisava ter uma metodologia padrão para as escolas das 13 coordenadorias. Os departamentos técnicos, de educação e de cultura da Federação Paulista de Capoeira, prepararam um conteúdo que contemplava o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e relações humanas; capoeira

³⁹ Em 2005, foi implantado pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo o “Programa São Paulo É Uma Escola” que consistia no oferecimento de várias modalidades esportivas, artísticas e culturais, aos alunos do ensino fundamental, nos períodos pré e pós-aula. Só na modalidade de capoeira, participaram mais de 36.000 (trinta e seis mil) crianças, no período de 2005 a 2008.

concebida como cultura, com suas músicas, cânticos e instrumentos; a capoeira/esporte, cuja prática exigia condicionamento físico e a prevenção de acidentes; a capoeira adaptada ao atendimento de praticantes com necessidades especiais auditivas; orientações teóricas e práticas; e, relatos de experiências e reestruturação das ações orientadas por preocupações étnico-raciais. Certamente este foi um dos maiores, senão o maior programa até então realizado, de formação ofertado aos profissionais da capoeira. Ideal seria que projetos como este, e similares, ocorressem com maior frequência, além de serem mais duradouros, pois quase sempre seu período de duração fica refém das mudanças políticas. Quando novos prefeitos ou governadores são eleitos, raramente dão continuidade a projetos implantados na gestão anterior.

Ao analisarmos o panorama social brasileiro e os resultados da aprendizagem no ensino público, verifica-se a necessidade urgente de propostas, por parte dos órgãos governamentais, que ampliem a permanência do aluno e a reestruturação do currículo em torno de assuntos culturalmente relevantes.

O currículo que temos hoje nas escolas é engessado e eurocêntrico, desconsiderando, assim, as culturas populares – ancestrais e contemporâneas – apreciadas pelos jovens, tratando-as sempre como algo secundário ou até mesmo “exótico” e alheio aos costumes vigentes. Sobre este aspecto escreveu Souza (2011): “Repetimos sempre as mesmas críticas: a escola se mantém imóvel, os alunos não são ouvidos, os métodos são antiquados, reina na escola o autoritarismo feroz, a escola é surda em relação às diferenças, é preciso dar lugar à expressão das culturas juvenis”. (2001, p.302)

É premente uma proposta curricular que considere o multiculturalismo de nosso país e que seja diversificada, contemplando manifestações culturais ligadas à formação do povo brasileiro de origem africana e indígena. Souza (2011) prossegue, sustentando no mesmo texto citado: “Somos tentados a falar das culturas indígenas e africanas como se elas fossem estranhas a nós mesmos, incrustadas apenas nos meios populares, tornando-as exóticas, o que ao mesmo tempo atrai e distancia – fazendo do exotismo forma de reafirmação da famosa fissura social brasileira”. (2011, p.303)

Essa fissura, da qual nos falou Souza (2011), apenas reforça a ideia que levou ao processo de escravização, exploração e submissão, que é a da diferença de valores entre cultura e povos.

Kabengelê Munanga (2005) destaca que uma parte maior de professores não foram preparados na sua formação para o enfrentamento e a resolução do desafio que representa lidar com diversidade e a discriminação.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 2005, p. 16).

O quadro educacional atual tem também como resultado, além do baixo rendimento, o número elevado de evasão escolar e de problemas com indisciplina e violência, como resposta de uma grande parcela de crianças e jovens sem nenhuma motivação para os estudos.

Pesquisadores têm comprovado *in loco* estas dificuldades no setor da educação, como nos apresenta Amaral (2011), que tem levado seus projetos às escolas municipais com vistas à inclusão de culturas ancestrais e contemporâneas, como o hip-hop, a capoeira, culturas afro-brasileiras, indígenas e outras resultantes do hibridismo entre as mesmas.

No caso de nossa pesquisa na referida escola, pareceu-nos que os jovens estavam reivindicando ou mesmo recriando a cultura popular – que se encontra a um só tempo, enraizada nas origens “sertanejas” do homem rústico do Nordeste brasileiro e combinada com a cultura afro-brasileira – mas que, ao se depararem, nas metrópoles, com o duro retrato do homem pobre suburbano, se viram impelidos a expressar suas angústias e seus anseios de satisfação por meio de raps e danças dotadas de aguçada potência críticas. Muitos deles fazendo emergir com seus tambores, letras, músicas e danças, o que um dia Nietzsche chamara, em *A Visão dionisíaca de mundo (1928,2005)*, de ‘o cerne da força vital da humanidade’. Justamente os elementos da cultura que foram há muito tempo expurgados da razão ocidental e, conseqüentemente, da razão ordenadora da escola. (AMARAL, 2011, p.282-283).

Depois de pesquisar sobre o importante papel da capoeira como cultura de resistência do negro ao domínio escravocrata e de seu papel fundamental para a sua efetiva abolição, discutiu-se sobre como apresentá-la aos jovens alunos, demonstrando sua atualidade como luta de resistência às opressões vividas pelos jovens negros na periferia, que ainda hoje são perseguidos, presos e mortos pela polícia, questão que tem sido amplamente denunciada pelo movimento negro no Brasil.

Diante do exposto, acreditamos que a inclusão das culturas afro-brasileira e indígena nas escolas, em cumprimento às leis 10.639/03 e 11645/08, uma vez que muito pouco tem sido feito neste sentido, proporcionará uma maior consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos, ações educativas que certamente auxiliarão, e muito, no combate ao racismo e às discriminações, bem como à elevação da autoestima das crianças de descendência afro-brasileira e indígena.

Orientados por essas ideias, realizamos parcerias em escolas públicas, dentre elas gostaríamos de destacar um importante, embora breve, trabalho realizado na Escola de Aplicação da USP.

5. A CAPOEIRA EM AÇÃO NAS ESCOLAS: DOS TRAÇOS E VESTÍGIOS DA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL COLÔNIA À ATUALIDADE DA PAIDEIA AFRO-BRASILEIRA

5.1 Pesquisa de campo e análise: a capoeira na escola

É preciso observar que o ritual da capoeira, com seus elementos constituintes, ou seja, a ginga e outros tantos movimentos, os toques do berimbau e dos atabaques, constituem-se em uma importante contribuição dos negros para o conhecimento da história e cultura afro-brasileira, sendo, portanto, uma fonte riquíssima para o desenvolvimento do currículo escolar. Daí termos realizado vivências culturais de capoeira na Escola de Aplicação da FEUSP, em parceria com professores, como uma forma de manter viva a transmissão de uma prática ancestral afro-brasileira antiga.

É preciso considerar que a capoeira, na escola, foi desenvolvida a partir da *docência compartilhada*,⁴⁰ como parte de uma pesquisa de políticas públicas voltadas à Educação⁴¹, na Escola de Aplicação da USP, envolvendo o ritual do jogo, suas músicas, cânticos e a prática dos instrumentos que o acompanha; com o objetivo de contribuir para se pensar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos níveis, fundamental e médio, conforme a exigência da Lei 10.639 de 09/01/2003.

Nesse sentido, propusemo-nos a propiciar aos alunos:

- Reflexão sobre a História do Brasil, com ênfase na situação social do Afrodescendente e do Indígena Brasileiro;
- Aprendizado do toque de instrumentos, os cânticos e seus responsórios;

⁴⁰ Em nosso último projeto, *O ancestral e o contemporâneo: reconhecimento e afirmação de histórias e culturas afro-brasileiras* (FAPESP/2015:50120-8), a proposta pensada inicialmente envolvia a docência e a elaboração de relatórios conjuntos com os professores, com o registro dos momentos mais importantes da docência compartilhada a ser realizada em sala com os jovens pesquisados, acompanhados de reflexão teórica que, por sua vez, seria amadurecida no decorrer do trabalho conjunto entre pesquisadores, professores pesquisadores e arte-educadores. Com isso, pretendia-se propor novas estratégias de ensino e de currículo escolar, particularmente nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, Artes, Música, História, Geografia e Educação Física, dentre outras disciplinas. E desse modo, contribuir para a melhoria do ensino público, não apenas na escola pesquisada, mas também noutras unidades de ensino do município, propondo um trabalho inovador com adolescentes, dos pontos de vista, metodológico e curricular, destinado às últimas séries do ensino fundamental.

⁴¹ A vivência cultural de capoeira iniciada por mim faz parte do meu Mestrado e teve início com minha participação no Projeto de Pesquisa de Políticas Públicas: *Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo, a contestação estético-musical que emancipa e educa*, em parceria da FEUSP com a Escola de Aplicação da USP, coordenado por sua orientadora, a Profa. Mônica do Amaral, financiado pela Fundação De Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

- A influência da Capoeira no Break, Frevo e Futebol, Cinema, Artes Plásticas, Filatelia, MPB; e,
- Buscou-se, ainda, promover uma educação crítica em relação aos resquícios da opressão histórico-social que recaem ainda hoje sobre os afrodescendentes e indígenas.

Passamos, a seguir, ao relato e análise de alguns momentos preciosos dessa experiência na condução das vivências culturais de capoeira na Escola de Aplicação da USP, no ano de 2013, onde tivemos como parceiros os professores de educação física, Ronaldo e Mildred. As vivências culturais foram realizadas durante o primeiro e segundo semestres do ano de 2013, na Escola de Aplicação junto às 7as e 8a séries do Ensino Fundamental, num clima de parceria com esses docentes, que estiveram presentes em todas as vivências culturais do começo ao fim, sempre colaborando nos exercícios de construção do jogo da Capoeira, assim como nas demais atividades teóricas, auxiliando desta forma no aprofundamento das reflexões do grupo.

5.2. Parceria com o Professor Ronaldo

Eu não sou daqui, marinheiro só, eu não tenho amor...

No mês de março de 2013, iniciei as atividades com o professor Ronaldo junto ao 8º ano com o qual faríamos nossa pesquisa durante o 1º semestre de 2013. Assim que entrei na sala com o meu berimbau na mão, um dos garotos, que posteriormente eu soube, que se chamava Ramon, já começou a cantar: *“Eu não sou daqui, marinheiro só, eu não tenho amor, marinheiro só, Vou dizer a meu sinhô que a mantega derramou; oi sim sim sim, oi não não não...”* Cantava uma música seguida da outra, trazendo os chamados e responsórios, estes usualmente cantados pelo coro, mas que ele mesmo respondia, demonstrando assim, que já tinha experiência e gosto pelos cânticos de capoeira. Acreditamos que tenha sido uma maneira carinhosa de me dar boas-vindas, mas que também poderia ser uma forma de demonstrar uma identificação imediata com a capoeira e suas raízes, pelo fato de ser um dos poucos afrodescendentes da turma.

O professor Ronaldo apresentou-me à classe, fez o mesmo com a Joice nossa cinegrafista e o Vitor, um estagiário e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, que nos auxiliou durante o projeto. Feitas as apresentações, fomos para o

salão nobre da Escola, local onde aconteceram todas as nossas vivências culturais do semestre. Uma vez no salão nobre, as crianças foram se apresentando, dizendo seus nomes e idades.

Em seguida, falei aos jovens que, em 18 de agosto de 2013, estaria completando 45 anos na capoeira. Fiz um breve relato de algumas de minhas experiências nessa manifestação cultural, dizendo-lhes, ainda, que este projeto só estava sendo possível graças à parceria entre o Grupo de Pesquisa da professora Mônica do Amaral e o corpo docente da Escola de Aplicação (EA) da Universidade de São Paulo, com apoio do Grupo Negritude da EA. Destaquei a importância da participação de todos, pelo fato de se tratar de um Projeto de Políticas Públicas, pioneiro, pleiteando a inclusão das culturas afro-brasileiras e indígenas no currículo escolar, e que, ao término, esperávamos que fosse submetido à apreciação da Secretaria de Educação para implantação da capoeira e das artes urbanas, como o break e o rap, nas Escolas da Rede Pública. Enfatizei, nesse sentido, o quanto os alunos eram importantes nesse processo, como protagonistas desse evento. Perguntei sobre o que achavam da proposta, algumas respostas foram dadas prontamente: - “Eu quero!” Outro dizia: “*Very good!*” E finalmente vieram os: “*Oh Yes!*”

Mencionei, ainda, minhas experiências vividas como cinegrafista em 2012, em outra fase do Projeto *Rappers, os mensageiros urbanos na periferia de São Paulo; a contestação estético musical que emancipa e educa* realizado no Capão Redondo, periferia da Zona Sul de São Paulo, sob coordenação da Prof.^a Dra. Mônica G. T. do Amaral.

Em seguida, fiz uma primeira audição do *CD Ginga Brasileira*, um programa de Rádio que apresentei como trabalho de conclusão do Curso de Rádio e TV, com entrevistas de alguns expoentes da capoeira: o mestre Marcial A. Lopes, ex-presidente da Federação Brasileira de Capoeira – FBC, que tratou das questões da capoeira como esporte; o Prof. Gladson de Oliveira Silva, do Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo - CEPEUSP, trazendo a capoeira para o campo da educação; Dra. Dilma de Melo do, Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro – NEINB – ECA - USP, que discorreu sobre a influência africana na cultura brasileira; o Prof. Ronaldo Rogério de Oliveira Souza e Prof. Hermes S. dos Santos, diretores da Federação Paulista de Capoeira - FPC, que falaram sobre as dificuldades de organização da capoeira no estado de São Paulo; Luiz Carlos Pereira da Associação Luanda-ê, que tratou da inclusão social e o Prof. Manoel Silva de Carvalho, criador de um método que utiliza sinais para ensinar golpes de capoeira aos surdos-mudos.

Quando os jovens dizem o que conhecem da capoeira

Ao final da audição de nosso “Programa de Rádio”, quando perguntei se já conheciam a capoeira, a maioria afirmou que sim, uma vez que tiveram contato com a mesma na própria EA-USP. Depois, ao indagá-los se sabiam como a capoeira havia nascido, responderam que fora *criada pelos escravizados*. E quando insisti sobre o que mais poderia ser dito da capoeira, deram como respostas: *a) era pra se comunicar, b) veio da África, c) nasceu como luta, d) pra se defender, e) era proibida, f) Ramon disse que disfarçavam a luta, apresentando-a como dança*. Depois, quando lhes perguntei se conheciam algum movimento da capoeira, obtivemos como respostas: *a) Nicholas lembrou-se da cocorinha, b) Gabriel, da rasteira e da estrelinha, d) Gilvana, da meia lua de compasso*.

Procurando complementar a fala deles, ratifiquei que os movimentos citados estavam corretos, sendo os principais movimentos da capoeira.

Em seguida, aproveitando o interesse manifestado por um dos alunos em começar a dançar, perguntei a eles se gostariam de dar início ao jogo da capoeira naquele momento e a maioria disse que sim. Expliquei-lhes que, além dos movimentos citados, faltava um movimento que conferia identidade à capoeira, de onde começavam e terminavam todos os golpes, instaurando um vínculo entre os jogadores – a Ginga.

Ginga: a identidade da capoeira

Formamos uma grande roda em pé, dando início ao treinamento da Ginga. Alguns já tinham noções de como gingar, e outros, que não a dominavam ainda, mostraram-se mais tímidos que os primeiros. Prosseguimos, eu e o professor Ronaldo, orientando-os quanto ao movimento de Ginga, posição de pernas com relação aos braços, agora já tocando o berimbau simultaneamente e pedindo-lhes que tentassem sentir e estabelecer uma relação do ritmo da Ginga com o toque de berimbau, indo e voltando do toque lento ao mais rápido e vice-versa. Todos demonstraram facilidade para o movimento com as pernas, embora alguns não tivessem a coordenação necessária para simultaneamente, posicionar a perna direita para trás e elevar o braço direito. Como muitos deles, por dificuldade de coordenar os movimentos de pernas e braços, elevassem o braço esquerdo, procuramos fazê-los tomar consciência de seus corpos e movimentos.

Nesse sentido, não mais em movimento, mas ainda em roda, perguntei-lhes qual braço deveríamos levantar quando a perna esquerda se deslocasse para trás. Eles responderam: o esquerdo. Fiz a mesma pergunta com relação à perna direita e todos responderam de maneira correta, perna direita - mão direita. A dificuldade consistia em realizar os movimentos na prática, por isso resolvemos não exigir mais deles na primeira aula, uma vez que, independentemente de conseguirem ou não realizar o movimento, já o haviam compreendido.

Ao perceber que, em um determinado momento, Mariana e Giovana estavam gingando em dupla, uma de frente para a outra, procurei tomá-las como exemplo para o grupo. Em seguida, convidei o aluno Renan para fazer dupla com outro colega que estava sem parceiro, Vitor ainda auxiliou-me pedindo ao grupo que formasse duplas e utilizassem o colega como seu espelho. Perguntei novamente aos jovens, sobre o posicionamento de braços e pernas e todos pareceram, não apenas compreender, mas começar a tomar consciência de seus movimentos, o que iria facilitar a coordenação entre o trabalho de braços e pernas.

Comentei, para os poucos que apresentavam alguma dificuldade, que a Ginga era como a dança, cada um ia ter o seu jeito, o seu próprio balanço. O Professor Ronaldo com sua desenvoltura de capoeirista gingou com o aluno Nicholas auxiliando-me na explanação, enquanto Vitor, nosso professor estagiário, alternava-se formando dupla com vários alunos do grupo.

Nesse momento, introduzimos o primeiro movimento depois da Ginga, a Benção, que foi assimilada por todos.

No final, perguntei ao grupo se tiveram dificuldades. Julia respondeu que tinha sentido algumas dificuldades, então argumentei que todos podiam ficar tranquilos e que não eram obrigados a fazer nada perfeito, iam fazer sim, da forma que conseguissem, dentro dos limites e das possibilidades de cada um. O professor Ronaldo complementou: *“E vocês só vão conseguir se vocês tentarem!”* O aluno Ramon perguntou como se dava a presença da mulher na capoeira, respondi que embora fossem em número um pouco menor, jogavam muito bem e do mesmo modo que os praticantes masculinos.

Capoeira – um esporte brasileiro?

Na última parte da aula, o professor Ronaldo se sentou no chão com os alunos e comentou sobre duas perguntas que eles haviam feito na nossa vivência anterior: a) A capoeira tinha campeonato? b) Na competição valia nocaute? *“Vocês se lembram que eu falei a vocês*

que o mestre Valdenor tinha muita experiência em capoeira cultura e em capoeira esporte também, uma vez que foi tricampeão brasileiro pela seleção paulista, competindo numa época que valia nocaute e que posteriormente mestre Valdenor foi Presidente da Federação Paulista de Capoeira". Professor Ronaldo prosseguiu salientando que esta não era sua forma de trabalhar. Surgiu outra pergunta: Se o golpe poderia acertar. Perguntado ao grupo, alguns disseram que sim! E um outro perguntou de modo enfático: *"E se eu precisar me defender?"*

Foi quando, sentindo a necessidade de explicitar qual era minha posição a esse respeito, entrei na conversa: *"Pode-se acertar sim, pois afinal de contas a capoeira nasceu como luta e esta é uma das formas de praticá-la. O problema não é acertar, mas como acertar. Eu posso acertar o meu colega para naquele momento mostrar que venci a guarda dele, mas tenho que ter controle sobre a intensidade de finalização de cada movimento. Aproveitei para dizer que se eu estou jogando com o Vitor, por exemplo, eu sou responsável pela integridade física dele e se eu machucá-lo vou jogar com quem?"*

Um aluno perguntou-me o que era nocaute, para o qual respondi: *É quando a pessoa toma um determinado golpe, tão intenso que não pode mais continuar a luta naquele momento, podendo às vezes até desmaiar*. Ele perguntou novamente: *"Você já foi nocauteado?"* Naquele momento explicitiei minha posição contrária às lutas sangrentas no esporte de artes marciais. Respondi que eu, assim como alguns amigos meus, nunca fomos nocauteados, nem nocauteamos ninguém na época das competições de capoeira. Ao me indagarem sobre as regras de competição, falei-lhes que as lutas duravam dois minutos, sendo, no entanto, proibidos: o uso das mãos para ataque, cabeçada, cotovelada, joelhada, agarramento, empurrões, desferir o golpe no colega de jogo se este estiver no chão e o outro em pé e que era proibido o nocaute. Com relação à defesa pessoal, expliquei-lhes que todo aquele que praticasse a modalidades de luta, além do rendimento físico, deveria buscar melhorar o equilíbrio emocional e que, às vezes, a melhor forma de defender-se, podia ser não reagir. Disse-lhes que considerava que o equilíbrio emocional ajudava a desenvolver o discernimento, a reflexão, a análise do perigo e as próprias limitações momentâneas, uma vez que a situação de defesa pessoal, surgia sempre num clima muito diferente do treino, podia ser num bar, numa condução, o capoeirista, podia estar com roupas que limitavam determinados movimentos, o corpo não estar aquecido, enfim, o controle emocional adquirido ao longo dos anos de treinamento, vai guiar o instinto do capoeirista na hora da defesa pessoal e lhe dar a frieza necessária para saber se pode ou não reagir. Prometi-lhes que poderíamos, noutra ocasião, falar um pouco mais sobre esta e outras formas de praticar capoeira.

Finalizamos, agradecendo a atenção dos alunos e dizendo que nosso projeto prometia ter sucesso dado o interesse dos jovens.

Uma observação a ser feita é que apesar do Prof. Ronaldo ter sugerido existir uma divergência entre nós no entendimento da capoeira, também como esporte, eu procurei deixar claro que embora a compreendesse como luta, não era adepto da violência. Ao mesmo tempo, demonstrei meu ponto de vista, fruto de larga experiência no convívio com mestres de grande sabedoria, sobre a cultura afro-brasileira, ao mencionar que, mesmo considerando a capoeira uma modalidade de luta, que nasceu do combate dos escravizados por sua sobrevivência no interior de um sistema de opressão, na atualidade ela é um esporte tipicamente brasileiro, oriundo do legado de nossos antepassados africanos, sendo, uma forma de se posicionar contra toda luta que envolvesse violência gratuita, ênfase dada nas modalidades do Vale Tudo (UFC).

Foi como se deu minha entrada como educador e como Mestre de Capoeira na Escola de Aplicação da FE-USP. Vejamos alguns momentos desse aprendizado:



A Paidéia da Capoeira: como se deu o aprimoramento da ginga espelhada e da ginga defasada.

Em outra vivência cultural, retomamos os exercícios da *Ginga Espelhada*, agora de maneira mais minuciosa, quando os dois jogadores, estando de frente um para o outro, passam

pelos tempos 1, 2 e 3 da ginga, sendo que um deveria fazê-lo com a perna esquerda e outro com a perna direita. Iniciamos, também, os exercícios de *Ginga Defasada*, em que os tempos 1, 2 e 3 da ginga deveriam ser percorridos por ambos os jogadores, simultaneamente, um com a perna direita e o outro com a perna esquerda.

Eu e o Prof. Ronaldo formamos uma dupla para demonstrar os exercícios de ginga.

Em seguida, foi dada maior atenção ao posicionamento dos pés, em relação aos ombros, demonstrando o quanto a mudança de posicionamento podia influenciar no equilíbrio; falamos também da estatura e envergadura de cada um e o quanto ambas levariam cada jogador a se posicionar na ginga de maneira a adaptar-se confortavelmente ao movimento. Explicamos sobre a individualidade da ginga, não só em função da envergadura e estatura, mas também do comprimento das pernas e altura do tronco. No caso de dois jogadores, em que um possui o tronco mais longo e o outro, pernas mais longas, o ideal seria que escolhessem, inicialmente, os movimentos de capoeira, com os quais cada um deles se adaptasse com maior facilidade. Em relação à planta da curva dos pés, também comentamos sobre o quanto uma pessoa com a curva menos acentuada poderia encontrar, a princípio, certa dificuldade para adaptar-se aos tempos de ginga. Daí a importância de se ter essa informação, para que cada um, com suas características, pudesse superar suas dificuldades e se adaptar aos movimentos.

Os alunos ouviram com muita atenção e começaram também a observar cada uma sua própria anatomia, comparando-a com a do colega ao lado. Quanto a isso, dois deles identificaram, imediatamente, porque tiveram certa dificuldade com a ginga e a negativa aberta – era em razão da formação dos pés.

A negativa aberta consiste no seguinte: estando o capoeirista em pé, na posição de ginga, uma das pernas na linha vertical do corpo e a outra mais atrás, senta-se na perna de trás, apoiando a mão no chão do lado da perna estendida. Alguns jovens, em razão da formação da cavidade dos pés, poderiam sentir alguma dificuldade, mas assim que fosse identificada poderia ser logo superada.

Dando prosseguimento à atividade, posicionando o grupo em círculo, foi proposto que, enquanto uma dupla exercitava a ginga no centro do círculo, eu cantaria músicas de capoeira e o restante do grupo responderia o coro e bateria palmas. Foi sugerido ainda um revezamento da dupla que ocuparia o centro.

Em seguida, propus que o cantor principal não mais fosse eu, mas cada um deles, para que o revezamento se desse não só com a dupla central, mas também com o cantor, que poderia

cantar qualquer uma das músicas que estavam sendo apresentadas ao longo das vivências culturais.

Trabalhamos também os movimentos de *Armada*, *Meia Lua de Compasso*, *Queixada Lateral e Benção*; com essa variedade de golpes, até então aprendidos, os alunos puderam jogar de maneira mais fluída e com uma movimentação mais diversificada.

O aproveitamento dessa vivência cultural foi muito satisfatório, haja visto que, ao término da vivência, os alunos vibraram muito e aplaudiram uns aos outros, mostrando-se contentes com o resultado.

Uma particularidade que se fez presente em todas as nossas vivências culturais: Maculelê, Puxada de Rede e Capoeira.



Alunas executando Ginga Espelhada



Alunos executando Ginga Defasada



Mestre Valdenor e Prof. Ronaldo,
mostrando Ginga Defasada.



Mestre Valdenor e Prof. Ronaldo,
mostrando Ginga Espelhada

A História do Brasil contada segundo a ótica dos afrodescendentes

Eu e o Prof. Ronaldo iniciamos essa vivência lembrando aos alunos, em sala de aula, os conteúdos práticos e teóricos já cumpridos e o que estava por vir.

Entregamos uma folha de sulfite para que cada um nos devolvesse com uma frase ou alguma expressão artística de livre escolha que dissesse respeito à capoeira. Poderiam referir-se à capoeira, como arte, cultura, esporte, história; enfim, do modo como cada um preferisse se expressar.

Na lousa, escrevemos os versos do coro da música *Guerreiro do Quilombo, Quilombola* e, após cantarmos por duas vezes, perguntamos o que a música lembrava e eles responderam: senzala, escravidão, negro Nagô, Princesa Isabel. Aproveitamos a ocasião para abordar questões relativas à condição de vida dos escravizados nas senzalas, castigos, fugas, o papel do capitão do mato na captura dos escravizados; e em relação à Princesa Isabel e à Lei Áurea, deixamos claro que a libertação dos escravizados não foi algo simples e fácil, dependeu da luta dos negros e do interesse da Inglaterra, que pretendia criar, no Brasil, um mercado consumidor. Havia inúmeros movimentos abolicionistas e agrupamentos de escravizados insurretos, acontecendo simultaneamente em todo o país, o que amedrontava bastante o governo e a sociedade da época.

Explicamos, ainda, a situação em que os negros foram colocados no período pós-abolição, sem trabalho, sem terras e sem condição de sobrevivência, muitos deles sobrevivendo por meio da música e de outras habilidades, trabalhando, por exemplo, como cozinheiros, sapateiros, alfaiates, entre outras. Os negros haviam sido condenados a morrer à míngua. Como parte da política do branqueamento, comentamos sobre o papel da imigração europeia, promovida pelo Governo Brasileiro, e das condições e oportunidades dadas aos imigrantes para trabalhar e se fixar em solo brasileiro, a quem foi dado um tratamento bem distinto ao destinado aos ex-escravizados.

Dirigimo-nos para o salão nobre, espaço onde sempre realizávamos as aulas práticas, e iniciamos as atividades, formando a *Roda de Capoeira* com os próprios alunos conduzindo a orquestra de pandeiro, berimbau e atabaque, revezando no toque dos instrumentos e no jogo da capoeira.

Eu e o professor Ronaldo demonstramos aos alunos, os movimentos que os jogadores de *Capoeira Angola* designam como *Laços, Passagens* ou *Chamadas*, utilizadas hoje para descanso dos jogadores, mas que têm origem nas senzalas, quando os escravizados disfarçavam a Capoeira perante o olhar dos senhores da Casa Grande.

São três as principais passagens: Primeira: em pé, de frente, um dos jogadores estende o braço direito e se posiciona com a mão direita espalmada para frente, o outro jogador aproxima-se e faz o mesmo movimento com o braço direito. Nesse momento, ambos esboçam

uma posição de defesa, cada um com a mão esquerda junto a seu corpo, com o braço esquerdo flexionado na altura da cintura, tocando-se com as palmas das mãos direitas, deslocam-se, geralmente três passos para frente e mais três para trás. Quem conduz os passos é o primeiro jogador que também, ao desfazer a passagem, estende os dois braços em direção ao centro da roda, convidando o parceiro para dar continuidade ao jogo; Segunda: em pé, de costas para o colega de jogo, o primeiro jogador abre os braços em forma de cruz, o segundo atende a chamada e aproxima-se pelo chão, num peneirar rasteiro, que tem início longe do colega, para depois se aproximar e levantar-se. Quando próximo do colega, vai tocando com as duas mãos cruzadas (sobrepostas na altura dos punhos) as articulações do tornozelo, joelho, quadril e finalmente toca, também de braços abertos, as mãos do primeiro jogador, que ainda está de costas, ambos dando passos para trás e para frente, sendo que o primeiro jogador convida o segundo a retomar o jogo; Terceira: de cócoras, sob os pés do Berimbau, ambos os jogadores, com os dois braços semiflexionados, tocam-se com as palmas das duas mãos, saltitam (tipo sapinho) agachados em direção ao centro da roda e retornam ao pés dos Berimbaus; o jogador que efetuou a chamada geralmente simula um ataque com a planta dos pés (chapa), ao que o outro jogador responde esquivando-se e iniciando-se então o jogo.

Em todas as *Chamadas* ou *Passagens*, o segundo jogador, que atendeu à chamada, deve estar atento, pois a qualquer momento, o primeiro, aquele que o chamou, pode testá-lo com algum movimento repentino, durante ou até mesmo antes mesmo do segundo jogador tocá-lo para aceitar a *Passagem* ou *Laço*.

Comentamos, ainda, sobre o *Jogo de Balões*, comumente jogado na *Capoeira Regional*, atividade que o Prof. Ronaldo já havia trabalhado em outra aula, com essa mesma turma.



Alunos conduzindo a Roda.



Distribuição de tarefa- desenho.



Alunas acompanhando o ritmo com palmas.



Mestre Valdenor e aluno jogando.

**Capoeira é um jogo, é um brinquedo, é se respeitar o medo, é dosar bem a
coragem**

Nesta vivência cultural, trabalhamos com a música do tipo Ladainha: *Certa vez perguntaram a seu Pastinha*, de autoria de Léon:

Certa vez perguntaram a seu Pastinha
 O que era Capoeira, e ele
 Velho mestre respeitado
 Ficou um tempo calado
 Revirando a sua alma
 Depois, respondeu e foi com calma
 Em forma de ladainha
 Capoeira é um jogo, é um brinquedo
 É se respeitar o medo
 É dosar bem a coragem
 É uma luta, é manhã de mandingueiro
 É um vento no veleiro
 É um gemido na senzala
 É um corpo arrepiado
 É um berimbau bem tocado
 O riso de um menininho
 Capoeira é voo de um passarinho
 Bote de cobra coral
 Sentir na boca
 Todo gosto do perigo
 É sorrir pra o inimigo
 No apertar de sua mão
 É o grito do Zumbi
 Ecoando no quilombo
 É se levantar de um tombo
 Antes de tocar no chão
 É ódio, é esperança que nasce
 Um tapa explode na face
 Vai arder no coração
 Enfim, aceitar o desafio
 Com vontade de lutar
 capoeira é um pequeno barquinho

solto nas ondas do mar
Iê viva Pastinha

Coro:

Iê viva Pastinha, camará
Viva meu mestre
Iê, viva meu mestre camará
Quem me ensinô
Iê, quem me ensinô, camará
A Capoeira
Iê a Capoeira, camará
Foi Mestre Andrade
Iê foi Mestre Andrade, camará
Jogou na Bahia
Iê, jogou na Bahia, camará
Rio de Janeiro
Iê, Rio de Janeiro, camará
É mandingueiro
Iê é mandingueiro, camará
Dá volta ao mundo
Iê dá volta ao mundo, camará

Na letra dessa ladainha, é possível perceber a riqueza da capoeira, que nos conta sobre a profusão de sentimentos e lembranças que nela estão contidos e que talvez explique a importância das rodas de capoeira para os afrodescendentes no Brasil, que nela parecem encontrar o conforto de uma alma atormentada pelo desenraizamento a que foram sujeitos durante séculos.

Sobre a Capoeira Angola e a Capoeira Regional

Após cantarmos, por algumas vezes, exercitando o coro, momento em que comentei sobre a diferença entre a formação das baterias na *Capoeira Angola* que utilizam sempre três berimbaus com as afinações de Gunga (o mais grave), Médio (um som intermediário entre Gunga e Viola) e Viola (o som mais agudo), acompanhados do pandeiro, reco-reco e agogô. Enquanto que na Capoeira Regional utiliza-se um berimbau, geralmente médio, ou gunga, e dois pandeiros.

Expliquei a disposição dos capoeiristas da bateria, geralmente sentados em bancos e os demais sentados no chão, e sobre a diferença das cantigas nas duas modalidades de capoeira. Enquanto no ritmo da Capoeira Angola temos as ladainhas, um tipo de música sob a forma de

lamento, em que o cantador narra uma história por longo tempo e, só ao término, dá a senha para a entrada do coro, que na música apresentada nessa aula é a saudação: - *Viva Pastinha!*⁴²

Enquanto o cantador entoava a ladainha, os dois jogadores aguardam, acorados aos pés dos berimbaus, para início do jogo. Desse momento em diante, o ritmo vai ganhando um andamento mais acelerado com a inclusão dos *Corridos*, músicas com frases que podem ser curtas e respostas imediatas do coro, por exemplo: *Iaiá, o nêgo*, ao qual o coro responde, *olha o nêgo Iaiá*, ou mais longas, como estas:

Segredo das gerações

No céu a lua cheia se escondeu
Na Senzala a candeia se ascendeu
Nasce o passo da ginga
Mandinga de libertação
Capoeira tem, venha ver, a beleza das tradições
Capoeira traz até você, os segredos das gerações.
Coro:
Capoeira tem, venha ver, a beleza das tradições
Capoeira traz até você, os segredos das gerações.

Capitão de Mato, desapontado
E o negro fugido não encontrado
Ouve esse som nos ares
Palmares já se formou
Capoeira tem, venha ver, a beleza das tradições
Capoeira traz até você, os segredos das gerações.
Coro:
Capoeira tem, venha ver, a beleza das tradições
Capoeira traz até você, os segredos das gerações.

Mestre Valdenor

Por outro lado, como já dito, na Capoeira Regional, utiliza-se um berimbau e dois pandeiros. A Roda é formada com os jogadores em pé, cantam-se quadras, músicas rimadas de quatro linhas e corridos, músicas com andamento também acelerado ao toque de São Bento Grande de Regional⁴³.

Eis um exemplo de Quadra:

É de Mestre Bimba, é de Bamba
(Compositor: Mestre Valdenor)

É de Mestre Bimba, é de Bamba
E chegou pra ficar

⁴² A seguir, o coro repete a mesma frase do cantador, porém acrescenta ao início a palavra **Iê** e ao término a palavra **camará**, prosseguindo assim até a frase **Volta ao mundo**, que é a senha para o início do jogo.

⁴³ São Bento Grande de Regional: toque de berimbau, com divisão rítmica em quatro tempos, executado em andamento acelerado.

É de Mestre Bimba, é de Bamba
Capoeira Regional

Coro:
É de Mestre Bimba é de Bamba
E chegou pra ficar
É de Mestre Bimba é de Bamba
Capoeira Regional

O balanço da Ginga insinua
A entrada perfeita da Banda
Também pode ser Meia Lua
Pois é Regional é de Bamba

Coro:
É de Mestre Bimba, é de Bamba
E chegou pra ficar
É de Mestre Bimba é de Bamba
Capoeira Regional

Olha que as quadras e os corridos
Que Mestre Bimba deixou
É filosofia cantada
Desta arte de valor

Coro
É de Mestre Bimba é de Bamba
E chegou pra ficar
É de Mestre Bimba é de Bamba
Capoeira Regional

Os rituais da Angola e da Regional

Na análise da música desse dia: *Certa vez perguntaram a seu Pastinha*”, comentei com os alunos que Vicente Ferreira Pastinha, baiano e artista plástico, foi um dos mais importantes defensores da Capoeira Angola, mencionado nas obras de Jorge Amado, nas telas do artista plástico Carybé (Hector Julio Páride Bernabó) e homenageado nas músicas de Caetano Veloso, a exemplo de sua canção *Triste Bahia*:

Triste Bahia

Triste Bahia, oh, quão dessemelhante...
Estás e estou do nosso antigo estado
Pobre te vejo a ti, tu a mim empenhado
Rico te vejo eu, já tu a mim abundante
Triste Bahia, oh, quão dessemelhante
A ti tocou-te a máquina mercante
Quem tua larga barra tem entrado

A mim vem me trocando e tem trocado
 Tanto negócio e tanto negociante
 Triste, oh, quão dessemelhante, triste
 Pastinha já foi à África
 Pastinha já foi à África
 Pra mostrar capoeira do Brasil
 Eu já vivo tão cansado
 De viver aqui na Terra...

A letra refere-se ao momento em que Mestre Pastinha, em 1966, integrou a delegação baiana de Capoeira, que foi à África para o Festival Mundial de Arte Negra em Dakar. Obteve apoio do então primeiro embaixador negro do Brasil em Gana, Raimundo Souza Dantas, que enfrentou enormes dificuldades devido à discriminação por parte de seus próprios pares brasileiros, por serem negros. Tais afirmações foram a mim reveladas por seu filho, o professor Roberto Souza Dantas, com quem tive a oportunidade de trabalhar na Secretaria Municipal de Esportes de Santo André.

No momento de praticar o jogo da capoeira, eu e o professor Ronaldo solicitamos que viessem dois alunos para experienciar a movimentação do *Jogo de Angola*. Sugerimos que trabalhassem por cerca de um minuto, somente no chão, procurando construir os movimentos que conseguissem realizar para que, depois, mesclassem os movimentos realizados no chão com os outros movimentos que já conheciam, realizados em pé. Esse exercício permitiu que compreendessem as características do Jogo de Angola. Prosseguimos com o estudo das chamadas ou passo a dois da Capoeira Angola, que servem para descanso entre os capoeiristas e era uma forma de dissimulação para encobrir a capoeira perante os olhos dos senhores donos de escravizados. As execuções do passo a dois é uma das principais características que diferenciam os estilos de Capoeira Angola e Regional.

Como duas alunas se interessaram em saber como se aprendia a tocar o berimbau, nos dedicamos ao seu aprendizado com elas. Enquanto isso, no fundo da sala, um dos alunos cantava: “Ê, hoje tem Capoeira...” e os demais respondiam com o responsório do coro.

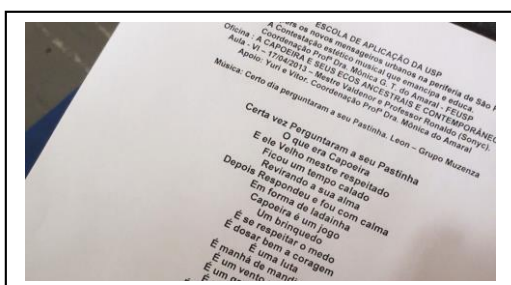
Praticamos o Jogo de Capoeira Regional nesse dia, com ampla participação dos alunos. Pode-se afirmar que este foi um dia em que a participação dos alunos na Roda se deu de maneira mais completa, com canto e jogo.

O professor Ronaldo tem trabalhado às quintas-feiras, dando continuidade aos temas de nossas vivências culturais às quartas-feiras, o que tem auxiliado na complementação do processo de ensino-aprendizagem da capoeira para os jovens alunos.

Uma das funções dos cantos, do ponto de vista do capoeirista, é educar, formar o sujeito, dando uma orientação de como deve ser o comportamento do capoeirista, orientado por alguns princípios morais e pela filosofia da própria capoeira. Souza (1998) diz o seguinte a esse respeito:

[...] o aprendizado depende, em primeiro lugar, do aprendiz. Uma forma importante de adquirir conhecimentos sobre a capoeira é através das letras das cantigas, nas chulas, nos corridos, quadras e ladainhas... são os Mestres e contramestres que transmitem os fundamentos da capoeira muitas vezes através das cantigas. Geralmente é através da improvisação do texto num contexto específico que o Mestre explica, mostrando e cantando, o fundamento da Capoeira para que o aprendiz que esteja jogando ou observando, tome contato com determinados fundamentos e fatos da história da Capoeira e então refletir sobre estes” (SOUZA, 1998, p. 135).

Depois de explicar essas questões aos alunos, solicitamos que trouxessem, na próxima aula, um desenho e uma frase sobre a Capoeira.



O Canto das Três Raças de Clara Nunes e a capoeira

Nessa vivência, os alunos tiveram contato com as canções Jogo de Angola e O Canto das Três Raças, ambas compostas por Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro e interpretadas por Clara Nunes.

Jogo de Angola

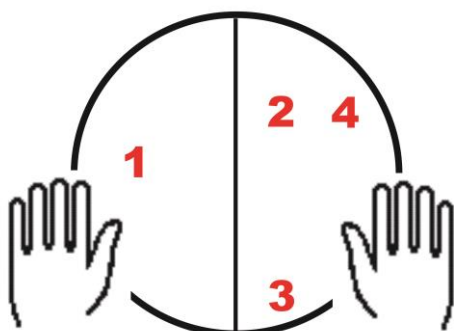
No tempo em que o negro chegava fechado em gaiola,
 Nasceu no Brasil, Quilombo e quilombola,
 E todo dia, negro fugia, juntando a corriola.
 De estalo de açoite de ponta de faca,
 E zunido de bala,
 Negro voltava pra Angola,
 No meio da senzala.
 E ao som do tambor primitivo
 Berimbau mharakê e viola,
 Negro gritava "Abre ala"
 Vai ter jogo de Angola.
 Perna de briga, Camara...
 Coro:
 Perna de briga, Olê...
 Ferro de fura, Camara...
 Coro:
 Ferro de fura, Olê...
 Arma de atira, Camara...
 Coro:
 Arma de atira, Olê... Olê...
 Dança guerreira,
 Corpo do negro é de mola,
 Na capoeira...
 Negro embola e desembola...
 E a dança que era uma dança para o dono da terra,
 Virou a principal defesa do negro na guerra,
 E se chamou libertação,
 E por toda força coragem, rebeldia,
 Louvado será todo dia,
 Esse povo cantar e lembrar do Jogo de Angola,
 Na escravidão do Brasil.

Como das outras vezes, distribuímos as letras de músicas para a classe. Enquanto eu e o professor Ronaldo comandávamos o ritmo, tocando berimbau e pandeiro, os alunos participavam respondendo com o trecho do coro.

Com a letra da música *Jogo de Angola* foi possível falarmos um pouco mais sobre a situação do negro escravizado no Brasil, como foram dizimados na Guerra do Paraguai, e o que acontecia com o escravizado fugitivo, quando recapturado. Com o Canto das *Três Raças*, foi feito um recorte sobre a *política de embranquecimento*, adotada pelo governo brasileiro e outros países da América Latina, após aderirem às teses de Gobineau, um dos primeiros teóricos racistas do Século XIX, e que conferiu expressão científica ao racismo, que já existia no sentimento de superioridade do europeu diante de outros povos. Gobineau é considerado por alguns escritores como o pai do racismo. Coube ainda mencionar o debate introduzido por Gilberto Freyre (2003), retomado de algum modo por Darcy Ribeiro (1998), de que a cultura e a sociedade brasileira foram constituídas com influência das três raças: branca, negra e indígena, ou seja, o mito das três raças.

Em seguida, optamos por trabalhar somente com música: canto, coro e toque de instrumentos. Comentamos sobre a origem e a relação dos toques de Atabaque com as diferentes manifestações culturais, tais como o toque Ijexá, que é utilizado na Capoeira Angola e no Candomblé; os toques Barravento e Congo, utilizados na Puxada de Rede e no Maculelê.

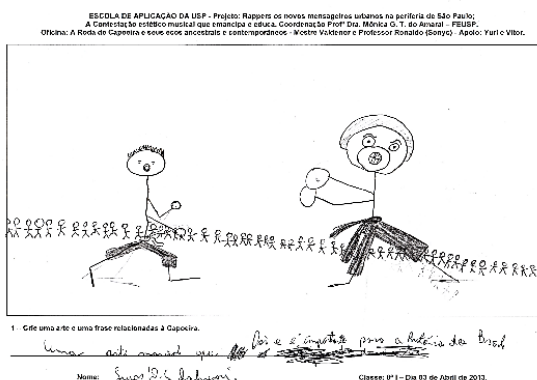
Depois, desenhei na lousa um círculo, simbolizando a área de percussão do atabaque, dividindo o círculo em duas partes com um traço na vertical. Foi solicitado a uma das alunas que colocasse a mão esquerda na metade esquerda do círculo, contornamos sua mão, com giz, fazendo o mesmo com a sua mão direita, na metade direita do círculo, enumerando as batidas para cada uma das mãos, segundo o modelo abaixo, utilizada para a base do Toque de Ijexá.



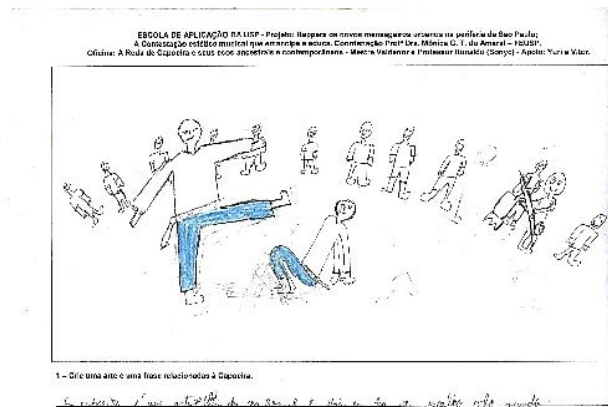
Após informar aos grupos que: a batida 4 devia ser na mesma direção da batida 2 e explicar que havia entre as batidas 3 e 4 um intervalo maior que entre as batidas 1 e 2, foi possível iniciar a vivência com os alunos. O próximo passo dessa vivência foi exercitar a harmonia entre atabaques, pandeiros, berimbaus, canto e coro.

Formamos grupos de cinco alunos que se revezavam formando a orquestra com atabaques, pandeiros e berimbaus e, para nossa surpresa, eles foram se adaptando de tal maneira que toda vez que íamos fazer o revezamento tínhamos que insistir para que o grupo que estava tocando desse lugar a outro grupo. Nesse dia, praticamente todos os alunos participaram da vivência, tocando berimbau, atabaque e pandeiro.

Apresentamos, abaixo, dois desenhos feitos pelos alunos, acompanhados por uma frase, conforme havíamos solicitado anteriormente:



Luiz D.C. - Uma arte marcial que foi e é importante para a história do Brasil.



Gabriel A. A Capoeira é uma arte que foi criada no Brasil e hoje se espalhou pelo mundo.

Abaixo o registro fotográfico de alguns momentos que demonstram o entusiasmo e o interesse dos alunos no aprendizado dos instrumentos:



5.3 Parceria com a professora Mildred da EA-FEUSP

O exercício da docência compartilhada

Em maio de 2013, iniciamos a vivência cultural de nosso projeto na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - EA-FEUSP, com a turma de 6ª série, em parceria com a professora Mildred. Fiquei bastante à vontade em trabalhar com ela, pois, coincidentemente, já a conhecia de trabalhos anteriores na Capoeira. Ela, professora de Educação Física, é esposa do professor Tadeu com quem trabalhei no *Projeto Capoeirando*, em Santo André, nos anos 1990, além de ter treinado com ele no Ginásio Baby Barioni, em um trabalho orientado pelo professor Gladson de Oliveira Silva.

Após ter sido apresentado aos alunos pela professora Mildred, falei dos objetivos do projeto, explicando aos alunos que as vivências culturais de Capoeira faziam parte do *Projeto Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo: a contestação estético musical que emancipa e educa*, Projeto de Políticas Públicas coordenado pela Prof.^a Dra. Mônica G. T.do Amaral, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, que visa a proposição de atividades da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

A receptividade por parte da classe foi muito boa, uma vez que a professora Mildred sempre ministra atividades de Capoeira, o que acabou auxiliando, em muito, a minha pesquisa, pois seria necessário apenas acrescentar atividades mais específicas, como reflexões acerca da trajetória social do negro no Brasil, a partir da análise de letras de músicas da capoeira, debates e a construção dos movimentos básicos do jogo da capoeira selecionados.

Quando anunciamos aos alunos que a primeira experiência iria até o final de julho, alguns disseram que seria pouco, demonstrando, já de início, forte identificação com a atividade. Um deles perguntou se eu conhecia o Mestre Alcides, respondi que sim e que Mestre Alcides era outro amigo da USP, que também atuava com vivências culturais de Capoeira, na Escola Amorim Lima, no Programa Ponto de Cultura.

Quando indagados se conheciam a origem da Capoeira, alguns disseram que sim. A professora Mildred, no entanto, sugeriu que retomássemos o tema, porque já fazia muito tempo que ela havia contado à classe sobre a história da capoeira.

No momento em que lhes disse que os estados com mais capoeiristas até o século XIX eram Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, um dos alunos quis saber o motivo disso, ao que lhe

respondi: “*Em razão de terem portos em suas capitais, o que facilitava o desembarque dos escravizados africanos trazidos para o Brasil*”, foi onde se concentrou a chegada dos escravizados vindos da África. Mencionei a fuga dos escravizados para os quilombos, citando que houve centenas de quilombos em várias partes do Brasil – Amapá, São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, destacando-se o estado do Maranhão com maior número de quilombos, depois da Bahia. Dentre os mais famosos, mencionei o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga em Alagoas, liderado por Zumbi, o mais importante dos líderes da resistência negra no Brasil. Para demonstrar a força e atualidade desta luta de resistência liderada por Zumbi, salientei que sua morte se deu em 20 de novembro, data escolhida pelo Movimento Negro, como Dia da Consciência Negra, mudando o centro das comemorações então, que eram antes efetuadas no dia 13 de Maio, data da tão proclamada assinatura da Abolição da Escravidão no Brasil, pela princesa Isabel. Expliquei, ainda, que no Estado de São Paulo tivemos quilombos em Sorocaba, Baixada Santista - Quilombo Jabaquara - e no Bairro do Bexiga, em pleno centro da cidade de São Paulo, o Quilombo Saracura.

Nasce o passo da ginga, mandinga de libertação

Em seguida, passei ao relato sobre a origem da Capoeira, explicando aos jovens que se tratava de uma luta desenvolvida pelos escravizados africanos no Brasil Colonial, como forma de resistência ao cativo que lhes fora imposto pelo europeu e que era disfarçada em dança, quando sob o olhar dos senhores da Casa Grande, para que estes não percebessem que os escravizados estavam desenvolvendo uma estratégia eficaz de defesa.

Patrimônio cultural da humanidade, mas não profissão

Prossegui dizendo que a Capoeira era muito importante e encontrava-se intimamente ligada à história social, cultural e política do nosso país em diversos períodos históricos – no Brasil Colônia, Império, República, durante a Guerra do Paraguai, Estado Novo, Ditadura e Democracia, e que foi incluída no Código Penal Brasileiro em 1990, pelo então Marechal Deodoro da Fonseca. A partir de então, quem praticava Capoeira era deportado para Fernando de Noronha e, se estrangeiro, mandado de volta ao seu país de origem. Mesmo assim, tal prática ancestral sobreviveu, sendo hoje praticada em mais de 180 países e considerada Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural

– IPHAN, Ministério da Cultura do Brasil - MINC, em 15 de julho 2008. Ademais, disse-lhes que a Capoeira ainda sofria preconceitos e discriminação. Um exemplo disso, é que, até hoje, não é uma profissão reconhecida e, a despeito de existirem projetos de capoeira nas escolas, jamais foi introduzida oficialmente no currículo escolar. Embora reconhecida como um desporto de criação nacional, ainda não adquiriu status olímpico. É direito dos países que sediam as Olimpíadas incluírem duas modalidades extras, portanto isso seria possível em 2016, ocasião em que nosso país seria a sede dessa grande competição mundial. Em reunião para organização de 2016, o Comitê Olímpico Brasileiro – COB - optou pela inclusão do Hugby (Futebol Americano) e do Golf, dois importantes esportes, mas, se considerarmos a quantidade de praticantes em nosso país, não se compara à da capoeira. Além disso, se a capoeira não for incluída nas Olimpíadas, realizadas aqui no Brasil, em outro país dificilmente seria incluída, pois cada um defende o esporte genuíno do seu povo. Era preciso reconhecer, entretanto, que talvez tenha faltado maior mobilização internacional da comunidade de capoeira.

Acrescentei que a Capoeira estava presente na filatelia. Como não sabiam do que se tratava, disse a eles que era o estudo e a ação de colecionar selos, e que, ao ser elevada à condição de Patrimônio Cultural, a Capoeira ganhou mais um selo comemorativo. Além disso, a Capoeira influenciou a Música Popular Brasileira – MPB – e que artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Martinho da Vila, Clara Nunes, Evaldo Gouveia, Bezerra da Silva, dentre outros, compuseram canções tendo a Capoeira como tema.

Contei-lhes, por fim, que a Capoeira influenciou o Break, nos anos 1970, com seus movimentos, a partir do encontro, em Nova Iorque, dos criadores do Hip Hop com o Mestre Jelon Vieira, pioneiro da Capoeira nos Estados Unidos. Posteriormente, a Capoeira apareceu em músicas de *Rap* e grupos de Rock. O Grupo de Capoeira Mandinga, dirigido pelo Mestre Maurão, em 2007, com o apoio da Revista Capoeira, apresentou-se no Programa Jô Soares Onze e Meia, numa performance improvisada, onde os capoeiristas jogavam ao som das músicas de capoeira em ritmo de Rock.

O Rapper André Canto Rima, de São Paulo, é um dos destaques do Hip-Hop que compõem e cantam músicas de capoeira em ritmo de *Rap*, acrescentei.

Comentei com eles que dentre as bandas de Rock que compuseram músicas que falavam da capoeira podíamos destacar: Sheik Tosado, na música *Sheik Tosado - Hardcore Brasileiro*; Skank, na *Saideira*; Antes de ninguém, na *Ginga, Futebol, Capoeira e Rock 'n' roll*; Natiruts, na *Discípulo de mestre Bimba; e*, Kbal, na *Roda de capoeira*.

Quando as maltas de capoeira se convertem em times de futebol

Ressaltei, ainda, que o futebol foi influenciado também pela Capoeira. Charles Miller, que morava no bairro do Brás, em São Paulo, foi para a Inglaterra estudar e, ao retornar ao Brasil, em 1894, trouxe consigo os fundamentos do futebol. Nessa época, havia no Rio de Janeiro uma enorme quantidade de “Maltas de Capoeira”, ou seja, grupos organizados de capoeiristas, que saíam em blocos durante o carnaval, mas que, usualmente, entravam em confronto uns com os outros e, por vezes, eram colocados a serviço de interesses de políticos inescrupulosos da época. Quando o governo brasileiro decidiu incentivar a prática do futebol, na tentativa de diluir a capoeira e contê-la, converteu a maioria das maltas de Capoeira em times, com a distribuição de camisetas, calções e chuteiras. Daí a presença, no futebol brasileiro, de movimentos da capoeira, tais como o voleio, a bicicleta e a ginga.

Perante essa explicação, um dos alunos exclamou: “Nooossa!”, pois ficara atônito ao saber de uma parte importante da história do futebol que nunca foi mencionada por ninguém. Desta época originou-se também o termo “Pó de Arroz”, pois como a maioria dos clubes de futebol da época não aceitava jogadores negros, alguns jogadores chegaram a passar pó de arroz no rosto, para tentar se passar por branco, o que durava pouco tempo, pois, com o suor do esforço físico, o pó de arroz se desfazia, aparecendo então a verdadeira cor negra do rosto do jogador. Os primeiros times de futebol a aceitar negros foram a Ponte Preta, o Vasco da Gama e o Atlético Mineiro.

Relembrei ainda que o Frevo também teve influência da Capoeira, sendo que alguns passos do Frevo originaram-se da Capoeira Angola, como mais uma estratégia de sobrevivência da cultura convertendo-a em dança.

Gingando e construindo conhecimentos

Dando continuidade à conversa, mencionei as instituições onde a Capoeira esteve presente de maneira passageira, como nas Forças Armadas, em Escolas do Ensino Fundamental, Médio e Superior, públicas e particulares – embora, na maioria das vezes, de forma extracurricular; também em Associações de Bairro e Projetos de Inclusão Social, por parte de Prefeituras e Governos, através de trabalhos com a Terceira Idade e pessoas com deficiências - físicas, mentais, auditivas e visuais, e Síndrome de Down.

A Federação Paulista de Capoeira em convênio com a Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo, no *Programa São Paulo é uma Escola*, levou a prática da Capoeira entre 2005 e 2008 a mais de 36.000 crianças nas Escolas de todas as Coordenadorias de Educação, hoje Diretorias de Educação, da Rede Municipal, trabalho que em minha perspectiva, deveria ser retomado de maneira mais aprofundada, introduzindo-se, além da prática da capoeira, as questões étnico raciais e a importância destas na História do Brasil.

A Capoeira, a MPB e o *Beat Box*

Destaco uma experiência realizada em um dos encontros musicais, utilizando a letra da música o *Canto das Três Raças*, interpretada por Clara Nunes, que cantamos com responsório e fizemos uma reflexão sobre o conteúdo histórico da letra. Distribuí a letra para todos, cantei uma vez para eles, pontuando onde eles entravam com o coro, apresentando-lhes, assim, uma noção do ritmo usual empregado nos jogos de capoeira que fazem eco aos ritmos dos tambores africanos, ao qual se associa o berimbau.

O surgimento do berimbau foi contado a eles através de uma lenda transmitida oralmente entre os capoeiristas, a qual conta a história de uma menina que saiu para passear e no caminho abaixou-se para beber água, com o côncavo das mãos, em um córrego. Nesse momento, recebeu uma forte pancada na nuca. Ao morrer, transformou-se imediatamente num arco musical: seu corpo se converteu na madeira, seus membros na corda, sua cabeça na caixa de ressonância e seu espírito em uma música sentimental.

Na impressão da letra, havíamos destacado em negrito a parte do coro, lembrando-os de que não precisavam se preocupar muito com o refinamento técnico do canto, imitação de voz, e que cada um poderia cantar o mais alto que conseguisse, procurando evidentemente manter-se dentro do ritmo, explicando que nos rituais da cultura da capoeira, o que mais contava era a expressão do sentimento⁴⁴.

Chamou-nos bastante a atenção, neste momento, a concentração dos alunos na leitura da letra. Em meio ao ensaio ouvimos um som de *Beat Box* (sons feitos com a boca), muito

⁴⁴A força na entoação da voz advém segundo minha própria experiência (uma vez que, neste contexto, atuei como mestre de capoeira e pesquisador) e outros entrevistados por mim, de uma dor ancestral que ainda abate a alma do afrodescendente. Em depoimento dado aos professores, a professora Mildred sustentou que nisto consistia a diferença entre os professores e mestres de capoeira na transmissão da história do negro no Brasil às novas gerações – a força da ancestralidade, que converte a dor oriunda das atrocidades cometidas no passado contra o negro em força na transmissão de uma cultura.

utilizados no Hip Hop, o que consideramos bastante oportuno e bem-vindo, observando como estava perfeitamente dentro do ritmo da capoeira, mas recorrendo a uma técnica do rap, uma cultura de rua contemporânea cultivada entre os alunos. Era a primeira vez que aparecia na nossa vivência cultural a combinação da cultura ancestral da capoeira com os ritmos e culturas jovens contemporâneas.

Na força do responsório e ao som dos atabaques e berimbaus, a história do Brasil é recontada.

Em seguida, passamos a cantar, agora já tocando atabaque e eles respondendo em coro.

Prossigui dizendo que esta música se referia às três raças que formaram o povo brasileiro. Quando comecei a falar da participação do branco, logo os jovens alunos completaram salientando o papel do negro e do índio. Disse a eles que mesmo no início do século XX, alguns historiadores não aceitavam essa ideia e que, paradoxalmente, somente no Estado Novo, veio a ocorrer uma maior aceitação da realidade multifacetada de nossa cultura. Havia interesse do Estado Brasileiro em fomentar a ideia de uma *identidade nacional mestiça*, como forma de encobrir as tensões étnicas.

No Governo de Getúlio Vargas foram descriminalizadas a Capoeira e outras manifestações das Culturas de Matriz Africana. Período em que se deu início à valorização do “Brasil Mulato”, forma aceita de reconhecimento do negro e de sua cultura, ainda que sob o véu do embranquecimento.

As lutas por reconhecimento travadas pelas populações negras são antigas no Brasil, os avanços são responsabilidade da resistência e da persistência dos movimentos sociais negros, que tem suas origens no Brasil Colonial. Comentei sobre o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga em Alagoas, o mais conhecido dos Quilombos que teve como líder Zumbi. Conteí-lhes que foi em sua homenagem que o Movimento Negro conseguiu, após grande mobilização nacional de entidades culturais e grupos comunitários, oficializar o Dia 20 de Novembro, data de aniversário de morte de Zumbi, como Dia da Consciência Negra, em que se comemora ainda nesta data a Abolição da Escravatura em substituição ao dia 13 de maio⁴⁵. A esse respeito, Oscar

⁴⁵Trouxe-lhes a música *Sou Guerreiro Quilombo Quilombola*, de autoria do Mestre Barrão, na qual ficam claros os motivos que levaram os afrodescendentes a se opor ao dia 13/05, como o dia comemorativo da abolição da escravatura, como se pode observar neste trecho: *A liberdade/Não foi escrita em papel/Nem foi dada por princesa/Que chama nome Isabel/A liberdade/Foi muito sangue e muita dor/Lutas, guerras e batalhas/Foi o que nos libertou.*

Constatt, em 1871, teria relatado que a “[...]prosperidade da república dos negros preocupou no mais alto grau o governo. Os portugueses resolveram por isso pôr-lhe fim, e não tardaram a enviar tropas, num total de 7.000 homens contra os temíveis palmarenses...” (CONSTATT citado por MOURA, 1988, p.182).

Prossegui a atividade com os jovens alunos, lembrando-os que o Quilombo dos Palmares⁴⁶ resistiu por mais de 100 anos às investidas do Governo, ataques militares, de portugueses, holandeses e senhores de engenho, e que chegou a ter em 1670 uma população de 50.000 habitantes, sendo destruído somente em 1694, por uma expedição comandada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Relatei, ainda, que haviam muitas músicas, principalmente na Capoeira que narravam histórias do Quilombo dos Palmares, Zumbi e a luta pela liberdade.

Cantamos, com responsório, a música *Liberdade*, de autoria de Jose Caldas Coelho, Mestre Coelho, meu ex-aluno que atua com a capoeira no município de Lavras/MG:

O tempo passando eu não vi
Mas lutei na vida sem parar
Para ser escravo eu não nasci
Liberdade sempre eu vou buscar

Da senzala uma noite eu fugi
Na trilha do quilombo eu caminhei
Berimbau tocando eu senti
Liberdade eu já conquistei

No quilombo uma luta nasceu
Pra defesa contra o invasor
Nas batalhas zumbi só venceu
Cativeiro agora acabou

Olha o negro negaceando
A arte de corpo brasileira
Na luta da vida vai vencendo
E no mundo mostrando a capoeira

Salientamos que no Estado de São Paulo foram formados mais de cem quilombos, dentre eles o Quilombo do Jabaquara, em Santos, onde se refugiavam os escravizados fugitivos de São Paulo, destacando que, no Bairro do Bexiga, Centro da Cidade de São Paulo, tivemos o Quilombo Saracura.

⁴⁶As primeiras referências a um quilombo na região remontam a 1580, formado por escravizados fugitivos de engenhos das Capitanias de Pernambuco e da Bahia.

Observei que a cidade de Campinas, no final do Século XIX, tinha mais de 60% da sua população composta de escravizados, o que revela o expressivo contingente de negros no Estado de São Paulo.

Discuti com eles a perversidade da escravidão no Estado de São Paulo⁴⁷, pois os escravizados eram mantidos de modo violento e brutal. Uma das “características” da escravidão em nosso Estado se constituiu em ações que lembravam os campos de concentração nazistas: após a jornada diária de trabalho de cerca de 16 horas, os senhores recolhiam e trancavam seus escravizados nas senzalas, somente liberando-os no dia seguinte para uma nova jornada. Porque com a suspensão do tráfico negreiro, cresciam os movimentos abolicionistas, bem como as rebeliões dos escravizados, que encontravam pela primeira vez, um espaço para negociação.

Por tudo isso, a repressão no interior das fazendas era muito maior. É preciso observar que São Paulo mantinha-se com escravizados comprados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

As injustiças constatadas sensibilizam os estudantes

Um dos alunos salientou que, durante o regime de escravidão no Brasil, as melhores partes da comida eram separadas para os senhores e os restos eram destinados aos escravizados. Nesse momento, considerei oportuno frisar que daí nasceu um dos pratos mais apreciados pelo povo brasileiro: a feijoada.

Outro aluno lembrou-se de que foi com sua classe visitar uma senzala no município de Salesópolis, Estado de São Paulo. Sua experiência foi tão marcante quanto a que tive quando da visita propiciada pela Profa. Dra. Maria Cecília Cortez C. de Souza. Contei-lhes que eu havia conhecido a Fazenda Santa Clara⁴⁸, em Santa Rita de Jacutinga, Minas Gerais com a equipe da Prof.^a Dra. Cecília da FEUSP, uma das maiores fazendas, contendo, até mesmo, uma área para reprodução de escravizados, onde havia uma masmorra ainda conservada, com equipamentos

⁴⁷Emília Viotti da Costa, em seu livro *Da senzala à colônia* (Editora UNESP, 2012), evidencia em sua pesquisa que a expansão da cultura do café, a partir do fim da primeira metade do século 19, contribuiu em grande medida para o prolongamento do tráfico e do regime escravocrata. Ao contrário do que se imagina, foi um dos momentos mais sangrentos da escravidão, uma vez que esta se manteve à custa de uma repressão bem maior das revoltas, que por sua vez, encontravam apoio nos movimentos abolicionistas.

⁴⁸Esta visita foi programada pela Profa. Dra. Maria Cecília Cortez e Souza, como parte das atividades de Pós-Graduação em Educação (FEUSP), ligadas à sua disciplina “Desigualdade Racial e Contexto Escolar”, oferecida no 1º semestre de 2013, frequentada por mim anteriormente ao meu ingresso no Programa de Pós-Graduação da FEUSP.

de tortura e marcas nas paredes, que provavelmente eram de sangue dos escravizados torturados. Durante a visita, alguns professores e estudantes comentaram terem se sentido muito mal com o que viram: equipamentos de tortura dos escravizados, num espaço sem ventilação, cheirando a mofo, teto baixo (mal dava para ficar em pé), além de um alçapão, por onde eram jogados os escravizados mortos, após as sessões de tortura. Nas paredes, ainda existiam marcas de sangue impregnadas nas paredes e marcas em baixo relevo, feitas com as unhas dos torturados, nos momentos de suplício.

Depois de explorarmos amplamente a situação do negro no Brasil, dissemos que o indígena também fazia parte dos povos que viviam no quilombo, enfatizando que a letra da música, *Canto das Três Raças*, poderia ajudar-nos a refletir sobre a trajetória social do negro, do indígena e também do branco no Brasil.

Canto Das Três Raças

Ninguém ouviu
 Um soluçar de dor
 No canto do Brasil
 Um lamento triste
 Sempre ecoou
 Desde que o índio guerreiro
 Foi pro cativo
 E de lá cantou
 Negro entoou
 Um canto de revolta pelos ares
 No Quilombo dos Palmares
 Onde se refugiou
 Fora a luta dos Inconfidentes
 Pela quebra das correntes
 Nada adiantou
 E de guerra em paz
 De paz em guerra
 Todo o povo dessa terra
 Quando pode cantar
 Canta de dor
 ô, ô, ô, ô, ô, ô
 ô, ô, ô, ô, ô, ô
 Coro:
 ô, ô, ô, ô, ô, ô
 ô, ô, ô, ô, ô, ô
 E ecoa noite e dia
 É ensurdecedor
 Ai, mas que agonia
 O canto do trabalhador
 Esse canto que devia
 Ser um canto de alegria
 Soa apenas
 Como um soluçar de dor

Perguntei aos alunos se os indígenas, no Brasil, tinham uma vida igual ados brancos. Responderam em coro que não. Indaguei, então, sobre o que havia de diferente. Um dos alunos respondeu que o modo de vida dos indígenas não era o mesmo que o dos brancos, uma vez que os indígenas viviam em tribos, o que revelou uma visão restrita da problemática indígena, muito próxima do Romantismo, como sugere a leitura de José de Alencar. Outro respondeu que havia diferenças de religião, crenças e que antigamente viviam somente da caça e pesca e posteriormente deram início à criação de animais e ao plantio. Um deles acrescentou que os índios viviam em aldeias, enquanto o homem branco vivia na cidade, não havendo entre os índios tantas divisões de classes sociais.

Na tentativa de aproximá-los de uma abordagem da questão indígena no mundo atual, procurei contrapor essa visão apresentada pelos estudantes ao modo de vida urbano do indígena na atualidade. Foi levantada a questão da existência de indígenas que, morando ou não na cidade, utilizavam-se de smartphones e da internet, recordando-se de uma visita feita com a Escola de Aplicação da USP a uma aldeia indígena em São Vicente, município de São Paulo. Quando os interpelei sobre onde mais tínhamos indígenas no Brasil, responderam que era no Mato Grosso e em Minas Gerais. Nesse momento, lembrei-os que não muito longe dali, no Bairro de Campo Limpo, Zonal Sul da Cidade de São Paulo, havia indígenas Pankararus, sendo que o Bairro do Butantã, onde estava situada a Escola de Aplicação, outrora fora povoado por aldeias indígenas.

Clóvis Moura (1994), ao analisar a trajetória do indígena e do português no Brasil, comenta a maneira como as terras indígenas foram sendo cada vez mais invadidas, denunciando a maneira predatória pela qual são realizados os projetos políticos que têm, como objetivo maior, extrair as riquezas das terras indígenas. O autor associa tais ações a um “desenvolvimento econômico contra o índio”, convocando-nos, ainda, a refletir sobre a enorme quantidade de aldeias dizimadas, tanto no início da colonização do Brasil, como em um passado não muito distante.

Quanto ao índio particularmente, o primitivo habitante, sua trajetória é bem diferente do grupo português que chegou como dominador. Se fizermos uma estimativa de 4 milhões de índios na descoberta – há quem estime muito mais – o processo foi o inverso. Segundo Darcy Ribeiro, depois da fase genocida da ocupação, de 1900 até 1957, extinguíram-se 87 grupos tribais como comunidades étnicas. (MOURA, 1994, p. 133).

Perguntei à classe se eles achavam que os indígenas que habitavam áreas urbanas ou próximas dessas sofriam alguma discriminação. Um deles respondeu que sim, por causa da

maneira de se vestir. Indaguei, ainda, se era somente pela roupa e se havia algo mais. Responderam que era também pela língua, aparência, modo de vida, pelo lugar que moravam, pela cor, pela religião. Enfim, tudo que os distinguiu do modelo ocidental e do modo de vida do branco. Como uma aluna fizesse referência à macumba, pedi que aguardasse que retomáramos essa questão oportunamente.

O preconceito e o racismo desvelados

Prossegui indagando-os se os indígenas estariam entre as populações que mais sofriam preconceito e discriminação no Brasil. E acrescentei: *“E quanto ao negro? Vocês acham que existe algum preconceito?”*

A resposta foi em coro: *“Sim!”* Um dos alunos acrescentou que nem tanto, porque existia uma lei que punia quem praticasse o racismo. Momento em que lhe perguntei o que aconteceria com quem discriminasse alguma pessoa. Ele nos respondeu: *“Vai preso!”*

Frisei que no Brasil nos deparamos com uma situação curiosa, pois o preconceito e o racismo eram disfarçados, apresentando-se de maneira dissimulada, ao contrário de outros países onde a situação era declarada, nos quais todos já sabiam que determinados brancos não gostavam de negros e vice-versa. Um dos alunos perguntou se o negro “zoasse” alguém se ele também seria preso, ao que respondi que sim. Uma questão delicada, porque provém de um preconceito às avessas, contudo, se aquele que foi historicamente discriminado – no caso do Brasil, o negro e o indígena – denunciar o preconceito, o culpado pode ser punido pelo crime de racismo.

O tema do racismo sempre nos faz recordar alguns acontecimentos: um ocorrido no ano de 2013, do qual tomamos conhecimento em uma conversa com a diretora de uma escola pública, em São Paulo, que relatou o caso de uma professora que entregou a uma aluna negra, por meio de outra estudante, um pedaço de papel higiênico para que a aluna negra fizesse, naquele papel, a lição de casa. Episódio que só foi descoberto após os pais da menina discriminada terem ido à escola pedir esclarecimento sobre o fato. A diretora teve uma dificuldade enorme para solucionar o caso, uma vez que, ao chamar a menina negra para conversar, esta somente chorava e soluçava, sofrimento provocado pela ação da professora em questão. A professora foi processada e pediu exoneração da escola onde prestou tal desserviço à educação. Outro caso também recente, ainda em 2013, em uma escola estadual na região da Mooca, na cidade de São Paulo, a mãe de um aluno confidenciou-nos que seu filho estava com

pavor de ir à praia. Quando finalmente conseguiu levá-lo, ele não queria pisar na areia de forma alguma. Depois de muito indagar o filho sobre o motivo de sua recusa a pisar na areia, descobriu que a origem do medo era proveniente do comentário de uma professora, que em sala de aula, disse aos alunos que, quando fossem à praia, tomassem muito cuidado, pois havia um bichinho, vindo da África, que morava na areia e se ele os picassem, iria transmitir uma série de doenças.

Embora esses episódios, ocorridos na cidade de São Paulo, terceira maior cidade da América Latina, pareçam inacreditáveis, em pleno século XXI, é possível notar que o preconceito, o racismo e a discriminação seguem de mãos dadas, promovendo estragos em vários espaços sociais, infelizmente também no campo da educação. Recorremos, mais uma vez, a Clóvis Moura (1994) para salientar que o negro no Brasil, além de trazer consigo uma história marcadamente desumana, de desterritorialização e de desarticulação familiar, ainda sofre com uma espécie de “racismo à brasileira”, o qual se faz presente de maneira não tão explícita como nos episódios relatados acima, mas permeado por forte ambiguidade, sendo, por isso mesmo, mais eficaz:

O negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente este mito. Trazido como escravo, tiraram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, suas origens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido e, com isto, fizeram-no perder total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, sua ancestralidade....O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso mas altamente eficiente nos seus objetivos (MOURA, 1994, p. 160).

Voltamo-nos, naquele momento, para a aluna que havia falado a respeito da macumba, perguntando à classe o que eles entendiam por macumba. Um dos alunos imediatamente respondeu que macumba era uma religião, mas para quem não conhecia, era vista como algo para fazer mal a outra pessoa.

Esclareci que macumba foi o termo que o branco encontrou para demonizar a religião do negro, lembrando que o negro teve sua cultura proibida e perseguida por todo o período do Brasil Colônia, Império, República até o Estado Novo. Um aluno perguntou, então, se praticar macumba era crime, e lhe respondemos que *não, mas o branco divulgou tal ideia sobre a macumba, denominação dada também ao Candomblé, dizendo ser coisa do demônio, quando na verdade o Candomblé cultua vários deuses, os Orixás, cada um, ligado a uma força da natureza, como a água, o céu, a mata, o metal.*

Momento que achei propício para falar da diversidade das nações africanas, seus idiomas e dialetos, entendi ainda ser oportuno discorrer parcialmente sobre a questão da necessidade do escravizado africano, em solo brasileiro, ter que desenvolver outros idiomas para se comunicar.

Clóvis Moura (1994) menciona a criação de um terceiro idioma pelos grupos escravizados, que facilitou a comunicação entre eles, considerando-se que os mesmos geralmente eram compostos por integrantes de Nações diferentes, o que dificultava em muito a comunicação entre eles, levando-nos a concluir que o escravizado falava basicamente três idiomas: a língua nativa, o português para se comunicar com o senhor e a “Casa Grande” e um terceiro, nascido, da “desgraça comum” (na expressão do Conde dos Arcos), o qual Yeda de Castro, na sua obra *Os Falares Africanos na Interação do Brasil Colônia*, denominou de *Dialeto das Senzalas* (CASTRO⁴⁹, 1980, p.15, citado por MOURA, 1994, p. 178). De outro lado, permitiu-lhes a prática religiosa, proibida e discriminada no contexto colonial, uma vez que a Igreja Católica, como bem salientou Clóvis Moura, tentava “o monopólio do sagrado”:

À medida que os escravos se organizavam para o trabalho ou para se oporem a ele, já podiam através dessa linguagem livre, articular as suas formas de comportamento grupal. Por outro lado, nesse contexto colonial-escravista, as religiões africanas eram consideradas exóticas, fetichistas, perigosas, porque eram práticas gentílicas devendo por isto mesmo ser proibidas, ao contrário dos batuques que eram permitidos. Isto acontecia, em primeiro lugar, em decorrência do monopólio do sagrado pela Igreja Católica Romana, pois somente os seus preceitos e dogmas de fé eram considerados verdadeiros, sacralizados e oficializados. (MOURA, 1994, p.179).

Um dos alunos lembrou-se do ex-presidente sul-africano, Nelson Mandela, e de sua prisão. Discutiui-se que ele foi preso, por lutar contra o *apartheid* vigente no país. Outro jovem disse que fez um trabalho na Escola de Aplicação em que abordaram o racismo nos Estados Unidos, onde havia ruas com bebedouros para brancos de um lado e para negros do outro.

Comentei, nesse momento, sobre uma das passagens da vida da líder negra americana Rosa Parks⁵⁰, que resistiu contra o *apartheid* nos EUA, tomando algumas atitudes, como beber água no bebedouro dos brancos, o que resultou em sua prisão. Ao ser solta após pagar fiança, sua primeira atitude foi voltar ao bebedouro do branco e beber água novamente. Outra atitude, que também marcou sua vida, foi recusar-se a se levantar do banco de um ônibus para uma pessoa branca sentar-se, numa época em que, nos Estados Unidos, isso era habitual, sendo

⁴⁹CASTRO, Y. P. de. **Os falares africanos na interação do Brasil Colônia**. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1980.

⁵⁰Rosa Parks conviveu com Martin Luther King e lutou ao lado dele contra o racismo e o *apartheid*. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482164/Rosa-Parks>>. Acesso em: 1 jul. 2016

praticadas outras tantas formas de segregação e de discriminação, como a existência de escolas para brancos e escolas para negros. Acrescentei, também, que, naquela época, o negro não podia votar.

Magia Negra ou acupuntura africana?

Acrescentei que a demonização das religiões africanas começara havia muitos séculos pelos europeus, ganhando força após a revolução que levou a maioria negra ao poder no Haiti, em 1791. Instaurou-se o medo branco, reforçado pelos filmes produzidos pela indústria cinematográfica hollywoodiana, a partir dos quais o mundo inteiro começou a associar a religião do negro ao demônio. Algumas correntes evangélicas alimentam, ainda hoje, esse preconceito, inclusive por meio de programas de TV, tanto no Brasil, quanto no exterior.

Comentei sobre o programa “Agora é Tarde”, da TV Bandeirante, na edição de 28/03/2013, que sacudiu a opinião pública, quando o Pastor Marco Feliciano, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Brasil, viu-se em apuros ao ter de esclarecer aos telespectadores uma de suas mensagens (jocosas) trocadas no *twitter*, em que afirmava: “*Africanos descendem de um ancestral amaldiçoado por Noé. Isto é fato. O motivo da maldição é a polêmica, não sejam irresponsáveis. Twitter rrsrsrsrs*”. O Deputado Feliciano declarou, depois, que a mensagem dele foi distorcida, embora tenha admitido que existissem correntes evangélicas que, desde muito tempo, difundiam essa imagem do negro.

A Professora Mildred, com quem fiz parceria na Escola de Aplicação complementou que o Cinema de Hollywood vendeu para o mundo a ideia de que a macumba era a força das trevas, ideia disseminada não apenas no mundo adulto. Perguntou-lhes se os alunos haviam visto o desenho do Pica Pau, no episódio em que ele pegava um bonequinho do jacaré e o espetava, e depois, o jacaré aparecia se contorcendo, gritando e sentindo dores, nos locais onde ele era alfinetado. Esclarecemos que, na África, o sentido dessa prática Vodou, era outro. Espeta-se o bonequinho pensando em alguém, não para ver essa pessoa pulando de dor, mas visando sua cura. Fazer um bonequinho de barro idêntico a alguma pessoa e guardar com carinho é um modo de cuidar daquela pessoa. E prosseguiu dizendo que havia uma técnica da medicina chinesa chamada “Acupuntura”, que entendia que o corpo humano era dotado de uma série de meridianos, linhas de energia, com centenas de pontos, partindo-se do pressuposto que, quando esses meridianos ficavam obstruídos, provocavam doenças e dores. Nesse sentido, o tratamento era feito colocando agulhas em determinados pontos de energia do corpo para a desobstrução

dos meridianos e a dissipação da dor. Um aluno comentou imaginar que o objetivo de enfiar a agulha no bonequinho era matar a pessoa. Acrescentamos que essa era a ideia veiculada massivamente pela grande mídia, quando, na verdade, o Vodun Africano, o ato de espetar o bonequinho, era uma forma de “Acupuntura Africana”.

Expliquei que as pessoas iam às clínicas de Acupuntura e permitiam que o acupunturista colocasse agulhas em seus braços, pernas e costas, e não viam nada de errado nisso. Uma aluna ressaltou que sua avó fazia Acupuntura. Assim, começamos a desconstruir uma das formas mais frequentes de preconceito contra a religiosidade africana e suas práticas medicinais.

Salientei que o preconceito contra a cultura dos afrodescendentes tinha várias maneiras de se camuflar. Havia, por exemplo, cenas de crimes em novelas e filmes das TVs brasileiras que, ao apresentar o possível assassino, com uma faca ou revólver na mão, faziam tocar, ao fundo, o Berimbau, relacionando mais uma vez esse instrumento e a Capoeira a um ato criminoso.

Uma aluna recordou-se de uma novela recente, *Lado a Lado*, que foi ao ar pela TV Globo que tratava da escravidão no Brasil, onde havia um casal cujo marido não aceitava o filho porque nascera negro; os capoeiristas negros lutavam contra a polícia e contra os brancos, e, enquanto os brancos moravam na parte baixa da cidade, os negros habitavam os morros em casas bem simples, lembrando o cenário de hoje dos morros do Rio de Janeiro. Foi quando observamos que ali já estavam nascendo as favelas. Com relação à luta dos capoeiristas contra os brancos, esclarecemos que essas lutas se deram sempre em busca de melhoria da qualidade de vida para os negros. Em diferentes momentos da história do nosso país, encontramos o registro do papel dos capoeiristas como guardiões dos terreiros de Umbanda e de Candomblé. Também comentamos que o fato de os negros terem ido morar no morro ocorreu em função de uma política de expulsão do negro de todos os centros urbanos. O município de São Paulo era um exemplo disso: os bairros da Liberdade e Bexiga foram, no início do século XX, locais de grande concentração de negros, mas, com o desenvolvimento da cidade, a população negra viu-se obrigada a deslocar-se quase que integralmente para a periferia da cidade. Dando continuidade as reflexões, uma aluna relatou-nos o caso de uma menina que não pôde participar do concurso para Paqueta (dançarinas coadjuvantes) por ser negra.

Lembrei-os de um relato de uma professora negra da USP, que teve sua filha por mais de quatro anos impedida de ser a noiva da quadrilha na escola, até que ela a retirou deste estabelecimento de ensino, matriculando-a em outra escola.

Um aluno ainda insistiu, retomando a questão da macumba: - E esta coisa de Macumba existe mesmo? Respondi que havia as religiões de matriz africana, mas as pessoas viam estas religiões como Macumba, seja por desconhecimento, seja por preconceito. Ele respondeu: - Mas, perto da minha casa tem um Centro de Macumba! Eu lhe disse que poderíamos considerar como um Templo da Religião Afro-Brasileira, como tantos outros templos evangélicos, católicos etc. Esclareci que, diferentemente do passado, existiam leis de proteção às religiões de matrizes africanas.

A Professora Mildred disse o seguinte a esse respeito: “*A gente tem o costume sempre, ao falar de preconceito, de nos lembrar do que os outros fazem, o que Hollywood nos passou, o que o Pica-Pau faz, o que a Igreja faz, o que o branco na época da escravidão fazia com o negro, porém tem uma parte disto que é nossa. Por que hoje a gente ainda reproduz e produz preconceito, então, quando eu conto uma piada de português ou dou risada de um termo tipo macumbeira, eu também estou reproduzindo e perpetuando alguns preconceitos, se eu conto uma piada dizendo que o português é burro, eu estou disseminando algo bom? Não, estou perpetuando preconceitos, a gente faz isto, não?*” Ao que os alunos responderam que sim.

Uma aluna perguntou ainda como eram feitos os bonequinhos de Vodou e como é que eles funcionavam nas pessoas. A questão da menina envolvia uma relação de causa e efeito direta, demonstrando quão difícil era esclarecer-lhe que se tratava de uma cosmovisão religiosa, xamânica, por assim dizer, que partia do pressuposto de que o importante era a crença das africanas de que fazendo os bonequinhos e praticando os rituais, conseguiriam alcançar a cura de uma pessoa querida.

A aluna, com seus 11 anos de idade, queria fazer uma bonequinha desta para a sua irmã. Diante do questionamento levantado, se era para espetá-la para ela sarar ou para ela ficar doente, ela respondeu: - *Os dois!* Ora aqui estava em jogo o pensamento mágico infantil e não propriamente religioso, que queria encontrar uma via de expressão para os seus sentimentos ambivalentes, de amor e ódio, em relação à sua irmã.

A professora Mildred interveio, dizendo que o povo africano acreditava muito na natureza e na força de ligação que havia entre os seres humanos e a natureza, por isso este bonequinho, que geralmente era feito de pano ou de barro, sempre levava alguma coisa da pessoa, podendo ser um pouquinho de cabelo, de unha, ou, ainda, um pedacinho de roupa da pessoa. E que nesta religião, Vodou, quando pegava o bonequinho e espetava o seu joelho, concebia o boneco como a pessoa para quem se dirigia o trabalho. Era um tratamento para evitar

uma cirurgia no joelho da pessoa, um jeito de não agredir o seu corpo e buscar a cura por meio da crença na força espiritual e que funcionava como se fosse uma operação espiritual.

Perguntei aos alunos que outros preconceitos eles conheciam. Mencionaram preconceitos contra os gordos e os idosos. Parabenizei-os pelo nível e conteúdo da discussão, dizendo que estava tão bom o debate que nem houve tempo para praticar a capoeira, mas que eles podiam cantar o *Canto da Três Raças* para encerrar a vivência cultural daquele dia.

O interessante foi que este canto saiu muito mais forte e vibrante que os anteriores.

Da demonização das práticas ancestrais à Paidéia Africana

Outro trabalho desenvolvido com os jovens alunos deu-se em torno das cantigas da capoeira, uma vez que nelas encontramos o testemunho vivo da história do negro no Brasil, suas dores e resistência.

As cantigas de capoeira fornecem valiosos elementos para o estudo da vida brasileira, em suas várias manifestações, os quais podem ser examinados sob o ponto de vista linguístico, folclórico, etnográfico e sócio histórico. Linguisticamente falando, as cantigas fornecem detalhes da linguagem corrente do Brasil, principalmente no campo fonético, sintático e semântico. (REGO, 1968, p. 126).

O conteúdo tradicional do ritual da capoeira é composto por cânticos e responsórios, que evocam as tradições, falam do cotidiano dos negros escravizados, atos heroicos de capoeiristas, remetendo-nos à África, aos quilombos, à luta pela liberdade, por meio de diálogos entre o capoeirista e outra(s) pessoa(s), em que as perguntas são respondidas pelo próprio capoeirista. Por vezes, o próprio entendimento da letra só se dá por quem é do meio capoeirístico, como a ladainha exemplificada a seguir:

Ladainha: Debaixo do mulundú

Debaixo do mulundú, a sete palmos de chão
Será guardado o orgulho, vaidade e traição
Cidade desconhecida, que todos vão morar lá
Desta mudança divina não há quem possa escapar
Eu lhe digo com franqueza, não fique na encruzilhada
Deste mundo de ilusão temos passagem comprada

Mestre Valdenor

Ou seja, com as expressões *Mulundú*, que quer dizer “monte de terra”, e *debaixo do mulundú*, “debaixo da terra”, está se referindo a sentimentos humanos, como “orgulho, vaidade

e traição”, seja do oprimido, seja do opressor, os quais serão, um dia, igualmente enterrados, fazendo-se justiça por força divina e não pelas leis dos homens.

O conteúdo das ladainhas, quadras ou corridos de capoeira trazem consigo os ensinamentos dos mestres, com seus valores e tradições:

Menino quem foi teu mestre
 Menino quem foi teu mestre
 Meu mestre foi Salomão
 Discípulo que aprendo
 Mestre que dou lição
 Segredo de São Cosme
 Quem sabe é São Damião, camará.
 Mestre Bimba

Vejamos, o que se está transmitindo nessa ladainha:

“*Sou discípulo que aprendo*” quer dizer, não sei tudo, estou sempre aprendendo, mas também “*Sou mestre que dou lição*”, ou seja, tenho algo a transmitir. *Segredo de São Cosme, quem sabe é São Damião*, como se dissesse ao outro capoeirista, sei coisas que você não sabe, são os ensinamentos que meu mestre me confiou, de mestre para aluno, como de irmão para irmão, São Cosme e São Damião.

Essa ladainha, quando um capoeirista canta para o outro, traz consigo um modo de transmissão muito peculiar ao que Vilém Flusser (1998) chamou de *Paideia Africana*, querendo dizer, com isso, que o conhecimento da tradição ancestral africana se faz de modo a transmitir um conhecimento, aparentemente dotado de uma estrutura rígida, mas que se faz de maneira a preservar a individualidade de cada um, dando margem para que as novas gerações sejam capazes de recriar o conhecimento a seu modo. Daí, segundo o autor, ser possível a construção de fortes individualidades, condição da dominância da cultura africana no Brasil, a despeito de todas as tentativas de apagá-la de nossa memória, ou mesmo desvalorizá-la.

O Jogo da Senzala

O jogo da senzala é uma brincadeira de pega-pega que consiste em eleger um capitão do mato e um grupo de escravizados: os escravizados correm pelo espaço determinado e o capitão do mato os persegue, quando o capitão de mato pega um escravizado diz: Pego! O escravizado pego não pode resistir à prisão. A função do capitão do mato é levar o escravizado

capturado até a senzala mais próxima. Como a nossa classe tinha uma média de trinta alunos, a professora Mildred elegeu três capitães do mato. Cada etapa da brincadeira terminava quando os capitães de mato capturavam todos os escravizados. Então se escolhiam novos capitães de mato e a brincadeira recomeçava. É um tipo de atividade que possibilita reflexões acerca de como era o cotidiano do negro escravizado na senzala, as relações escravizado/escravizado, escravizado/senhor e escravizado/capitão do mato, cabendo ainda relatos sobre as fugas dos escravizados para as matas, quilombos, a recaptura e os castigos. Ao final da etapa, a professora Mildred prosseguiu explicando que não era todo escravizado que resistia à prisão, assim como nem todo escravizado se deixava ser capturado facilmente, o que entenderíamos dever-se a uma variante de personalidade, o que era natural.

O Jogo do Quilombo

Como atividade prática, sugeri o *Jogo do Quilombo*, uma variante do pega-pega, em que as crianças formavam fileiras, no nosso caso, foram quatro e convidamos um dos participantes para representar o Capitão do Mato e outro o escravizado – posteriormente, estes deveriam se revezar com outros integrantes do grupo. As filas eram, no imaginário dos estudantes, as cercas do quilombo, por onde o escravizado fugia e era perseguido pelo capitão-do-mato. A cada novo comando, de quem dirigir o jogo, os integrantes das fileiras, que estavam de mãos dadas lateralmente, soltavam as mãos, girando 90° para a direita, dando-se novamente as mãos. A cada nova configuração do movimento da cerca, mais o escravizado fica protegido, tirando quase que totalmente a possibilidade do capitão-do-mato alcançá-lo. A brincadeira foi recebida com muita alegria e vibração por parte de todo o grupo, que queria repeti-la, uma vez que não foi possível que todos participassem, dado o avançado da hora.

Tal atividade, que envolveu o relato de muitos momentos da história da cultura brasileira ocultados pela história oficial, que adquiriu “materialidade” no momento em que os jovens alunos, por meio do jogo, tiveram a oportunidade de vivenciar parte do processo vivido pelos capoeiristas em sua luta “corpo a corpo” contra a escravidão.

Conversando sobre a brincadeira da senzala e do quilombo

A professora Mildred perguntou aos alunos que vantagens o capitão de mato tinha em relação ao escravizado, e um aluno respondeu: *O capitão do mato estava geralmente a cavalo*

e o escravizado a pé! Outro disse: *O capitão do mato possuía armas e o escravizado não!* E a professora Mildred complementou: *o capitão de mato era mais forte e bem alimentado, vocês concordam?* Ao que os alunos responderam: *Sim, claro!*

Depois, ela prosseguiu dizendo que mesmo o escravizado tendo contra ele todas essas dificuldades, ele se organizou e desenvolveu uma luta de resistência em busca de liberdade. E lhes perguntou: *como esta luta se chama?* Os alunos responderam em coro: *Capoeira.*

A professora Mildred propôs uma nova etapa do pega-pega, com a seguinte variante: o escravizado, ao ser pego pelo capitão de mato, fazia um movimento de Capoeira. O movimento sugerido foi a Cocorinha (queda defensiva, que consiste em ficar de cócoras, com uma das mãos ao solo e a outra mão fechada, o braço flexionado na vertical e o antebraço junto ao tronco). Perguntou a um aluno: - *O que é a Cocorinha?* E este respondeu: *É a defesa da Meia Lua.*

Então Mildred lhes explicou que este escravizado pego, que estava na Cocorinha, deveria permanecer imóvel até que outro escravizado, que estivesse liberto no pega-pega, viesse até o escravizado pego e fizesse sobre este uma Meia Lua de Frente – movimento em que o capoeirista, em pé, lança uma das pernas num movimento semicircular de fora para dentro, cobrindo um ângulo de 90% - ou uma Queixada – movimento mecanicamente idêntico à Meia Lua de Frente, porém, realizado de dentro para fora. Ao receber qualquer um desses dois movimentos, o escravizado pego seria liberto e voltaria a correr pelo espaço, fugindo novamente do capitão do mato. E assim a brincadeira iria se desenrolando e promovendo a participação de todos, ora como escravizado, ora como capitão do mato.

A professora Mildred perguntou, no final: *“Até agora usamos quais movimentos da Capoeira”?* Os alunos respondem: *“Queixada, Cocorinha e Meia Lua de Frente”*. Ela disse, então: *“Agora vamos usar outros movimentos”*, e sugeriu que quem fosse pego deveria ficar na posição como se fosse fazer a Rasteira – tronco inclinado lateralmente, peitoral tocando uma perna que ficaria flexionada, a mão correspondente à perna flexionada ficaria totalmente apoiada no solo, enquanto o braço correspondente à perna estendida estaria flexionado com a mão fechada, simulando proteção de um golpe, como estratégia de defesa. O escravizado que fosse libertar o amigo pego teria então duas opções: ou saltar por cima da perna estendida do amigo ou sobre ela lançar um Aú, o capoeirista estando em pé, na posição de Ginga, deveria projetar-se lateralmente, passando pela posição da bananeira, mãos no solo e pernas para o ar. E assim terminaria o movimento novamente em pé, na mesma posição que o iniciou, porém, a uma certa distância lateral, à esquerda ou à direita, dependendo para que lado ele se projetou.

Embora o movimento do Aú assemelhe-se à Estrela da Ginástica Olímpica, há uma série de aspectos que os distinguem: na Ginástica Olímpica, o ginasta atua de forma individual e tem uma estética pré-definida para executar seu movimento, ao passo que o capoeirista faz o Aú jogando em relação ao outro parceiro, como forma de afastar-se ou aproximar-se deste, por vezes em resposta a um ataque ou, ainda, combinando o Aú com quedas defensivas. Outra diferença em relação à Ginástica Olímpica é que o capoeirista nunca fica num ponto fixo, está sempre em movimento, com o objetivo de dar continuidade ao jogo, seja no ataque, contra-ataque ou defesa, permanecendo continuamente gingando, saltando, girando ou deslocando-se pelo chão – peneirando, como dizem os antigos.

Para interromper a brincadeira e chamar os alunos, a professora Mildred diz: *pan para ran pan* e os alunos correram em sua direção, respondendo: *pan-pan*, já se sentando em círculo, próximo a ela, demonstrando como tinha domínio sobre a classe, ou melhor, como conseguia exercer sua autoridade facilmente. Os alunos receberam com muito entusiasmo o pega-pega adaptado para o Jogo da Senzala.

Exercitando os movimentos da capoeira: um ensinamento que não se faz apartado de uma filosofia de respeito ao outro

Nessa vivência cultural, optei pelo treinamento de alguns dos principais movimentos básicos do Jogo da Capoeira: *Cocorinha e Negativa Aberta* (quedas defensivas), os movimentos de *Aú* (projeção), *Queixada e Queixada Lateral* (semicircular), *Armada e Meia Lua de Compasso* (circulares), exercitados individualmente. Num segundo momento, optei pela combinação entre os movimentos de *Negativa Aberta e Rolê*, *Negativa Aberta e Chapéu de Couro*, *Armada*, *Negativa Aberta e Aú*, alternando o exercício desses movimentos com os que eles já conheciam, com experimentações individuais e em duplas. No treino individual, esses movimentos eram divididos por tempo (três tempos, na maioria das vezes) para facilitar a execução; quando os alunos já estão familiarizados com o movimento dividido em três tempos, propomos a realização em um só tempo.

Vale lembrar que os movimentos da Ginga, Meia Lua de Frente e Cocorinha fazem parte do grupo de movimentos já conhecidos pelos alunos, tendo em vista que a professora Mildred trabalha também com a Capoeira nos outros dias da semana.

Todos os alunos conseguiram executar os movimentos propostos, alguns com maior e outros com menor dificuldade, havendo ainda aqueles que executaram com muita facilidade.

Também passei informações aos jovens sobre a formação da Roda de Capoeira, posicionamento da orquestra – berimbau, pandeiro e atabaque, e formas de entrar na roda no momento de compra do jogo. A entrada inicial na roda geralmente acontece da seguinte forma: dois jogadores se acoram aos pés dos Berimbaus, ouvem a Ladainha, entoada pelo Mestre ou por quem estiver no comando e respondem com o canto do coro. Ao ser dada a senha: “*Iê dá volta ao Mundo*” pelo cantador, todos respondem: “*Iê dá volta ao mundo camará*”; os dois jogadores, que aguardavam acorados aos pés dos Berimbaus, dão início ao jogo, sendo que uma das formas costumeiras consiste na saída no movimento de Aú, executada por ambos os jogadores. Já o momento de compra acontece quando o jogo está em andamento, com dois jogadores na roda e um terceiro, quer entrar no jogo. Este jogador, que pretende fazer a compra, aproxima-se de um dos jogadores, estendendo um dos braços à sua frente, sugerindo sua saída da roda, como uma solicitação simbólica com o significado de “deixa comigo, eu resolvo essa contenda”.

Comentei que a execução do movimento de capoeira, não precisava ser perfeita, que cada um deveria executar o golpe da maneira que conseguisse, sendo que o mais importante era entender o percurso do movimento; uma vez entendido o percurso, a cada nova repetição, o movimento passaria a ser executado com naturalidade.

Daí a importância de transmitir de maneira detalhada o percurso de cada golpe, a área de contato, a função do quadril, do centro de gravidade. Pedindo a eles que sentissem este centro ao executar cada movimento, lembrando-os como deveriam posicionar os pés e as mãos. Procurei preveni-los quanto aos cuidados com a velocidade do golpe, aproveitando para passar noções de espaço (em relação à formação da Roda de Capoeira), de distância e direção (em relação ao parceiro de jogo).

Em meio à transmissão dos movimentos, alertei-os do quanto cada um deveria ser responsável pelo outro, mantendo com o adversário uma relação de respeito, garantindo sua integridade física. Se alguém estivesse numa posição privilegiada, pelo fato de possuir maior facilidade de aplicar os golpes, ao jogar com outro colega que não tivesse a mesma desenvoltura, deveria respeitá-lo e buscar harmonizar o jogo de maneira que ambos pudessem trabalhar com as perguntas e respostas corporais que constituíam o Jogo da Capoeira. Esta participação corporal dos dois jogadores, quando estão em ação no centro da roda, faz parte de um todo, que simultaneamente, dão vida e magia ao ritual, onde todos os participantes da roda se revezam para cantar, tocar, bater palmas e jogar.

Na verdade, estava, naquele momento, ratificando os meus 44 anos de experiência e aprendizado da Capoeira e a transmissão dos ensinamentos de meu Mestre Jose Andrade, bem como de meu Técnico, o Professor Gladson de O. Silva, que fazem parte de um grupo de profissionais que não abrem mão de incentivar e cobrar dos alunos a disciplina, o respeito e o cuidado com a preservação da integridade física do outro. Eu, assim como eles, ao adotar essa mesma postura, acredito contribuir para a preservação do espírito filosófico da Capoeira, uma vez que os escravizados a criaram em busca da melhoria da qualidade de vida e de liberdade para os afrodescendentes. De acordo com esses ensinamentos, toda vez que alguém criar alguma situação que envolva desrespeito ao seu parceiro de jogo ou que coloque em risco a sua integridade física, estará contrariando a filosofia da Capoeira.

E se para garantir o respeito for preciso o revide?

Deixei claro para os alunos que existia uma corrente de Mestres na Capoeira que a definiam, na sua origem, como *Luta de Revide* (resposta), justificando que os escravizados não tinham a intenção de agredir, todavia foi impossível permanecerem acomodados diante de tanta perversidade impetrada contra eles.

Fazendo uso de outros exemplos, como a relação entre o mais encorpado e o menos encorpado, o mais rápido e o não tão rápido, sempre procuro instruí-los para a preservação da integridade física e a busca de um jogo harmonioso e técnico, dentro dos limites e das condições de cada um dos participantes, que contemple expressão e autenticidade. Costumo lembrá-los também que não há como realizar dois jogos de capoeira iguais, a cada vez que se entra na roda é sempre um jogo diferente, independentemente do parceiro. Talvez, o fato de não existir a possibilidade de se repetir um jogo de capoeira, seja uma das razões da Capoeira ser tão atrativa.

Mais uma vez, fica evidenciado que esse modo de transmissão da capoeira coaduna-se com a força da tradição africana, que, segundo Flusser (1998), se deve ao fato de combinar a transmissão de um conhecimento ancestral com liberdade, contribuindo, desse modo, para a preservação da identidade de cada um. Tal concepção está presente na tradição dos principais mestres, inclusive daqueles com os quais tive minha formação nesta arte/luta ancestral, sempre associando à capoeira a ideia de respeito mútuo, num exercício contínuo de respeito à alteridade. Uma orientação que converge com a ênfase dada por Axel Honneth (2003) às três dimensões do respeito (pessoal/corpóreo, moral e sociocultural), que não poderão faltar para que se processe o reconhecimento das populações historicamente prejudicadas. Um

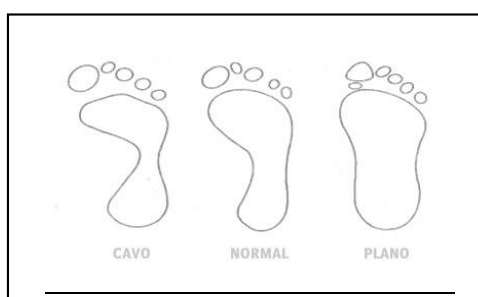
ensinamento que essa corrente da capoeira procura levar para os alunos de diferentes origens étnico-raciais e classes sociais, de maneira a contribuir para o avanço moral da sociedade, como sugere Honneth (2003).

E a ginga, como está entre os jovens alunos?

A pergunta “*Alguém tem alguma dúvida em relação à ginga?*” deu início a outra experiência cultural de capoeira. Como apenas uma das alunas manifestou-se, aproveitei para esclarecer o posicionamento de braços e pernas durante o movimento de ginga, fazendo uso de uma marca (linha) no próprio piso, para que ela se situasse em relação aos pés paralelos e como partir para a movimentação. Retomei, depois com a classe, fazendo a seguinte pergunta: “*Durante a ginga, estando a perna direita para trás, que braço deveria ser levantado e flexionado à frente do corpo?*”. Os alunos responderam: “*braço direito*”. Fizemos a mesma pergunta em relação à perna esquerda, ao que responderam ser o braço esquerdo. Mesmo após identificar que todos já haviam assimilado o exercício da ginga, preferi repassar alguns detalhes, como, por exemplo, ao iniciar a ginga, manter um afastamento confortável em paralelo das pernas, assim como na passagem dos tempos de ginga, para cada uma das pernas.

Comentei sobre o tempo de flutuação, observando que, quando o capoeirista está passando do tempo 1 para o tempo 3, se receber um ataque ou contra-ataque, a dificuldade de se esquivar ou de se defender é bem maior. Sugerimos, ainda, que todos que conseguissem iriam trabalhar no tempo 1 com o calcanhar do pé de trás fora do chão, uma vez que, se o calcanhar estivesse posicionado todo no chão, o quadril tenderia a se projetar lateralmente na direção desse mesmo pé. Para facilitar a movimentação e o equilíbrio do quadril, o ideal era que o pé estivesse voltado para frente, na direção do colega de jogo. Esclareci, no entanto, que, dependendo da estrutura da planta do pé de cada aluno, este poderia necessitar de menor ou maior tempo para assimilar a ginga. Por exemplo, se o sujeito possuísse a cava do pé rasa, popularmente chamado de pé plano, precisaria de um tempo maior para habituar-se ao movimento de gingar do que aqueles que tinham os pés com os formatos cavo ou normal.

- 1 – Pé cavo
- 2 – Pé normal
- 3 – Pé plano.



Destaquei a importância de manter a perna da frente no tempo 3 sempre flexionada, o que aumentaria a estabilidade. E por fim, a preocupação com a leveza do balanço, o que ajudaria bastante na execução do movimento. Os braços, simultaneamente ligados ao trabalho de pernas, deveriam estender-se e acomodar-se, mantendo-se levemente flexionados, a cada movimento da ginga, atuando como um radar, dando uma noção de distância para cada um dos jogadores em relação ao outro. Quanto ao tronco, este deveria encontrar-se sempre levemente inclinado para frente, e o olhar do capoeirista, durante a execução de todo e qualquer movimento, manter-se sempre voltado para o rosto do parceiro de jogo.

Sugeri ainda alguns exercícios com deslocamento lateral e deslocamentos para trás e para frente com a Ginga, o que é muito útil no aprimoramento da coordenação motora fina.

Prossigui explorando o movimento da Armada, um dos mais ricos em plasticidade, onde o capoeirista em pé lança uma das pernas em direção ao rosto do outro, efetuando um giro de 360°, retornando ao ponto de partida. Exercitamos, também, a combinação de Ginga e Armada e, na continuidade, o treino da Benção (movimento reto, no qual, com uma das pernas, o capoeirista desfere um pontapé frontal em direção ao abdômen do parceiro de jogo, na intenção de atingi-lo com a planta do pé ou o calcanhar).

Trabalhamos também a Negativa, queda defensiva, onde o capoeirista fica rente ao chão com uma perna flexionada e outra estendida, sempre levando ao solo a mão correspondente à perna estendida. O movimento é completado semiflexionando a perna estendida, girando a favor dela, posicionando as duas mãos no chão, passando por quatro apoios e retornando à posição inicial. Praticamos algumas vezes a combinação de Armada e Negativa. Em seguida trabalhamos a Meia-Lua de Compasso, que também consiste num giro de 180°, idêntico ao da Armada. O que os diferencia é a base, pois, nesta última, o capoeirista trabalha em pé com o apoio em uma das pernas e naquela trabalha com 3 apoios - um dos pés e duas mãos em contato com o chão.

Em todos os movimentos, trabalhamos com a divisão de tempos, para facilitar a assimilação, por exemplo: na Meia Lua de Compasso, tempo 1 – posição Inicial ou de partida - flexão da perna da frente e posicionamento dos braços em pé; tempo 2 – inclinação do tronco à frente e para baixo, posicionamento das mãos no chão, localização do colega de jogo por entre pernas (geralmente dou como sugestão um ponto de referência dentro da sala, um equipamento, uma pessoa); tempo 3 – Realizar com a perna que está atrás um giro de 360° e retornar à posição inicial (sempre propondo várias repetições de cada tempo do movimento). Quando notamos

que todos entenderam o percurso do golpe, partimos para sua realização com todos os tempos ligados e contados apenas como um tempo.

Um dos retornos mais gratificantes foi a expressão de contentamento dos jovens estudantes sempre que percebiam que eram capazes de vencer as dificuldades e realizar um novo movimento. Acredito que a repetição desse sentimento pode aumentar a autoconfiança e ser útil para o dia a dia.

Ao término da vivência cultural eu a professora Mildred parabenizamos a todos pelo desempenho, informando que nossa intenção era de, na próxima vivência, iniciar o treinamento do Jogo da Capoeira em duplas, ao que eles responderam com gritos de alegria, pulos e palmas.

Nessa vivência, ficou evidenciado o grau de conhecimento acumulado pelos Mestres, cuja “academia” se deu nas rodas de capoeira e não em faculdades de educação física, o que de modo algum os impediu de transmitir esse conhecimento no interior das escolas, como sugerem algumas correntes de Educação Física e de algum modo a própria LDB, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que exige a graduação acadêmica para o exercício da docência no ensino fundamental I e II e de ensino médio, condição que foi um pouco alterada com a criação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08.

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Coordenando todos os movimentos aprendidos

Como o dia estava um tanto frio, realizamos o aquecimento com movimentos da própria Capoeira, combinados com exercícios de alongamento. Praticamos primeiro o movimento da Rasteira e, em seguida, solicitamos que todos se sentassem em círculo para darmos as orientações de como entrar e sair da roda. Jogamos com todos eles, conforme anunciado na vivência cultural anterior e a experiência foi bastante positiva.

Todos tiveram um bom desempenho e entenderam as orientações iniciais, como sair sempre no movimento de Aú , manter um intervalo entre a execução dos movimentos sempre com a Ginga, atentar para as noções de distância entre os jogadores, noção de espaço em relação à roda, noção de direção da aplicação dos golpes em relação ao parceiro, explorar a maior

quantidade de golpes circulares, cumprimentar o parceiro no início e ao fim do jogo, ter atenção ao entrar na Roda (compra) quando já existem outros dois amigos jogando e atentar para a velocidade dos movimentos (que deve estar relacionada ao ritmo do Berimbau), ora lento, ora mais rápido.

Pelas expressões faciais dos jovens, pela forma como se movimentavam para participar da roda, ficou claro que estavam muito confortáveis na experimentação dessa nova etapa.

Para o encerramento dessa vivência cultural, eu e a professora Mildred passamos aos alunos noções da coreografia e das músicas do Maculelê, uma das manifestações que integram os festejos culturais no estado da Bahia, como atração turística, e é largamente difundida em quase todos os Estados brasileiros, sendo presença constante nas apresentações da maioria dos grupos de Capoeira, aqui e no exterior.

Eis a sequência parcial das músicas do Maculelê, ensaiadas nesse dia:

Música 1 – Sou eu Maculelê, sou eu
 Sou eu, sou eu, sou eu Maculelê, sou eu
 coro:
 Sou eu, sou eu, sou eu Maculelê, sou eu
 Maculelê nasceu em Santo Amaro
 Maculelê nasceu em Santo Amaro
 Uma cidade da Bahia
 Muita atenção que este povo é de ouro
 Maculelê é o rei da valentia
 coro:
 Maculelê nasceu em Santo Amaro
 Maculelê nasceu em Santo Amaro
 Uma cidade da Bahia
 Muita atenção que este povo é de ouro
 Maculelê é o rei da valentia

Música 2 – Eu disse camarada que eu vinha

Eu disse camarada, que eu vinha
 Na sua aldeia, camarada um dia
 coro:
 Eu disse camarada, que eu vinha
 Na sua aldeia, camarada um dia

Música 3 – Tindorerê, auê Cauiza

Tindorerê, auê Cauiza
 Tindorerê é sangue real
 Êle é filho eu sou neto de Aruanda
 Tindorerê, auê Cauiza
 coro:
 Tindorerê, auê Cauiza
 Tindorerê é sangue real
 Êle é filho eu sou neto de Aruanda
 Tindorerê, auê Cauiza

Cauiza de onde vem
coro:
Eu venho de Angola é
Maculelê de onde é que veio
Coro:
Veio de Angola é

Repassamos algumas vezes as músicas, com a classe fazendo o responsório, enquanto eu os acompanhava ao som do Atabaque.

Falei sobre a semelhança entre a Roda de Capoeira, o Maculelê, o Break, o Samba de Roda, ressaltando que a maioria das manifestações africanas e afro-brasileiras são realizadas em roda, tendo como pontos comuns o canto, o responsório e o improviso.

Com a participação da professora Mildred, pedi aos alunos que se dispusessem em pé, de maneira a formar um círculo, distribuindo dois bastões a cada um deles, para, depois, ensaiar os passos da coreografia que se harmonizavam com a batida dos bastões e, ambos, com o Toque de Atabaque (Congo) e as cantigas.

Exercitaram as batidas dos bastões inicialmente de maneira individual, cada um batendo os seus bastões, em quatro tempos; posteriormente formamos duplas, em que cada um batia os primeiros três tempos sozinhos com seus dois bastões, sendo o quarto tempo o encontro dos bastões da mão direita da dupla; o encontro deveria ocorrer no alto e na frente do corpo. Salientamos os cuidados com o posicionamento dos bastões no tempo quatro, prevenindo-os para que evitassem acertar a mão do outro parceiro.

Complementamos com o treino da coreografia de pés, também em quatro tempos, depois com a coreografia da batida dos bastões e o canto simultâneo das músicas. Depois que conseguiram fazer tudo junto, a classe comemorou com muita alegria e vibração. Obtendo total participação dos jovens alunos, a atividade atingiu os objetivos em tempo bastante curto, em relação ao que esperávamos.

A forma pela qual a classe assimilou a coreografia e cânticos do Maculelê, assim como o toque de atabaque (Ijexá), com desenhos, memorizando tempos e andamento das batidas, proporcionou aos alunos uma escuta que certamente facilitou a prática das variações desse toque, assim como o treinamento de outros ritmos mais complexos, como, por exemplo, o Congo, o Barravento e o Samba de Roda, além de auxiliar no aprimoramento da coordenação motora fina, dentre outros benefícios.

Um esquete teatral da Capoeira

As atividades, em sala de aula, começaram com a professora Mildred sugerindo que a classe se dividisse em grupos e criasse um esquete teatral da Capoeira, respeitando as regras. Por exemplo, se no Jogo da Capoeira não há soco no rosto, no esquete teatral este não poderia aparecer, salientando ser possível pensar a capoeira, tanto num contexto de luta, como num contexto de jogo, de brincadeira, de dança. Reforçou que só não poderiam trazer a Capoeira para o contexto de briga.

Sugeriu que deveriam compor grupos e que cada pessoa no grupo deveria exercer funções diferentes. Por fim, que o grupo deveria apresentar um contexto, uma situação envolvendo a Capoeira e a música. No entanto, como se tratava de teatro, só poderiam usar o próprio corpo (sem recorrer a instrumentos, cadeiras, bancos, nem mesmo os bastões do maculelê). Mas que deveriam produzir música. Daí surgiu a questão de como seria possível ter música, sem instrumentos. Ela mesma respondeu: - *Bato palmas, bato no corpo, canto, faço beat box*⁵¹. A professora Mildred dividiu a classe em cinco grupos e nos dirigimos para o Salão Nobre da Escola de Aplicação, o espaço amplo, onde costumeiramente fazemos nossas aulas, e foi dado um prazo de até vinte minutos para que os grupos preparassem seus esquetes. Ficamos observando a concentração e o interesse dos alunos em resposta à proposta dada, e como todos estavam muito animados, cochichando, gesticulando, alguns sentados, outros em pé. O contágio era geral. Percebemos o quanto poderiam ser criativos quando motivados, notamos então que, em um grupo, havia pessoas gingando, noutro grupo acontecia o ensaio com *beat box*, noutro, havia sons tirados da batida das mãos contra o peito, noutro, esboçavam-se passos de *Break*.

Apresentação dos Grupos, 6º ano, 2º trimestre, 2013

Grupo 1: Composto por 4 meninas e 2 meninos, iniciou sua apresentação com todos sentados no chão. O roteiro de sua “peça de teatro” consistiu no seguinte: um dos alunos

⁵¹O termo *beat box* refere-se à percussão vocal do *hip-hop*. Consiste na arte de reproduzir sons de bateria com a voz, boca e cavidade nasal. Também envolve o canto, imitação vocal de efeitos de DJs, simulação de cornetas, cordas e outros instrumentos musicais, além de outros efeitos sonoros. O termo surgiu na década de 1980, nos guetos de Nova Iorque, juntamente com o *Hip Hop*.

Disponível em: <<https://sites.google.com/site/projetodeinformaticaeducativa/beat-box>> Acesso em 1 jul. 2016

observou que estava chovendo e que, por isso, não dava para ir brincar lá fora do que pretendiam brincar. Outro sugeriu que podiam brincar de pega-pega, outro de queimada e uma das meninas disse: - *Por que não de Capoeira?* Todos aceitaram e formaram a roda, começaram a bater palmas e a jogar, revezando-se. A desenvoltura das duplas foi muito boa, trabalharam Meia Lua de Compasso, Cocorinha, Aú e Ginga, além de exercitarem a compra (troca entre os parceiros de jogo) e demonstrarem de maneira correta as noções de ataque, defesa e esquiva. Os colegas dos outros grupos aplaudiram.

Grupo 2: Formado por 3 meninas e 3 meninos. Todos se posicionaram em pé e um dos representantes convidou-os a jogar Capoeira. Todos aceitaram e começaram a bater palmas. Uma dupla ocupou o centro da roda, desenvolvendo o jogo, realizando os seguintes movimentos: Ginga, Meia Lua de Compasso, Benção, Rasteira, Meia Lua de Frente, Armada e Queixada. Os demais acompanharam os jogos, batendo palmas ao canto da música *Paranauê*, com responsório, recebendo o aplauso carinhoso dos amigos de sala.

Grupo 3: Composto por 4 meninos e 2 meninas, o grupo apresentou-se, inicialmente, com todos os integrantes sentados em círculo, simulando estarem jogando videogame, quando de repente um deles diz: - *Que droga acabou a energia elétrica!* Um outro acrescentou: *Caiu a net! E agora, o que vamos fazer?* O grupo respondeu em uníssono: - *Vamos jogar Capoeira!* Todos ficaram em pé, começaram a gingar e um deles começou a cantar: -*Paranauê, Paranauê, Paraná* e os demais componentes do grupo, batendo palmas, respondem em coro: *Paranauê, Paranauê, Paraná*. Ao mesmo tempo, desenvolviam os jogos com os movimentos de Ginga, Meia Lua de Frente, Rasteira e Aú. Aplaudidos pelos amigos de sala, encerraram a apresentação.

Grupo 4: Integrado por 3 meninos e 2 meninas, começou o esquete com 3 deles parados, conversando. Os outros dois, que estavam a uma certa distância, foram ao encontro dos que estavam conversando e, ao se aproximarem dos primeiros, um deles disse: - *A gente é estrangeiro, chegamos de viagem e queríamos aprender um pouco sobre a cultura brasileira.* Uma das meninas do grupo lhes respondeu: *Vamos mostrar para vocês a Capoeira, então!* As duas meninas começaram a jogar Capoeira, fazendo alguns movimentos e os demais integrantes em pé, batiam palmas, enquanto outro entoava a seguinte canção:

Ê lalailai e lá,

(os demais respondendo o coro)

O lê lê

Lelêlelelá

O lêlê

O aluno que entoava o canto improvisou a batida de atabaque, batendo com as duas mãos no peito e tirando o som do próprio corpo. Depois as duas meninas pararam o jogo e o grupo se reuniu novamente e um dos dois turistas lhes perguntou: - *Mas, o que é de fato a Capoeira?* O garoto, que antes improvisava a batida do atabaque, respondeu-lhe: *“Capoeira é uma luta desenvolvida pelos escravizados africanos aqui no Brasil, como defesa, disfarçada em dança”*. O outro turista, então, indagou: *“Em que época mais ou menos?”* O garoto respondeu: *“Entre 1.600 e 1880”*. E o turista disse: *“A gente está interessado em aprender Capoeira!”* O garoto então lhes disse: *“A gente vai mostrar a nossa escola para vocês”*. Os turistas despediram-se do grupo, agradeceram a cortesia e a oportunidade do contato com a Capoeira. Terminou a apresentação com uma calorosa salva de palmas dos amigos dos outros grupos.

Grupo 5: Com 3 meninos e duas meninas, iniciaram a apresentação em círculo, com quatro dos integrantes fazendo passos de *Break*; a quinta integrante aproximou-se, cumprimentando os colegas à maneira do *Hip Hop* e lhes falou o seguinte: *“E aí mano, como é que é, e se a gente fizesse uma roda de Capoeira? Ia ser muito da hora.”*, ao que outro colega responde: *“É isto aí mano, demorô, Capoeira com Beat Box!”*.

Um dos garotos começou com o Beat Box, as duas meninas jogaram Capoeira, utilizando os movimentos de *Ginga*, *Cocorinha*, *Meia Lua de Frente*, *Meia Lua de Compasso*, enquanto os outros dois meninos gingavam e cantavam *Paranauê, Paranauê, Paraná*, tendo como fundo o som do Beat Box.

A Professora Mildred pediu minha opinião sobre o trabalho feito pelos alunos, eu então lhe disse: - *As apresentações de todos os grupos foram muito boas, diversificadas, falaram da história, mostraram os movimentos, associaram os esquetes com o Hip Hop, enfim todos os grupos utilizaram-se de muita criatividade*. Prossegui, dizendo que havia mostrado um vídeo de uma das nossas vivências culturais de Capoeira para alguns integrantes do nosso Grupo de Pesquisa da FE-USP.

A professora Mildred então complementou: *“O que me chamou mais atenção é que um dos grupos introduziu o jogo da Capoeira em um momento em que ficou impossibilitado de jogar os jogos eletrônicos”*. Esse fato a fez pensar que trataram de uma questão muito atual: a

falta de movimentação da criança e do jovem, que ficam parados, estáticos, enquanto o bonequinho lá na tevê está pulando, se acabando, dando mortal. Aproveitou essa situação para chamar a atenção para a necessidade de brincar, para manter, sempre que possível, o corpo também em movimento, o que não significava para eles pararem completamente com os jogos eletrônicos, mas que era preciso dosar.

A seguir, apresento uma entrevista realizada por mim com a Profa. Mildred, graças à qual nosso trabalho teve continuidade durante todo o ano na Escola de Aplicação da USP, dado o seu engajamento com as questões afro-brasileiras e seu especial carinho em relação à capoeira.

Entrevista com a Professora Mildred

Entrevistador: Estamos aqui, na Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo, para conversar com a professora Mildred que está nos apoiando na pesquisa do projeto “*Rapper, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo*”, sob orientação da Profa. Dra. Mônica G. T. do Amaral. A primeira pergunta que lhe vamos fazer é: - Como vê a realização dessa pesquisa aqui e qual a importância da Capoeira na Educação de acordo com sua visão?

Professora Mildred: Bom dia. Eu trabalho com educação física há algum tempo, né? Me formei em Educação Física em 1991 e, antes mesmo de 91 eu já tinha um contato informal com a capoeira, embora ainda não a tivesse trazido ainda para a escola. Eu era só curiosa. Quando eu comecei a dar aula é que comecei a pesquisar um pouco melhor o que era essa capoeira, que possibilidades de movimentos ela podia trazer para o acervo motor do aluno, que compreensão da realidade a gente conseguia incorporar, né? Dentre as várias concepções que os alunos já traziam. E pra mim essa é a grande contribuição da capoeira na escola. Ela traz um universo que muitas vezes, ou é muito distante dos nossos alunos, ou é um universo mais próximo, mas também bastante transformado pelo tempo, pelo cotidiano, pela realidade; às vezes é um universo muito permeado de preconceitos, por parte da maioria das pessoas que também habitam o cotidiano cultural dos nossos alunos, uma vez que a capoeira traz um negro que não é aquele negro que eu aprendi no livro didático quando eu estudei na década de 80, né? Traz um negro estrategista, traz a visão de um negro guerreiro, de um negro heroico, de um negro capaz de se sustentar, de se unir a outras pessoas, não é só aquele negro subjugado, aquele negro castigado. Então, acho que isso é muito importante para que as crianças, e para que as pessoas do nosso país tenham uma outra concepção do que é ser negro hoje, inclusive, né? Porque somos todos descendentes desse negro escravizado, que veio nessa condição desumana,

mas também somos descendentes desse negro que sobreviveu, que persistiu, que imprimiu o traço da sua cultura na cultura do país. Isso em termos culturais.

Em termos de movimento, a capoeira tem uma riqueza motora muito grande. A gente trabalha muito com a vertigem, com o desequilíbrio e equilíbrio recuperado, que é um equilíbrio recuperado diferente do vôlei e do basquete, né? Então, no vôlei e no basquete você tem o equilíbrio recuperado após um salto, após uma intervenção com a bola, na capoeira você tem o equilíbrio recuperado depois de um giro que te causa uma vertigem, né? Então isso para o padrão motor das nossas crianças também é algo muito importante.

E quanto à questão rítmica, é muito importante, porque o cantar, o jogar, o bater palma, o prestar atenção ao professor, o observar corporalmente a ação do colega e responder corporalmente, sem ser mediado pelo diálogo é um exercício de memória, é um exercício de agilidade, de leitura corporal, de comunicação não verbal. Então a capoeira é algo riquíssimo. Pena que poucos de nós professores de educação física a conheçamos, né? Esse universo também pode ser incorporado em nossas práticas pedagógicas, né? Como eu disse, comecei a pesquisar a capoeira depois que eu trouxe pra minha sala de aula, ainda como curiosa. Não sou capoeirista, tenho contato com bastante capoeiristas, muito queridos por sinal...

Entrevistador: Acho que você é capoeirista de alma e coração, não?

Mildred: Isso (risos). Por curiosidade, né? Acho que um projeto como o que vocês estão fazendo tem tanto a contribuir, porque ele contribui com o professor, *empodera o professor* para passear um pouco sobre esse universo, que muitas vezes é dele inclusive, né? Mas que ele não domina, não tem conhecimento. Ajuda as crianças na questão na autoestima, né? Ser negro ainda não é fácil hoje em dia. Se não é fácil pra nós adultos, independentes, que trabalhamos, ainda mais, pensa pras crianças, né? Que ainda têm uma honestidade no falar, que não é polida politicamente em todos os momentos, né? Então acho que é de extrema importância e vem ajudar o profissional que atua com a criança e com o adolescente na escola. E se a gente ajuda a criança e ao adolescente, a gente está ajudando o país também a ter outra concepção de uma cultura que é fundante da nossa cultura como brasileiros.

Entrevistador: Sim, é isso mesmo!

Mildred: Obrigada pela oportunidade de conversar com vocês e sejam bem-vindos à nossa escola nessa parceria tão bem-vinda.

Entrevistador: Nós é que agradecemos pela sua atenção, por seu carinho, pelo espaço, pela oportunidade de realizar essa pesquisa aqui na Escola de Aplicação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, que é um modelo no segmento da educação e em sua

companhia e dessa equipe tão bacana da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, EA-FEUSP.

A capoeira e a luta pelo reconhecimento dos afro-brasileiros

Os temas das vivências culturais e as reflexões surgidas nos remetem, por sua vez, às reflexões de Axel Honneth (2003), quando em seu livro *Luta por Reconhecimento*, menciona que a teoria crítica deve ser ancorada “no processo de construção social da identidade”, cuja gramática envolveria necessariamente a “luta pela construção da identidade” entendida pelo autor como “luta pelo reconhecimento” nos planos pessoal, jurídico e sócio cultural.

Conforme sustentado anteriormente, o autor alerta-nos que o avanço moral da civilização ocidental só se dará quando esta reconhecer as contribuições de todas as populações socialmente prejudicadas no mundo.

Tratam-se de reflexões fundamentais para a nossa pesquisa, uma vez que ressaltam a importância da luta pelo reconhecimento, dos direitos e o valor das populações, com seus costumes e culturas negadas neste país. Daí a importância das reflexões feitas por Axel Honneth para pensarmos o contexto da luta pelo reconhecimento não somente da Capoeira, mas das inúmeras culturas praticadas neste país por afrodescendentes e indígenas que não são reconhecidos pelo conjunto da sociedade como parte fundamental da cultura brasileira.

A luta pelo reconhecimento, nos três níveis, salientados pelo autor – pessoal, jurídico e sócio cultural – envolve, necessariamente, a luta pelo fortalecimento da identidade do povo negro, que tem em sua cultura, estética, músicas, artes e lutas de resistência, o fundamento de todo o reconhecimento que deve ser atribuído a ele. Há que se reconhecer, no caso, a contribuição da capoeira na formação da cultura e da sociedade brasileiras, a qual passa necessariamente pelo devido reconhecimento da história e de uma cultura negadas. Tal falta de reconhecimento se deve ao desprezo da sociedade brasileira por todas as manifestações dos grupos menos privilegiados como é o caso dos afrodescendentes e dos indígenas.

Observe-se que a transmissão, nas escolas, do ritual da capoeira, animada pela ginga e outros tantos movimentos, pelo toque do Berimbau e dos atabaques, constitui-se em uma importante contribuição dos afrodescendentes para o conhecimento da história e cultura afro-brasileira, tomando-se a luta pelo reconhecimento dessa e de outras culturas negadas em nosso país como ponto fundamental na luta contra o preconceito que atinge o legado dos afrodescendentes.

Sobre a experiência cultural com a capoeira

Durante três meses em contato com a classe da professora Mildred, trabalhamos experiências práticas de capoeira, brincadeiras, análises de músicas de capoeira e MPB, que proporcionaram reflexões sobre a situação atual do negro no Brasil e as medidas tomadas para corrigir a discrepância social destes e dos indígenas em relação aos brancos.

Os adolescentes aprenderam toques de pandeiro, berimbau e atabaque, movimentos básicos do jogo da Capoeira, Angola e Regional, diferenças entre os rituais, normas de competição, e recorrendo às letras das músicas, fizemos vários recortes sobre a História do Brasil, debatendo sobre as condições sócio-raciais do indígena, do negro e do branco em nosso país.

O diálogo com as culturas e manifestações estéticas, apreciadas pelos jovens, parece-nos essencial para cicatrizar essas feridas sociais e étnico-raciais, que têm afastado grande parte dos jovens alunos do ensino formal dado pelas escolas.

Os estudos que fizemos, e que continuaremos a fazer sobre a diáspora afro-americana, bem como o contato com o sofrimento causado nos descendentes afro-brasileiros e em outros povos historicamente prejudicados, como afirma o filósofo Axel Honneth, nos impõe novas tarefas para a educação, no sentido de contribuir para as três formas de reconhecimento – pessoal, cultural e jurídica – responsáveis pela autoconfiança, autoestima e autorrespeito, como condição para se repensar as bases da cultura escolar, incluindo desde os modos de agir até a valorização da linguagem e culturas desses povos. O conteúdo a ser transmitido, nesse sentido, terá que se tornar culturalmente relevante e significativo para tais populações, contribuindo assim para o aprimoramento moral do conjunto da sociedade brasileira. Consideramos, ainda, que os estudos sobre as culturas africanas, indígenas e nordestinas, com todos os seus hibridismos, nos parecem fundamentais para repensar o próprio ato de transmissão. Percebemos que temos muito que aprender com a tradição oral de nosso povo e trazê-la de volta para a escola, no sentido de enriquecer nossa escrita, bem como outras formas de expressões estéticas, que foram banidas das práticas educativas institucionais, as quais nos parecem essenciais para a construção de outra qualidade de relação entre as gerações, que, no âmbito escolar, se vê atravessada por tensões socioculturais e étnico-raciais. Tensões essas que necessitam ser explicitadas e não negadas, como condição do aprimoramento de nossas instituições. Amaral e Ferreira (2014), inspirando-se na leitura do livro *A Fenomenologia do brasileiro* de Vilém

Flusser (1998), a propósito da presença da ancestralidade africana no projeto de modernidade brasileiro, afirmam que:

[...] embora esteja impregnado de ideologias, supõe uma meta sui-generis: mesmo que se admita a necessidade de liquidar com a miséria econômica, há uma certa tendência a se pensar que o progresso é necessário mas até certo ponto, uma vez que se prioriza o jogo, a religiosidade e a cultura. Embora seja apenas um esboço de projeto, no momento em que este se tornasse consciente, poderia ser de extrema importância para a toda a humanidade. Ou seja, o aspecto lúdico da cultura brasileira que advém da herança negra, de nossa ancestralidade afro-brasileira, diz o autor. (AMARAL; FERREIRA, 2014, p. 224).

A experiência da capoeira com seu ritual e a valorização da cultura afro-brasileira são uma forma de reconhecimento social, mediante a manifestação dos valores civilizatórios africanos.

Na prática da capoeira é possível proporcionar aos estudantes das escolas de ensino regular o sentimento de pertencimento a um determinado grupo e a percepção de que o seu sofrimento relacionado ao racismo, à discriminação, ao preconceito, não é um problema individual, pessoal, ideia que pode interferir diretamente nas questões ligadas à autoestima. Sobre racismo e inconsciente coletivo, escreve Munanga (2005, p. 19):

Considerando que [o]... imaginário e ... [as] representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão de onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos, os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo.

A prática da capoeira possibilita a vivência dos valores civilizatórios africanos de maneira simbólica e de maneira objetiva.

Nesse período, vários momentos foram proporcionados para que as crianças se manifestassem. No início, os alunos pouco participavam e, quando o faziam, era de maneira superficial. Aos poucos, os conteúdos trabalhados começaram a ecoar na fala dos alunos, aparecendo de maneira relevante e significativa no último mês de trabalho, quando discutimos a canção o *Canto das Três Raças*, interpretada por Clara Nunes.

Para concluir o trabalho e avaliar a construção do conhecimento ao longo de nossas vivências e reflexões, propusemos para os alunos uma atividade de autoria por meio da criação de um esquete teatral, em que estivesse presente a capoeira. O objetivo foi alcançado pelos

cinco grupos de alunos, onde foram evidenciados os valores artísticos, culturais, históricos e sociais da capoeira e conteúdos referentes à situação do negro no Brasil.

Esse projeto forneceu elementos e demonstrou que é possível, por meio da prática da capoeira e de sua história, refletirmos e ampliarmos a percepção dos adolescentes acerca da Diáspora Africana no Brasil e suas consequências na vida dos escravizados e seus descendentes. Foi ainda possível estabelecer comparações entre a capoeira e algumas das várias manifestações culturais afro-brasileiras, como é o caso da puxada de rede, maculelê, Samba de Roda, assim como discutir a influência da capoeira no *Break*, frevo, futebol e MPB.

O alcance desses objetivos, em tão pouco tempo, faz com que mantenhamos a crença de que a inserção da capoeira no currículo escolar pode contribuir para o resgate da trajetória social do negro brasileiro e o reconhecimento das culturas negadas afro-indígenas brasileiras.

Sobre as relações da capoeira com o currículo escolar

Ao voltarmos o olhar para os parâmetros nacionais de educação da atualidade, da educação infantil ao ensino médio, encontramos objetivos semelhantes aos da formação das novas gerações propostas pela capoeira, dentre os quais estão o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, de forma que o estudante entenda-se como sujeito de sua história e que seja socialmente atuante, de forma crítica e reflexiva. Dessa maneira, as propostas curriculares pressupõem a participação ativa desse estudante no seu percurso de aprendizagem.

É interessante observar, porém, que na prática educacional, a chamada matriz curricular permanece bastante conservadora no que diz respeito à distribuição das áreas do conhecimento, mantendo, na realidade, um cotidiano massacrante, repetitivo e muitas vezes inflexível. Isso se reflete também nas organizações de tempos e espaços educativos: salas de aulas com estudantes enfileirados, uso de livros didáticos como principais referências de conhecimento, aulas expositivas, utilização do quadro negro como principal recurso tecnológico, entre outros. E, ainda, muitas vezes, as práticas que superam essa lógica, como as aulas de Arte, Educação Física e Informática (quando há), que acabam sendo as preferidas dos estudantes, são usadas como moeda de troca para a manutenção da disciplina escolar, dirigida especialmente àqueles que não se comportam bem e que frequentemente deixam de frequentar a escola.

Verificamos, então, um contrassenso entre o que se pretende realizar e o percurso que é possibilitado pela estrutura e cultura escolar. Em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), Paulo Freire faz referência aos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática escolar

renovada. Dentre elas, apontamos algumas, que, inclusive, são desenvolvidas ao longo dos capítulos de seu livro, em que a capoeira, como instrumento do desenvolvimento da aprendizagem, destaca-se como facilitadora:

[...]o respeito aos saberes dos educandos; a criticidade; a estética e a ética; a corporeificação das palavras pelo exemplo; rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e a assunção da identidade cultural; consciência do inacabamento; liberdade e autoridade; saber escutar; alegria e esperança; humildade e tolerância e disponibilidade para o diálogo. (FREIRE, 1996, p.06).

Esses saberes que o autor aponta como indispensáveis ao educador, também fazem parte do ato de ensinar e dos sujeitos nele envolvidos – tanto o educador, quanto o educando - pois para ele:

Não há docência sem discência, as duas se implicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. (FREIRE, 1996, p. 12).

E, ao desenvolver esses saberes necessários à prática educativa com vistas à autonomia, Freire (1996) nos mostra o quanto é imprescindível que o educando tenha cada vez mais consciência de seu papel social, dos caminhos que o colocaram nesse lugar e de seu papel para a transformação da realidade social em que está inserido. Nesse mesmo sentido, aponta que o desenvolvimento dessa consciência crítica se dá através de um processo dialógico reflexivo, além de destacar como as relações humanas – horizontais, respeitadas e amorosas – estão implicadas nesse processo.

A nosso ver, a possibilidade de, a partir dos cânticos pertencentes ao ritual da capoeira, lançar mão do diálogo reflexivo, evoca o processo dialógico proposto por Freire, no interior do qual mestre e estudantes compartilham perspectivas e experiências, formam-se como sujeitos de sua própria história, resgatam o passado e projetam-se nas possibilidades transformadoras do futuro.

A capoeira não só possibilita a aprendizagem e a compreensão de fatores históricos e sociais por meio das letras de suas músicas, mas também o conteúdo destas sensibiliza os ouvintes para a percepção dos sentimentos envolvidos e por elas relatados, pois evocam a luta do escravizado pela sua liberdade, bem como o sofrimento do negro, que o leva a denunciar o racismo, conduzindo o educando a conquistar relações sociais e raciais mais equânimes. Nesse sentido, a prática da capoeira atualiza e contextualiza as ideias de Honneth (2003) sobre a luta

pelo reconhecimento como condição da construção da identidade dos povos historicamente prejudicados, além de contribuir para o avanço moral do conjunto da sociedade brasileira.

Por outro lado, como prática social e educativa, convida seus participantes a vivenciar emocionalmente sua expressividade corporal e musical, por meio de seus cânticos, responsórios e prática de instrumentos. Com isso, promove-se um exercício permanente de relação respeitosa e de sintonia afinada com o outro (os outros) participante: cada integrante da orquestra concentra-se em se manter em harmonia com os demais e com a energia da roda de capoeira; cada integrante da roda é responsável pela manutenção do ritmo por meio das palmas e do responsório, em íntima conexão com o desenvolvimento do jogo de cada dupla que está em ação no centro da roda; e, cada jogador, no momento do jogo com o seu companheiro, em sintonia com a música em execução coletiva, pela orquestra e pelos integrantes da roda. Um ritual que é conduzido pelo mestre de capoeira, cujo propósito vai ao encontro da construção de um processo educativo emancipatório.

Boaventura (1966), na mesma linha de argumentação de Honneth (2003), define que um projeto educativo emancipatório se dá por meio do conflito, o que aponta para um estado de consciência por meio do qual o educando, ao refletir sobre o passado, entra num estado de indignação que se torna um elemento desencadeador da luta pelo reconhecimento nos planos subjetivo, jurídico e cultural, conforme assinalado por este último autor. Podemos dizer que o mesmo ocorre, tanto com o praticante de capoeira, quanto com os expectadores de uma apresentação de capoeira, ao tomarem contato com os horrores da escravização, por meio da oralidade e das letras das músicas entoadas no ritual.

Trata-se de um projeto orientado para combater a trivialização do sofrimento, por via da produção de imagens desestabilizadoras a partir do passado concebido não como fatalidade, mas como produto da iniciativa humana. Um passado indesculpável precisamente por ter sido produto de iniciativa humana, que tendo opções, podia ter evitado o sofrimento causado a grupos sociais e à própria natureza. Deste modo, o objetivo principal do projeto educativo emancipatório consiste em recuperar a capacidade de espanto e indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes. Só o passado como opção e como conflito é capaz de desestabilizar a repetição do presente. Maximizar essa desestabilização é a razão de ser de um projeto educativo emancipatório. Para isso, tem de ser, por um lado, um projeto de memória e de denúncia e, por outro, um projeto de comunicação e cumplicidade. (SANTOS, 1966, p. 15-33).

Essas experiências, ao serem introduzidas na prática educativa, transpõem a lógica do ensino como transmissão de conteúdos e informações por meio de uma única figura, o professor, e possibilitam uma relação mais horizontal na construção do conhecimento, de forma

que cada um é chamado a se envolver no seu processo de maneira reflexiva e participativa. E, como prática cultural que contém, em seu interior, elementos artísticos e valores civilizatórios diferentes da lógica capitalista, convida a todos a um investimento emocional e psicológico que proporciona a reelaboração de sentimentos despertados na vivência.

Considerações finais

As discussões que o trabalho realizado na escola pesquisada propiciaram – tanto a mim e aos professores parceiros, quanto aos alunos – são uma demonstração de como é possível implementar políticas públicas voltadas ao reconhecimento jurídico e social da história e cultura africana e afro-brasileira, tal como previsto nas Leis Federais 10639/03 e 11645/08. No entanto, é preciso destacar a necessidade de uma formação que acompanhe o cotidiano escolar, de maneira que se torne possível a transformação das práticas de ensino e a descolonização do currículo. Desse modo, acreditamos que se possa construir um ensino voltado à emancipação das populações historicamente prejudicadas, cujas culturas e tradições foram excluídas da educação pública em nosso país. Somente um ensino voltado para a valorização da história e da cultura desses povos permitirá que o aluno experimente o reconhecimento nos três níveis apontados por Honneth – jurídico, cultural e social.

O aprofundamento de nossa pesquisa em torno do surgimento da capoeira, como uma cultura de resistência do escravizado, que foi se transformando em uma cultura de afirmação e de valorização étnico-racial dos afrodescendentes, demonstrou ser fundamental para fornecer os elementos teóricos e históricos necessários para a construção de um conhecimento culturalmente relevante nas escolas. Guiado pelo método da antropologia social sugerido por Chalhoub (2011), de investigar os indícios da história afro-brasileira negada e de outro lado, pautando-se pela forma de transmissão dialogada da cultura de matriz africana, que promove a autonomia dos discípulos, tal como sugerira Flusser (1998), a propósito da Paideia Afro-brasileira, é que nos foi possível tomar em consideração, particularmente, dois níveis da teoria do reconhecimento defendidas por Honneth (2003): subjetiva e sociocultural.

O conhecimento transmitido dessa forma teria que levar em consideração, em primeiro lugar, o preconceito e o desrespeito pessoal que atingiram, não apenas os escravizados no passado, mas que continuam atingindo gerações e gerações de afrodescendentes no presente, comprometendo seriamente sua autoconfiança e sua autoestima. Consideramos que as culturas afro-brasileiras, das quais faz parte a capoeira, podem contribuir para a democratização da vivência na escola. E, dessa maneira, pode-se flexibilizar o modo de funcionamento de uma estrutura escolar que ainda se pauta por valores eurocêntricos, cuja matriz curricular e métodos de ensino priorizam a escrita em detrimento da oralidade, a racionalidade em detrimento da corporeidade, a verticalidade hierárquica nas formas do exercício da autoridade em detrimento de formas dialogadas de ensino. Portanto, ao introduzirmos uma cultura envolvendo música,

dança, luta e história do negro no Brasil – por meio da prática e do ritual da capoeira – pretendíamos dar voz aos jovens, em particular afrodescendentes. Nossa expectativa era que o jovem, uma vez em contato com a capoeira, pudesse transformar o sofrimento do negro em consciência de seus direitos e luta pelo reconhecimento de sua cultura. Para tanto, levamos a sério as questões colocadas por Honneth (2003) no que diz respeito à dimensão coletiva que essa luta por reconhecimento tinha que assumir para que, nos planos subjetivo e individual, se convertesse em consciência crítica e desejo de lutar pelo reconhecimento de sua cultura e de seu povo. Consideramos que o ritual da capoeira permite essa vivência coletiva que falta ao ensino pautado muito mais pelo individualismo do que pela solidariedade necessária à emancipação da consciência.

Assim, consideramos que o duplo movimento apontado por Honneth – em direção ao reconhecimento da sociedade e à restauração da integridade pessoal e sociocultural, no caso dos afro-brasileiros – torna-se possível no interior do ritual de capoeira por meio de suas músicas, ritmos, tambores, berimbaus e ginga que atingem, de maneira lúdica, outros níveis da consciência, corpórea inclusive, fazendo emergir nos corpos e mentes dos educandos a história negada dos povos afro-brasileiros que aportaram neste país.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, C. **A arte da capoeira**. Goiás: Editora Kelps, 1987. 183 p.
- _____. (Mestre Cascavel). [29 de julho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 190 p.
- ALMEIDA, I. R. C. **A saga do mestre Bimba**. Salvador: P&A, 1994. 200 p.
- ALMEIDA, M. A. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1854. 2 v.
- AMARAL, M.G.T. do. **A Estética transgressora do rap e do funk: em direção à reversão dialética da educação pública nas metrópoles brasileiras**. In: Amaral, M.G.T. do Amaral e Souza, M.C.C.C. de. **Educação Pública nas Metrópoles Brasileiras**. São Paulo: Paco Editorial/EDUSP, 2011, p. 282, 283.
- ANDRADE, A. C. (Mestre Brasília). [14 de agosto, 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.
- ANDREWS, G. R. **América Afro-Latina 1800 – 2000**. São Paulo: UFSCar, 2007. 318 p.
- AREIAS, A. **O que é capoeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 113 p. (Coleção Primeiros Passos, 96).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Farol Paulistano**, São Paulo, 5 de agosto de 1829. doc. 03.03.004 (microfilme).
- AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1958. v. 1.
- BIMBA, M. R. M. (Mestre Bimba). **Curso de capoeira regional**. Salvador: J. S. discos, 1969. 1 disco sonoro: 33 1/3 rpm, JLP-101, estéreo.
- BRANDÃO, A. P.; TRINDADE, A. L. **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. 125 p. (A cor da Cultura, 5).
- BRASIL. Decisão nº 2 – GUERRA, 6 de janeiro de 1822. Manda castigar com açoites os escravos capoeiras presos em flagrante delicto. **Collecção das decisões do governo do Império do Brasil de 1822**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 45, v. 1, parte 1, 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2664. 11 out. 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **A cor da cultura, saberes e fazeres, modos de fazer**. Brasília: MEC, 2010. v. 4.

CARONE, I. O movimento negro nos anos 90. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CULTURAS JOVENS AFRO BRASIL AMÉRICA: ENCONTROS E DESENCONTROS. **Resumos...** São Paulo: FEUSP, abr. 2012.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 189 p.

CARVALHO, M. M. C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998.

CAVALHEIRO, C. C. A história da capoeira em Sorocaba. **A Nova Democracia**, Sorocaba, ano III, n. 8, mai. 2004. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-18/837-a-historia-da-capoeira-em-sorocaba>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 359 p.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: UNESP, 2012. 552 p.

CUNHA, P. F. A. **A capoeira e os valentões na história de São Paulo (1830-1930)**. 2011. 341 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092012-105013/pt-br.php>>. Acesso em: 16 set. 2015.

DE LOS RIOS FILHO, A. M. Capoeiras e capoeiragem. **Rio Esportivo**, Rio de Janeiro, set.-out., 1926.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-39. v. 1. Plancha 35.

DISCURSO histórico de Martin Luther King completa 50 anos. Portugal: RFI rádio, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/americas/20130828-discurso-historico-de-martin-luther-king-completa-50-anos>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

ENCONTRA SP. História de Santo André. Disponível em: <<http://www.encontrasantoandre.com/santo-andre/historia-de-santo-andre.shtml>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 191 p.

FERREIRA Barros. **O novo e o antigo bairro da Sé**. São Paulo. Departamento de Cultura da Prefeitura da Prefeitura de São Paulo, 1971.

FLUSSER, V. **Fenomenologia do brasileiro**: em busca de um novo homem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 173 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. v. 3. (Documentos Brasileiros, 66).

_____. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003. 719 p. (Série Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil, 1).

FUNDAÇÃO DINARCO REIS - FDR. **Breve biografia de Marighella**. [S.l.]: FDR, 25 jun. 2016. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=327:breve-biografia-de-marighella&catid=6:memoria-pcb>. Acesso em: 06 mai. 2016.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/11602>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

GUIMARÃES, W. D. (Mão Branca). [13 de fevereiro de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

HADDAD, R. S. (Contra Mestre Folha Seca). [13 de junho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. 291 p.

_____. **Sofrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Singular / Esfera Pública, 2007. 145 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@ - Salvador**. Brasília: IBGE [online], out. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292740>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. **Estatísticas do povoamento – população escrava no Brasil**. Brasília: IBGE, jan. 2016. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ITAPOAN, R. C. (Mestre Itapoan). [14 de maio de 2016]. Santo André. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643 p.

KUBIK, G. Angolan traits in black music, games and dances of Brazil: a study of African cultural extensions overseas. **Estudos de Antropologia Cultural**, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979. [s. p.]. (Estudos de Antropologia Cultural, 10).

LIMA, J. G.; BAPTISTA, L. A. Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. **Princípios Revista de Filosofia**, Natal, v. 20, n. 33, p. 449-484, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/download/7526/5596>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

LUNDBERG, D. Música como marcador de identidade: individual vs. colectiva. **Revista Migrações**, Lisboa, n. 7, p. 27-41, out. 2010. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migracoes7_PT.pdf/986c0d99-9415-44db-9326-f49cc9b37ad4>. Acesso em: 18 jul. 2015.

MACEDO, J. M. **A moreninha**. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1844. 252 p.

MACHADO, M. H. P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2014. 218 p.

MACHADO, M. R. (Mestre Bimba). [26 de julho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. 349 p.

- MARINHO, I. P. Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 118 p.
- MEAD, G. H. **Mind, self and society**: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1940. 400 p.
- MENEZES, A. (Mestre Burguês). [23 de setembro, 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.
- MORAIS FILHO, M. Festas e tradições populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002. 384 p. (Coleção biblioteca básica brasileira). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1061/621040.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: insurreições, quilombos e guerrilhas. São Paulo: Edições Zumbi, 1959. (Coleção temas brasileiros, 11).
- _____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 250 p.
- _____. **Dialética radical do negro brasileiro**. São Paulo: Anita, 1994.
- MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: SECAD, 2005. 204 p.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 184p.
- NOBRE, M. Reconstrução em dois níveis - um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth. In: MELO, R. (Coord.). **A teoria crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PALMA, P. R. (Mestre Índio Mocambo). [16 de julho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.
- PINATTI, D. (Mestre Pinatti). [18 de agosto de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.
- PRANDI, R. As religiões negras do Brasil - Para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 64-83, dez./fev. 1995/1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28365/30223>>. Acesso em: 12 out. 2013.
- _____. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32879/35450>>. Acesso em: 29 mai. 2014.
- REGO, W. **Capoeira Angola**: um ensaio etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968. 417 p.
- REIS, J. J. **Recôncavo rebelde**: revoltas escravas nos engenhos baianos. Salvador: UFBA, ago. 1990. Palestra proferida na Universidade Federal da Bahia.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 665 p.

REIS, L. V. S. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000. 208 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 476 p.

ROMÃO, J.; CARVALHO, A. A. M. C. Negros e educação em Santa Catarina: retratos de exclusão, invisibilidade e resistência. In: DALLABRIDA, N. (Org.). **Mosaico de escolas: modos de produção em Santa Catarina na primeira República.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 122-156.

ROSENTAL, M.; YUDIN, P. **Pequeno dicionário filosófico.** São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1959.

SANTOS, B. S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. (Org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais.** Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

_____. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos,** Brasília, v. 2, p. 10-18, 2009.

SANTOS, H. S. (Mestre Hermes). [18 de junho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio.** São Paulo: SME / DOT, 2008.

SILVA, A. C. R.; CARDOSO, R. **Dança de rua.** São Paulo: Átomo, 2011. 144 p.

SILVA, G. O.; HEINE, V. **Capoeira: um instrumento psicomotor para a cidadania.** São Paulo: Phorte, 2009. 191 p.

SOARES, C. E. L. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890.** 463 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000071836>>. Acesso em: 18 mai. 2009.

_____. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas: UNICAMP, 2008. 608 p.

SPERB, P. Haitiano é agredido até a morte em Santa Catarina. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 out. 2015, Cotidiano. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1696121-haitiano-e-agredido-ate-a-morte-em-santa-catarina.shtml>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

SOUZA, M.C.C.C.de. (Org.). **Permanências e inovações na cultura escolar brasileira**. In: AMARAL, M.G.T. do Amaral e Souza, M.C.C.C. de. **Educação Pública nas Metrôpoles Brasileiras**. São Paulo, Paco Editorial/EDUSP, 2011, p. 302,303.

SUASSUNA, R. R. (Mestre Suassuna). [11 de maio de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

TAVARES, J. C. Pensar a diáspora africana. In: TRINDADE, A. L. (Org.). **Africanidades brasileiras e educação**. Rio de Janeiro: Salto para o Futuro / ACERP; Brasília: TV Escola, 2013. Disponível em: <http://salto.acerp.org.br/saltotvescola/imagens/livros/livro_africanidades_brasileiras_educacao.pdf>. Acesso em: 05 mar.2015.

THOMPSON, R. F. **Flash of the spirit: arte e filosofia africana e afro-americana**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2011.

277 p.

THORNTON, J. K. Africa and africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680. New York: Cambridge Cambridge University Press, 1992. 309 p.

VELHO, G. Epílogo - juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 201-221.

VIEIRA, L. R.; ASSUNÇÃO, M. R. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 81-121, dez. 1998. Disponível em: <<https://beribazu.files.wordpress.com/2012/11/mitos-controvc3a9rsias-e-fatos-construindo-a-histc3b3ria-da-capoeira.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Os jovens do Brasil: mapa da violência**. Brasília: Secretaria Geral da República, 2014. 187 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>.

Acesso em: 08 jun 2016.

ENTREVISTAS

ADORNO, C. (Mestre Cascavel). [29 de julho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

ANDRADE, A. C. (Mestre Brasília). [14 de agosto, 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

GUIMARÃES, W. D. (Mão Branca). [13 de fevereiro de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

HADDAD, R. S. (Contra Mestre Folha Seca). [13 de junho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

ITAPOAN, R. C. (Mestre Itapoan). [14 de maio de 2016]. Santo André. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

MACHADO, M. R. (Mestre Bimba). [26 de julho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

MENEZES, A. (Mestre Burguês). [23 de setembro, 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

PALMA, P. R. (Mestre Índio Mocambo). [16 de julho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

PINATTI, D. (Mestre Pinatti). [18 de agosto de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

SANTOS, H. S. (Mestre Hermes). [18 de junho de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

SUASSUNA, R. R. (Mestre Suassuna). [11 de maio de 2015]. São Paulo. Entrevista concedida a Valdenor Silva dos Santos.

ANEXO I. Roteiro de entrevista aos Mestres de Capoeira

A Roda de Capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos

Mestrando: Valdenor S. dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Mônica G. T. do Amaral - FEUSP

- 1 – Conte a sua história de vida e como a Capoeira surgiu na sua vida?
- 2 – O fato de ter origens africanas teve alguma influência na sua opção pela Capoeira?
- 3 – Conte qual o papel da Capoeira na sua vida?
- 4 – De onde ou de quem obteve apoio para permanecer na Capoeira?
- 5 – Você toma a Capoeira como Profissão? Se não por quê?
- 6 – Sente alguma forma de preconceito da sociedade para com a Capoeira ou para com o capoeirista?
- 7 – Porque você acha que não acontece?
- 8 – Qual solução você tem para os impasses pela Capoeira e pelo capoeirista?
- 9 – Em que medida a Capoeira pode contribuir para a formação dos estudantes na Escola?
- 10 – E como esporte? Você visualiza a Capoeira como esporte?
- 11 – Você acha que ela devia entrar para as Olimpíadas?
- 12 – Porque você acha que até agora não foi colocada, sendo ela esporte eminentemente brasileiro?
- 13 – Qual o seu ponto de vista com relação aos estilos de Capoeira existentes?
- 14 – Você vê alguma diferença entre a Capoeira Paulista, Carioca e Baiana?